

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

NÁDIA CRISTINA MORAES SAMPAIO GOBIRA

**DEIXEM AS MULHERES ENVELHECEREM EM PAZ:
O SUJEITO IDOSO E A VELHICE NOS ENUNCIADOS DOS DIZERES JURÍDICOS,
REDE SOCIAL E DE PROFESSORAS APOSENTADAS**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
FEVEREIRO DE 2023**

NÁDIA CRISTINA MORAES SAMPAIO GOBIRA

**DEIXEM AS MULHERES ENVELHECEREM EM PAZ:
O SUJEITO IDOSO E A VELHICE NOS ENUNCIADOS DOS DIZERES JURÍDICOS,
REDE SOCIAL E DE PROFESSORAS APOSENTADAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Deixem as mulheres envelhecerem em paz: o sujeito idoso e a velhice nos enunciados dos dizeres jurídicos, rede social e de professoras aposentadas.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Luciana Araújo dos Reis

**VITÓRIA DA CONQUISTA –BA
FEVEREIRO DE 2023**

G575d

Gobira, Nádia Cristina Moraes Sampaio.

Deixem as mulheres envelhecerem em paz: o sujeito idoso e a velhice nos enunciados dos dizeres jurídicos, rede social e de professoras aposentadas. / Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira, 2023.

203f.

Orientador (a): Dr^a. Luciana Araújo dos Reis.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2023. Inclui referência F. 187 – 199.

1. Memória social - Pessoa Idosa. 2. Pessoa idosa - Velhice feminina. 3. Professoras aposentadas. 4. Discurso. I. Reis, Luciana Araújo dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 305.26814

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Let women grow in peace: the elderly subject and old age in the statements of legal sayings, social network and retired teachers

Palavras-chave em inglês: Social Memory. Discourses. Aged Person. Old Age. Retired Women Teachers

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca examinadora: Profa. Dra. Luciana Araújo dos Reis (Presidente), Profa. Dra. Tânia Rocha Andrade (titular), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (titular), Profa. Dra. Thaiza Teixeira Xavier Nobre (titular), Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas (titular).

Data de defesa: 10 de fevereiro de 2023

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

NÁDIA CRISTINA MORAES SAMPAIO GOBIRA

DEIXEM AS MULHERES ENVELHECEREM EM PAZ: O SUJEITO IDOSO E A VELHICE NOS ENUNCIADOS DOS DIZERES JURÍDICOS, REDE SOCIAL E DE PROFESSORAS APOSENTADAS

Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 10 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luciana Araújo dos Reis –

Presidente

Instituição: UESB

Ass.: *Luciana Araújo dos Reis*

Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha

Instituição: UESB

Ass.: *TACunha*

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos

Instituição: UESB

Ass.: *Cláudio Eduardo Félix dos Santos*

Profa. Dra. Thaiza Teixeira Xavier Nobre

Instituição: UFRN

Ass.: *Thaiza Teixeira Xavier Nobre*

Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

Instituição: UFRB

Ass.: *Maria Augusta Mundim Vargas*

DEDICATÓRIA

A minha mainha Rosa que sempre se esforçou abrindo caminhos a fim de que eu pudesse trilhar uma vida significativa.

Ao meu amor, Carlos Gobira

A toda minha família que se liga a mim incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha trajetória aprendi que não andamos unicamente só e sempre haverá alguém nos conduzindo de forma inimaginável. Eu sou grata por nunca ter caminhado sozinha. Por isso, sou agradecida ao meu Deus por infinitamente ser o meu bem maior sem necessitar de maiores explicações ou especulações quanto ao seu amor por mim.

Agradeço a Profa. Luciana, minha orientadora genial, conselheira e uma amiga formidável que me mostrou as nuances de tudo que eu não conseguia perceber e me proporcionou um aprendizado profundo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa na Bahia – FAPESB pela bolsa de estudos nesse percurso.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPMGLS, todos os seus funcionários e aos seus professores pela oportunidade de obter tantos conhecimentos instigantes. Em especial, as professoras Tânia Rocha, Maria Salete Nery, Salete e Edvania Gomes que me apontaram rotas intrigantes e apaixonantes.

Agradeço a Tânia e Cláudio professores que compuseram a banca de qualificação com maestria e contribuíram expressivamente com novas reflexões de forma assertiva e amável. Sou agradecida as professoras Maria Augusta e Thaiza por aceitarem compor a banca de defesa com tamanha prontidão.

Aos meus colegas da turma de 2019 que foram companheiros em vários momentos. Agradeço especialmente a Leila, Thiago, Lilian e Alessandra que se tornaram irmãos para o que der e vier.

Sou grata aos meus amigos e amigas que, de longe ou de perto, notadamente colaboraram para o resultado deste trabalho.

Ao Instituto Federal da Bahia – IFBA, pela concessão ao meu afastamento para estudar.

Agradeço as professoras integrantes deste estudo que em meio a tempos tão complexos não mediram esforços para que eu pudesse concluir a pesquisa.

Ao meu amor, Carlos que foi um esteio e me motivou continuamente.

A minha família que esteve constantemente presente em toda a jornada.

Estudar a velhice apartada de toda instrumentação da saúde torna-se riquíssimo, pois não estamos preocupados com o tempo que uma vida leva para desaparecer, o que devemos levar em conta é quanto essa vida pode produzir de criações intensas, quanto essa vida pode ser envolver com devires.

(Ricardo Niquetti)

RESUMO

Diante do quadro de envelhecimento populacional do país, tem-se o fenômeno da feminização da velhice em que as mulheres acima de 60 anos apresentam uma sobrevivência maior do que o homem idoso, sobretudo no espaço urbano. Por conseguinte, a velhice feminina tem sido recoberta de arquétipos que são produzidos e reproduzidos constantemente pela sociedade brasileira. À vista disso, as memórias sociais se encarregam de perpetuar modos de vidas, regras e padrões que se enraízam por entre os tempos. Dessa forma, com base nos estudos desenvolvidos, explanaram-se as seguintes questões problema: como se apresenta o papel social das professoras aposentadas? Como se apresenta o sujeito idoso e a velhice nos enunciados do Estatuto da Pessoa Idosa e nos dizeres midiáticos? Para tanto, esta pesquisa se incumbiu de perscrutar por meio do método de Análise do Discurso de matriz francesa quais os discursos que estão em funcionamento acerca da pessoa idosa e da velhice contidos na Lei n.º 10.741- Estatuto da Pessoa Idosa, de 1º de outubro de 2003, bem como foi realizada uma avaliação de 03 (três) imagens a respeito da velhice feminina veiculadas em revistas de publicação semanal quais sejam: Revista ISTOÉ, Revista Galileu e Revista VOGUE. Diante disso, observou-se que na referida lei e nos periódicos mencionados a pessoa idosa e a velhice feminina ainda são invisibilizados socialmente, posto que são necessárias várias estratégias de remodelação, de adequação tanto de inserção social quanto das referências corporais de quem envelhece para que sejam reconhecidos e aceitos na contemporaneidade. Nesse percurso, foram averiguados 93 (noventa e três) perfis da rede social *Instagram* com o objetivo de conhecer as memórias sociais preservadas por entre os discursos, os sentidos e significados da velhice alicerçados no método de Análise do Discurso de linha francesa. Nos enunciados dos perfis do *Instagram* há uma convocação para que as mulheres idosas não estejam totalmente submersas às táticas das mudanças estéticas, precipuamente relacionadas ao escamoteamento da cor dos cabelos, como uma forma de reformulação dos modelos de velhice feminina que são repassados por entre as gerações. Neste prosseguimento, para compreender os dizeres sobre a velhice feminina e o papel social reconhecido e desempenhado pelas professoras aposentadas, mulheres integrantes deste estudo, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin. Das análises dos resultados encontrados nas entrevistas com 25 (vinte e cinco) integrantes do estudo, emergiram dois eixos temáticos: (1) a visão da velhice feminina e (2) reinvenção de suas vidas na velhice por meio do seu papel social. Quanto ao primeiro eixo, as professoras aposentadas destacaram que a velhice possui diversos simbolismos e que ainda está associada a dependência e a improdutividade. Nesse ínterim, as professoras declararam que percebem suas velhices com todas as fragilidades e limitações dessa fase da existência. Elas notam essas condições como elementos constituintes do processo de envelhecimento e não os verificam como entraves para um remodelamento das atividades e refazimento de suas vidas na velhice. No que se refere ao segundo eixo, as professoras apresentam as memórias sociais ligadas à religiosidade, à família e ao trabalho docente como definidoras no desenvolvimento dos seus papéis sociais. As professoras atestam que a docência qualifica a sua atuação social, uma vez que sua identidade profissional e os modos de vida advindos da profissão exercida singularizam o envelhecimento e seus papéis sociais na contemporaneidade. As professoras aposentadas percebem esses elementos como imprescindíveis para uma reconstrução das suas memórias gerando possibilidades de recriação da velhice feminina.

Palavras-chave: Memória social; Discursos; Pessoa Idosa; Velhice; Professoras aposentadas.

ABSTRACT

In view of the aging population in the country, there is the phenomenon of the feminization of old age, in which women over 60 years of age have a longer life span than elderly men, especially in urban areas. Therefore, the female old age has been covered with archetypes that are constantly produced and reproduced by the Brazilian society. In view of this, social memories are in charge of perpetuating ways of life, rules and patterns that take root through time. Thus, based on the studies developed, the following problem questions were explained: how is the social role of retired teachers presented? How is the elderly subject an old age presented in the statements of the Statute on the Elderly Person and in the media? In order to do so, this research was to scrutinize, through the method of Discourse Analysis of French matrix, which discourses are in operation about the elderly and old age contained in the Law No. 10.741 - Statute of the Elderly Person, from October 1, 2003, as well as an evaluation of 03 (three) images about the female old age published in weekly magazines, namely: ISTOÉ Magazine, Galileu Magazine and VOGUE Magazine. Given this, it was observed that in this law and in the periodicals mentioned, the elderly person and the female old age are still socially invisible, since several remodelling strategies are necessary, of adaptation of both social insertion and the body references of those who age so that they are recognized and accepted in contemporary times. In this path, ninety-three (93) profiles of the social network Instagram were investigated with the aim of knowing the social memories preserved among the speeches, the senses and meanings of old age based on the method of Discourse Analysis of French line. In the statements of the Instagram profiles there is a call for the elderly women are not fully submerged in the tactics of aesthetic changes, primarily related to the hiding of the hair colour, as a way of reformulating the models of old age women that are passed down through the generations. In this continuation, to understand what is said about the female old age and the social role recognized and played by the retired female teachers, women who integrate this study, we used Bardin's Content Analysis method. From the analysis of the results found in the interviews with 25 (twenty-five) study members, two thematic axes emerged: (1) the vision of female old age and (2) reinventing their lives in old age through their social role. Regarding the first axis, the female retired teachers highlighted that old age has several symbolisms and that it is still associated with dependence and unproductivity. Meanwhile, the teachers stated that they perceive their old age with all the frailties and limitations of this phase of existence. They notice these conditions as constituent elements of the aging process and do not see them as obstacles to the remodelling of activities and the remaking of their lives in old age. In what refers to the second axis, the female teachers present the social memories linked to religiosity, family, and teaching work as defining factors in the development of their social roles. The teachers attest that teaching qualifies their social performance, once their professional identity and the ways of life derived from their profession singularize aging and their social roles in contemporaneity. The retired female teachers perceive these elements as indispensable for a reconstruction of their memories, generating possibilities of recreation of the feminine old age.

Keywords: Social Memory; Discourses; Aged Person; Old Age; Retired Women Teachers.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIAE	Plano Internacional para o Envelhecimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UTIs	Universidades para a Terceira Idade

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Capa da Revista ISTO É, nº 2192	123
FIGURA 2: Capa da Revista Galileu	125
FIGURA 3: Foto publicada na matéria “Cabelo grisalho é tendência no Festival de Cannes 2021”, da Revista VOGUE	128

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Caracterização das participantes do estudo. Vitória da Conquista/BA, 2021.....	72
QUADRO 2: Perfis do Instagram que tem como tema principal a exibição da beleza feminina por meio da manutenção dos cabelos grisalhos e/ou, completamente, brancos.....	136
QUADRO 03. Perfil das professoras aposentadas. Vitória da Conquista/BA, 2022.....	150
QUADRO 04: Eixos temáticos, categorias e subcategorias para interpretação dos resultados finais.....	152

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TESE	21
2.1 Questão problema	21
2.2 Objetivos	21
2.3 Hipóteses	22
3 A MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE NO CONTEXTO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DA FEMINIZAÇÃO DA VELHICE.....	25
3.1 A memória e a construção social da velhice	25
3.2 Envelhecimento populacional e a condição feminina	44
3.3 Feminização da velhice	51
4 PERCURSO METODOLÓGICO	63
4.1 Tipo de pesquisa	64
4.2 Teoria Analítica / Metodologia – Análise do Discurso	65
4.3 Cenário/ Participantes da pesquisa	70
4.4 Instrumentos de coleta de dados	74
4.5 Procedimentos para a coleta e tratamento dos dados	75
4.5.1 Primeiro movimento: aproximação com as participantes	75
4.5.2 Segundo movimento: análise documental	77
4.5.3 Terceiro movimento: as entrevistas	78
4.5.4 Aspectos éticos da pesquisa	81
5 AS PESSOAS IDOSAS E A VELHICE SOB AS LENTES DOS DIZERES JURÍDICOS E MIDIÁTICOS	83
5.1 Estatuto da Pessoa Idosa e o sujeito idoso	83
5.2 Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas.....	86
5.2.1 “O dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato”: a velhice feminina e os dizeres midiáticos	112
5.3 Os cabelos brancos: símbolos de apropriação da velhice feminina no <i>Instagram</i>	133
6 AS PROFESSORAS APOSENTADAS E A RECRIAÇÃO DA VELHICE	148
6.1 Eixo temático 1: a visão da velhice feminina	152
6.1.1. Os símbolos da velhice	153
6.1.2 Reconhecimento da velhice e a aceitação de si mesmas	156
6.2 Eixo temático 2: Reinvenção de suas vidas na velhice por meio do seu papel social.....	167
6.2.1 Quadro de referências da memória: as memórias ancoradas na religiosidade e na família	168
6.2.2 O trabalho docente como instrumento de construção do seu papel social desenvolvido na velhice	173
7 CONCLUSÃO	183

REFERÊNCIAS	187
APÊNDICE A - Roteiro para entrevista	201
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	202
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética	204

1 INTRODUÇÃO

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem-criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.

(Ecléa Bosi)

O ciclo da vida humana é dinâmico e constante. Pode-se admitir que o tempo de vida não está subjugado ao relógio ou demarcado pelo sino da igreja ou pelo nascer e pôr do sol. A análise do tempo cronológico, ainda que revelador, não é suficiente para aprofundar as questões sobre a existência humana. Neste sentido, a leitura a respeito do envelhecimento humano e da velhice está além das limitações físicas, dos corpos cansados, dos cabelos brancos, dos ritmos mais vagarosos, das rugas estampadas nos rostos de homens e mulheres, das doenças caracterizadas como típicas de quem envelhece como indicadores simbólicos da idade. Para Neri (2003), os ciclos da vida e da velhice devem ser mostrados a fim de que todos se reconheçam nessas representações e obtenham ensinamentos úteis que sirvam para suas experiências vitais e ampliem sua compreensão a respeito da vida e do mundo.

Diante disso, este estudo nasceu da inquietude, das percepções e observações quanto à memória social que permeia o envelhecimento, seus dissabores, estigmas e devires. Na sociedade brasileira, o envelhecimento feminino ainda é um tema envolto de preconceitos, rótulos e silenciamentos e, em função disso, são necessários os questionamentos e as investigações que não permitam o sossegar das mentes e corações para que possam surgir respostas e novas interpolações que colaborem na produção de outros conceitos, reavaliações e reflexões sobre o tema em profusão.

Assim, o tema desta pesquisa surgiu em função do desassossego ao observar as mudanças populacionais que emergiram no Brasil, nas últimas décadas, sobretudo, com

relação ao aumento da expectativa de vida das mulheres e sua participação cada vez mais profunda em diversos setores da sociedade brasileira.

Nesse intuito, para o entendimento dos entrelaçamentos quanto à velhice e o envelhecimento feminino, ponto fulcral deste estudo, considera-se que a memória tem sido um campo de estudo fundamental na compreensão e elucidação de componentes importantes para desvendar como as mulheres idosas estão se posicionado em uma sociedade que dissimula a velhice. Conseqüentemente, a memória social é como um ancoradouro que apresenta perspectivas de leitura para a apreensão e elucidação dos modos de vida, do estabelecimento de padrões, de regras e de condutas que podem ser criadas e cristalizadas no transcorrer da existência de grupos sociais, posto que a memória é infinita e toda consciência é mediatizada por ela (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Dessa forma, todas as representações de gênero, os símbolos e signos especificados para o sexo feminino e a reprodução de saberes que definem a condição feminina perpassam pelas memórias sociais revividas diariamente.

Logo, a memória é viva, portanto, transita em todos os aspectos da vida humana. Ainda que de forma consciente ou não há uma produção da memória ao mesmo tempo em que há a reconstrução e o reconhecimento de cada indivíduo. Ela é operante e está continuamente presente. Não se trata apenas de um acúmulo de conhecimentos por meio dela, porém são ações quando do fornecimento de sentidos às coisas, às pessoas e à vida diária.

Destarte, Halbwachs (2006) afirma que um grupo está sujeito à influência da natureza material e participa do seu equilíbrio. Para esse autor, o tempo se torna real na medida em que apresenta um conteúdo e fornece ao pensamento uma matéria de acontecimentos. Isto posto, entende-se que as memórias sociais produzem ingerências na construção das identidades, na formação das visões de mundo, no gerenciamento das fases etárias, pois os lugares, o espaço, as tradições, a religião e a cultura culminam na edificação dos valores e determinantes sociais.

A memória se refere ao passado, envolve-se no presente e pode ser resolutiva para o futuro ao qual se almeja. Por isso, a memória social foi convocada a balizar este estudo com o intuito de desvendar como se produziu o conceito de velhice e os preceitos sociais que são impostos à mulher idosa. Nesse sentido, pretende-se compreender quanto às possibilidades de uma reformulação das memórias que seja capaz de resultar em um refazimento da história, pois os fatos sociais evoluem e mudam com o tempo (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Nesse seguimento, examinou-se o Estatuto da Pessoa Idosa – Lei 10.741 de outubro de 2003 para averiguar como a pessoa idosa é notada na lei que sugere um amparo às mulheres e homens idosos. Esse exame foi produzido à luz da Análise de Discurso de matriz francesa que

colabora na captação do sujeito idoso retratado na narrativa jurídica. Essa materialidade jurídica põe à vista conceitos a respeito do sujeito idoso delimitando-o, especialmente, pela idade que o determina como pessoa idosa a partir dos 60 anos, e, posteriormente, pelas condições capitalistas de produção que são limitadas pelo trabalho, pela produtividade, pelos poderes da família e do Estado no tocante à pessoa idosa.

Essas mediações tendem a caracterizá-lo de diversas maneiras e por meio da ideologia capitalista presente nos discursos é inclinado a assujeitar-se quando interpelado pelas tipificações retratadas no Estatuto da Pessoa Idosa. Para Pêcheux (2014, p. 146) é “[...] a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser”. Nesta pesquisa, a ideologia capitalista será considerada como estruturadora dos discursos e dos seus reflexos no cotidiano e nas práticas sociais.

A linguagem discursiva apresentada no Estatuto da Pessoa Idosa revela a ideologia capitalista que é dominante nessa materialidade. Para Konder (2002) na linguagem se encontra as decifrações para a compreensão de alguns aspectos mais relevantes da questão da ideologia. Os discursos propostos se relacionam com a produtividade, a jovialidade e essa ideologia aborda o indivíduo em sujeito delineando um perfil de pessoa idosa à época da estruturação da referida lei. Orlandi (2017) argumenta que não se pode pensar o sujeito sem a ideologia e essa sem a materialidade, a história e os processos da vida social e política.

Para que se pudesse verificar como as memórias sociais são produtoras de discursos, a acerca da velhice e da pessoa idosa, que regem a vida social em diversas materialidades, utilizou-se o método de Análise do Discurso (AD) para proporcionar a assimilação da afluência dos discursos sobre o sujeito idoso e as acepções quanto à velhice escamoteada no Estatuto. Nessa lei, por intermédio do método, há a circunscrição do conceito fundamental a ser analisado que é o de velhice, os seus sentidos, simbolismos e os discursos que versam sobre ele. Portanto, como procedimento de análise, será realizado a descrição e a interpretação de artigos que integram o texto legal com a finalidade de elucidar o funcionamento dos discursos neles contidos.

O Estatuto da Pessoa Idosa reflete as significações produzidas na sociedade que, mediada pela mídia quanto ao envelhecimento e as representações da imagem da pessoa idosa operam na memória social comprovando a força das relações sociais e sua eficácia simbólica na formação dos sujeitos. Para Pêcheux (2015, p.45) “[...] na transparência de sua compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona enquanto diagrama, esquema ou trajeto enumerativo”.

Nessa afluência, as memórias sociais necessitam de mecanismos para se fortalecerem e serem transmitidas às gerações ao longo do tempo. Logo, a mídia tem sido um instrumento mediador entre as construções sociais e a sua solidificação do/no pensamento social. A cultura, as tradições e os conceitos podem ser fortemente influenciados, mantidos ou reelaborados pela atuação dos meios de comunicação operantes na atualidade. O alcance midiático é assombroso e atua culturalmente na formação de identidade, no refazimento de valores e no estabelecimento de exigências comportamentais e estéticas relativas à aparência física que se perpetuam atendendo aos apelos da vida moderna em que a juventude é um símbolo de bem-estar e deve ser eternizada.

Nos canais de comunicação, sejam esses por intermédio dos jornais, das revistas, das redes sociais e da televisão, os discursos que estão em funcionamento possuem gestos de interpretação, de regularização e estabilização na produção de estereótipos, na sedimentação de regras entre o sentido estabelecido e àqueles que deverão ser consolidados tendo por base convicções sociais, classistas que reverberam os princípios capitalistas dominantes e produzem sentidos diversos.

Portanto, as imagens, as propagandas e a publicidade veiculadas pelas revistas de moda, de comportamento, pela televisão e pelas redes sociais, por exemplo, são criadas e manipuladas para que as memórias sociais, que interessam ao momento histórico, sejam fixadas, acomodadas e outras possam ser suscitadas e, nesse jogo, do lugar social e dos sentidos convencionados, é representada a determinação histórico-social do discurso no que se refere à velhice e à mulher idosa (TRINDADE; GRANTHAN, 2016).

Toda essa confluência sobre a velhice configura-se dentro de um contexto social e histórico. Neste caso, convém apontar as transformações demográficas e econômicas que são visíveis em todo mundo e que têm causado novas leituras a respeito da pessoa idosa e sua participação na sociedade que se modificou no decurso da história da humanidade. No Brasil, as alterações vêm sucedendo desde décadas anteriores e progressivamente se aprofundado. Neste ínterim, o aumento da população idosa e, conseqüentemente, a longevidade são realidades prementes na sociedade brasileira. Isto posto, nota-se um aumento de pessoas idosas vivendo nas cidades e, principalmente, uma sobrevida maior entre as idosas integrando a população economicamente ativa. Por isso, intitula-se esse processo de fenômeno da feminização da velhice (NERI, 2007a).

Múltiplos desdobramentos derivam desse fato. Têm-se mais mulheres idosas gerenciando famílias, ocupando o mercado de trabalho, mormente, na informalidade. Elas são

operantes nos centros de convivência para essa categoria e se aproximam de atividades diversificadas que na juventude não possuíam tempo para exercê-las. Elas estão ocupando espaços, como alunas, em universidades voltadas para a chamada Terceira Idade. Outras, continuam ativas como as professoras aposentadas que estão ligadas às universidades como voluntárias nos cursos de graduação e pós-graduação.

Existem idosas que são líderes em grupos de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade na perspectiva de as ensinarem uma profissão ou instruírem acerca de assuntos concernentes à vida diária como a violência doméstica e os diferentes tipos de assédio, dentre as atribuições desenvolvidas por elas. Debret (2004) avalia que os programas e grupos de apoio foram criados para reconquistar a dignidade da pessoa idosa, estimular a comunhão com outros indivíduos, desenvolver e aprender novas atividades com o intuito de minimizarem os problemas relacionados à solidão na velhice, reinseri-los nos espaços cotidianos e dirimir preconceitos e estereótipos que os indivíduos tendem a internalizar.

À vista dessas novas manifestações das mulheres no cenário brasileiro, cabe considerar como a velhice é enxergada socialmente, quais os estigmas e os estereótipos que são postos sobre a mulher idosa e investigar os meios pelos quais os conceitos a respeito da velhice e do envelhecimento são preservados, são mantidos no decorrer do tempo e como esses afetam a vida da pessoa idosa. Lippmann (2008) expressa que há uma imagem quase ordenada e consciente em que os nossos gostos, hábitos e nossas capacidades acabam por ajustar-se. Nesse movimento, a velhice como uma produção social, é retratada, representada e significada com base no contexto histórico de um povo.

No Brasil, ser uma pessoa idosa é um desafio e sendo uma mulher idosa os obstáculos são ainda maiores. O perfil feminino é circunscrito sob a égide da pele lisa, da ausência dos cabelos brancos, do corpo rígido, escultural, sexy e dissimulador da idade. Nesse contexto, o corpo físico entra em evidência como um capital social explicitado por Mirian Goldenberg (2015) na obra **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira** em que expõe que o corpo perfeito, em uma sociedade capitalista, precisa ser conquistado por meio de vultosos investimentos financeiros, trabalho e sacrifício. Isso reitera a rejeição à velhice e ao corpo de uma pessoa envelhecida, uma vez que não mais atende aos padrões determinados e aceitos socialmente como ideais, desejáveis e belos.

A manutenção desse padrão corporal transpassa as gerações e permanece vívido no universo feminino desde a mais terna idade, pois as mulheres são constantemente elogiadas pela beleza física, pela conduta, pela delicadeza e fragilidade consubstanciando estereótipos e

formas de subjetivação. Os estereótipos de gênero se apoiam em um conjunto de crenças de atributos pessoais que são adequados a homens e mulheres e esses são partilhados e, na maior parte das vezes, absorvidos pelo sexo feminino no seu dia a dia (TRINDADE; GRANTHAN, 2016).

Isto posto, nesta pesquisa, ter-se-á ainda uma análise dos dizeres midiáticos sobre a velhice feminina por meio de imagens previamente escolhidas contendo linguagem verbal e não-verbal de revistas selecionadas. Desse modo, foram separadas capas de revistas para que fossem realizadas as devidas análises discursivas acerca das imagens e dos textos que tratam do tema central desta pesquisa.

Ainda houve uma triagem na rede social *Instagram*, na busca de perfis que tivessem por base a discussão da velhice feminina com o propósito de verificar quais eram os discursos materializados. Observou-se que a descrição dos seus conteúdos retrata o envelhecimento feminino e fala das formas de assumir a velhice, especialmente por meio do uso dos cabelos branco/grisalhos. Os perfis examinados discutem a beleza feminina e propõem a quebra de regras produzidas coletivamente em função da idade. Em todas as análises, quer nas capas de revistas e/ou nas redes sociais foram efetivadas leituras com relação ao envelhecimento feminino.

Todas as discussões apresentadas têm acontecido em um contexto de envelhecimento populacional no país. Um processo avaliado como acelerado que em múltiplos aspectos não possui o acompanhamento necessário na identificação de suas complexidades. Existe pouca atenção na averiguação do fenômeno da feminização da velhice, na estruturação de políticas públicas e no exercício de leis eficazes que efetivam os direitos das pessoas idosas. A falta desses elementos evidencia a noção prevalente em que essa fase da vida é percebida apenas como declínio ou abeiramento da morte.

Nesta pesquisa, como procedimento metodológico, foram ouvidas as professoras aposentadas, por meio de entrevistas, para compreensão do seu papel social como mulheres idosas frente à realidade da feminização da velhice no Brasil. Para tanto, algumas questões abordadas se relacionam com os símbolos e sentidos da velhice, tais como: a imagem da mulher idosa, as suas atividades diárias, as relações familiares, a construção e desenvolvimento do papel social na contemporaneidade e as memórias ancoradas na religiosidade, na família e, sobretudo, a importância do trabalho docente na sua construção pessoal e social ao longo da vida. Com a finalidade de entendimento dos questionamentos efetuados nas entrevistas foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin para o

tratamento dos resultados. Na averiguação do material, buscou-se classificá-los em eixos temáticos, categorias e subcategorias que ajudaram na assimilação do que foi exposto nos dizeres das entrevistadas.

Desse modo, nota-se a necessidade de uma ampla releitura da velhice que considere os limites físicos, emocionais e laborais dessa fase da existência, mas que não sejam reputados como únicas características definidoras da longevidade, limitando as possibilidades de recriação da velhice em que, nesse estudo, as professoras aposentadas têm sido a principal vertente de sua recriação.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TESE

Com o intuito de traçar um caminho metodológico, definiu-se primariamente a questão problema e em seguida, foram definidos os objetivos a produção de toda a trajetória envolvendo os métodos e a metodologia a ser percorrida nesta pesquisa que será desmembrada a seguir.

2.1 Questão Problema

Com base na trajetória desenvolvida, pretende-se elucidar as seguintes questões problema: como se apresenta o papel social das professoras aposentadas? Como se apresenta o sujeito idoso e a velhice nos enunciados do Estatuto da Pessoa Idosa e nos dizeres midiáticos?

2.2 Objetivos

Objetivo Geral

✓ Analisar como se apresenta o sujeito idoso e a velhice nos enunciados do Estatuto da Pessoa Idosa, nos dispositivos midiáticos e os significados da velhice para professoras aposentadas.

Objetivos específicos

✓ Identificar as memórias sociais que compõem os discursos acerca do sujeito idoso e da velhice, nos enunciados do Estatuto da Pessoa Idosa e em capas de revistas e na rede social *Instagram* utilizando-se do método de Análise do Discurso de linha francesa.

✓ Analisar, por meio do método de Análise de Conteúdo, como as memórias das Professoras aposentadas são constituintes do seu papel social.

✓ Identificar se as professoras aposentadas reconhecem o seu papel social na contemporaneidade.

2.3 Hipóteses

✓ As narrativas jurídicas e midiáticas estão atravessadas por estigmas e estereótipos relacionadas à pessoa idosa e à velhice.

✓ As professoras aposentadas tendem a se distinguir do sujeito idoso apresentado no Estatuto da Pessoa Idosa haja vista a sua função social.

Na seção 1, **Introdução** está apresentada a fundamentação teórica da temática em questão para o aprofundamento do estudo, os métodos de estudo, a exposição da questão que problematiza a tese, as hipóteses e os objetivos.

Na sessão 2, têm-se os caminhos propostos de estruturação da tese.

A seção 3, denominada **A memória e a construção social da velhice no contexto do envelhecimento populacional e da feminização da velhice** aponta para as bases teóricas-metodológicas que referenciam a pesquisa. Desse modo, discute-se a memória social como fundamento para o entendimento da produção de velhice que está refletido no Estatuto da Pessoa Idosa, nas revistas, na rede social *Instagram* e nos dizeres das professoras aposentadas que são participantes desse estudo.

Na seção 4, do **Percorso metodológico** haverá a exposição de todos os elementos que compõem a pesquisa exploratória e descritiva que adota uma abordagem qualitativa tendo como proposta teórico-metodológica a Análise do Discurso e a Análise de Conteúdo. Os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas com 25 (vinte e cinco) professoras aposentadas de diversas regiões do Brasil. As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma do *Google Meet* em função do ano atípico em que vivemos decorrente da pandemia da COVID-19.

Para a execução dessa ação, tivemos, inicialmente, contato por telefone e por mensagens, via *WhatsApp*, para que fosse efetivado o convite de participação. Depois de aceito, a solicitação foi enviada para todas as integrantes da pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por e-mail, com a finalidade de que elas tivessem o primeiro contato com a pesquisa e os seus objetivos. Em seguida, foram marcados datas e horários escolhidos pelas integrantes da pesquisa e realizadas as entrevistas. Posteriormente, todas as entrevistas foram transcritas para a confecção do texto final.

Quanto ao exame relacionado ao Estatuto da Pessoa Idosa houve uma leitura da lei e, logo após foi realizada uma seleção dos artigos com a finalidade de circunscrever o objeto da análise. Isto feito, passa-se à investigação, com base no método escolhido, a Análise do

Discurso de linha francesa, para o entendimento dos sentidos construídos e atribuídos ao tema nomeado.

Para a avaliação dos conteúdos midiáticos, fez-se uma triagem das imagens advindas de três revistas preliminarmente selecionadas, que compuseram o estudo e logo foi definido o tema central de averiguação que, neste caso, é a velhice feminina. Após essa fase, iniciou-se o processo de descrição/interpretação das mensagens contidas com uma leitura analítica em que as perguntas exploratórias devem servir para localizar os sentidos produzidos pelo texto dentro dos discursos que evidenciam o funcionamento da ideologia capitalista na textualização.

Com relação ao exame sobre o tema nas redes sociais, privilegiou-se o *Instagram*, em virtude de ter um maior número de usuários. Assim, foi o instrumento utilizado para conhecer os perfis que debatem acerca do envelhecimento feminino e quais os temas associados à temática.

Na seção 5, intitulada **As pessoas idosas e a velhice sob as lentes dos dizeres jurídicos e midiáticos**, buscou-se uma relação dialógica entre a narrativa jurídica, o Estatuto da Pessoa Idosa – Lei 10.741 efetivado em 03 de outubro de 2003 e o método de Análise do Discurso de matriz francesa, para o desvendamento de como os discursos acerca da velhice e do sujeito idoso funcionam, se estabilizam e se movem ao mesmo tempo em que mantêm os estereótipos e as formas de subjetivação. Ainda nessa seção, algumas imagens escolhidas, com mensagens verbais e não-verbais, de mulheres idosas foram analisadas indicando a mídia jornalística como mediadora nas publicações de mensagens e discursos sobre o envelhecimento feminino. As imagens derivam de revistas com imagens relacionadas ao público feminino.

Para proceder com a análise midiática, a rede social denominada *Instagram* foi utilizada como fonte de pesquisa para buscar perfis que tratassem da velhice feminina ou do envelhecimento com ênfase na mulher e sua longevidade. Após a seleção dos perfis, os conteúdos foram verificados e notou-se que os temas debatidos se referiam a uma visibilidade da mulher idosa e, igualmente, serviam como um incentivo para que as mulheres assumam a sua idade, os cabelos brancos e as mudanças corporais que advêm com o processo de envelhecimento ainda que os discursos em funcionamento têm como premissa de negação da velhice.

Na seção 6, **Resultados e discussão dos dados: As professoras aposentadas e a recriação da velhice** foram analisadas os relatos das professoras aposentadas, com base no

método de Análise de Conteúdo. Nesse momento, as participantes enfatizaram as memórias sociais que conduzem seus modos de vida, suas condutas e seus papéis sociais. Nesse sentido, foi apreciado como, de maneira consciente ou não, as memórias evocadas permitem o reconhecimento de si tendo como base o seu papel social em função da atividade docente desenvolvida ao longo da vida para a leitura de uma possível recriação da velhice na contemporaneidade.

Na seção 7, manifesta-se a **Conclusão** da pesquisa em questão e, por fim, as referências que foram utilizadas para a apreensão dos componentes teóricos e empíricos na produção da tese.

3 A MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE NO CONTEXTO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DA FEMINIZAÇÃO DA VELHICE

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incidem o brilho de um significado coletivo.

(Ecléa Bosi)

3.1 A memória e a construção social da velhice

As construções sociais são formuladas no decorrer do tempo e dizem respeito a várias instâncias da vida humana. São padrões, ideias, acepções que, após gerados, se robustecem, se cristalizam e quando solidificados, regem condutas e os comportamentos dos indivíduos. Se manifestam como símbolos que foram produzidos coletivamente e, por vezes, não servem apenas para orientação ou rememoração, mas são conhecimentos que conduzem uma sociedade. As construções sociais permeiam os âmbitos políticos, religiosos, comunicacionais, econômicos e culturais e se expressam cotidianamente. Dessa forma, impactam diretamente a vida humana, pois interferem na composição pessoal e social do homem e da mulher.

Nesta perspectiva, elas se relacionam com todas as fases da existência e da identidade pessoal que se entrelaçam com a identidade social, afinal o ser humano vive em coletividade e é afetado constantemente pelo meio ao qual pertence. Elias (1994) assevera que a sociedade, como sabemos, somos todos nós. Logo, não se pode pensar o indivíduo dissociado da sociedade à qual ele está inserido.

Elias (1994) reconhece que os homens não são originados apenas por si só, mas são criados por outros que existiam antes dele. O homem cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social. Cada ser humano é único, mas estabelece vínculos com múltiplos grupos sociais possibilitando a formação da identidade e do reconhecimento de si mesmo. Neste sentido, as construções sociais são estruturadas nas práticas sociais, nas representações, nos sentidos, nos costumes, nos rótulos e nos estigmas.

Portanto, os discursos de um ou mais grupos que se referem à idade, ao gênero, às classes sociais, por exemplo, formam e estabelecem um agrupamento de normas, padrões e procedimentos que acabam por generalizar um ou vários modos de vida fazendo parte de um

determinado controle social. Em função disso, Lippmann (2008) argumenta que os estereótipos são formados porque são vistos pelos olhos da cultura em que se vive, acredita-se no que ele definiu e o que foi captado pela cultura é transportado em sucessão.

Assim sendo, para que as construções sociais sejam representativas e perdurem temporalmente, elas são passadas como legados entre gerações tornando-se guias importantes para a perpetuação de modos de viver, das percepções, das tradições, das culturas, dos rituais e, todo esse conjunto, colabora para que os indivíduos se tornem intérpretes do passado arquitetando o presente e influenciando os atos futuros. Para Arendt (2016), nossa herança foi deixada sem testamento algum.

Neste sentido, se tornou comum definir coletivamente como cada um deve se comportar, pensar e agir de acordo com a sua identidade etária. Barros (2011, p. 47) reitera que “[...] as idades são apreendidas como etapas que definem estilos que podem ou não ser adotados e delimitam fronteiras entre indivíduos e segmentos sociais, como podemos ver na interpretação da juventude ou da “terceira idade” como uma maneira de ser e de estar no mundo”. Em virtude da identidade etária, as regras sociais se manifestam como símbolos de orientação “naturais” para o convívio social, ainda que essas estejam carregadas de preconceitos, rótulos e sejam discriminatórias. As sociedades, de maneiras diversas, promovem as memórias sociais como delimitadoras do modo de pensar e designam como cada pessoa deve se portar como uma forma de manter a “ordem” social pré-estabelecida. No entanto, sabe-se que as normas sociais são voláteis, mutáveis e servem para demarcar os papéis sociais.

Desse modo, para cada idade, têm-se os parâmetros estipulados conforme o contexto histórico-social prevalecente. As construções sociais atribuem significados, valor e função social a cada fase da existência (MAGALHÃES, 1989). Com isso, os códigos são gerados e promovem uma certa ordenação do mundo para que o seu andamento se consolide, por isso criam-se os mecanismos de produção de sentido para cada faixa etária. Philippe Ariès (1981) em sua obra **História social da criança e da família**, apresenta um estudo da construção social das categorias de idade e mostra que a criança não era considerada como uma categoria social. Para o autor, a criança e o adolescente não eram socialmente enxergados. Tão logo as crianças deixavam de ser bebês se misturavam aos adultos e não havia uma nítida diferença entre seu universo e dos que estavam à sua volta. Por isso, ela participava do mundo, do trabalho e da vida social como todos os adultos ao seu redor.

Não havia uma transmissão dos conhecimentos de uma forma gradual e delimitada para cada fase da vida. Quando elas se mesclavam com os adultos, passavam a experimentar as vivências próprias de homens e mulheres sem terem passado por fases anteriores. Debret (1998) aponta que no século XVII, apareceram as distinções entre as crianças e as pessoas mais velhas, pois surgem as instituições próprias para elas com o intuito de prepará-las para a vida adulta.

Ferrigno (2006) indica que as fases da vida podem ser percebidas como uma sucessão de etapas, bem como, produzidas pela cultura. Ou seja, as construções sociais criam significações para todas as fases da história humana. Barros (2011) afirma que as periodizações são elaboradas e desenvolvem práticas específicas para cada transição etária. Por essa razão, dentro de uma geração tende-se a observar que os indivíduos pertencentes àquele momento histórico, regularmente, pensam e têm uma atuação social bastante parecida. É necessário salientar que as construções sociais não são exclusivamente definidoras, mas exercem uma intervenção abrangente na regulação da vida cotidiana. Da mesma forma, são especificados os padrões para os jovens, para os idosos, para as mulheres e para os homens. Em cada escala cronológica, existem papéis sociais que são definidos e geram expectativas a fim de que sejam vivenciados, constituindo uma possível lógica que se conforme com o ideal previamente delimitado para a experimentação da vida.

Debret (2003) atesta que todas as limitações quanto a idade e a circunscrição de práticas a ela associadas são resultantes de um esforço para instituir parâmetros no progresso biológico humano. Neste sentido, existem movimentos em torno da disseminação dos padrões de comportamento e normas de procedimento. Isso é necessário para que modelos sejam seguidos, estabelecidos e absorvidos a depender da idade de cada indivíduo. É como se o mundo tivesse uma ordem própria e imagens que não devessem ser quebradas. Lippman (2008, p. 72) fala quanto a representatividade do mundo para cada ser humano.

Naquele mundo as pessoas e as coisas têm seus lugares bem conhecidos, e fazem certas coisas previsíveis. Sentimo-nos em casa ali. Enquadramo-nos nele. Somos membros. Conhecemos o caminho em volta. Ali encontramos o charme do que é familiar, o normal, o seguro; seus bosques e formas estão onde nos acostumamos a encontrá-los.

Nesse entendimento, um elemento central para que as tradições, os costumes, os códigos de condutas, sejam cada vez mais referendados, normatizados e naturalizados é a memória. Afinal, a memória é viva. Tudo que é perceptível se relaciona com ela, por isso ela

está repleta de sentido histórico. Consoante Halbwachs (2006), não é suficiente reconstruir detalhadamente uma memória, mas é necessário que esta reconstrução opere com dados e noções que pertençam a todos. Desse modo, a memória produzida socialmente será essencial para que perdurem as construções sociais e, essas, gerem sentido, significação e estratificação na existência coletiva.

Nesta perspectiva, é possível existir vínculos entre os membros de uma sociedade baseando-se em concepções passadas e presentes que reconstróem memórias e influenciam as diversas áreas da existência para a constituição de características que podem circunscrever uma categoria social, pois não há memórias que persistam sem que se possam relacioná-las a um grupo específico (HALBWACHS, 2006).

A memória social revela as diversas maneiras pelas quais os indivíduos e a sociedade são formados pelo passado, consciente ou não, nos diversos âmbitos da vida social e ela representa um sistema que é formado de relevância ampliada com o passar dos anos. Ela está presente nos dizeres e nas práticas diárias. A memória social pode ser entendida como a expressão da memória coletiva, essa memória identifica o grupo e confere sentido ao seu passado definindo as aspirações para o futuro (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

A memória social não se refere unicamente ao passado, mas traz consigo as expectativas do futuro, pois ela não é fixa ou imutável é uma remodelação contínua. Segundo Gondar (2016), a memória social aloja uma multiplicidade de funções porque não assume apenas um discurso unívoco. Ela é complexa, polissêmica e é uma fonte de conhecimento. Para Fentress e Wickham (1992), a memória social não se resume apenas em fornecer um apanhado de categorias que atravessa o modo de vida de um grupo, mas proporciona à sociedade uma forma de refletir de maneira consciente sobre sua própria constituição social. Consoante Gondar (2016), a memória social tanto pode ser entendida por meio de significação quanto de diversos signos que se expressam nas imagens, na linguagem, dentre outros.

Nesta ótica, a memória social é uma leitura que explana como a sociedade pode ser moldada pelo passado e como esta interfere na composição do presente e do futuro. Bosi (1987) diz que o tempo da memória é social não apenas pelo fato de demarcar tempos, mas porque repercute nas formas de recordar. A memória como uma dimensão social é um campo vasto de estudos que percorre múltiplos âmbitos e produz efeitos na linguagem e na comunicação resultando no entrecruzamento de sentidos que incorporam ao campo social. Ela atravessa diversas relações de poder que condicionam os atos, fatos, discursos e proposições

que determinarão posicionamentos pessoais e coletivos, identidades e condicionarão as atitudes dos grupos e de categorias sociais, por exemplo.

Na esfera da comunicação e dos discursos que regem a vida diária, a memória assume um papel de destaque porque ela é usada como instrumento para reforçar e manter influências diversas em homens e mulheres. Neste ínterim, a linguagem assume uma poderosa incumbência, uma vez que é diariamente empregada e constrói diversas significações que estabelecem os pensamentos e visões que se solidificam no imaginário social. Os discursos se movem, se deslocam, estão carregados de sentidos e, conjuntamente com as memórias são sempre requeridos para a manutenção de ideias, de princípios, direitos e deveres, de experiências partilhadas, de ritos e de dogmas, afinal, a memória promove laços de filiação entre os membros de um grupo e sedimenta valores e concepções predominantes nas quais elas se referem (HALBWACHS, 2006).

Para a preservação de estruturas sociais, as memórias são evocadas com o intuito de reforçar percepções, pensamentos, tradições, costumes, conexões por meio de imagens formadas e alicerçadas nas relações de poder, em distintas esferas sociais, que interessam ao presente e estão ligadas a vários elementos, como a religião, ao poder político, econômico e cultural, pois tudo isso tende a conservar um grupo, uma coletividade, uma nação atada à interesses pré-determinados. Para Fentress e Wickham (1992, p. 40):

O mundo em que vivemos que distribui as tarefas da nossa memória, determina a maneira como essas tarefas devem ser desempenhadas e até nos dá as categorias com que as pensamos. Isto é verdadeiro para a memória individual e é também verdadeiro para as memórias conservadas coletivamente.

Neste contexto, a velhice é uma produção social e, como tal, os entendimentos e acepções sobre ela são definidos pela sociedade, pelas memórias produzidas e evocadas que influenciam diretamente na percepção que as pessoas idosas têm de si mesmas. Beauvoir (2018) assevera que a velhice é condicionada pela sociedade da qual ela faz parte. Dessa maneira, os grupos sociais instituem a visão em torno da velhice e ela está envolta de discursos que funcionam e que se expressam nas ações rotineiras, nas práticas sociais, na língua e nas materialidades discursivas como resultados das ideologias que atuam em cada conjuntura histórica e cultural. A ideologia se materializa nas práticas, nos dizeres e está entre os sujeitos e suas atitudes (CRUZ, 2018).

Todos estão sujeitos à linguagem, aos seus lapsos, pois não há neutralidade nem mesmo no uso dos signos no dia a dia (ORLANDI, 2015). Em razão disso, surgem as variadas imagens, discursos e linguagens referentes à velhice, pois nesses estão postas as características e as orientações confeccionadas coletivamente no tocante ao comportamento, aos valores e limitações estipulados pela sociedade no que tange a pessoa idosas, posto que as memórias subsistem uma vez que fazem parte de apanhado de princípios e valores que são comuns (HALBWACHS, 2006).

A velhice, na atualidade, é um assunto discutido amplamente e tem ganhado notoriedade, visto que a presença da pessoa idosa no cenário brasileiro tem sido relevante. Com isso, deve-se pensar como a memória social tem sido produzida, reconstruída e desenvolvida no que toca às concepções e às assimilações sobre a velhice e aos homens e mulheres idosos. A sociedade brasileira confere múltiplos significados à velhice. Com isso, criou-se uma compreensão da pessoa idosa que a classifica e a estigmatiza conferindo-lhe uma exclusão social e, logo, produzem os pareceres e os juízos de valor que sustentam as memórias sociais. Desse modo, a estruturação da velhice se apoia na memória social. Os sentidos são concebidos na linguagem com base nas redes de memória que constroem efeitos ininterruptos e que, simultaneamente, estão em contínuo movimento que se equilibram e se movem (FERREIRA, 2011). Todas as práticas sociais são reconhecimentos das crenças e atitudes fabricadas em distintos momentos históricos que são exercitados na vida diária e replicados pelas gerações que criam inúmeros discursos sobre ela.

Indursky (2011) comenta que a memória social se constitui à medida que os discursos confeccionados em vários contextos são revisitados, repetidos e regularizados. A memória produz efeitos na língua e esses são reproduzidos, reprisados pela e na coletividade. Os discursos que trazem as memórias acerca da velhice são apresentados conforme os ditames estruturais que regem a história atual. Eles possuem significados diversos a depender da cultura de um povo. Assim, os indivíduos tendem a fazer suas próprias interpretações sobre o tempo vivido e como se veem a si mesmos e os outros dependendo do seu contexto social e concebem suas memórias tendo por sustentação a vida em comum.

À vista disso, a memória social está presente na língua e retrata as ideologias presentes sobre o tempo cronológico e o estrato etário. Logo, na sociedade brasileira, quando se refere à velhice, vê-se que as imagens e os discursos são nocivos, estigmatizados e são reiterados como se fossem as únicas ilustrações desse período da vida. As pessoas quando envelhecem são enxergadas como um desvio da norma social (ELIAS, 2001).

Isto posto, é notório como o sujeito idoso é apresentado à sociedade. Seja na lei ou na mídia existe a produção de um perfil que vigora na memória e é representada socialmente, simultaneamente, de acordo com as conformações sociais presentes nas narrativas jurídicas e nos meios de comunicação. Essas materialidades circulam e instalam sentidos. Silva Sobrinho (2007) alerta que os discursos sobre a velhice, sobretudo, os considerados atuais (re)configuram os espaços de significância na tentativa de reinterpretar a velhice.

Neste sentido, os dizeres jurídicos e midiáticos interferem nas práticas sociais e dos sujeitos, pois as memórias confeccionadas, armazenadas e exercidas se baseiam em imagens e práticas que são lembradas, ratificadas e consumadas em materialidades consideradas importantes para a vida cotidiana. Os dizeres midiáticos podem ser grandes indutores das formas de agir, de percepções e de formação ideológica. Os conhecimentos em relação à velhice e à pessoa idosa são processados entre as gerações e se eternizam construindo visões e identidades. Os padrões estéticos mediados (pela mídia) são aceitos facilmente pelo público e sua influência determina as formas de proceder (SOUZA, 2016).

Os meios de comunicação como a *internet*, a televisão, jornais, revistas e redes sociais são organizadores dos pensamentos e das ações cotidianas e também são meios veiculadores. Da mesma forma, as leis são percebidas como orientadoras da organização social. Mediante isso, esses mediadores podem ser elementos condutores das memórias e dos pensamentos sociais. A linguagem é, portanto, um recurso fundamental de cristalização das ideologias que estão vigentes nos discursos sobre a velhice e essas são usadas nas diversas mídias, uma vez que a linguagem é o principal sistema de significações, de transmissão de conhecimentos e de cultura (MENDONÇA, 2020).

Neste estudo, destaca-se a ideologia capitalista, que representa o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se ideias de todas as classes, tornam-se ideias dominantes (CHAUÍ, 2008). Com isso, a leitura que representará os conceitos de velhice que se seguirão serão pautadas na ideologia capitalista. As ideias que remetem à velhice e ao envelhecimento humano estão ligadas a classe dominante que “controlam a produção de ideias e a sua distribuição e se tornam ideias dominantes da época” (CHAUÍ, 2008, p. 85).

Desse modo, os sentidos referentes à velhice estão carregados de ressalvas e são veiculados na comunicação diária, nas mídias e popularizados nas falas e conversas rotineiras. A memória é constituída de significados culturais e ideológicos. Para tanto, os meios de comunicação medeiam e popularizam as conceituações sobre o envelhecimento e, de maneira enfática, se tornam instrumentos de difusão de opiniões, representações e noções sobre como

essa fase da existência deve ser vista, sentida e experimentada, uma vez que essas ideias necessitam ser transformadas em um pensamento comum à todas as classes sociais.

Em virtude disso, essas conceituações são reproduzidas pelas pessoas idosas e por toda a sociedade, pois a mídia precisa contar com a adesão a sua influência para que os ideais de mercado sejam absorvidos, reforçados e ecoados. Para esse intento, utiliza-se da padronização de uma imagem acerca da descrição no tocante à velhice e à pessoa idosa, dado que ao instituir referências se torna mais fácil sua difusão. Reis (2016, p. 37) diz que:

A participação dos dominados no processo de manipulação transforma-se, assim, numa espécie de ajuste à realidade “das exigências organizacionais das fontes e das mídias” [...] Afinal, nenhuma esfera do poder pode sustentar-se sem um mínimo de envolvimento dos seus subordinados; essa é uma questão dialética básica.

Silverstone (2005) avalia que a mídia opera de forma profunda no cotidiano e tende a moldar realidades do dia a dia por meio de representações singulares e múltiplas. Para tanto, a força do discurso midiático se apoia no senso comum que está ancorado na sistematização da ideologia capitalista presente neste estudo. Nota-se que várias publicações de revistas, de conhecimento do público em geral, tratam sobre o envelhecimento e apontam alternativas para experimentar a senilidade na perspectiva dos aspectos e ações da juventude, ocultando a velhice. Ou melhor, tem-se o princípio do rejuvenescimento como condição precípua para a aceitação dessa categoria pela sociedade. Konder (2002, 151) expõe que “[...] é na linguagem que se revelam os movimentos da busca do conhecimento, das aspirações generosas, mas também dos movimentos do medo, dos desejos subterrâneos, dos preconceitos, das ambiguidades”.

Nesse contexto, a mídia se insere não somente para fazer transmitir informações, porém ela pretende chegar aos mensageiros interessados, e isso explica como os meios de comunicação são organizados para atender as necessidades existentes e as que são fabricadas sobre a velhice e, implacavelmente, a velhice feminina. Santos (1996) chama a atenção para a percepção de que as imagens criadas pelas mídias tendem a proliferar e, por conseguinte, a sociedade dá testemunhos das exigências estéticas que ofuscam os rigores da razão.

A ideia recorrente e central é a construção de um “novo” idoso. Expandir essa representação é crucial para que o consumo de produtos que promovem uma suposta liberdade, retratada pela mídia em seus diversos âmbitos, seja amplamente aceita e haja a devida comercialização de mercadorias e produtos específicos, pois a ideologia capitalista da

juventude camuflada nesses artifícios que rejeitam a velhice representa um modelo universal predominante. Afinal, o envelhecimento é um tema tabu na sociedade. As pessoas esquivam-se de comentar o assunto, como se falar sobre a velhice trouxesse consigo o envelhecimento em si (WINANDY, 2021).

Freire (2021) indica que a língua está carregada de valores, de acepções e de imagens. Nota-se que, ao identificar a pessoa idosa a esse novo perfil, existe uma tentativa de apagamento das memórias construídas anteriormente, mas elas são rememoradas reafirmando a negação da velhice. De forma escamoteada, há uma rememoração da caracterização da pessoa idosa com a decrepitude, a decadência, uma aproximação entre velhice e doença para a atualização do perfil do “novo idoso”. Segundo Niquetti (2017), a velhice é anunciada como um fantasma em que a única chance de uma vida “viável e digna” é encarar as soluções apresentadas pela medicina, pela política e pela economia. Para Orlandi (2015), nós somos afetados pela língua e pela história, afinal são a memória e a história que determinam o que é relevante para ser lembrado ou não, portanto a linguagem é significativamente importante nesse processo.

Santos (1996) afirma que os meios de comunicação têm um papel crucial na desagregação dos discursos legitimadores que são orientadores das formas de experiência individual e coletiva na edificação do projeto da modernidade. Neste contexto, repara-se que os conceitos fornecidos pela mídia a respeito da velhice são guias para a definição de suas significações. Vê-se que a velhice é depreciada em vários âmbitos, dentre eles, verifica-se isso nas histórias infantis, nos contos de fadas, nas piadas, no domínio virtual, nos *memes*, nas brincadeiras de mau gosto, nas frases humilhantes e depreciativas.

Da mesma maneira, a imagem da pessoa idosa é veiculada no imaginário social como um sujeito capaz de maltratar crianças desobedientes e arteiras. Vê-se, por exemplo, que nas histórias infantis o “véio” que coloca crianças no saco é uma figura comumente aceita e serve para amedrontá-las. Esses tipos de conto são usualmente contados aos netos por suas avós e avôs. Essas são algumas memórias que se tornam como constituintes autênticos da realidade. Por certo, a memória é o veículo mais apropriado para transmitir uma informação, uma vez que é uma dimensão facilmente acessível ao outro (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Neste sentido, é necessário analisar quais são as imagens que referenciam a pessoa idosa e como a memória social reflete e condiciona os encarceramentos do processo de envelhecimento e da velhice. A condição de ser uma pessoa idosa não é ignorada, se tornou um escândalo (BEAUVOIR, 1970). Basta observar que quando se pensa em pessoas

consideradas legalmente idosas, no cenário brasileiro, com 60 anos ou mais, as referências que são rememoradas se apoiam, sobretudo, na aparência e decadência física. Essa fisionomia que é trazida à memória, geralmente é contrária às regras de controle sobre o corpo aclamado pela sociedade capitalista em que predominam os aspectos físicos relacionados à juventude indo ao “encontro” dos interesses do mercado (moda, mídia, publicidade) (SOUZA, 2019).

O envelhecimento sempre esteve associado ao declínio, às mudanças corporais indesejadas, à ausência da beleza. Elias (2001) infere que a identificação com os velhos e com os moribundos coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias e que elas resistem à ideia de seu próprio envelhecimento e morte. Nesse contexto, as exigências da perfeição estética recaem, de modo incisivo, sobre o público feminino. Perrot (2007) argumenta que as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Assim, quando se refere à mulher idosa, o físico envelhecido se configura como um marco para a suposta degradação da existência. Existe um repúdio às rugas que estampam os rostos e aos cabelos que perdem a pigmentação e se convertem em fios brancos como elementos que, reunidos, apontam para a velhice. Os estigmas e os estereótipos se somam às muitas maneiras de escamotear o processo de envelhecimento porque as rugas são moralmente condenáveis (SIBILIA, 2011).

A memória alicerçada, que pertence à coletividade, é conclamada quando se concerne aos aspectos corporais do envelhecimento. Constantemente, uma pessoa idosa é citada sem formosura aparente, repulsiva, desajeitada e que não deve ser exposta. Essas construções se baseiam sob a ótica do aspecto juvenil, portanto, a comparação é imediata, uma vez que há uma contra identificação dos jovens com os velhos (ELIAS, 2001).

Desse modo, a aparência física precisa ser marcante, escultural, produzida, confeccionada milimetricamente para pertencer a padrões precisos e, assim, serem exibidos, apresentáveis e ostentados. É comum vincular a beleza a corpos magros, musculosos e esbeltos e, raramente, essas características são associadas à velhice. Porém, quando se contempla o contrário, uma pessoa gorda e sem músculos aparentes, conclui-se que o indivíduo é mais velho, mais feio justamente porque os atributos corporais notados são distintos das regras sociais. Nesse sentido, além de um capital físico, o corpo é, igualmente, um capital simbólico, um capital econômico e um capital social (GOLDENBERG, 2015).

A memória evocada, no tocante à velhice, está atrelada às mazelas do envelhecimento que se relaciona com um período de transformações complexas, desapropriação de si mesmos, desconexão com o mundo ao seu redor, desligamento da esfera do trabalho formal dentro das

condições capitalistas de produção. O corpo torna-se lugar de inscrição do sujeito do discurso, imerso em uma cultura que o determina e que por ele é determinada (RADDE, 2015).

As memórias que retratam os idosos ainda incluem a sua não participação efetiva no mundo do trabalho e da produtividade associada ao capital. Por não mais pertencerem às relações trabalhistas formais e terem a possibilidade de usufruir de uma aposentadoria, muitas vezes, são apontados como pessoas que “não tem o que fazer”, são “folgados”, “vagabundos” ou são vistos como indivíduos preguiçosos e assistencialistas. D’Alencar *et al.* (2017) observa que todos os sentidos destinados à velhice e ao processo de envelhecimento advêm de um sistema de convenções posto em uma cultura específica capaz de fomentar uma fragmentação social.

Dessa forma, a memória está conectada a esses aspectos porque houve, anteriormente, uma construção social desse período da existência e, concomitantemente, uma preservação. À vista disso, Beauvoir (1970) opina que a velhice não simboliza apenas um fato biológico, mas é, precipuamente, um fato cultural. Isso se ratifica quando há a representação de uma pessoa idosa, pois logo há uma associação com um sujeito inflexível, desobediente, improdutivo, inútil, desatento, antiquado, sem autonomia, dependente e sem um papel social. Isto é, o envelhecimento não está condicionado apenas à aparência corporal, porém aplica-se ainda ao comportamento do sujeito idoso. Bosi (1987) aponta que a opressão da velhice se opera de várias maneiras e, algumas, se caracterizam por serem brutais e outras são implicitamente consentidas.

Neste cenário, as construções sociais em torno do tema são refeitas conforme as observações produzidas pelos setores econômicos e sociais advindas das inversões nas pirâmides demográficas mundiais e de âmbito nacional. Assim, nota-se que tem surgido mudanças que se relacionam com a produção e desconstrução de dogmas e valores sobre o envelhecimento e tudo isso interfere diretamente na percepção, de forma coletiva, a respeito da pessoa idosa e da velhice. Portanto, novas imagens de identificação apareceram para se referir a essa categoria, como a designação da expressão Terceira Idade, que se interporia entre a velhice e a maturidade (MENDONÇA, 2020) criando novas identidades nessa etapa da vida.

Nesta conjuntura, Cerqueira e Ribeiro (2017) comentam que a partir da década de 1970, constata-se outra visão em torno dos discursos a respeito do processo de envelhecimento e cada vez mais essa questão esteve sendo debatida na sociedade brasileira. Essas transformações ocorreram em um momento de mudanças sociais que se relacionaram

com direitos, deveres que trouxeram à tona a necessidade de reaver a dignidade da pessoa idosa. Nesse período, houve a expansão do capital financeiro, o crescimento das ideias neoliberais e a solidificação do Estado intervencionista que facilitou o avanço de mercado nesse contexto de mudanças histórico e social (TEIXEIRA, 2008).

Dáí em diante, a Terceira Idade, se torna um termo que foi adotado, inicialmente, na França, e logo depois o Brasil passa a fazer uso da expressão em seus escritos sobre a pessoa idosa. Assim, Peixoto (2003) informa que o palavra idoso caracteriza as pessoas mais velhas e o termo terceira idade simboliza os “jovens velhos”. Debret (1997) expõe que essa expressão, entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice, não é explicada pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que não adquiriu ainda uma conotação depreciativa. Disto, infere-se que ao negar os estereótipos existentes que se referem à velhice, quando do uso o termo, existe simultaneamente uma desvalorização do ser humano e de suas necessidades e qualidades que só são interessantes para o capital sob a condição de força de trabalho ou como consumidor (TEIXEIRA, 2008).

Destarte, várias transições foram ocorrendo e outros vocábulos foram surgindo como a “melhor idade” sempre relativas a uma nova visão destinada à velhice e a pessoa idosa. Não se pode deixar de atrelar essas mutações às estruturas sociais, políticas e, sobretudo, econômicas pelas quais o mundo experimentava, bem como a sociedade brasileira. Entre elas, as leis que foram confeccionadas, essencialmente, em função da Constituição Brasileira de 1988. À vista, Teixeira (2008) aponta que as formas de valorização e a pseudovalorização da pessoa idosa perpassa pela lógica expansionista do capital.

Para tanto, pode-se avaliar que o avanço da globalização promoveu uma vasta reelaboração na economia, na cultura e, principalmente, nas relações de consumo em que se buscou atingir os diversos segmentos sociais e, inclusive, a pessoa idosa. Santos (2006) informa que diante dos processos globalizantes, consumir é considerado uma ação importante na contemporaneidade e muda de figura com a passagem do tempo. Hoje, há uma produção precedente do consumidor antes da produção de um determinado produto. Como consequência disso e mediante as previsões demográficas se concretizando, sobretudo no caso brasileiro, distintas imagens do envelhecimento foram fabricadas para definir e atingir essa categoria social, bem como atender aos padrões capitalistas de produção e consumo. Barros (2003, p. 9) diz que “[...] construímos novos termos para identificar essas pessoas,

visualizadas pelo olhar acurado de nossa sociedade de consumo como um mercado consumidor cada dia mais significativo”.

Para que os padrões do rejuvenescimento se fortalecessem nas esferas da saúde, da estética e, principalmente, do consumo de produtos e artefatos que pudessem “garantir a perenização da juventude” e o prolongamento da longevidade, as estratégias de consumo capitalistas atuaram rapidamente. Com isso, houve a exploração de um mercado consumidor para a faixa etária das pessoas com 60 anos ou mais, pois representam uma gama de usuários de serviços e produtos na construção do que se denominou intitular Economia da longevidade (FÉLIX, 2009).

Félix (2019) expõe que esse conceito tem uma definição mais ampla e não apenas um nicho de mercado suscitado pelo aumento do percentual de pessoas com 60 anos no total da população. O chamado Mercado Sênior se especializa cada vez mais no oferecimento de mercadorias que possam atender as diferentes gerações de idosos e inseri-los em uma fatia do mercado de forma promissora. Félix (2014, p. 48) apresenta dois conceitos imprescindíveis de âmbito econômico para o tema em questão.

“Economia do *Care*” (Economia do cuidado) e a “Economia da Longevidade”, ambos com o objetivo de estabelecer um campo de pesquisa ou uma disciplina acadêmica que estabeleça as relações das atividades econômicas no enfoque do envelhecimento populacional.

Desse modo, as empresas e as indústrias não podem mais negligenciar as necessidades e desejos das pessoas com 60 anos ou mais, uma vez que fazem parte diretamente da movimentação da economia. Com isso, setores estão investindo grandes fortunas na criação e aprimoramento de produtos emergentes. São múltiplas as áreas de ação: turismo, educação física, saúde, autocuidado, beleza e cuidados de longa duração. A gerontotecnologia, por exemplo, que é conceituada no desenvolvimento de produtos, ambientes e serviços para melhorar o cotidiano das pessoas idosas, proporcionando melhor qualidade de vida, bem como, uma aplicação tecnológica abundante para a criação de aplicativos no atendimento e automação domiciliar e as *startups* para o envelhecimento.

Nesta esfera, ergue-se o conceito do rejuvenescimento como um “antídoto” para frear o processo de envelhecimento. Neste ímpeto, várias ciências começaram a apresentar propostas de cuidados preventivos para que a pessoa idosa possa se manter mais jovem combinando com as promessas de manutenção da juventude criando oposição entre “[...]”

jovem velho e o jovem entre o velho jovem e o velho velho” (DEBRET, 1997, p. 05). Neste aspecto, o envelhecer se transforma em uma ameaça ao modelo de recriação da própria velhice e da imagem refletida pela pessoa idosa.

Em decorrência, todas as tecnologias do rejuvenescimento como os produtos da cosmetologia, o incentivo midiático pela busca das cirurgias plásticas, das práticas esportivas e nutricionais são apontados como protagonistas de novas possibilidades de se tornar um idoso longo. A velhice deve ser camuflada para que a pessoa idosa seja apresentada como um sujeito que está conectado com os princípios da “juventude eterna” em um combate fervoroso contra as limitações físicas do corpo envelhecido. As formas de propagação dessas memórias estão além da escrita e dependem muito mais da forma como a sociedade as representa em cada contexto (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Portanto, há uma publicização da mudança das imagens da velhice nos dias de hoje e o discurso midiático exerce uma forte influência sobre a observação de si mesmo e dos outros baseando-se em regras e conceitos pré-definidos e de como se deve ser. Assim, Santos (1996, p. 132) define:

Para a modernidade, ser é tornar-se: o devir se desenrola segundo uma regra inerente ao próprio ser. Não apenas o ser não permanece, como seu devir tem um sentido. Dito de outra maneira, as formas modernas de organização da realidade são o ponto de fuga que ordena a perspectiva do existente. Reina sobre esse modo de pensar a lógica do deve ser: por um lado o existente é confundido com um deve ser e, por outro, esse último é identificado a um inevitável tornando-se.

Na esfera da vida moderna, a ordem social instituída para quem é idoso e idosa é a da juventude imorredoura. A velhice só poderá ser acolhida socialmente se atender aos modelos que se alicerçam no corpo jovial (DEBRET, 2003). O olhar da sociedade contemporânea para o corpo que envelhece julga ser necessário que ele seja preenchido com as tecnologias do rejuvenescimento a fim de que se torne alvo de admiração e não denuncie a idade, visto que se tornou um parâmetro para a aceitação social. Ou seja, é essencial que se afastem os sinais do envelhecimento, uma vez que a juventude significa uma discrepância com relação à velhice e, simultaneamente, deve ser um arquétipo adotado durante o envelhecimento e na velhice (BARROS, 2011).

Neste percurso, as transformações corporais e mentais desse estágio quase nunca são notadas como momentos de renovação ou reconstrução desses sujeitos sociais, afinal o envelhecimento e as suas adversidades são mais apontados pelos indivíduos externos do que

por si mesmos. Neves (2016) destaca que as modificações do corpo são enxergadas pelo indivíduo, mas é o outro quem aponta o envelhecimento. Nesse viés, a autoimagem pode ser definida pela visão extrínseca. A velhice se torna um incômodo pelo fato de que ela é tomada como uma anomalia que sinaliza não só uma aberração estética e física, mas uma doença contagiosa em que todos devem se afastar (SCHIRRMACHER, 2005).

De acordo com Sant’Anna (2006, p.107) “[...] “envelhecer rejuvenescendo” deixou de ser contradição entre termos para se tornar necessidade julgada saudável e socialmente bem aceita”. Para tanto e, contraditoriamente, é vital que se envelheça jovem, uma vez que a aproximação com as características da velhice pode sugerir um abeiramento com a morte. Nesta confluência, julga-se que a ideia de finitude está muito mais próxima de quem “se parece” com um velho do que àquele que tem uma aparência juvenil.

Essa manutenção da “velhice jovial” é um assunto comentado e divulgado nas revistas femininas, nas propagandas televisivas, nos programas específicos sobre bem-estar veiculados diariamente nos canais de TV e nas redes sociais. Lopes (2003) diz que os discursos das revistas são organizadores das significações da vida diária como totalidade e esse processo classifica, hierarquiza e pedagogiza o mundo. Então, vê-se, recentemente, em um aplicativo, para uso em celulares, conhecido com *Tik Tok* vários vídeos mostrando pessoas idosas realizando atividades divertidas, dancinhas e, até desafios que são considerados inadequados para os mais velhos, tais como: andar de skate, dirigir em alta velocidade, saltar de paraquedas, surfar, fazer rapel, praticar exercícios físicos que exigem alta performance, pois, desse modo, deseja-se exibir uma silhueta de “velhos remoçados” que possuem corpos altamente treinados pela musculação e com isso, eles se mantêm jovens.

Nessa aproximação com as mídias, tem-se o erguimento de uma nova figura social. Ou seja, a construção de um “novo idoso” que possa cristalizar e se tornar um foco de atração para outras pessoas idosas com a intenção de fasciná-los a esse mercado consumidor de múltiplas maneiras. São diversos meios utilizados para que se compreendam que outras formas de experimentar a velhice são exequíveis, pois entende-se que a “mensagem” vinda de qualquer tecnologia é o meio de utilização para se introduzir diversas coisas na vida humana (MACLUHAN, 1969). Desse modo, a publicidade utiliza a imagem da pessoa idosa de maneiras inusitadas para atrair os olhares de outros idosos a perceberem as promessas de uma vida mais pitoresca e feliz. Isto posto, os financiamentos para o lazer são bons exemplos de atividades que crescem no país. Os pacotes turísticos para essa população são constantes e apelam para a construção de um ideal de felicidade e autonomia na velhice.

As viagens oferecidas são para que sejam realizadas em grupos, geralmente elas são ofertadas para aqueles que possuem 60 anos ou mais por estarem aposentados e, na maior parte dos casos, terem a possibilidade de pagarem com descontos “suaves” em seus vencimentos mensalmente. Tem-se, ainda, a promoção de bailes que remontam a décadas passadas no reencontro com as memórias de outrora.

Nesta direção, percebe-se que, na contemporaneidade, de maneira distinta do que ocorria em décadas passadas, o envelhecer e o vivenciar esse processo tem se tornado uma responsabilidade individual que seria derivada das escolhas feitas por cada idoso. Verifica-se que os desafios propostos para esse “novo” envelhecer se conectam com os aspectos da saúde, do bem-estar, da longevidade e tornam esses elementos recursos considerados eficazes e imprescindíveis contra as adversidades encontradas por todos que estão envelhecendo.

Daí, entende-se que a disposição para experimentar uma velhice mais bem-sucedida, próspera e duradora é uma incumbência individual que com o empenho e a persistência seriam suficientes para alcançar esses objetivos. Dessa forma, apresenta-se uma maneira de divisão de responsabilidades ao tratar de questões sociais como se fossem atribuições privadas restringindo as responsabilidades do Estado para com essa categoria social (TEIXEIRA, 2008). Com isso, transparece a ideia de que a velhice é constituída de experiências homogêneas e comuns a todas as pessoas independente do estrato social. Todavia, a aproximação com as informações, os serviços, produtos e estratégias para uma maior qualidade de vida nesse período da existência não são acessíveis a todas as pessoas idosas. Desse modo, segue-se que envelhecer não é um transcurso uniforme, contudo múltiplo e complexo. Mendonça (2020, p. 23) alerta que

[...] conceber a velhice como uma categoria homogênea e claramente definida acarreta, inapelavelmente, um reducionismo atroz, que a limitaria aos seus estereótipos mais comuns e mais simplórios, que há tempos marcam o imaginário coletivo e que constituem as visões já cristalizadas acerca dessa etapa da vida.

Os discursos difundidos se baseiam na lógica capitalista em que escamoteiam a divisão de classe social e os diversos modos de vida advindos da estratificação social. A concepção de uma velhice única no sistema capitalista tem a pretensão de anular a visão de heterogeneidade no percurso do envelhecimento. A velhice é multiforme, uma vez que não se envelhece de maneira unívoca, portanto existem velhices essas estão envoltas das dimensões sociais, biológicas, econômicas, culturais, políticas, geográficas e ideológicas. Para Beauvoir

(2018, p. 14) “[...] a luta de classes determina como o homem é surpreendido na velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive com uma pensão miserável e um Onássis”.

As contradições estão presentes em todo o percurso da vida de cada ser humano pelo fato de que as camadas sociais são distintas e contêm os condicionantes relacionados ao gênero, etnias, profissão e as formas do exercício da vida quer seja no meio rural ou urbano. Associado a esses aspectos, tem-se o acesso diferenciado dos indivíduos à saúde, educação, cultura, esportes, aparatos tecnológicos, dentre outros que atestam o fosso existente entre as classes sociais que perduram da infância e as velhices das classes sociais. Tratar a velhice como sendo homogênea é atender a ideologia capitalista que promove mecanismos de subordinação social a fim de que os membros da sociedade não percebam a divisão de classe e enxerguem as diferenças sociais como algo derivado ou de menor importância (CHAUÍ, 2008).

A realidade econômica, cultural e social do Brasil mostra as diferentes velhices que convivem na sociedade brasileira. Não é incomum notar as adversidades que advêm das distintas classes sociais existentes. Portanto, pois não se pode falar de isonomia quando se vive em situações e classes sociais tão díspares. De uma forma geral, Goldstein e Siqueira (2000) avaliam que os idosos são vítimas de uma dupla discriminação- a da idade e da pobreza- que aprofunda sua exclusão. Por conseguinte, não é possível pensar a gestão das velhices como uma tarefa particular.

Assim, Debret (1999) difunde o conceito da reprivatização da velhice mostrando como o sujeito idoso se torna responsável pela sua existência à medida em que se imputa à pessoa idosa a busca por inovações, equipamentos tecnológicos, procedimentos médicos, produtos de rejuvenescimento para prolongar sua vida, para se tornar longo como um dever, exclusivamente, particular. Caso contrário, a pessoa idosa é responsabilizada por negligenciar seu corpo e sua qualidade de vida. Dessa maneira, a pessoa idosa é convencida a assumir as obrigações pela sua própria aparência e bem-estar e os indivíduos são monitorados para exercer uma vigilância constante do corpo (DEBRET, 1999).

Quando o trabalhador envelhece e a sua mão de obra não é mais fundamental para a lógica de produção capitalista, o argumento utilizado e massificado é a reprivatização da velhice. Ou seja, a velhice se torna um encargo particular e as adversidades advindas nesse período da vida são consequências da trajetória individual, dos hábitos adquiridos, da falta de cuidado com seu próprio corpo em outros momentos do ciclo da vida (TEIXEIRA, 2008). No

entanto, é preciso ratificar que as formas de velhices são decorrentes das condições sociais que afetam as pessoas idosas diferentemente e, portanto, vivenciam o envelhecimento de forma multifacetada. Quanto a isso, Magalhães (1989, p. 16) pontua que:

Por ser uma construção social, “invenção” de processos sociais e psicossociais, a velhice e o idoso emergem da dinâmica demográfica, do modo de produção econômica, da estrutura e organização de grupos e classes sociais, dos valores e padrões culturais vigentes das ideologias correntes e dominantes e das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Os desiguais modos de vida que procedem das classes sociais propiciam velhices excluídas dos benefícios sociais, dos direitos e garantias de bem-estar e qualidade de vida. Quando se compara a pessoa idosa que vive nas áreas urbanas e rurais essas desigualdades se aprofundam ainda mais. É comum identificar que uma pessoa envelhece precocemente quando se ocupa profissionalmente como trabalhador rural. Há uma exposição exacerbada ao sol em horários inadequados com condições insalubres de trabalho durante todo o tempo de existência. Não se trata apenas dos aspectos físicos, mas de um comprometimento de sua saúde por falta de assistência médica adequada e por demais condicionantes que se relacionam com a alimentação, lazer e educação, dentre outros. Magalhães (1989, p. 24) explicita que para essas pessoas idosas “[...] formam um contingente anônimo onde, como foi dito, a velhice biologicamente acelerada pelas condições precárias de vida e de trabalho, é certamente dominante”. Esses trabalhadores convivem constantemente com a ausência de condições básicas de sobrevivência, os seus salários – quando os possuem – são baixos e inadequados para uma vida com as mínimas condições de dignidade. Essa realidade perdura todo o tempo de vida e na velhice se agrava. A exclusão social se aprofunda e boa parte dos idosos e idosas do meio rural não possuem aposentadoria e vivem de assistencialismo da família e de alguns programas sociais do governo.

Nas áreas urbanas, a pessoa idosa, especialmente das camadas populares convive com vários dissabores oriundos da vida na cidade. Ela trabalha após os 60 anos e quando se aposenta continua a produzir para adicionar mais recursos aos proventos recebidos por meio da Previdência Social. Haddad (2016) diz que além disso, nessa situação, há “[...] perdas de valores culturais, desgaste físico provocado pelo excesso de trabalho, deslocamento espacial e alimentação insatisfatória, desemprego, marcaram sua existência”. Além disso, alguns problemas oriundos da vida urbana como a violência, a falta de assistência médica, a intolerância, o isolamento social e o desrespeito afetam ferozmente a pessoa idosa. Para

Magalhães (1989), nesse espaço há de se apontar a velhice abandonada, a delinquência e a demência senis que encontram nesse contexto um quadro favorável para o seu desenvolvimento. Logo, a velhice é heterogênea e escamotear esse fato é desconsiderar todas as questões que envolvem os percursos do envelhecimento e das velhices.

Ao considerar essas condições e compará-las com a pessoa idosa que pertence às classes altas, as heterogeneidades se agravam ainda mais. São situações completamente desiguais entre si. Os idosos e idosas que pertencem a classe social alta possuem oportunidade de desfrutarem de uma velhice repleta de bem-estar, de uma atenção mais ampla de todos os setores necessários para uma usufruírem de uma vida planejada e bem-sucedida na velhice.

Portanto, as velhices se apresentam diferenciadas haja vista as desigualdades que são estruturantes na sociedade capitalista que promove maneiras distintas de experimentação da velhice, mais como uma condição que estrutura os modos de vida do que como escolhas individuais. Diante disso, é essencial assinalar que as incumbências sociais a respeito da velhice perpassam as esferas governamentais, econômicas e familiares como setores que estão aptos a combinar a liberdade de ação acompanhada da dependência entre essas instâncias com o intuito de repensarem os pilares existentes sobre o envelhecimento e a velhice.

Diante disso, entende-se que a construção social da velhice é um eterno vir a ser e vai se estabelecendo à medida em que as memórias são produzidas e, igualmente, são reconstruídas, ratificadas diante do apagamento, da opacidade e do ocultamento dela e, ao mesmo tempo é conflitante quando da probabilidade do reconhecimento de si mesmos, pois a memória é fluida e opera ilimitadamente (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

É imprescindível pensar sobre o envelhecimento como uma fabricação para a experimentação da velhice. Para isso, nas memórias construídas devem caber novos olhares e lutas, ainda que não sejam evidenciadas, sendo produções para o devir. Halbwachs (2006) julga a memória como um guia que permite aos indivíduos a oportunidade de se erigirem face à variação constante dos contextos sociais e históricos. Para uma vida em progressão e efetivação de potencialidades individuais e em conjunto, é preciso novos meios para se refletir a respeito da vida nesse percurso do envelhecimento e da velhice. Niquetti (2017) diz que a velhice e todas as suas armadilhas nos impõem um bom combate.

Isto posto, à medida em que a sociedade define sua identidade etária e interpreta sua vida individual e coletiva por intermédio das memórias e da forma como são transmitidas aos que precederão, evidencia a límpida expressão de quem o ser humano é e de como são constituídos. Nesta confluência, a compreensão da velhice e a visibilidade da pessoa idosa

perpassam pelo entendimento dos anseios vindouros referentes à vida diária, às classes sociais, a esfera da ação política e legal e às possibilidades de remodelação do que ainda está por vir.

3.2 Envelhecimento Populacional e a condição feminina

Nos tempos modernos, há uma profusão de debates em torno da velhice e da pessoa idosa. Em todas as esferas existem amplas discussões acerca da transição demográfica que vem ocorrendo em todo o mundo ainda que em ritmos desiguais. A longevidade e a qualidade de vida se tornaram assuntos discutidos em múltiplos campos de atuação. Isso posto, é fundamental pensar acerca da existência de homens e mulheres inserida dentro de um contexto social e histórico. A vida dos indivíduos não se resume unicamente à esfera privada. Todos são resultados de múltiplas transformações nos mais diversos campos da vivência humana, uma vez que a dinâmica da vida humana está entremeada com os aspectos biológicos, econômicos, religiosos, sociais, ideológicos e culturais que regem os acontecimentos, as memórias e as percepções concernentes à história da humanidade todos os dias.

Ao tratar sobre a velhice, cabe compreender como ela é notada, sentida e direcionada dado o momento histórico em que a velhice e o sujeito idoso são identificados no cenário brasileiro no século XXI. Orlandi (2015, p. 48) afirma que “[...] para não se ter apenas uma concepção intemporal, a-histórica e mesmo biológica da subjetividade- reduzindo o homem ao ser natural- é preciso procurar compreendê-lo através de sua historicidade”. Dessa forma, a conjuntura histórica remonta à aceleração do processo de transição demográfica que comporta a longevidade e a feminização da velhice e, assim, mudanças profundas são experimentadas pela sociedade brasileira.

Para tanto, nesta sessão, discutir-se-á sobre as alterações demográficas relacionadas ao envelhecimento populacional no Brasil, tal como o fenômeno da feminização da velhice para o entendimento do entrelaçamento entre as memórias, a construção social da velhice e o sujeito idoso. Entende-se que a realidade populacional, cultural, econômica e o entendimento dos sentidos e significados da velhice aqui estudados se relacionam com a vivência do povo e da mulher brasileira que podem ser distintos se a mesma leitura for efetuada em variados lugares e na análise de outras culturas e demais nações.

Dessa forma, entende-se que a população envelhece processualmente e tem tido uma vida mais longa. No Brasil, não tem sido diferente do restante do mundo e o processo de envelhecimento populacional se expande de forma acelerada (KÜCHEMANN, 2012). As alterações na dinâmica desse transcurso são irreversíveis e, cada vez mais, visíveis. Nos anos de 1950, por exemplo, a taxa de crescimento da população era superior a 3%. Segundo o IBGE (2018), o Brasil tem mais de 28 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, representando 13% da população do país. Em termos demográficos, o envelhecimento populacional é a expressão das transformações dos diversos grupos etários no total da população considerando as baixas nas taxas de fecundidade e mortalidade em decorrência das melhorias nas condições de saúde implicando em alterações em todo o transcurso da vida (CAMARANO, 2003).

À vista disso, ser uma pessoa idosa, inicialmente, se define pela idade cronológica e, no Brasil, por meio das legislações que regem o assunto, essa definição tem como critério ter 60 anos ou mais. No entanto, há vários condicionantes estabelecidos socialmente que tendem a determinar quem envelhece ou não. Neste sentido, leva-se em conta os diversos componentes para uma investigação mais apurada do que representa a velhice para toda uma sociedade, tais como: o fator social, no qual é considerada a participação na comunidade, o nível de independência e a condição econômica e cultural (LEITE; FLORES; HILDEBRANT, 2012).

A velhice é substancialmente social e está repleta de estigmas, estereótipos e pressupostos produzidos pela sociedade constantemente. O ser humano está envolto na dimensão existencial que engloba, sobretudo, o tornar-se “velho ou velha”. Nesse entendimento, ao tratar sobre a velhice é preciso considerar as várias particularidades dela para que se consiga apreendê-la (BEAUVOIR, 2018). Nessa leitura, torna-se primordial compreender que a humanidade está em uma ininterrupta transformação social, econômica, cultural, bem como demográfica. Isso repercute mundialmente e tem provocado mudanças sociais e culturais, especialmente no Brasil que sempre ressaltou a presença de crianças e de jovens na pirâmide etária (MINAYO, 2006).

Desse modo, é preciso esclarecer que essas modificações demográficas não aconteceram de maneira instantânea, porém são resultados de um percurso que se iniciou, de forma mais intensa, a partir da década de 1970 e que vieram, sobretudo, das alterações econômicas que proporcionaram mudanças importantes desde os anos de 1950 em que a população deixa de ser majoritariamente rural e se torna urbana, o que conferiu o começo de

intensas variações demográficas e sociais. Essas alterações são consequências de vários condicionantes sociais, dentre eles a economia que é um fator crucial na leitura das mudanças no ritmo de crescimento e envelhecimento populacional. Teixeira (2008) argumenta que a expansão do capital financeiro que aconteceu a partir da década de 1970 apresentou ideias de cunho neoliberais, retomada do mercado como mecanismo regulatório e maximizador do bem-estar social e possibilitou as modificações de papéis e funções do Estado.

Nesta conjuntura, a reorganização do trabalho sob a égide capital nessa década e nas que se seguiram reformulou o mundo do trabalho, uma vez que a reestruturação produtiva conduzida pela Terceira Revolução Industrial e os avanços tecnológicos reconstruíram os modelos de fabricação e consumo reduzindo o trabalho vivo e ampliando o desemprego (TEIXEIRA, 2008). Neste contexto, o trabalho feminino, mesmo sendo considerado um trabalho subsidiário, se expande para fora do lar e se insere no mercado formal e informal de trabalho de uma maneira cada vez mais crescente no Brasil. A mão de obra feminina passou a incorporar o mundo do trabalho extra doméstico e não retrocedeu até os tempos atuais. Bruschini e Lombardi (1996, p. 01) afirmam que “[...] esse novo padrão de comportamento feminino, que vem sendo forjado desde os anos 70, poderia ser explicado por uma combinação de fatores culturais, demográficos e econômicos”.

Nas décadas posteriores, a globalização se ampliou e proporcionou a desestabilização do emprego formal fazendo com que o desemprego se tornasse marcante. Com isso, os salários da classe trabalhadora tenderam a baixar forçando a mão de obra feminina a participar de um mercado com trabalhos precarizados e flexíveis. Desse modo, aumentou o número de mulheres no processo de terceirização do trabalho provocando a expansão de atividades econômicas nas quais as mulheres encontraram maior espaço de inserção. A força de trabalho feminina foi absorvida, a depender do desenvolvimento econômico, nos setores secundário e terciário (SAFFIOTI, 2013).

A incorporação da mulher no mercado de trabalho com maior intensidade refletiu em novos modelos de comportamento, sobremodo advindo das transformações econômicas suscitadas pela industrialização e a urbanização crescentes. A família urbana-industrial teve que se ajustar aos novos papéis que as mudanças econômicas compeliram às mulheres (SAFFIOTI, 2013). Dessa forma, começaram a surgir algumas alterações no modelo de família patriarcal, uma vez que há no patriarcado uma economia doméstica ou domesticamente organizada que sustenta a ordem patriarcal (SAFFIOTI, 2015) e nesse novo contexto histórico as mulheres não são unicamente pertencentes ao trabalho do lar em tempo

integral que sempre foi considerado “uma vocação natural”, mas participam do trabalho fora de casa superando inúmeras barreiras sociais, salariais e culturais de aceitação de sua mão de obra em um campo de trabalho masculinizado.

É imprescindível ressaltar que a base do patriarcado continua presente nas relações sociais mesmo com uma inserção feminina cada vez maior nas atividades produtivas. Isso reflete diretamente nas questões salariais em que a mão de obra feminina é desvalorizada com relação a dos homens nas mesmas funções. As mulheres sempre assumiram uma dupla jornada de trabalho dado que as suas tarefas domésticas, geralmente, são realizadas após o término do horário formal de trabalho ocasionado mais uma jornada de trabalho a cada dia. Conforme divulgado pelo IBGE (2018), existe uma diferença salarial elevada, sobretudo, em cargos como diretores e gerentes. Nesse grupo, as mulheres ganharam apenas 61,9% a 63,3% do rendimento dos homens. Segundo Saffioti (2013, p. 68) é preciso avaliar o processo de assalariamento em que homens e mulheres fazem parte, ou seja

[...] há que se verificar o modo específico em que este processo se desenvolve para representantes de um e de outro sexo e, de outra parte, não somente as contradições nele expressas, mas também a intensificação dessas contradições no trabalho feminino e suas repercussões nas diferentes subestruturas da sociedade.

À vista disso, pertencer ao mundo do trabalho extra doméstico foi e ainda permanece como um grande desafio. Apesar disso, as mulheres se integraram nas atividades laborais e nelas conseguiram se manter, mesmo que as adversidades para essa continuidade tenham relações com as funções de mãe e de donas de casa. Segundo Bruschini e Lombardi (1996) as mulheres tendem a procurar o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhes são atribuídas socialmente. Entende-se que o sistema patriarcal ainda permanece atuante a despeito das conquistas femininas nas mais diferentes áreas de atuação. Saffioti (2015) considera que a base material do patriarcado não foi destruída.

Neste contexto, observa-se que as mudanças nas taxas de fecundidade só começaram a mudar a partir da década de 1970 em diante, pois sabe-se as mulheres são subjugadas ao controle de sua sexualidade, de sua capacidade reprodutivas pelos homens. Saffioti (2015, p. 113) assim avalia:

Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo

entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos.

Na manutenção do modelo de família patriarcal, o sexo feminino se torna o maior responsável pelas atribuições domésticas, criação de filhos e isso condiciona a participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, o envolvimento das mulheres em atividades produtivas impulsionou a busca por expandir a sua escolaridade, bem como o acesso às universidades e, conseqüentemente, às novas oportunidades de trabalho, uma vez que havia uma associação entre maiores níveis de educação com qualificação indispensável para assumir novos postos de trabalho.

Bruschini e Lombardi (1996, p. 483) apontam que “[...] em 1970, apenas 18,2% das brasileiras de mais de 10 anos de idade eram economicamente ativas, vinte anos depois a taxa de atividade feminina praticamente dobrou subindo para 39,2%, e o número de trabalhadoras atingiu a cifra de mais de 29,9 milhões”. Neste contexto, a carência de mão de obra especializada para os postos de trabalho colaborou para que as mulheres buscassem um maior acesso aos cursos de aperfeiçoamento e, assim, ampliassem os níveis de escolaridade. A esse respeito, Bruschini e Lombardi (1998, p. 7) afirmam que

[...] as mais instruídas apresentam taxas mais elevadas de atividade não só porque o mercado é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado [...], mas também porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infraestrutura doméstica necessária para suprir a sua saída do lar.

Em face do exposto, paulatinamente, as mulheres mais jovens se integraram ao mercado produtivo e adiaram a maternidade. Elas apresentam múltiplas motivações para sua inserção ao mundo das atividades produtivas. Essas se referem à complementação da renda familiar à realização pessoal em que as mulheres estão procurando romper com o modelo patriarcal que aponta os serviços domésticos, a criação de filhos e os cuidados com os maridos como sendo “coisa de mulher”. Saffioti (2013) diz que possuir um emprego é extremamente significativa para uma mulher porque a possibilita participar da vida comum, permite-lhe ser construtora de sua própria vida e uma atividade ocupacional pode ser uma fonte de equilíbrio. Contudo, existem diferentes elementos que complexificam a condição feminina na estrutura de classes do sistema capitalista. Não é apenas a saída da mulher do

âmbito doméstico para as atividades produtivas que proporciona automaticamente uma emancipação feminina frente ao modelo de família patriarcal.

Das mudanças econômicas que se seguiram desde a década de 1970, alterações sociais, culturais e comportamentais foram percebidas no comportamento feminino e assim, a tendência que seguiu foi uma alteração no número de filhos por casal que implicou, a longo prazo, em uma redução na taxa de fecundidade. Essa maior participação em atividades produtivas impulsionou a reavaliação da quantidade de filhos que um casal deveria ter, uma vez que articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade para o trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996). Logo, de uma população predominante jovem em um passado nem tão distante, observa-se um contingente cada vez mais significativo de pessoas com 60 anos ou mais de idade (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

Para esse entendimento, a transição demográfica aconteceu, inicialmente, em países desenvolvidos e, posteriormente, nos demais países de formas diversificadas. Ou seja, isso indica a passagem do baixo crescimento populacional, em que havia elevados índices de natalidade e mortalidade para outra fase com esses índices em queda (OLIVEIRA, 2019). Neste processo, constata-se que as quedas nas taxas de fecundidade foram essenciais para o avanço dessa condição desde a metade da década de 1960 (KANSO, 2011). Isso corresponde uma redução na queda de nascimentos promovendo uma reorientação na estrutura etária.

Desse modo, a constante diminuição da fecundidade e o declínio das taxas de mortalidade promoveram modificações na demografia brasileira. A queda da fecundidade foi notada em todo o território nacional ainda que se leve em consideração as desigualdades econômicas, sociais e geográficas desse fato. À vista disso, o número de filhos por mulher chegou a 6,28 em 1960, antes de diminuir para 2,38 em 2000. Assim, entre 2000 e 2010, houve uma variação na idade média da fecundidade. O que indica que essa taxa tem sido intensificada pela postergação dos nascimentos (RIBEIRO; GARCIA; FARIA, 2019). Portanto, a taxa de fecundidade, atualmente, de 1,7 está abaixo da taxa de reposição da população (UNFPA, 2018).

Associado a esses dois fatores, tem-se o aumento da expectativa de vida. Essas características apontam para a atual fase da transição demográfica e são notadas mundialmente. Elias (2001) declara que o aumento da esperança de vida tornou a morte mais distante dos jovens e dos vivos como um todo. E, nesse caso, contraditoriamente, a velhice se torna um assunto quase invisível. Presentemente, a população brasileira alcança um número maior de pessoas em idade avançada. Nessa compreensão, o alargamento da esperança de

vida cresce rapidamente e, ao mesmo tempo, a população brasileira envelhece de modo ininterrupto. As seqüências de variação na estrutura populacional são cada vez mais perceptíveis e inevitáveis. Debret (2004) salienta que a preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento condiz com a quantidade crescente da população idosa no Brasil.

Faleiros (2014) aponta que o Brasil não pode mais ser considerado como um país de jovens, e, nesse sentido se aproxima do perfil populacional europeu. Afinal, em 2010, existiam no país 20,5 milhões de idosos, aproximadamente 39 para cada grupo de 100 jovens. Estima-se para 2040, mais que o dobro, representando 23,8% da população brasileira e uma proporção de quase 153 idosos para cada 100 jovens (IBGE, 2010). No mesmo estudo, o IBGE (2010) indica que o número de idosos maiores de 70 anos irá chegar a 16,2% da população em 2050.

Neste sentido, verifica-se que o aumento da esperança de vida ao nascer para homens e mulheres foi sendo modificado ao longo dos anos em todos os países e, cada vez mais, os níveis são mais elevados para as mulheres. Kanso (2011) informa que de 1955 a 1960, a esperança de vida ao nascer, para ambos os sexos, era de 49 anos. Em 2010, o registro era de 77,3 para mulheres e 69,7 para homens.

No Brasil, de acordo com os dados das Tábuas Completas de Mortalidade, divulgadas pelo IBGE (2020), a expectativa de vida dos brasileiros é de 76,3 anos. Sendo que 79,9 para as mulheres e 72,8 anos para os homens. Existe ainda a esperança de vida que é o número médio de anos de vida esperados para uma pessoa ao completar 60 anos de idade, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

O Japão, a China e a França, por exemplo, são apontados como os países com maiores índices de esperança de vida ao nascer. E neles, as mulheres continuam com os índices mais elevados. No Brasil, as pesquisas do IBGE (2020) mostram que a expectativa de vida após os 65 anos é de 17,2 anos para os homens e 20,4 para as mulheres. Hoje, em média a sobrevivência esperada de um sexagenário no país é de 21 anos, ou seja, até os 81 anos.

Nesta perspectiva, é notável a diferença da sobrevivência a partir dos 60 anos entre os sexos. Isso se deve a diversos fatores observados durante a existência. As mulheres são mais predispostas a dar uma atenção maior aos cuidados da saúde preventiva do que os homens. Elas são mais atentas aos aspectos ligados à saúde tais como: vacinação, exames preventivos e regulares; estão em busca de melhorias nutricionais, de higiene pessoal e ambiental. Elas tendem a buscar mais as atividades ligadas ao bem-estar físico e mental. As mulheres idosas

se relacionam de maneira diferente com o corpo, quando se refere à saúde, se comparada aos homens. Neri (2007b) informa que a frequência a médicos entre as mulheres idosas é bem mais alta do que entre os idosos. Entre elas, a média é de uma visita a cada 7,7 meses e eles de 16,7 meses.

Observa-se que as mulheres têm uma sobrevida maior, portanto, um ganho em longevidade na sociedade atual. A população acima dos 60 anos de idade chegou aos 25.966.260, em 2016. Deste total, 12,6% foram de pessoas acima de 60 anos de idade, sendo composta por 6,76% de mulheres idosas e 5,35% de homens idosos (IGBE, 2017). Salgado (2002) avalia que as análises sobre longevidade indicam que as mulheres são o sexo mais forte. Em razão disso, a imagem da velhice está associada ao perfil feminino, o que se pode considerar que o mundo contemporâneo do adulto de idade avançada, bem como o futuro, é e será predominantemente um mundo de mulheres.

3.3 A feminização da velhice

Quando se trata do processo acelerado do envelhecimento populacional no Brasil não se pode prescindir da leitura sobre a presença feminina a partir dos 60 anos. Cada vez mais esse contingente tende a aumentar. Essa presença feminina entre os idosos é atestada mundialmente e, especialmente, é superior nos países considerados desenvolvidos. No entanto, ela não pode ser compreendida somente pela maior quantidade de mulheres em relação aos homens na população idosa, porém em diversos sentidos e, inclusive, o reflexo de sua atuação na sociedade. O envelhecimento carrega um robusto componente de gênero. A razão homens/mulheres mostra que a proporção de mulheres é bastante superior à de homens, e os aspectos relacionados ao envelhecimento revelam diferenças entre idosos e idosas, confirmando assim diferenças no envelhecimento também entre gêneros (LIMA; BUENO, 2009).

Em função disso, seu estudo possui relevância porque não se atrela meramente às questões ligadas à idade sendo mais abrangente quando se trata da forte presença feminina nessa população envelhecida (CAMARANO, 2016). Todavia, não se resume apenas em confeccionar estatísticas ou de uma análise numérica do processo de envelhecimento populacional, mas de identificar e avaliar uma presença marcante e indispensável de idosas no cenário urbano.

A predominância feminina nos estratos etários e, especialmente a partir dos 60 anos está vinculada a diversos fatores. Elas estão sempre à procura de conhecimentos relacionados à nutrição, à prevenção de doenças crônicas, ao uso adequado de remédios, a uma alimentação balanceada, à busca de atividades físicas e mentais, à incorporação de novos aprendizados em cursos, centros educacionais e ambientes especializados para tal fim. Pires e Silva (2021) avaliam que o maior número de idosas na população

[...] é constatado pelo maior cuidado com a sua saúde que elas dispensam ao longo da vida, na procura por serviços preventivos e melhores hábitos de vida, mesmo ao considerar a trajetória de vida das mulheres idosas, marcadas pela baixa escolarização, baixa renda, baixa inserção no mercado de trabalho, baixa qualificação profissional.

Em termos epidemiológicos, cabe considerar os possíveis aumentos dos problemas que afetam a saúde das pessoas idosas. De acordo com Sousa (2019) a população idosa possui maior prevalência de doenças crônicas como hipertensão arterial, diabetes *mellitus*, insuficiência cardíaca, entre outras. Nas idosas, algumas são mais frequentes como as dores crônicas, a depressão, o estresse, as quedas e as internações (NERI, 2007a).

Neri (2007a) indica que o fenômeno da feminização se correlaciona a alguns aspectos, tais como: uma longevidade maior entre as mulheres promovendo um incremento delas nos estratos mais velhos. Há um número crescente de mulheres idosas que faz parte da população economicamente ativa e, assim, mais idosas chefiando as famílias. Essas idosas, além do mais, estão efetivando sua atuação ao assumir novas responsabilidades, tais como o sustento e o cuidado de suas famílias e se tornando protagonistas de uma velhice mais promissora. Outros obstáculos ainda estão postos nessa nova realidade, porém é comum perceber que os lugares comportam a presença e a eficiência delas.

Com relação a atuação feminina na sociedade, observa-se que os modelos tradicionais de família referentes à chefia da casa e/ou às ocupações domésticas, que anteriormente eram demarcados entre os sexos, se contradizem no momento atual. Esses ainda existem, porém estão em processo de mutação. Neri (2007b, p. 56) informa que “[...] chefe familiar é uma condição que distingue homens e mulheres idosos. É notável que 27,5% das mulheres *versus* 17,7% dos homens brasileiros de mais de 60 anos sejam apontadas como chefe de família”. A viuvez é o estado conjugal prevalecente entre as mulheres idosas. A proporção de viúvas aumenta com a idade e há uma diminuição de mulheres casadas. Na juventude existe um

predomínio de mulheres solteiras (CAMARANO, 2003). Vale lembrar que essa condição de chefia feminina está mais ligada a ausência do homem no ambiente familiar. Carvalho (1998) endossa esse aspecto alertando que o sustento do domicílio pela mulher raramente será considerado razão para identificá-la como chefe nos casos em que o homem esteja presente.

Neste contexto, as idosas atuam de maneira relevante e proporcionam novos contornos às relações sociais como se pode perceber nos novos vínculos familiares. Em alguns lares chefiados pelas mulheres, em decorrência da ausência do marido como único provedor, a renda advinda da aposentadoria se mostra indispensável para a manutenção diárias de vários lares. Saffioti (2013) atesta que o trabalho feminino pode ser visto como mecanismo de manutenção da posição economicamente favorável da família e da própria ascensão do grupo familiar. As mulheres, em todos os momentos da história brasileira trabalharam, essencialmente, quando se trata das tarefas domésticas e além delas. Del Priore (2013, p. 35) assevera que

[...] há centenas de anos, a mulher brasileira trabalha. Nos primórdios da colonização, elas foram fazendeiras, comerciantes, lavadeiras, escravas. Nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado era formado por mulheres: espanholas, italianas, polonesas, sírias, constituíam 67,62% da mão de obra.

O serviço oferecido pelas mulheres à sociedade há muito tempo tem mantido ou colaborado na manutenção de famílias. Não obstante, essa realidade permanece na velhice. Lopes (2003) aponta que muitas gerações de famílias têm conseguido se alimentar em função da regularidade da aposentadoria de um ou de duas pessoas idosas. Mesmo diante dessa realidade, existe uma associação entre aposentadoria e incapacidade o que prejudica a imagem social da pessoa idosa (GOLDSTEIN; SIQUIERA, 2000). Além disso, têm-se que as mulheres idosas tomam conta dos esposos doentes e conseguem realizar tarefas que geram renda para toda a família. Com relação a sua maior participação na vida familiar, elas ainda cuidam dos netos e exercem uma forte influência na criação deles. Alves (2007) informa que essa tarefa das avós contribui para que as filhas possam trabalhar fora. Sendo assim, deduz-se que o trabalho das mulheres dentro de casa é necessário à manutenção da família e não se apresenta apenas como um auxílio ao orçamento do lar.

Associado a esses aspectos, estão as incumbências de cunho doméstico que são atribuídas às mulheres ao longo da vida e, na velhice, elas permanecem a exercer tais funções e, por vezes, há um aumento desses afazeres, pois, passam a ser cuidadoras de suas mães, tias,

sogra, dentre outros. Assim, vê-se que na velhice se mantêm as condições basilares do modelo de família patriarcal.

Saffioti (2013) destaca que as mulheres pertencentes às camadas sociais mais populares sempre foram ligadas ao trabalho, portanto, em todas as épocas e lugares, elas contribuem para a estabilidade da família e para gerar riqueza social. Com a aposentadoria, elas assumem a condição de não dependentes da família. “Além de receberem os filhos em casa, há evidências de que as mulheres idosas contribuem mais para que seus filhos e netos atendam mais à escola do que o restante da população nas idades correspondentes” (CAMARANO; PASINATO, 2002, p.55). Em geral, vivem só ou na companhia de filhos, filhas e netos e, esses, especialmente, até os catorze anos de idade. É comum que idosas morando só recebam netos para que passem parte do dia sob sua supervisão.

Nessa conjuntura, pode-se notar a formação de outros núcleos familiares. Camarano (2004) indica que existem famílias de pessoas idosas em que elas são os chefes e outras em que elas habitam na condição de parentes do chefe familiar. Camarano (2003) afirma que há uma diminuição da proporção de idosas que convivem com os filhos e/ou filhas nas residências de outros parentes.

Quando vivem em coresidência, elas propendem a ser cuidadoras dentro destes lares. Na coresidência existe a coabitação de duas pessoas ou mais, independente do grau de parentesco e a despeito da geração estabelecendo uma convivência social ao dividir o mesmo espaço físico. A família é um apoio fundamental para a qualidade de vida das pessoas idosas. “A família contemporânea vem sofrendo transformações em relação ao surgimento de novos papéis e a longevidade tem proporcionado a convivência intergeracional, encontrando-se até quatro gerações em uma mesma residência” (ARAÚJO; CARDOSO *et al.*, 2012).

Para Reis *et al.* (2011) a família corresponde a um sistema ativo e em interação que pode favorecer o crescimento de seus membros como seres responsáveis e independentes. Os laços familiares contribuem para o desdobramento de uma velhice mais satisfatória. Sommerhalder e Nogueira (2000) afirmam que compreender o relacionamento entre gerações no âmbito familiar e social serve para oportunizar discussões e questionamentos a respeito das regras sociais estabelecidas, conhecer o comportamento e pensamento dos indivíduos para entender as atitudes e as condutas sociais e, desse modo, tentar rever as crenças e valores relacionados ao envelhecimento.

Portanto, a convivência intergeracional pode ser uma condição de auxílio mútuo, pois não se trata apenas de uma ajuda em função dos problemas advindos com o envelhecimento

como a mobilidade, as restrições próprias da idade e as condições de saúde, pois esses não são apenas os motivos que incentivam esse tipo de arranjo familiar, mas a renda ainda é um fator que interfere diretamente nessa composição. Para Sampaio *et al.* (2017) dentre os fatores predominantes, a renda é indicada como elemento primordial, uma vez que as pessoas idosas podem ter necessidades financeiras ou a sua própria renda, na maior parte advindas da aposentaria, que tem sido uma fonte de recurso essencial para ajudar os familiares em condições desfavoráveis.

A coresidência se apresenta como uma solução para problemas financeiros de filhos e filhas que após a separação retornam à casa dos pais e para aqueles que adiam a saída da casa paterna a fim de terem seu próprio espaço de convivência. Isso revela um quadro de dependência em relação as pessoas idosas. Segundo Lopes (2003, p. 133) existe um apoio importante nesse tipo de convivência, uma vez que o “[...] idoso de hoje exerce importante papel econômico no seio da família. Sua contribuição à manutenção da família ultrapassa os 50%, mesmo quando ele já passou dos 80 anos, principalmente entre a população de baixa renda”.

Desse modo, vê-se que a renda da mulher idosa tem relevância no sustento da família em diversos arranjos (SAMPAIO *et al.*, 2017). Conforme Leite *et al.* (2012) as pessoas idosas aposentadas possuem uma estabilidade financeira e esse elemento possibilita um aumento no número de casos em que eles são os encarregados pelo sustento de suas famílias. Nesta condição de coresidência, é comum ver que as idosas retomam às atividades de provedora e trabalhadora doméstica. Alves (2007) diz que o dinheiro das aposentadorias, pensões e atividades de trabalho que as pessoas idosas executam é contado para a manutenção das residências.

O convívio familiar traz benefícios quando resulta de relações marcadas pela harmonia, compreensão e afetividade. Sommerhalder e Nogueira (2000) declaram que o ciclo de vida de um indivíduo acontece dentro da esfera familiar que é a base primária para a construção de uma identidade social. Os integrantes de uma família se movimentam conjuntamente. Todos os atos individuais reverberam nos demais membros da família. Os laços criados entre parentes, amigos, colegas de trabalho tendem a colaborar para a qualidade de vida das pessoas idosas e fornece a elas um sentimento de pertencimento às suas raízes e vínculos afetivos.

Contudo, essa convivência pode ser geradora de inúmeros problemas no seio familiar atingindo diretamente as pessoas idosas. Existem outras formas de hostilidade que são

extremamente perigosas, perversas, sutis e não são encaradas tão danosamente quanto a violência física. Talvez porque, historicamente, as mulheres são alvos da coerção, da humilhação, sobretudo, pelos homens (CUNHA, 2007). As mulheres idosas sofrem ataques e nem sempre elas os reconhecem como violência. Nessas relações há conflitos e divergências que podem gerar constrangimentos e até maus tratos. Nem todo seio familiar representa um sinal de harmonia, liberdade e amor. Segundo Saffioti (1997), não é apenas o amor que é cultivado na família, mas, do mesmo modo, o ódio.

O fato de ser um arranjo familiar intergeracional pode desencadear divergências, pois são colocadas lado a lado visões e pontos de vistas diversos (SAMPAIO *et al.*, 2007). Há lares marcados pelo desrespeito, violência e infelicidade e essas circunstâncias são completamente catastróficas na vida de qualquer pessoa idosa, sobretudo para a mulher idosa que apresenta uma maior longevidade. Essas condições tendem a negligenciar a autonomia, a independência, a saúde, o seu bem-estar e possibilitar a exclusão social na velhice. Cunha (2007) afirma que a residência é um lugar intimidador e perigoso para as mulheres e as crianças. Dessa maneira, as mulheres idosas estão subjugadas a violência doméstica e ela é praticada, na maior parte das vezes, por familiares e no âmbito privado.

Neste contexto, observa-se que as idosas são mais vulneráveis a sofrerem diversos tipos de violência. Em função de viverem sob os moldes patriarcais, as mulheres na velhice se submetem com maior facilidade às regras de convivência, e em nome do “bem comum” não reclamam de situações adversas e que, na maior parte das vezes, as constrangem ou as incomodam. As mulheres idosas internalizam as visões alusivas à velhice, que são incorporados nos diferentes discursos e reproduzidos pela sociedade. Frequentemente, elas não percebem ou não têm possibilidades de se defenderem de situações ultrajosas.

As memórias sociais a respeito dos significados e símbolos da velhice que estão enraizados em cada indivíduo tendem a se fortalecer de forma negativa tanto na pessoa idosa quanto nos que vivem ao seu redor. Com isso, as pessoas idosas passam a acreditar que a elas não cabem direitos por serem idosas e por entenderem que a coresidência é um favor que lhes é concedido e que não lhes cabem reclamações alusivas ao modo de vida destinado.

A conduta familiar reflete o pensamento social e, ao mesmo tempo, a dinâmica familiar é influenciada pela sociedade (SOMMERHALDER; NOGUEIRA, 2000). À vista disso, os preconceitos e estigmas quanto à velhice e a pessoa idosa são reproduzidos no seio familiar. As imagens negativas do envelhecimento acabam por se misturar com os

comportamentos e sentimentos em relação às mulheres e homens idosos que convivem com as gerações mais novas e nem sempre existe um diálogo aberto e harmonioso entre eles.

Com o avanço do envelhecimento populacional, notam-se novos arranjos familiares, bem como os benefícios e os conflitos advindos das relações intergeracionais que se tornaram mais expostos. Diante desse contexto, as leis de proteção à pessoa idosa apresentaram mecanismos de inclusão que incentivaram a abertura de espaços de participação efetivos em ambientes que promoveram socialização, educação, lazer e dignidade por meio da qualidade de vida na velhice. Para isso, os grupos de convivência foram iniciativas essenciais nesse processo e no Brasil é uma alternativa que tem sido estimulada.

Wichmann *et al.* (2013) consideram que esses grupos propendem a integrar, incluir e são eficientes no resgate da autonomia. A partir dos 60 anos é possível a participação de homens e mulheres idosa, porém ,é habitual perceber que a maior parte do público possui 70 anos ou mais. Isso está associado ao fato de que as pessoas idosas não se sentem idosas por terem 60 anos conforme estipulado na lei. Grande parte dessas pessoas ainda estão atuando no mercado de trabalho e, com isso, são poucos o que participam desses grupos nessa idade.

Na organização dos centros de convivência cria-se uma extensa rede de apoio em que as pessoas idosas encontram várias atividades que podem ser realizadas e ainda se tornam as protagonistas. Geralmente, há uma maior participação feminina. As mulheres idosas conseguem participar com mais expressão das redes de apoio e se engajam com maior facilidade nos grupos. Neles, é comum a expansão de relações de amizade e, com isso, há o reforço da permanência aos grupos sociais. Alves (2007) aponta que a existência de esferas de amizades ativa a importância da sociabilidade no espaço urbano.

As redes de apoio concebidas nos grupos de convivência fazem com que as mulheres idosas se percebam em comunhão com outras mulheres. Essa conexão tem sido fundamental para as mudanças no comportamento feminino, visto que são ambientes que oportunizam a conversação, o fortalecimento das amizades, a ajuda emocional mútua e promove a visibilidade delas entre si mesmas e perante a sociedade como um grupo notável porque segundo Perrot (2007) em muitas sociedades a invisibilidade da mulher e o seu silêncio fazem parte da ordem das coisas. Contrariamente, as mulheres idosas que são membros dos grupos de convivência, se envolvem nas turmas de estudos, de dança e dividem seus problemas concernentes as diversas áreas de suas vidas com outras idosas, se conectam com atividades que colaboram para estimular as potencialidades e têm a oportunidade para se colocarem como ajudadoras, incentivadoras e colaboradoras na constituição e manutenção do grupo.

Nesse espaço, as mulheres são visíveis porque são essenciais. É preciso enfatizar que nos grupos de convivência, as idosas são vistas como mulheres que possuem potencialidades para criar, para se comunicar, aprender e ensinar. Todas as práticas desenvolvidas nos centros de convivência servem para potencializar a força dessas mulheres na velhice, minorar a estigmatização a que foram submetidas como mulheres e, agora, como idosas. O isolamento provocado pela sociedade e, por vezes, pela família tende a ser suavizado nos encontros, nas atividades e na recriação de elementos fortalecedores da comunhão, da amizade nos grupos. A velhice não assistida fragiliza os laços familiares e sociais.

Nesse aspecto, ser uma pessoa idosa pode significar uma aproximação com a morte e isso debilita social e fisicamente, sobretudo, as mulheres. Para Elias (2001), a fragilidade das pessoas idosas é, na maioria dos casos, suficiente para separar os que envelhecem dos vivos. Portanto, a manutenção desses grupos é primordial no processo de envelhecimento populacional e feminização da velhice.

Os espaços de convivência agregam todas as pessoas idosas. Não fazem distinção de sexo. No entanto, as mulheres estão mais dispostas a terem experiências em atividades extra domésticas. Debret (2000) relata que nesses programas a participação masculina não excede os 20%. As mulheres idosas participam de grupos de convivência, de organizações e movimentos sociais e isso oportuniza a socialização, a atarem novos laços e promovem vários momentos de congregação entre elas.

Dentre as incumbências dos centros de convivência realizam-se viagens coletivas, são oferecidos cursos variados e novas habilidades são adquiridas que, por vezes, até permitem um ganho de renda extra. Sendo aposentadas ou não elas permanecem mais tempo se ocupando com diversas atividades que as possibilitam sentirem-se mais funcionais e úteis com o passar dos anos. As mulheres são mais assíduas nos grupos de apoio e convivem por maior tempo com outras idosas. Tudo isso aponta para o entendimento de que o envelhecimento não é apenas uma fase biológica, mas é construída por vários elementos, dentre eles, as relações de poder e de gênero que podem definir situações de inversão de valores ou exclusão (LANGDON, 2002).

Neri (2007a) informa que a depressão e a solidão impactam mais as idosas do que os idosos. Assim, esses espaços conseguem ser eficazes na promoção de um convívio mais intenso e prazeroso em função das inúmeras tarefas que exercem e podem colaborar no tratamento de adoecimentos. A amizade desenvolvida pelas pessoas idosas traz à baila seus gostos, afinidades e sentimentos comuns. Notadamente, as mulheres idosas buscam novas

formas de expressão, desenvolvimento intelectual e artístico e se aventuram em atividades manuais, participam de corais, desenvolvem habilidades e se exercitam fisicamente. Consoante Alves (2007, p. 130) “[...] a intimidade e a reciprocidade implicadas nas relações de amizade favorecem a construção de uma identidade comum e o estabelecimento de laços de ajuda e de conforto emocional” sendo frequente verificar esse comportamento nos centros de convivência.

Em função disso, as mulheres idosas que fazem parte desses grupos se mostram mais dispostas para aprender, não têm medo de errar e recomeçar, o que se tornou uma marca associada ao perfil feminino. Nestes locais, elas não só aprendem como ensinam. Os espaços convivência incentivam as mulheres a se recriarem por meio das atribuições, no momento da velhice, que lhes são conferidas. As potencialidades podem ser redescobertas e, em função disso, tende a se desvincilharem do lugar marginalizado da velhice. Muitas são alunas e professoras de trabalhos manuais, de música, de costura. Algumas são formadoras de grupos de discussão e reflexão de temas do dia a dia, como família, os desafios da contemporaneidade e temas religiosos. Aliás, os conteúdos religiosos têm tido um papel de destaque no cotidiano de homens e mulheres idosas porque a religião é considerada como uma referência pessoal, afinal a memória é uma noção multifacetada que inclui crenças, atitudes, valores e a prática diária (GOLDSTEIN; NERI, 2009).

Diante da discussão sobre o papel social que a mulher idosa tem desempenhado na sociedade brasileira, tem-se na esfera da educação os cursos programados ou adaptados para essa faixa etária. As Universidades Abertas à Terceira idade – UNATI são espaços que possibilitam o retorno à sala de aula e podem ser classificadas como locais de convivência entre gerações. Esses programas tem o objetivo de oferecer oportunidades de aperfeiçoamento pessoal, cultural e são voltadas para propiciar orientações para uma vida mais saudável com variadas atividades socioeducativas e culturais (TEIXEIRA, 2008).

As Universidades para a Terceira Idade - UTIs foram criadas, especialmente, para o atendimento de atividades culturais e sociais para pessoas idosas acima de 65 anos. Teve início em 1960 na França e, posteriormente, em diversos países. Esse momento está atrelado a invenção da Terceira Idade em que promoveu uma série de mudanças referente a visão da pessoa idosa que era tida como um sujeito invisível e destinado à morte. Debret (1999) constata que a Terceira Idade surge para se opor a velhice e inverter os signos que, dantes, eram destinadas às pessoas idosas.

Dentre muitos aspectos, os centros educacionais foram sendo recriados incluindo essa nova realidade. Veras e Caldas (2004) informam que este movimento na França se caracterizou pela confecção de um programa educacional que pretendeu satisfazer uma população de pessoas idosas aposentados cada vez mais nova e escolarizada e que viabilizou a participação em cursos universitários com direito a créditos e diploma.

À medida que esse modelo foi crescendo e ampliado, o Brasil abriu as portas para o programa das UTIs dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1982, com a criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (PACHECO, 2003). Daí em diante, outras universidades seguiram esse trajeto e implementaram programas que geraram novas experiências na inserção de pessoas idosas nas universidades. Têm-se exemplos de sucesso como a Pontifícia Universidade Católica em Campinas que teve como objetivo o de promover a educação permanente com um trabalho interdisciplinar.

A UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro fez um núcleo de Atenção à Saúde do Idoso do Hospital Universitário Pedro Ernesto se tornando o programa intitulado Universidade Aberta da Terceira Idade- UNATI (PACHECO, 2003). Essas universidades agregam o tripé para o exercício da missão universitária que incluem o ensino, a pesquisa e extensão como elementos vitais na efetiva participação de idosos e idosas em seus quadros.

Desse modo, no Brasil existem várias universidades que se engajaram na tarefa de ampliar a participação de idosas e idosos nos serviços de saúde, nas atividades socioculturais e educativas, bem como em atividade de integração e inserção social (VERAS; CALDAS, 2004). Neste viés, destaca-se a UNATI de Mogi Guaçu de forma inovadora incluiu pessoas com menos de 60 anos nestes programas para que houvesse uma integração abrangente ao construir um espaço de convivência entre gerações. Pacheco (2003) comunica que, desse modo, teve uma maior convivência entre pessoas de idades diferentes e isso sensibilizou os grupos a derrubarem barreiras etárias provocando uma mudança de estereótipos que sempre estiveram presentes nos diversos segmentos etários. Diante disso, observou-se a necessidade de conhecer a respeito da pessoa idosa e do processo de envelhecimento para que a velhice não seja avaliada como uma antecâmara da morte (NERI, 2003).

Quanto aos participantes, os inscritos na Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade do Estado Rio de Janeiro (Unati / UERJ), 80% são mulheres acima de 60 anos. O mesmo ocorre na Universidade para a Terceira Idade da PUC de Campinas: 80% são do sexo feminino, 55% são casadas e 70% têm 65 anos ou menos (DEBRET, 2004). Verifica-se que, enquanto jovens, essas mulheres não participaram tão ativamente das esferas

educacionais, sobretudo, porque que estavam mais atarefadas com os afazeres domésticos e com as atribuições da criação dos filhos dos que os seus esposos. Assim, envelhecidas e algumas aposentadas conseguem se dedicar aos estudos com mais autonomia e liberdade. As trocas de informações e conhecimentos que são possíveis nos ambientes educacionais geram conquistas e relações interpessoais marcantes nesse período da vida.

Nota-se que nesses programas educacionais o mérito em promover uma proposta de educação que foge do convencional. Esses atendem às necessidades voltadas para as pessoas idosas que não buscam apenas uma reprodução de informações, porém existe um incentivo para a construção de novos conhecimentos e ampliação das potencialidades na velhice. No entanto, é oportuno destacar que mesmo com todas as adaptações e modificações curriculares nesses programas de educação há uma expectativa de mudança de comportamento e expectativas em torno do indivíduo e não da categoria social. Ou seja, há uma responsabilização da construção de sua própria velhice como se a maneira com a qual se envelhece se trata apenas de uma escolha pessoal. Para Teixeira (2008), nesses programas a problemática social do envelhecimento do trabalhador é encoberta e transmutada em um problema particular.

Neste sentido, é importante evidenciar que nesses grupos e nas universidades voltadas para a Terceira Idade, a tônica geral é desenvolver atividades relacionadas à educação, ao lazer e a cultura como locais de convivência e de bem-estar. Não existe a proposta de uma reavaliação das estruturas que marginalizam a velhice e/ou a pessoa idosa. Têm-se como parâmetros uma valorização social, procedimentos de ressocialização, ações educativas com a finalidade de incorporação aos programas que incentivem a pessoa idosa, especialmente a mulher idosa a interagir socialmente e manter uma vida mais ativa e participativa na sociedade que a cerca.

Não são ambientes que têm como objetivo rever os condicionantes sociais que advindos da ideologia capitalista inclinam-se a manutenção dos estigmas que marginalizam a pessoa idosa e nega a velhice. Os grupos de convivência não questionam diretamente os valores destinados à velhice. Eles criam momentos de socialização, de aprendizado e convivência enquanto há a permanência dos idosos e idosas como membros efetivos dos grupos. Ainda que tenham palestras, discussões e cursos que dialoguem acerca da violência intrafamiliar, da marginalização social, dos discursos entremeados de penalização, não é objetivado nesse ambiente a luta pelas mudanças estruturais e estruturantes da sociedade referentes ao processo de envelhecimento e a velhice.

Desse modo, vê-se que para na apreensão da velhice cabe múltiplas análises quanto ao entendimento do envelhecimento, às condições materiais em que as velhices são desenvolvidas e experimentadas, aos desafios impostos pelo sistema capitalista que marginalizam e estigmatizam a pessoa idosa. Contudo, ainda que de forma vagarosa, vê-se que as concepções sobre a velhice tendem a ser refeitas. Nesta perspectiva, a presença das mulheres idosas em diversos campos demonstra a profundidade e a potencialidade do seu papel social na velhice.

Das mudanças basilares na família até a participação delas em várias esferas sociais, políticas e institucionais, as idosas são constatadas como pessoas influentes na formação de novos e multiformes caminhos. Esses vêm se erigindo nos últimos anos e podem se tornar possíveis instrumentos para se repensar as estruturas sociais existentes por meio da preponderância feminina na sociedade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Mas, em minha experiência, o anseio de escrever estará sempre relacionado ao desejo de algo que se gostaria de possuir e dominar.

Algo que nos escapa [...]. De certo modo, acho que sempre escrevemos sobre algo que não conhecemos, escrevemos para dar ao mundo não escrito uma oportunidade de expressar-se através de nós. Mas no momento em que minha atenção vagueia da ordem estabelecida das linhas escritas para a complexidade mutável que nenhuma frase consegue apreender totalmente, chego quase a entender que além das palavras há algo que as palavras poderiam significar.

(Ítalo Calvino)

Na produção do conhecimento existe diversos caminhos, métodos, técnicas, formatos e metodologias a serem seguidas como condutores de novas descobertas, invalidação de outras, reestruturação de algumas. Ruminar acerca de alicerces que estão conformados, rígidos e firmados por intermédio de signos, símbolos e sentidos é, de certa forma, penoso e provocante, pois nessa confluência existem as rotas árduas que inexoravelmente deverão ser transpostas. Nesse percurso, pesquisar nunca foi fácil.

Em razão disso, é fundamental perscrutar elementos que estão latentes, outros ainda por serem revelados. Em todos eles, é primordial direcionar o olhar a fim de reconsiderar e reexaminar para ver o diverso, o comum, o perceptível, o indecifrável e, possivelmente, encontrar uma realidade que está ali e ainda não foi contemplada.

A pesquisa se mostra como um emaranhado de situações, sensações e experiências multifacetadas. Algumas dessas intensas, elementares e outras enigmáticas. No entanto, esse conjugado ensina que a persistência, a curiosidade e a insatisfação devem produzir um ser disposto a investigar, esquadrihar e buscar decifrações que não se tenham prontamente, mas que, talvez, se consolidarão no porvir.

Dentro dessa lógica, este estudo é direcionado para uma contemplação mais profunda acerca da velhice feminina. Assim sendo, debater sobre a velhice e as mulheres idosas é uma missão laboriosa, repleta de intensidade e, simultaneamente, estimulante. É um paradoxo. Desafiador por se tratar de mulheres e da velhice na contramão de uma sociedade seletiva e discriminadora, porém intrigante por se referir às mulheres, ao seu envelhecimento e às suas perspectivas futuras.

Isto posto, esta pesquisa é uma busca pela compreensão de como a sociedade enxerga esse período da vida e como as mulheres o veem e o aceitam. Logo, o intuito é apreender a visão social a respeito da velhice e das mulheres idosas e como elas definem o seu papel social mediante esse estágio da existência.

4.1 Tipo de pesquisa

Este é um estudo exploratório descritivo e de abordagem qualitativa, fundamentado nos pressupostos teóricos e metodológicos da Escola Francesa da Análise do Discurso (AD). Na seção final da tese, fez-se o uso do método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin para as análises pertinentes às entrevistas realizadas.

Essa investigação primou pela pesquisa qualitativa por entender que essa averiguação abarca elementos da constituição dos sujeitos que não se dispõem apenas por meios quantitativos, mas interpretativos e interativos com a finalidade de confeccionar um estudo que explana as experiências vividas por mulheres na velhice e como elas conduzem seus modos de vida, constroem e reconstroem a memória social em torno do envelhecimento e como esses componentes podem ser mecanismos de definição do seu papel social. A ideia central é a assimilação dos processos e não apenas os resultados, incluindo o que é singular no contexto histórico e social mais amplo (MINAYO, 2014).

Portanto, o enfoque qualitativo foi privilegiado o que permitiu uma maior aproximação com o objeto de estudo tendo em vista as verificações relacionadas com a história de vida, a experiência pessoal e as indagações quanto ao comportamento humano de cunho social e os seus significados. Nesse seguimento, a Análise de Discurso (AD) como campo teórico foi utilizado para inteirar-se do funcionamento dos discursos contidos no dispositivo jurídico – Estatuto da pessoa Idosa, Lei 10.741/03- e nas esferas midiáticas.

Para tanto, apropriou-se dos estudos sobre a memória social baseando-se nos princípios conceituais de Maurice Halbwachs, em **A Memória Coletiva** (2006), com autores que discutem sobre a memória social, especialmente, James Frenntess e Chris Wickham, na obra **Memória social: novas perspectivas sobre o passado** (1992). Ainda nesse trajeto, foram utilizadas as concepções de autores e autoras que tratam a respeito da velhice e da história das mulheres, entrelaçados aos pressupostos da Análise do Discurso (AD).

A memória social foi, neste estudo, destacada como um ancoradouro que se converte em um instrumento de perpetuação, de ebulição e reestruturação dos discursos que campeiam de maneira coletiva e determinam as regras, princípios e condutas da sociedade.

Nessa confluência, a mídia é notada como uma mediadora entre a sociedade e os interesses econômicos para a proliferação de ideias, acepções e criadora de signos. Os meios de comunicação servem como instrumentos de manipulação e articulação da ideologia capitalista. Eles penetram as mensagens, as imagens e tendem a engendrar a realidade cotidiana, os indivíduos e as massas.

Destarte, nesta pesquisa, buscou-se entender como as memórias sociais constituem os discursos acerca da velhice feminina e como esses se movem pelas redes da linguagem, criam sentidos e símbolos que são conservados e difundidos ao longo da existência humana.

4.2 Teoria Analítica / Metodologia – Análise do Discurso

Para a constituição do corpo teórico da tese, a Análise de Discurso de linha francesa, como campo teórico, foi importante para a compreensão dos discursos operantes atrelados às memórias sociais e refletidos na constituição do Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº. 10741 de 2003, pois seu conjunto textual é reflexo das práticas estipuladas socialmente. Vale destacar que a Lei nº 14.423, de julho de 2022 altera a expressão idoso e idosa para pessoa idosa no Estatuto acima citado.

Na Análise do Discurso (AD), a língua não se refere apenas a sua estrutura, mas ao acontecimento. É preciso avaliar o que está sendo exposto, quais os interesses e o que está oculto na língua. Existe um entrelaçamento que ora desvenda, ora simula e está estabelecido nos entrecruzamentos do dizer. Para Pêcheux (2015, p.53) “[...] todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de derivas possíveis oferecendo lugar à interpretação”. Logo, a língua elucida os variados significados e significantes da leitura que se faz sobre o mundo e no tocante as ações coletivas, afinal, ela é reflexo e prática social.

Na língua, para a AD, estão presentes os discursos que advindos dos contextos históricos e sociais são resultados das condições históricas de produção e que interpela os indivíduos em sujeitos e, simultaneamente, os condicionam aos dizeres limitados e limitantes, dado que todo sentido tem uma interpretação e nele a ideologia está presente. A esse respeito, Orlandi (2015) considera que a ideologia é parte constituinte dos sujeitos e dos sentidos. Com

relação ao exame da ideologia presente nos discursos deste estudo, tratar-se-á da ideologia capitalista que para Chauí (2008, p. 85)

[...] consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias).

Neste contexto, é fundamental perceber os sentidos e suas exegeses que proporcionam a formação dos sujeitos a fim de interpretar como o mundo se articula socialmente, como conserva e mantém suas estruturas à medida que reconstróem as memórias pertencentes aos sujeitos e as coletividades amoldando e proporcionando movimento a vida porque fazem parte das práticas sociais cotidianas.

Nesta pesquisa, a memória social relacionada ao envelhecimento e aos padrões de aceitação ou não desse processo é avaliada com base nos pressupostos da AD de linha francesa, pois conclui-se que as visões coletivas acerca da velhice e sobre a mulher idosa são influenciadas por diversos elementos que acabam por se tornar um guia a ser seguido, compartilhado e aceito pelas gerações presentes e influenciando as que virão. Desse modo, criam-se os sentidos que conferem identidade social e, por vezes, induzem a sociedade a perceber erroneamente as fases do envelhecimento e da velhice de uma maneira uniforme e como uma responsabilidade meramente individual.

Com base nisso, tem-se que as questões ideológicas são constituintes da Análise do Discurso, pois todas as pessoas estão submetidas a ela e é ela quem transforma o indivíduo em sujeito (FREIRE, 2021). Essa relação é factual no Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº. 10741 de 2003- quando se verifica a construção do sujeito idoso com características e apropriações típicas do imaginário social. Essa lei aponta os atributos e formas da imagem de uma pessoa idosa e uma pessoa longeva para a sociedade brasileira. O Estatuto contém os deveres, direitos, bem como comporta a imagem da velhice e da pessoa idosa com desvios, desproporções e contradições internas típicas da ideologia capitalista.

Os discursos contidos nesse dispositivo jurídico são representações dos pensamentos postos na prática social, conhecidos e assimilados. Eles se tornam componentes integrantes da existência de cada um e as memórias sociais os estabelecem. Neste viés, existe um combate entre os múltiplos discursos a fim de que alguns possam imperar. Para Freire (2021), os

discursos lutam entre si, uma vez que cada discurso se impõe para que possam prevalecer os sentidos que os sustentam com intuito de esvanecer os outros que se propõem.

Para tanto, nota-se que os discursos atuantes possuem a formação ideológica como um dos seus componentes e nessa apresenta-se uma ou várias formações discursivas que se interligam. Brandão (2012, p. 48) constata que “[...] são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam “o que pode e deve ser dito” a partir de posição dada e uma conjuntura dada”. Com isso, vê-se que há um retorno aos discursos pré-construídos em outros lugares e em diferentes situações históricas para a produção do sujeito idoso na lei e em outras materialidades discursivas que se apresentam por meio de formas verbais e não-verbais neste estudo.

Conforme Pêcheux (2014) é sobre a base linguística que são estipulados os processos discursivos e esses se inscrevem em uma relação ideológica fundamentada pela contradição. Parte-se do pressuposto de que nos discursos formulados há sempre um regresso ao que foi considerado e/ou apontado. Ou seja, existe um retorno aos mesmos espaços do dizer. Ainda que se produzam reformulações (ORLANDI, 2015). Por um outro lado, encontra-se a polissemia que promove uma mexida na rede de filiação dos sentidos na construção dos discursos. Essa é a tensão que faz parte da produção dos discursos.

Assim, estão postos os sentidos, os sujeitos e os discursos em várias materialidades. Eles nunca estão finalizados e completos. Há constantemente uma ebulição que permite os refazimentos, as reelaborações, pois essa é uma condição da língua, da humanidade, da coletividade de uma maneira consciente ou não. Orlandi (2015, p. 36) explica que:

Esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia.

Neste campo de análise, a AD apresenta as formações discursivas e a circulação do já-dito e não ditos que foram anteriormente expostos. Nelas há a possibilidade de reconstrução e de transformação de proposições que pertencem às formações discursivas que foram construídas historicamente (BRANDÃO, 2012). Nesse contexto, Courtine (2009) apresenta esse conceito se referindo à existência histórica dos enunciados no interior das práticas discursivas que são normatizados por aparelhos ideológicos. Essa memória discursiva, que é

chamada de interdiscurso, dispõe dizeres que influenciam os significados do sujeito em determinadas circunstâncias (ORLANDI, 2015).

As memórias afetam os indivíduos de tal forma que as falas não se tornam propriedade de quem diz, uma vez que os seus sentidos são constituídos em outras ocasiões, em outro lugar. Dessa maneira, a estruturação dos discursos não está unicamente neles, pelo fato de serem atravessados por sentidos que não foram formulados somente ali. O formato do sujeito idoso aplicado à letra da lei no Estatuto da Pessoa Idosa e às capas de revistas contém especificidades que foram compostas pela sociedade e foram retratadas nas materialidades em questão.

Por isso, Orlandi (2015) salienta que tudo o que é dito se encontra na confluência entre a memória e a atualidade como um jogo em que os sentidos são revelados. Neste caso, o enunciador do Estatuto da Pessoa Idosa, o Governo, utiliza-se do interdiscurso para a criação de uma sequência discursiva subjugada à uma determinada formação discursiva com a finalidade de gerar os discursos que atuam como provocadores de subjetivação do sujeito. Na fluidez desses sentidos, observa-se que, na contemporaneidade, o sujeito idoso definido pela lei entra em conflito com as variadas formas de identificação de uma pessoa idosa.

Por outro lado, existem as dificuldades de reconhecimento por parte da sociedade de um perfil do sujeito idoso diferente do apresentado no Estatuto em função das memórias sociais acerca da velhice que estão arraigadas. Consoante Zandwais (2005), esse duelo se confere à medida em que acontece a regulação e a repetição, ou melhor, toda vez em que é sedimentada uma memória sobre determinado funcionamento discursivo é porque houve, sincronicamente, uma regularização dos sentidos mediante a ameaça de apagamento, de esquecimento e do silêncio.

Na ebulição dos significados e operação dos discursos, tem-se o mutismo como componente desses sobre a pessoa idosa especialmente pela mídia, uma vez que é mais acessível falar da velhice do que evidenciar a pessoa idosa, afinal a aceitação social da imagem do “velho” é desafiadora. Em última análise é o enfrentamento de si mesmo, de uma realidade não camuflada do futuro de cada um. Sousa (2015, p. 30) adverte que na Análise do Discurso

Essa tensa relação entre a palavra e o silêncio dá-se aqui a partir das condições sócio históricas, em que a historicidade faz falar a legitimidade de certos sentidos em detrimento de outros. Ou seja, há palavras que são postas em silêncio pelo que não devem circular, tidas como indesejáveis ou

preterida em dada conjuntura; o que nem por isso as faz deixar de existir ou as impede de circular em outras condições.

As estratégias midiáticas ressaltam a idealização de uma velhice amarrada aos modelos capitalistas de consumo que contém uma vida promissora independente de como toda a existência da pessoa idosa foi desenvolvida. Retrata uma velhice cheia de independência, autonomia como requisitos que são facilmente conseguidos por qualquer um que envelhece. Essa visão interposta pelas mídias homogeneiza a velhice e a reprivatiza e, desse modo, silencia a heterogeneidade desse processo.

Na assimilação acerca do que está manifestado, não dito, dos rearranjos, das ressignificações, dos deslocamentos de sentido, é notório que em todo discurso materializado haverá movimentos de estabilização, de cristalização e descontinuação, uma vez que a condição da língua é a incompletude (ORLANDI, 2015). Não é viável uma leitura meramente linear quando se trata dos discursos estudados, esses não se posicionam de uma maneira única a busca de interpretação, entretanto de compreensão de como eles atuam e se firmam. O real entendimento acontece ao verificar como eles estão colocados e reiterados frente às condições históricas de produção e às desigualdades dos processos de experimentação da vida.

Nesse trajeto, discutir as imagens, a narrativa jurídica e os seus discursos podem atrelar à memória um papel que vai além da linguística. Os sentidos são partes de um processo. Os signos e símbolos que estão dispostos neles são passíveis de leitura, uma vez que é um acontecimento. Segundo Pêcheux (2015, p. 49):

A questão da imagem encontra assim a análise do discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

São os gestos de interpretação vitais à decodificação das imagens, das leis que compreendem a opacidade e ao inacabado que contém os já - ditos e que evocam a memória discursiva visto que são materialidades repletas de discursos não verbais. As imagens e suas significações que se referem a velhice e a pessoa idosa são formas de linguagem que foram produzidas, posto que estão inseridas na cultura e que comportam valores e ideologias (SILVA SOBRINHO, 2016).

Os materiais que serão analisados possuem significados e trazem consigo as ideologias que retratam os contextos históricos promotores de discursos modeladores da sociedade e de suas práticas. Nestes, o Estatuto da Pessoa Idosa, as capas de revistas e a rede social *Instagram* incluem múltiplas maneiras de comunicação e produção do sujeito idoso. Quanto se faz à referência a uma fotografia, Souza (1998) alerta que a não correlação com o verbal não impossibilita a decifração de uma imagem. Nestas, tem-se a representatividade que prever a chance de leitura e, por outro, reafirma o seu status de linguagem.

Isto posto, Freire (2021) reitera que qualquer análise discursiva deve acontecer em espiral na descrição das múltiplas formas que estão em jogo na composição dos sujeitos e dos sentidos. Por esse motivo, talvez seja admissível que estejam surgindo novas possibilidades de uma recriação da velhice, ou pelo menos, da sua imagem neste século e que poderá proporcionar a reconstituição da identidade do sujeito idoso.

Diante das considerações acima, verifica-se que essa base teórica oferece um auxílio fundamental para o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa. Permite examinar o enlace entre a memória social, a manutenção e a reavaliação dos discursos a respeito da velhice. Nesse contexto, tem-se a possibilidade de avaliar como a mulher idosa é identificada nesse processo e ainda averiguar como esses elementos são capazes de gerar novos olhares para questões sociais, de outrora, que se atualizam incansavelmente.

4.3 Cenário/ Participantes da pesquisa

As mulheres idosas que constituem esta pesquisa são professoras aposentadas, que lecionaram no Ensino Médio, Fundamental e Superior predominantemente no domínio público residentes nos estados da Bahia, Sergipe e Goiás. O cenário do presente estudo foi o sistema educacional nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

Com isso, tem-se que a estrutura do sistema educacional brasileiro é definida por duas legislaturas principais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n.º 9.394 de 1996, conhecida como LDB – e as diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988 – que dentro do Capítulo III determina que a educação básica é um direito de todos os cidadãos. Essas diretrizes autorizam que as esferas governamentais conduzam e mantenham os programas educacionais, que são pensados a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Assim, a divisão do sistema educacional brasileiro se apresenta com a Educação Básica e tem caráter obrigatório – ou seja, é dever dos pais ou responsáveis que as crianças e adolescentes concluam a educação básica, bem como é dever do Estado oferecer essa educação. Ela é constituída pelas seguintes modalidades: Educação Básica que é composta pela: Educação Infantil, Pré-escola, Ensino Fundamental, Médio, Médio Técnico. Existem outros tipos de Educação Básica quais sejam: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação no Campo e a Educação Especial e por fim, a Educação Superior que é constituída pela graduação, pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Inicialmente, para a realização das entrevistas foi escolhido um grupo de mulheres idosas que participam de um grupo de convivência em que a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista é a criadora e mantenedora. No entanto, mediante a pandemia da COVID-19 os encontros presenciais tornaram-se inviáveis em função dos protocolos de segurança decretados pelos órgãos oficiais de saúde. Desse modo, optou-se por usar instrumentos tecnológicos e informatizados para a execução das entrevistas, porém apenas uma idosa conseguiu utilizar do equipamento que foi possível ser empregado naquele momento. Portanto, as entrevistas, via *on-line* com esse grupo se tornaram impraticáveis.

Desse momento em diante, preferiu-se convocar outra categoria de mulheres para constituir a pesquisa. Assim, professoras aposentadas foram convidadas uma vez que atendiam aos critérios propostos diante das mudanças necessárias. Adotaram-se os seguintes critérios de inclusão: ter no mínimo 60 anos e estar aposentada. Em vista do momento pandêmico, as professoras têm mais proximidade com as tecnologias de comunicação, como o *Google Meet*, que é uma plataforma *on-line* que possibilita a interação e permite a gravação das entrevistas. Essa ferramenta passou a ser usada com frequência durante a pandemia da COVID-19, afinal são utensílios interativos que fazem parte do cotidiano do trabalho do professor. Neste sentido, houve uma aceitação maior e um uso do recurso sem maiores problemas.

O fato de todas serem aposentadas possibilitou uma categorização de mulheres que estão fora do trabalho formal. Ou seja, não participam mais como profissionais “ativos” em ambientes que ainda mantém vínculos. Esses são colaborativos e não estão à espera de contar esse tempo de trabalho como requisito legal para a finalização da carreira porque a concluíram. Foi uma oportunidade de compreender como o trabalho docente contribuiu na

formação da velhice de cada uma delas e como sua profissão pode se estender no exercício do seu papel social na contemporaneidade.

Foram chamadas a se envolverem no estudo 33 (trinta e três) professoras e dessas 05(cinco) não responderam ao convite realizado. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 28 (vinte e oito) professoras foram incluídas no estudo. 03 (três) desistiram de serem participantes da amostra. Assim, 25 (vinte e cinco) professoras integraram o estudo. Para garantir o sigilo e anonimato das integrantes do estudo, elas foram identificadas com os nomes distintos dos seus nomes originais para preservar suas identidades e não ferir o código de ética citado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), conhecido e aceito pelas integrantes da pesquisa.

Segundo as informações coletadas nas entrevistas constatou-se que 13 (treze) professoras lecionaram em colégios que atendiam alunos do nível médio, 04 (quatro) trabalharam em escolas de nível fundamental e 08 (oito) ministraram aulas nas Universidades em diferentes locais da Bahia e de outros estados. A maioria delas possui formação de nível superior, ou seja, 17 (dezesete), enquanto 08 (oito) possuem o nível médio. Das interlocutoras, existem professoras com mais de um vínculo empregatício, especialmente, estadual. Essas ensinaram no ensino médio e, simultaneamente, estavam ligadas às Prefeituras Municipais atuando no nível fundamental. Conforme dados do quadro 1, p. 69.

QUADRO 1. Caracterização das participantes do estudo. Vitória da Conquista/BA, 2022.

Participante	Escolaridade	Idade	Tempo de aposentadoria	Local de trabalho	Município/residência
Ana	Nível Superior	70 anos	12 anos	Universidade	Aracaju - SE
Cleide	Nível Superior	77 anos	26 anos	Universidade	Vitória da Conquista- BA
Vitória	Nível Superior	74 anos	04 anos	Universidade	Aracaju- SE
Ione	Nível Superior	67 anos	02 anos	Universidade	Jequié- BA
Joseane	Nível Superior	72 anos	03 anos	Universidade	Goiânia - GO
Cristiane	Nível Superior	64 anos	02 anos	Universidade	Vitória da Conquista- BA
Luciana	Nível Superior	70 anos	06 anos	Universidade	Vitória da Conquista- BA

Graça	Nível Superior	65 anos	04 anos	Universidade	Vitória da Conquista- BA
Sebastiana	Nível Médio	70 anos	12 anos	Escola de Ensino Fundamental	Brumado - BA
Rose	Nível Médio	79 anos	31 anos	Escola de Ensino Fundamental	Vitória da Conquista- BA
Andreckska	Nível Médio	80 anos	03 anos	Escola de Ensino Fundamental	Vitória da Conquista- BA
Verônica	Nível Médio	65 anos	09 anos	Escola de Ensino Fundamental	Nova Canaã- BA
Marisa	Nível Médio	74 anos	19 anos	Escola de Ensino Médio	Vitória da Conquista- BA
Leila	Nível Médio	71 anos	17 anos	Escola de Ensino Médio	Vitória da Conquista- BA
Gilneide	Nível Médio	69 anos	21 anos	Escola de Ensino Médio	Vitória da Conquista- BA
Valéria	Nível Superior	68 anos	16 anos	Escola de Ensino Médio	Aracaju- SE
Senize	Nível Superior	66 anos	18 anos	Escola de Ensino Médio	Vitória da Conquista- BA
Sônia	Nível Superior	70 anos	01 ano	Escola de Ensino Médio	Vitória da Conquista- BA
Lizana	Nível Superior	65 anos	16 anos	Escola de Ensino Médio	Salvador- BA
Meirilane	Nível Superior	60 anos	05 anos	Instituto Federal de Educação	Passo Fundo - RS
Geísa	Nível Médio	78 anos	25 anos	Escola de Nível Médio	Vitória da Conquista- BA
Nereida	Nível Superior	61 anos	10 anos	Escola de Nível Médio	Nova Canaã
Iara	Nível Superior	67 anos	16 anos	Instituto Federal	João Pessoa -

				de Educação	PB
Nilde	Nível Superior	65 anos	03 anos	Escola de Nível Médio	Campina Grande - PB
Rebeca	Nível Superior	72 anos	10 anos	Escola de Nível Médio	Vitória da Conquista- BA

Fonte: Base de dados da Pesquisadora.

4.4 Instrumentos de coleta de dados

A pesquisa qualitativa, abordagem utilizada neste estudo, faculta o emprego de técnicas apropriadas para coletar os dados sobre os aspectos do comportamento humano. Assim, houve uma verificação de métodos que poderiam propiciar a compreensão a respeito do sujeito idoso descrito na Lei nº. 10741 de 2003, que trata do Estatuto da Pessoa Idosa. Dessa averiguação, o método da Análise do Discurso foi usado na observação das imagens e da atuação dos discursos que circulam na mídia sobre a pessoa idosa e a velhice, bem como no Estatuto da Pessoa Idosa. Para o entendimento dos dizeres das professoras aposentadas quanto à sua velhice e o seu papel social foi empregado o método de Análise de Conteúdo.

Destarte, um exame minucioso foi feito na Lei nº 10.741/2003 com a finalidade de extrair artigos que pudessem ser apreciados rigorosamente com o propósito de evidenciar os discursos e os sentidos que delimitam e orientam as práticas dos sujeitos idosos. Segundo Brandão (2012, p. 9) “[...] a linguagem não pode ser encarada como uma realidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade”. Logo, as concepções sobre a pessoa idosa estão reveladas nessa materialidade e atua na realidade circundante.

Desse modo, houve um movimento para entender o funcionamento dos discursos na citada lei e, sincronicamente, captar como esses definem o perfil de uma pessoa idosa na sociedade brasileira constituindo-a como um sujeito idoso, sujeito de direitos e de deveres. À vista disso, foi crucial promover as leituras substanciais para destrinchar os sentidos e os significados de cada artigo, demarcados como essenciais, com a finalidade de exercer o descortinamento das práticas sociais advindas da lei. Além disso, foi relevante verificar o contexto social e histórico que marca as passagens anteriores à Lei nº 10.741/03 e, posteriormente, como o Estatuto da Pessoa Idosa é percebido, aceito e comunicado após 18(dezoito anos) de sua implementação. Assim, a tarefa é complexa, pois é vital o

conhecimento teórico associado à investigação para não perder os enfoques primordiais nessa produção.

Em seguida, utilizou-se da entrevista semiestruturada (Apêndice A) como uma ferramenta principal para a coleta de dados. Para essa, houve uma elaboração de questões em uma ordem pré-determinada, contudo, dentro de cada questão oportunizou uma liberdade às interlocutoras que puderam falar espontaneamente sobre os temas questionados. Diante disso, a entrevista semiestruturada permitiu o abarcamento de questões suplementares que surgiram no decorrer do diálogo promovido durante as entrevistas. Para essa análise, especificamente, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo.

4.5 Procedimentos para a coleta e tratamento dos dados

Os procedimentos de coleta de dados e tratamento dos dados foram realizados em 3 (três) movimentos, descritos abaixo:

4.5.1 Primeiro movimento: aproximação com as participantes

Esse momento foi assinalado como o princípio da investigação no campo de pesquisa. Anteriormente, houve um aprofundamento maior sobre as bases teóricas a respeito dos temas que foram primordiais para a construção do *corpus* da pesquisa. Depois disso, iniciou-se a definição do perfil das participantes, do quantitativo preciso e dos modelos de efetivação da coleta dos dados.

Após a definição do perfil das interlocutoras, originou-se a busca por contatos com as participantes. As professoras aposentadas foram escolhidas para serem integrantes da pesquisa em razão de todas possuírem 60 anos ou mais, serem de uma mesma categoria funcional, todas foram servidoras públicas e com estabilidade no emprego. Uma questão importante foi a análise de que, geralmente, os docentes e as docentes quando se aposentam são sempre considerados pelas suas identidades profissionais em razão da singularidade do seu exercício docente. Há uma articulação com os modos de vida concebidos no cotidiano docente à medida que se estende nas relações afetivas com o outro, nos grupos e em espaços distintos mantendo a sua subjetividade como elemento de ressignificação e constante atualização da identidade docente (STANO, 2001).

O contexto social em que a sociedade vivia no momento dessa escolha foi também fundamental para delimitação das participantes. A pandemia da COVID-19 impedia a aproximação para as entrevistas. Assim, a maioria das entrevistadas por causa do seus conhecimentos e afinidades com as tecnologias que foram desenvolvidas no cotidiano escolar colaborou para que ocorressem as entrevistas à distância e não houve nenhuma intercorrência em virtude da pandemia, pois os protocolos sanitários deveriam ser respeitados e o distanciamento social foi uma medida extremamente indispensável para a contenção do vírus transmissor da COVID-19.

Esse foi um grande desafio para a coleta, porquanto além de ser um período de medo e insegurança para toda a população brasileira havia, quanto à preservação da saúde, afastamento das áreas de risco (aproximação entre pessoas), das aglomerações e reuniões familiares. Por conseguinte, a única maneira de interação para a efetuação do convite de participação seria por telefone com a finalidade de encontrar um modo para subsequentemente efetivar as entrevistas.

Neste contexto, a forma definida para a realização das entrevistas foi via *Google meet*, um aplicativo que oportuniza um serviço de comunicação por vídeo. Com isso, as soluções apontadas para a efetivação dessa tarefa foram feitas, inicialmente, com a busca de contatos por telefone ou por mensagens via *WhatsApp* com as professoras que estavam dentro dos preceitos elencados para a pesquisa.

A partir desse momento, foram buscados contatos telefônicos para estabelecer o primeiro diálogo a respeito do interesse das professoras em integrar a pesquisa. Esse transcurso se iniciou utilizando-se dos contatos com professoras conhecidas e, assim, obtiveram-se outras aproximações por meio de indicações. Dessa forma, o convite foi sendo estendido para demais professoras e sucessivamente houve a ampliação do número de participantes.

Não houve grandes dificuldade de interação com a plataforma do *Google Meet*. Mesmo que afastadas das atividades da docência e de recursos tecnológicos mais modernos, as professoras que passaram a utilizar a plataforma no período da pandemia se mostraram solícitas e no decurso dessa tarefa e prevaleceu a disponibilidade das professoras em se dispor a aprender e as aparentes dificuldades não foram empecilho para o envolvimento no estudo.

A coleta de dados no campo da pesquisa processou-se no período de março a maio de 2021. Todas receberam um *link* para que pudessem acessar mediante horário solicitado previamente. Logo após a aceitação do convite havia o primeiro contato para um breve bate-

papo e, seguidamente, eram efetuados os procedimentos para que as conversações fossem feitas.

As entrevistas tiveram um tempo médio de 60 (sessenta) minutos. Quanto à manutenção da câmera aberta, instrumento que pode ser usado mediante disponibilidade da plataforma utilizada – *Google meet*-, no decurso da entrevista, ficou a critério da participante. As entrevistas eram marcadas no dia e horário escolhido pelas integrantes. Todas que consentiram com a entrevista participaram efetivamente conforme escolha de dia e horário agendados. Apesar do risco de haver a inconstância do sinal de *internet* nenhum problema foi detectado durante a atividade.

4.5.2 Segundo movimento: análise documental

A análise documental foi feita utilizando-se do Estatuto da Pessoa Idosa, Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, bem como a apreciação dos discursos contidos em 03(três) capas de revistas com tiragens semanais que traziam o tema da velhice e do envelhecimento feminino como destaques. Ressalta-se que as figuras analisadas são datadas a partir do ano 2000. Nessa década, a realidade do envelhecimento populacional e da feminização da velhice passaram a ser efetivamente observadas e esses fenômenos adentraram os diversos setores, quais sejam, o econômico, político, social e de âmbito jurídico na sociedade brasileira, o que justifica a prioridade concedida às imagens em questão.

Desse modo, as análises documentais efetuadas tinham como prioridade compreender o funcionamento dos discursos e como esses atuam de forma incisiva na manutenção das memórias sociais que regem o procedimento dos indivíduos e da sociedade. Esse exame minucioso dos discursos serve, fundamentalmente, para esmiuçar os vínculos entre as palavras e as coisas, como diria Maingueneau (2015, p. 31) “ [...] entre a linguagem e o mundo”.

Destarte, tanto na citada lei quanto nas imagens procedeu-se uma decodificação dos sentidos e dos significados dos discursos em atuação na fabricação do sujeito idoso e do envelhecimento feminino na construção social da velhice. Foram apontados os estigmas, estereótipos e os símbolos que são consolidados pela memória social e acabam por definir o sujeito idoso e classificá-lo socialmente.

O método de Análise do Discurso empregado favoreceu o acesso às memórias sociais que não estão visíveis nos textos, mas que produzem os sentidos destacando-se os signos e os

símbolos acerca da velhice e da pessoa idosa. Nesse movimento, houve o entendimento de como, a sociedade brasileira e a ordem social se estruturam por meio dos instrumentos de comunicação. Com isso, procedeu-se uma extensa leitura dessa temática por meios dos documentos acima apontados. Esses procedimentos colaboraram para verificar que com a chegada dos anos 2000, momento da confirmação das previsões sobre o envelhecimento populacional e a ocorrência da feminização da velhice, houve a necessidade de assimilação a respeito da pessoa idosa, do seu comportamento, suas expectativas e do seu papel social.

Por meio dos documentos foi possível verificar como as memórias sobre a velhice estão estabilizadas, cristalizadas e, por isso, existem preconceitos e concepções do que seja tornar-se um “velho” ou uma “velha” em uma sociedade que preconiza a juventude como imorredoura. Nestes documentos, os discursos sedimentados fazem parte da conjuntura social e histórica que não estão soltos ou isolados, porém são pertencentes às ideologias com seus sentidos anteriormente construídos.

Nessa tarefa, vê-se que os discursos se locomovem, se deslocam no exercício da linguagem, afinal a linguagem “[...] é a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2015, p. 13). Isso posto, nessa afluência, averiguaram-se os discursos materializados que perpassam no tempo e no espaço levando em conta as práticas sociais na construção da velhice, do envelhecimento feminino e as memórias sociais que lhes dão sustentação.

4.5.3 Terceiro movimento: as entrevistas

Conforme Meihy e Ribeiro (2011), o ato da entrevista se reveste de extrema relevância. É uma trajetória que tem múltiplos significados e valores na produção da observação acadêmica. À vista disso, essa metodologia foi importante para essa pesquisa na definição de assertivas, revisão de certezas e serviu para a busca de novas reflexões sobre a composição da velhice e da mulher idosa.

Haguete (2000) afirma que a entrevista, como qualquer instrumento de coleta de dado, está submetida aos cânones do método científico em que se busca a objetividade e a captação mais próxima do real. Para esse estudo, a entrevista semiestruturada foi a escolhida, pois atendia aos pré-requisitos convencionados anteriormente. Produziu-se um roteiro de questionamentos com base nas leituras a respeito da mulher, da velhice no mundo contemporâneo e fundamentado nos objetivos propostos no projeto. Nesse ensejo, as

perguntas foram confeccionadas para que as entrevistadas expusessem suas respostas de um modo espontâneo, sequencial e voluntariamente.

Nesta perspectiva, observou-se a utilização da linguagem verbal e não verbal, as representações, as emoções, as recusas, os silêncios, as risadas, os tons de seriedade e jocosidade, as singularidades, bem como as sutilezas das respostas, digressões, incômodos, contradições, o indizível, o gestual e todos os elementos que promovem a riqueza de cada fala. Afinal, toda entrevista supõe a abertura de um dossiê de documentação (TOURTIER-BONAZZI, 2006)

A entrevista foi composta por dois blocos de questões. O primeiro se referia à fabricação dos perfis, se relacionavam com os aspectos gerais de identificação pessoal e profissional e as respostas eram basicamente objetivas. O segundo bloco foi desenvolvido com perguntas que necessitavam de respostas mais subjetivas acerca das interpretações de mundo que elas faziam sobre diversos temas, memórias e relatos pessoais que as compuseram como mulheres e como uma pessoa idosa. Nesse trajeto, o saber ouvir é um ato de interação e atenção. Bardin (2016) considera a polifonia como condição dessa metodologia.

À medida que as mulheres conheciam as questões, iam livremente respondendo, concedendo as suas impressões no tocante a determinados assuntos prefixados do roteiro. O período destinado para a entrevista era limitado por elas mesmas, pois o tempo foi utilizado conforme as participantes iam sentindo que haviam esgotado o assunto. Em algumas ocasiões após dada as respostas e iniciado outras, elas voltavam para complementar o que julgasse como profícuo.

Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para a formação de um corpo documental a ser trabalhado. Quanto à gravação, sempre foi efetuada com a anuência de cada uma das interlocutoras. Inclusive, a permissão foi registrada antes de principiar as entrevistas. Concluída a etapa das conversações, instaurou-se a fase da transcrição literal sendo uma fase imprescindível para a produção textual no intento de torná-lo compreensível à escrita do texto final. Meihy e Ribeiro (2011) atestam que a transcrição motiva o trajeto a ser traçado e o espírito da transformação da fala do interlocutor, do instante da entrevista até a interpretação final.

Após a transcrição, foi necessária uma revisão de todo material copiado para que houvesse uma fidelidade às falas de todas as entrevistadas. Esse trato com a reprodução dos dizeres foi vital para que não se perdesse nenhum dos diálogos gravados, pois esses conteúdos armazenados são importantes meios de reflexão sobre as interlocutoras, suas histórias de vida,

suas impressões quanto à criação de si mesmas e a perpetuação de memórias que as conceberam. Não são unicamente narrativas aleatórias, mas experiências vívidas de um passado que deram forma ao presente e expectativas para o futuro. Por isso é cabível o respeito e dedicação nas maneiras de ler e interpretar.

Desse momento em diante, houve uma leitura das transcrições com a finalidade de extrair o sentido geral e as ideias principais para iniciar uma análise detalhada, de forma global para os pontos mais específicos, e indicar os quesitos que foram primordiais para a decodificação dos elementos substanciais na pesquisa.

Para apreender os resultados das entrevistas foi utilizado o método de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2016). Esse método é definido como um conjunto de instrumentos metodológicos que permite analisar diferentes conteúdos que podem ser verbais ou não-verbais (SILVA; FOSSÁ, 2015). A fim de que se produza uma observação acurada dos dizeres das entrevistas é necessário que haja uma condução detalhada dos dados obtidos. Em vista disso, nesse processo, o desenvolvimento de algumas etapas é basilar para obtenção dos resultados. Para Bardin (2016, p. 125),

As diferentes fases da Análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos:

- 1) a pré-análise;
- 2) a exploração do material
- 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é o momento de operacionalizar e sistematizar as ideias que iniciarão as estratégias de organização das fases de interpretação de todo o material coletado. A escolha dos materiais se submete às regras de exaustividade para que não fique de fora elementos importantes para a pesquisa (BARDIN, 2016). Componentes tais como: a representatividade, com a finalidade de obter uma amostragem rigorosa e marcante e, por fim, a homogeneidade e a pertinência. Ou seja, os documentos devem obedecer a critérios anteriormente definidos e garantir que as fontes a serem analisadas estejam concernentes com o que propõe o estudo.

Em seguida, seguiu-se a exploração do material. No caso das entrevistas é fundamental separá-los como unidades de registro observando os dizeres a fim de proceder a uma primeira categorização de acordo com os relatos e daí as categoriais iniciais são agrupadas de forma temática, intermediárias e finais (SILVA; FOSSÁ, 2015). Nesse ínterim, não apenas os sentidos das falas são compreendidos, mas as significações das mensagens são captadas.

Em um terceiro momento aconteceu o tratamento dos resultados, que são a inferência e a interpretação. Essa conjuntura requer a absorção dos conteúdos contidos na confecção da tese (entrevista, documentos, observação) para possibilitar uma análise geral na justaposição de diversas categorias existentes em cada exame apontando os aspectos semelhantes e díspares entre si.

Dessa maneira, no emprego da Análise de Conteúdo, neste estudo, houve a coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas e observação direta. Foram realizadas 25 (vinte e cinco) entrevistas. Posteriormente, houve a elaboração dos eixos temáticos os agrupamentos de análise que consiste no desmembramento dos textos em categorias agregadas analogicamente (BARDIN, 2016). Em decorrência, procederam-se as análises que correspondem aos discursos, aos dizeres e às expressões baseando-se na categorização inicial e, por fim, a construção da seção que trata a respeito das professoras aposentadas e a recriação da velhice.

4.5.4 Aspectos éticos da pesquisa

Para a concretização da pesquisa, as questões éticas referentes a seres humanos foram realizadas conforme a resolução 466/2012. A ética nesse processo deve prevalecer em todas as etapas do processo de investigação. Para isto, foi submetido à Comissão de Ética e Pesquisa da Faculdade Independente do Nordeste- FAINOR e obteve autorização institucional conforme Parecer Consubstanciado N° 3.566.580, (Apêndice B).

Em posse da aprovação do CEP/FAINOR todos os procedimentos foram iniciados com o propósito de cumprir os objetivos recomendados no projeto. Por conseguinte, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) foi encaminhado, via e-mail, para cada participante. Nele continha todas as informações primordiais para a compreensão de como se desenrolaria a pesquisa e a entrevista expondo todos os objetivos, riscos e direito dos participantes. O documento atentava para a voluntariedade em compor o grupo de entrevistadas e a viabilidade de desistência a qualquer momento. Ainda apresentava números telefônicos, endereços das pesquisadoras caso fosse preciso manter algum contato.

Por não ter contato presencial, em decorrência dos protocolos sanitários devido a COVID-19, foi comunicado a cada uma que ao ter conhecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) todas as dúvidas seriam esclarecidas por e-mail e por mensagem, via *WhatsApp* ou por telefone.

O anonimato e sigilo foram garantidos ao longo de toda a pesquisa. No ato de gravação dos diálogos, constantemente, foi solicitada verbalmente a manifestação de cada uma se estavam de acordo com os termos ou não. Essa prática se justifica porque nem todas tinham como enviar, por e-mail, a cópia do termo de consentimento devidamente digitalizada com a assinatura virtual correspondente. Dessa forma, todos os protocolos para a efetivação das entrevistas com o rigor necessário foram cumpridos.

Para tanto, entende-se a importância de todos os percursos devidamente praticados para que esse estudo, de fato, seja parte integrante de propostas que visam conhecer a sociedade, sua *práxis*, especialmente no tocante ao envelhecimento, mulheres idosas e às mudanças plausíveis no exercício de reconstrução das memórias associadas à velhice.

5 AS PESSOAS IDOSAS E A VELHICE SOB AS LENTES DOS DISPOSITIVOS JURÍDICOS E MIDIÁTICOS

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.

(Eni. P. Orlandi)

5.1 O Estatuto da Pessoa Idosa e o sujeito idoso

A velhice é um tema envolto de silêncio. Esse silenciamento revela como o envelhecimento humano é atravessado pelas condições deliberadas pela linguagem e as condutas da sociedade em todos os tempos. Essa mudez é um discurso silente e atesta as visões sociais sobre o tema. Nesse lugar, transparecem-se as concepções, os imaginários e os simbolismos que são criados e mantidos socialmente. De acordo com Orlandi (2015), o silêncio tem um sentido, há silêncio nas palavras e o silêncio é significativo. Segundo Beauvoir (1970), a velhice é assimilada pela sociedade como uma espécie de segredo condenável do qual é impróprio falar. Portanto, para a autora, existe uma conspiração do silêncio que necessita ser extinta. Diante disso, Orlandi (2007) assinala que a política do silêncio se assenta, no ato do dizer, ao apagamento de certos sentidos possíveis em uma conjuntura discursiva.

No Brasil, a velhice não foi um tema recorrente nem nas análises sociais, nem nas demográficas até o momento em que o envelhecimento populacional passou a vigorar com uma velocidade díspar da que ocorreu em outros países, e, então, a longevidade se tornou uma realidade premente. Lopes (2007) assevera que a longevidade humana é um desafio, pois o envelhecimento é um fato estrutural e estruturante da sociedade. Advinda de uma vida mais longa, irrompeu uma visibilidade para com as pessoas idosas e vários setores começaram a percebê-las com um interesse ampliado. Por isso, essa temática gerou atenção e mais debates começaram a surgir.

Os movimentos que causaram discussões sobre o processo do envelhecimento, a velhice e as pessoas idosas não derivaram apenas de simples observações populacionais, mas procederam de contextos econômicos, políticos e sociais que fundamentam os pilares de sustentação coletiva. Dessa forma, todos os dizeres a respeito dos temas que concernem a esse

estrato etário, os silenciamentos e a língua são transpassados pela ideologia dominante e nenhuma linguagem enquanto discurso, seja essa política, acadêmica ou um dispositivo jurídico pode ser considerado neutro, pois é interação e um modo de produção social, portanto não há neutralidade e, por isso, é o lugar privilegiado da exteriorização da ideologia (BRANDÃO, 2012).

Neste âmbito, o discurso, desta proposição da pesquisa, não se refere, apenas, às palavras escritas como uma mera transmissão de informações dadas em seu próprio sentido, mas, trata-se de enunciados que são historicamente proferidos acerca de uma categoria, o sujeito idoso, que se consolida com o passar dos anos. De acordo com Orlandi (2015, p.13 e 28), o discurso seria “[...] a palavra em movimento. Os dizeres não são somente mensagens a serem decodificadas, mas são produzidas em condições determinadas”. Em outras palavras, as materialidades discursivas estão carregadas de ideologia, que constroem os sentidos que se estabilizam, permanecem e se movimentam porque ela é a condição para a constituição dos sujeitos e, portanto, os dizeres são ordenados e reordenados com base nas condições sócio-históricas de produção (FREIRE, 2021).

Nesta pesquisa, a ideologia capitalista será considerada como o elemento estruturador dos discursos e da língua nas análises do Estatuto da Pessoa Idosa, do exame verbal e não-verbal das imagens sobre a velhice feminina, bem como dos enunciados dos perfis catalogados do *Instagram* que se seguirão no decorrer da escrita da tese.

Neste ensejo, as leituras propostas se baseiam nos dizeres sobre o sujeito idoso e a velhice no Estatuto da Pessoa Idosa, uma vez que ele não foi constituído isoladamente, porém em um determinado momento histórico e efeito das práticas sociais. Nessa confluência, existe um jogo de significantes que possibilita a formação do sujeito assujeitado à linguagem e seus simbolismos quais sejam: a cultura e os valores que os habitam (CORACINI, 2011). Por isso, Pêcheux (2014, p. 146) alega que:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão não se dá por si mesmo, ao contrário, se dá pelas posições ideológicas em jogo nesse processo sócio-histórico, isso significa que o sentido não é dado pelas palavras, como se elas sozinhas pudessem dar sentido a si mesmas.

Assim sendo, na seção proposta, averiguou-se como é perfilado o sujeito idoso, tal como os sentidos sobre a velhice que são mobilizados no Estatuto da Pessoa Idosa aprovado em 1º de outubro de 2003, pela Lei n. 10.741, e que são formados pela ideologia presente na

linguagem jurídica. Nesta, observa-se como, alguns artigos, expõe a pessoa idosa e quais dizeres a respeito da velhice se tornam mais evidentes e serão examinados nesta seção. Cabe notar como essa lei determina sentido sobre a pessoa idosa e o seu modo de vida. Com isso, verificaram-se os discursos e seus atravessamentos por meio da ideologia que determina a subjetivação e os sentidos, pois todo discurso está em conexão com outros existentes (FREIRE, 2021).

Neste percurso, é necessário destacar no ano de 2017 houve alteração no Estatuto, compreendidas na Lei nº 13.466/2017, em que estabelece prioridade especial para as pessoas acima de 80 anos. Em 25 de julho de 2022, o título da lei foi alterado para o Estatuto da Pessoa Idosa. Essa modificação aconteceu, uma vez que o termo idoso não permitia a inclusão da mulher idosa, visto que existe, na contemporaneidade, um número maior de idosa se comparada aos idosos.

Para o exame proposto, foram escolhidos um número representativo de artigos legais a fim de conhecer o funcionamento dos discursos com base na Análise de Discurso, de linha francesa. Ainda, propõe-se, como parte desta seção, examinar como a imagem da mulher idosa é apresentada pela mídia por meio de capas de revistas selecionadas. Nesse conjunto, também foi feita seleção e análises de perfis escolhidos da rede social *Instagram* para apreender discursos em ascensão acerca a velhice feminina e dos seus sentidos que estão postos nos seus enunciados.

Isto posto, sabe-se que até a Constituição Brasileira de 1988, as pessoas idosas nem sempre foram lembradas na confecção de leis que assegurassem seus direitos e deveres e que possibilitassem a construção de políticas públicas que as protegessem. Desse modo, detecta-se a escassez de debates sobre a velhice nos textos oficiais. Isso implica dizer que existe um sentido, por meio das palavras, que pouco alude aos assuntos relativos à velhice tanto quanto a ausência delas. As referências generalistas obscurecem o tema e encobrem a indispensabilidade de produzir e ampliar discussões que tragam a questão para o centro dos debates em múltiplos âmbitos. Nota-se que o silêncio está presente, tal qual a sua interpretação. Neste contexto, o silêncio não está plenamente visível e/ou observável, mas passa pelas palavras e flui pelas tramas do dizer (ORLANDI, 2015).

Para esse entendimento, tecer-se-á um breve histórico das ações da ONU em que se criou o Plano Internacional de Viena sobre o envelhecimento e, em seguida, será citada a Constituição Federal de 1988 quanto à população idosa. Logo após será realizado um estudo

no Estatuto da Pessoa Idosa com base no método de Análise do Discurso (AD) de linha francesa.

No Brasil, o tema sobre o envelhecimento se tornou de relevante interesse a partir da década de 1970 em que as questões sobre a população mundial possibilitaram averiguar uma mudança no perfil sociodemográfico do país. Ou seja, observou-se que essas transformações deveriam ser mais melhores estudadas, uma vez que tiveram repercussões em áreas sociais, econômicas, educacionais, entre outras. Tudo isso ocorreu em função do aumento do número de pessoas idosas, maiormente, no espaço urbano apontando para as modificações cruciais, em todas as esferas, nesse ambiente. As mudanças populacionais estão estreitamente associadas com a esfera econômica e a alterações no campo do trabalho conforme discutido. Além do mais, o papel social da pessoa idosa tem mudado com a probabilidade da longevidade como consequência de políticas públicas que envolveram a qualidade de vida a patamares mais elevados.

O processo de envelhecimento populacional ocorre de forma diferenciada em cada país, sobretudo, quanto se trata das desigualdades sociais e econômicas entre as nações. À vista disso, a Organização das Nações Unidas-ONU realizou a Assembleia Geral das Nações Unidas em que decidiu, em sua resolução 33/52, de 14 de dezembro de 1978 convocar, em 1982, uma Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Assim, no ano de 1982 foi traçado o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o envelhecimento.

Esse Plano de Ação contém 62 recomendações, muitas das quais têm um destaque para o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e é a base da política para a pessoa idosa, no plano internacional. Em 1991, a Assembleia Geral aprovou os Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas. Estes estão divididos em cinco seções, listadas a seguir.

5.2 Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas

Os princípios elencados foram provenientes de debates, plenárias e discussões sobre a pessoa idosa, seus direitos e deveres, bem como uma maneira de definir os aspectos que devem orientar a formulação de políticas públicas e de leis que atendam à pessoa idosa em sua integralidade.

- Independência - inclui o acesso à alimentação, à água, à habitação, ao vestuário e aos cuidados de saúde adequados. Direitos básicos a que se acrescentam a possibilidade de trabalho remunerado e o acesso à educação e à formação.
- Participação - entende-se que as pessoas idosas podem participar ativamente na formulação e na aplicação das políticas que afetem diretamente o seu bem-estar e devem partilhar os seus conhecimentos e capacidades com as gerações mais novas e também formar movimentos ou associações.
- Cuidados - as pessoas idosas carecem beneficiar-se dos cuidados da família, ter acesso aos serviços de saúde, gozar os direitos humanos e liberdades fundamentais, quando residam em lares ou instituições onde lhes prestem cuidados ou tratamento.
- Autorrealização - as pessoas idosas devem aproveitar as oportunidades de desenvolver plenamente o seu potencial, mediante o acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade.
- Dignidade - as pessoas idosas precisam viver com dignidade e segurança e libertas da exploração e maus tratos físicos ou mentais. Precisam ser tratadas dignamente, independentemente da idade, do sexo, da raça ou da origem étnica, da deficiência, da situação econômica ou qualquer outra condição, e serem valorizadas independentemente da sua contribuição econômica (ONU, 2003).

Durante a segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento que aconteceu em abril de 2002, em Madri, seguiu-se a elaboração do segundo Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento (PIAE) em foi aprovado pela ONU durante a assembleia. Nela, foram discutidos os problemas pertinentes às pessoas idosas de abrangência mundial e confeccionado um documento que deu origem ao plano mencionado. O PIAE foi adotado por todos os países membros das Nações Unidas presentes na Assembleia e, assim sendo, representa um compromisso internacional em resposta a um dos maiores desafios sociais do século XXI: o rápido envelhecimento populacional ora em curso em quase todos os países.

As recomendações do PIAE, segundo a ONU (2003), centram-se em três áreas prioritárias que são:

- 1) colocar o envelhecimento populacional na agenda do desenvolvimento;
- 2) importância singular e global da saúde e;

3) como desenvolver políticas de meio ambiente (tanto do ponto de vista físico quanto social) que atendam às necessidades de indivíduos e das sociedades que envelhecem. Em cada uma dessas áreas de ação, o PIAE prioriza as questões de gênero e de desigualdade social.

No documento, a ONU recomenda que haja um estímulo para uma promoção de abordagem positiva do envelhecimento e de superação dos estereótipos e estigmas associados às pessoas idosas. Assim, os governos foram incentivados a promoverem ações que colaborassem no enfrentamento dos desafios advindos do envelhecimento populacional.

Por esse motivo, foram sugeridas mudanças de atitudes, de políticas e de práticas em todos os setores, buscando concretizar as enormes potencialidades do envelhecimento no século XXI. No PIAE, as pessoas idosas devem envelhecer em segurança, com dignidade e continuar a agir na sociedade como cidadãos com plenos direitos. Outros itens abordados pelo Plano são a eliminação da violência e da discriminação de que são alvos, a igualdade entre os sexos, a importância vital da família, os cuidados da saúde e a proteção social das pessoas idosas.

No ano de 1988, a Constituição Federal tencionou assegurar os direitos e deveres fundamentais a todos os seres humanos, destacando o princípio da dignidade humana. O artigo 1º, inciso III, serviu de base para a consolidação de um Estado Democrático de Direito, propiciando unidade e coerência ao conjunto de todos os outros princípios de direito ali elencados. Assim, explicitou-se que a proteção social às pessoas idosas é dever do Estado e direito do cidadão.

A proteção do Estado com a população idosa está especificada no artigo 203 da Constituição Federal. O artigo assegura o direito a um salário mínimo de benefício mensal à pessoa idosa que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Por outro lado, em escopo mais amplo, esse artigo, por si só, é suficiente para garantir a proteção da pessoa idosa porque assegura "[...] a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida" (BRASIL, 1988).

Neste contexto, para que houvesse o exercício dos princípios fixados na Constituição, foi implementada no Brasil a Lei nº. 8842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Essa lei advém de vários debates e adota como princípios primordiais garantir à pessoa idosa os direitos de cidadania, avalizando a sua autonomia e integração social e promover o bem-estar e o direito à vida, colocando esses como deveres do Estado e da família.

Na Constituição, salienta-se que a cidadania implica na participação nas questões sociais, na busca de soluções para esses problemas, almejando benefícios e a equidade entre todos. Desta forma, após o advento dessa lei, o Estado proíbe qualquer tipo de discriminação às pessoas com idade avançada e inicia a difusão de conhecimentos sobre o processo de envelhecimento para a população brasileira.

Após um longo período de discussões e debates, depois de sete anos de tramitação no Congresso Nacional e, abarcando as mudanças demográficas no país, foi sancionado o Estatuto da Pessoa Idosa no ano de 2003 (Lei no 10.741/2003), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2004 tendo como objetivo principal regular os direitos das pessoas idosas em múltiplas esferas e dimensões. Ele contém 118 artigos que versam sobre os direitos e deveres da pessoa idosa.

Silva Sobrinho (2007) ressalta que o Estatuto provém de diversas lutas sociais e das modificações que aconteceram no Brasil tanto em âmbito demográfico quanto comportamental. Essa lei se processou, um pouco antes, desde 1997 e entrou em vigor em 2004. Houve, ainda, a organização e mobilização dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) e ao Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAP), de representantes da Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e de diversas seções estaduais, de representantes da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), de representantes religiosos, em especial, da Pastoral Nacional e pastorais de diversos estados e de federações e associações de aposentados (CAMARANO, 2013). Santos (2013) leva em conta que no Estatuto está contido um discurso que evoca e, simultaneamente, silencia outros e que não há a garantia de um cumprimento automático.

Desse modo, entende-se que as leis são constituídas, de modo geral, como respostas às demandas sociais e para normatizar as solicitações de uma sociedade. Neste sentido, o Estatuto procurou atender as modificações que estavam ocorrendo para regular o papel da pessoa idosa, tanto no espaço público quanto no espaço privado dentro de um contexto histórico e social (SILVA SOBRINHO, 2007).

O grande avanço do Estatuto da Pessoa Idosa está na previsão da definição de crimes e sanções administrativas para o não cumprimento dos ditames legais. No caso da violação destes, caberá ao Ministério Público (MP) agir para a garantia dos princípios legais (CAMARANO, 2013). Com relação ao Estatuto da Pessoa Idosa, o governo é o enunciador.

Assim sendo, o Estatuto contempla os mais diferentes aspectos da vida cotidiana e destaca os papéis da família, reforçando e enfatizando a sua obrigação, a da sociedade e do Poder Público em assegurar os direitos à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar da população idosa.

De forma geral, dentre os tópicos abrangidos pela Lei nº. 10.741/2003, estão as medidas de proteção da pessoa idosa em estado de risco pessoal; a política de atendimento por meio da regulação e do controle das entidades de atendimento para idosos e idosas; o acesso à justiça com prioridade à pessoa idosa e a atribuição de competência ao Ministério Público. Esse órgão deve intervir na defesa da pessoa idosa e qualificar, nos crimes em espécie, novos tipos penais para condutas lesivas contra ela e, principalmente, ressaltando os direitos fundamentais previstos na Carta Magna, como, por exemplo, os direitos à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, da mesma maneira aos alimentos, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à habilitação e ao transporte.

Consoante Alcântara (2016, p. 61), “[...] o Estatuto da Pessoa Idosa é uma lei que pertence à evolução processual no sentido de viabilizar a tutela jurisdicional coletiva”. Por isso, a função principal do Estatuto é funcionar como uma carta de direitos, fortalecendo o controle do Poder Público em relação ao tratamento das pessoas com idade avançada, respeitando a sua dignidade, colaborando para que a pessoa idosa alcance e ou mantenha a posição de cidadão na sociedade com participação ativa.

Após todas as observações de âmbito geral, é vital perscrutar o referido Estatuto para que se possa identificar quais os discursos sobre as pessoas idosas e a velhice integrado aos seus artigos. Diante disso, deseja-se examinar quais os sentidos e os significados atribuídos a pessoa idosa na constituição de um perfil do sujeito idoso e observar as formações discursivas que podem produzir dispositivos indenitários por meio das redes de memórias. Aponta-se o Estatuto da Pessoa Idosa como um dispositivo no sentido definido por Agamben (2009) em que diz ser um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas e a rede que se estabelece entre esses elementos. Todo dispositivo tem uma função estratégica e se inscreve sempre em uma relação de poder.

Nesta perspectiva, as averiguações sobre o texto legal são pertinentes, dado que em toda leitura é preciso estar atento ao que está explícito e escamoteado sendo que nesse

conjunto existe um emaranhado de fios que promovem significação ao sujeito idoso e da velhice. Entende-se que o que está em oculto no texto legal, pode dar sustentação ao que está elucidado, formulando novos sentidos e referendando os existentes, consolidando o que Orlandi (2015) menciona acerca das relações de sentido que se estabelecem entre o que um texto diz e o que outros textos dizem. Desta maneira, não é suficiente destacar a referida lei apenas como uma guardiã de direitos das pessoas idosas, mas deve haver uma decodificação do que não está revelado, porém constitui como expressivo para essa categoria social.

Nessa continuidade, o dispositivo jurídico - Estatuto da Pessoa Idosa -, Lei nº. 10741 de outubro 2003, contém os discursos a respeito do sujeito idoso que estão em funcionamento e que são atravessados pelo contexto histórico e ideológico em que foram produzidos. Justo e Rozendo (2010), avaliam que o Estatuto é entendido como uma junção de várias vozes, socialmente formuladas, que falam da velhice, criam nexos e significações que propõem o reconhecimento de si mesmos como pessoas idosas.

Para tanto, os artigos da aludida lei que tiveram destaque neste estudo fazem referência a constituição de um perfil do sujeito idoso alicerçadas nas imagens da velhice e da pessoa idosa que foram formuladas anteriormente e que são mantidas por meio da memória social de forma constante. Portanto, a ideologia dominante move-se pelos discursos, pela linguagem e se manifesta na cotidianidade. Konder (2020, p. 151) afirma que:

As palavras, a inflexões, o modo de construir as frases, cada uma dessas coisas tem sua própria história. Tanto na sua gênese como em seu emprego, os termos da linguagem põem a nu os valores da sociedade que os criaram e os mantêm vivos.

Os discursos que se movem nessa materialidade reproduzem um perfil do sujeito idoso, “sujeito de direitos” (TEIXEIRA, 2008) estruturado nos símbolos e na ideologia dominante que se referem à velhice e a pessoa idosa e que foram produzidos coletivamente. Orlandi (2015) ressalta que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O sujeito idoso é concebido no texto legal por meio dos símbolos e significantes que fazem sentido para a produção dos discursos acerca da velhice. Os artigos mencionados neste estudo foram selecionados não apenas para uma interpretação do que está escrito, mas para evidenciar as relações entre a língua, a história, a ideologia que estão sempre em atualização conforme esclarece Orlandi (2015, p. 46):

No entanto, nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente.

Em face do exposto, no artigo 1º contém inferências sobre quem pode ser ou não considerado como uma pessoa idosa. Assim disposto:

Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (BRASIL, 2018, p. 9).

Neste item, vê-se que há uma demarcação de como se torna uma pessoa idosa. Ou seja, é preciso ter uma idade para isso e, nessa interpretação, a lei tem propósitos definidos, pois pretende regular e instituir os direitos de pessoas classificadas por meio da idade. O envelhecimento humano ou a idade legalmente instituída se tornaram elementos essenciais para separar e classificar pessoas (DEBRET, 2003).

Diante disso, constata-se a regularização dos sentidos a fim de atribuir características gerais para quem envelhece. O ato de “regular os direitos” seria como estipular uma ordem a ser seguida para as pessoas que estão dentro dessa classificação. A ideia é a de estabilização de nexos que delinea quem pode ou não ser classificado como uma pessoa idosa. Pêcheux (2015) argumenta ser essa uma espécie de “técnica” de gestão social dos indivíduos e tão logo possibilita agrupar as pessoas ao classificá-las, compará-las, como se as colocassem em ordem, em tabelas programadas baseando-se em critérios previamente definidos como discursos logicamente consolidados.

Por entre as linhas desse espaço jurídico, capta-se na determinação da idade quem é a pessoa idosa. Essa é uma maneira de igualar as pessoas com 60 anos ou mais. Com isso, inicia-se um processo de subjetivação do indivíduo em um sujeito idoso frágil, dependente social e economicamente contidas em diversos trechos do discurso jurídico. Nisso, os declaram como pessoas idosas, independentemente do modo de vida, das classes sociais e das condições econômicas que experimentam.

A ideologia aborda o indivíduo em sujeito. Este é interpelado em seus direitos e deveres do interdiscurso contido no Estatuto. Difunde-se, então, o estereótipo sobre as pessoas idosas como um grupo homogêneo que experiencia a última fase da vida. Essa conceituação de uniformidade destoa das múltiplas condições de vida, de trabalho, de vulnerabilidade e de posição social da população brasileira. A lei apresenta uma

indissocialidade entre o “velho trabalhador” e o “velho de classes altas” como se esses fossem indivíduos que completam seus ciclos de vida de forma igualitária. Conforme Freire (2021), a língua está carregada de valores, de acepções, de figuras e embebido da história.

Para essa materialidade jurídica que é o Estatuto da Pessoa Idosa, ela serve como uma produção atinente à velhice e resta a pergunta: Quem é a pessoa idosa? Quem possui 60 anos a despeito de que seja plenamente capaz de assegurar sua liberdade, sua dignidade, que seja responsável pela sua saúde e pela sua educação. Ainda que ela não precise de intervenções institucionais para que seus direitos, relacionados ao acesso à cultura e a prática esportiva, por exemplo, sejam respeitados e mantidos. Monteiro (2005) assevera que os indivíduos buscam respostas sobre si mesmos, infelizmente baseando-se em classificações e que essas não os definem.

Essa é a figuração que se associa com a pessoa idosa na referida lei, mesmo que ela esteja plenamente ativa no mercado de trabalho e usufrua de sua liberdade, convivência familiar e não, obrigatoriamente, precise da ingerência familiar e do Estado para tal fim, conforme expresso no artigo 3º que diz:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder público assegurar aos idosos, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2018, p. 10).

Observa-se que a memória social imediatamente é convocada e prontamente sugere a idealização predominante sobre uma pessoa idosa vulnerável, desprotegida, desamparada e que precise da assistência contumaz da família e do Poder Público para a permanência de direitos. Os discursos pré-construídos acerca da imagem de uma pessoa que envelheceu são retomados, pois o significado de família está ligado ao fato de ser um eixo central de responsabilização, conflito e interferência na vida das pessoas idosas.

Pêcheux (2015) assevera que uma imagem pode ser um operador da memória social e estimular um trajeto discursivo escrito em um outro lugar permitindo uma repetição e um reconhecimento de uma determinada imagem. Nesta ótica, há uma identificação com os atributos doados à velhice. Portanto, a memória faz parte da produção desse discurso e pode ser entendido como o interdiscurso, pois esses sentidos sobre a velhice foram falas precedentes.

Destarte, o artigo 3º pode então ser compreendido como uma construção social que reconhece as pessoas idosas como seres subalternos, não responsáveis por si mesmos e que carecem de uma assistência governamental a partir dos 60 anos de idade, pois é uma pessoa idosa e conclui-se que quem chega nessa fase da vida experimenta a velhice, e a velhice tem um avizinhamento com a morte.

Nesse transcurso, vê-se que a concepção de obrigatoriedade em instituições específicas que devem amparar as pessoas idosas foi exposta na Constituição Federal de 1988. Desse modo, no artigo 230 consta que:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo às pessoas idosas serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Essa é uma das poucas normas do texto constitucional que discorre sobre a pessoa idosa ao argumentar que a dignidade na velhice expressa um direito à vida. No § 1º que versa a respeito dos programas de amparo, há um destaque especificando que esses devem ser realizados preferivelmente nos lares das pessoas idosas. Nessa alegação, as redes de memória entram em operação atrelando o sujeito idoso a um ser que está restrito à sua residência ou ao local em que habita e, implicitamente, infere-se que as pessoas idosas estão circunscritas unicamente ao ambiente familiar. Essa dedução está associada às memórias sociais que alicerçam a ideia de que uma pessoa idosa não pertence ao labor produtivo extradoméstico. Essa porção da lei está repleta de sentido referentes as representações sociais do perfil de uma pessoa idosa e que é retratado no Estatuto da Pessoa Idosa. Portanto, Orlandi (2017, p. 171) argumenta que:

Todo dizer é assim um gesto de interpretação, uma posição, entre outras, em relação a uma memória. Para que as nossas palavras façam sentido é preciso que já signifiquem, que se produzam em uma memória discursiva, que possam ser interpretadas.

Logo, está ausente a concepção de emancipação, autonomia, independência, uma vez que a recomendação legal sugere nos entremeios do § 1º que as pessoas idosas não estão mais ligadas ao trabalho formal, às rotinas fora de casa indicando que a vida laboral da pessoa

idosa foi concluída. Os **programas de amparo** contradizem com as expectativas de uma velhice ativa, autossuficiente e produtiva. Nesse estágio da existência, mesmo que os programas típicos para essa categoria, possam ser desenvolvidos em lugares identificados para tal fim, suas atividades devem **preferencialmente** ser desempenhadas no domicílio da pessoa idosa. Isso contrasta com a realidade brasileira, pois parte dessa população participa ativamente de várias funções além dos espaços domésticos.

Quanto a estarem em seus postos de trabalho, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2021) verificou-se que, mesmo apresentando estabilidade na taxa de desemprego, o segmento dos trabalhadores de pessoas idosas é o que apresenta as maiores taxas de crescimento da ocupação. Nota-se que, no caso desses trabalhadores mais idosos, esta estabilidade da taxa de desemprego ocorre em um contexto de forte alta da ocupação cujo efeito da expansão interanual de 14,1% sobre a redução da desocupação foi anulado pelo crescimento de 14,2% da força de trabalho. Pode-se então concluir que as pessoas idosas não estão, substancialmente, isoladas em seus lares ou em casas de filhos e parentes.

Isto posto, a figura do sujeito idoso ainda é mostrada de forma apática, incapaz e improdutiva. Nitidamente, essa imagem pré-concebida é iluminada e rememorada fielmente. Com isso, tem-se os sentidos que identificam a velhice no texto legal, embora não estejam explícitos. Neste contexto, Freire (2021) indica que no transcurso da enunciação, os sentidos ideológicos se instituem em discursos e serão as formações discursivas que indicarão o que será expresso e o que ficará escamoteado.

Ainda que esses sentidos não estejam evidentes no texto legal, vê-se que a formulação das frases é permeada pela ideologia capitalista que permeia o momento histórico (ORLANDI, 2015). Para tanto, cada sociedade elabora seus próprios valores e, nessa constituição, ser uma pessoa idosa, fundamentada nessa lei, pode ter uma conotação de finitude, de ineficácia, inoperância, de aproximação com o fenecimento dado as memórias sociais que penetram o tema. À vista disso, Beauvoir (2018) assevera que cada sociedade fabrica seus próprios valores quanto à velhice e, nessa constituição, a palavra declínio pode adquirir um sentido exato.

Na continuação das análises do funcionamento dos discursos no dispositivo legal o artigo 2^a comunica que:

[...] o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e

facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2018, p. 9).

Desse modo, avalia-se que é preciso ratificar “direitos fundamentais inerentes à **pessoa humana**” partindo do pressuposto que esses não são decorrentes das diversas lutas sociais, porém Bobbio (2004) afirma que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos gerados em algumas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra poderes desgastados, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez, mas processualmente.

Neste contexto, o Estado, no Estatuto aparece como a figura mantenedora dos direitos por intermédio da lei. Desse modo, o dispositivo legal pretende garantir facilidades e, simultaneamente, preservar os aspectos relativos a saúde, a espiritualidade, dentre outros. Avalia-se a possível presença do Estado na preservação de “direitos inerentes à pessoa humana”. Ou seja, por ser uma pessoa humana. Motta (1999) aponta que o Estado por meio do aparato jurídico e das políticas sociais tende a definir modos de inclusão e exclusão social segundo sua condição etária.

À vista disso, recorre-se, novamente, aos já-ditos, ao interdiscurso que retoma dizeres que significam sujeitos em uma situação específica. Neste percurso, recobra as acepções sociais no tocante ao que é ser uma pessoa idosa e apresenta a sua invisibilidade, uma vez que é preciso a ação do Estado para a continuidade de condições que devem ser comuns a qualquer cidadão, tais como liberdade e dignidade. Dessa forma, há um retorno às situações de desamparo, de desrespeito ao que a pessoa idosa é submetida constantemente, bem como infere que esse tipo de atitude é recorrente para com essa categoria, pois no Estatuto torna-se fundamental assegurar “[...] todas as oportunidades e facilidades, para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Esse jogo de palavras revela que é preciso reiterar legalmente que a pessoa idosa goza desses direitos. Com isso, constata-se que não é um aspecto comum validar direitos às pessoas idosas na vida cotidiana como se faz a qualquer indivíduo independente da faixa etária. Mais uma vez, verifica-se que as práticas sociais diferem quem é uma pessoa idosa de quem não o é no usufruto de seus direitos. Assim, a língua é um lugar de enfrentamento, de geração de conflito, pois se refere à sociedade e aos processos constituintes da língua que são históricos e sociais (BRANDÃO, 2012).

O artigo 3º relata acerca das obrigações de vários seguimentos para com a pessoa idosa assim descrito:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2018, p.10).

No parágrafo 1º destaca que a garantia de prioridade compreende:

- I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II - preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;
- IV - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V - priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- VI - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;
- VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- VIII - garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais. (BRASIL, 2018, p. 10-11).

Da leitura do dispositivo legal, no inciso IV há referência quanto à primazia em estabelecer formas de convívio da pessoa idosa com indivíduos de gerações posteriores. Nesse entendimento, é perceptível o reconhecimento de conflitos familiares abordados no dispositivo legal com a finalidade de criar estratégias de convívio que insira a pessoa idosa nas relações geracionais. Essa recomendação legal reflete o distanciamento social referente à velhice.

Sabe-se que o isolamento que é quase instantâneo da pessoa idosa pelos indivíduos de menor idade pode simbolizar a tentativa de evitar a ideia da morte, associada a pessoa idosa, e ao afastá-la o quanto possível. Para Elías (2001, p. 7) “[...] na verdade não é a morte, mas conhecimento da morte que cria problemas para os seres humanos”. A velhice simboliza uma relação estreita com a morte e, desse modo, a sociedade não se envolve com os seus velhos e velhas porque essa aproximação com a finitude entra em contradição com o suposto dever de

manter o frescor juvenil como uma imposição para uma vida avaliada como satisfatória. Mucida (2019) alerta que é na velhice que um indivíduo pode experimentar seu desamparo de maneira aguda.

No inciso VII, tem-se a prioridade no “[...] estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento” (BRASIL, 2018 p. 10). Vê-se que é primaz tornar público e fazer parte do processo educativo os saberes alusivos das condições biológicas, psicológicas e sociais do envelhecimento a fim de que haja uma aceitação maior da pessoa idosa pela sociedade brasileira.

Nessa incumbência, tem-se a demonstração de que a figura da pessoa idosa vai se desenhando a depender das visões, dos estereótipos, dos rótulos, das limitações, dos desvios e do silêncio gerado entre as gerações. Consoante Achard *et al.* (2014, p. 50) dizem que

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Freire (2021) diz que a língua nunca acaba. Ela sempre vem de algum lugar e aponta para outros lugares. Desse modo, percebe-se que as memórias sociais cultivadas estão em circulação influenciando diretamente os discursos a respeito do envelhecimento humano e, por causa disso, os estigmas e os preconceitos são desenvolvidos e naturalizados reiteradamente em diversas materialidades.

Isso posto, os artigos 4º, 5º e 6º, 10º consistem em:

Art. 4º Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos das pessoas idosas.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou que tenha conhecimento.

Art. 10 É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar a pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e coletivos, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando-a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 2018, p. 11-12).

Esses artigos compõem-se de obrigações legais para toda a sociedade e caso não sejam observadas, haverá uma responsabilização não apenas legal, mas civil. Por conseguinte, vê-se a conveniência de artigos que discutem acerca das formas de subjugação do sujeito idoso, uma vez que as pessoas idosas a todo instante estão à mercê da violência, física e simbólica, sofrem hostilidade e são oprimidos, especialmente, quanto ao reconhecimento como seres humanos, afinal, ser velho é lutar para continuar sendo homem (BOSI, 1987).

Para Silva Sobrinho (2007), nesses pontos, o Estatuto não assente que a discriminação, a negligência e a violência tenham origem nas práticas sócio históricas que promovem as desigualdades sociais e econômicas. Todavia, é habitual constatar as discriminações e as fragilidades a que as pessoas idosas são submetidas. São violados quanto aos seus bens, sua autonomia e extorquidos economicamente. São corriqueiras as piadas que os menosprezam, os apelidos pejorativos, as brincadeiras que os constroem e é imensamente fácil encontrar situações de promoção da infantilização da pessoa idosa.

Dentro do âmbito familiar e fora dele, continuamente, as pessoas idosas são alvos da falta de consideração, de deferência e, dessa maneira, elas têm a sua voz, suas predileções, seus desejos e sua independência desmerecidos. Em vários momentos, as pessoas idosas não têm outros que os defendem e em situações específicas são explorados. São questões que estão, indiscutivelmente, ligadas à longevidade, à construção social da velhice e à formação das pessoas idosas como categoria social.

Nas análises desses enunciados, repara-se uma regularização da memória, pois no texto legal há uma retomada a todos os obstáculos e adversidades sofridos por quem é idoso ou idosa. Existem subjetivações do sujeito idoso nos artigos acima mencionados ainda que

não estejam evidentes. Esse sujeito tem padecido injúrias, desumanidade, intolerância devido à sua condição etária. Esse discurso é orientado pelas práticas em ambientes diversos. Pêcheux (2015) salienta que os discursos não são obra do acaso e nem são produzidos desobrigados de observar as redes de memórias e as expectativas sociais nos quais se alicerçam.

Nessa continuação, o artigo 8º revela que a pessoa idosa tem direito à velhice. Ele está disposto da seguinte maneira: “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente” (BRASIL, 2018, p. 12). Para esse entendimento, é essencial atentar para o fato de que o envelhecimento é um processo natural porque os indivíduos vivem e à medida que se vive mais há uma maior experimentação da longevidade.

Mucida (2019) alerta que o envelhecimento é definido como uma sucessão que acompanha o organismo do nascimento à morte. No entanto, para o Estatuto da Pessoa Idosa envelhecer se tornou um direito assegurado, regulado e protegido por lei. Isso denuncia como o envelhecimento é ainda estigmatizado, percebido como uma fase estereotipada e por conta disso o Estado se coloca como elemento primordial na proteção de um “direito” que é inerente ao ser humano. No Estatuto da Pessoa Idosa, há uma evidente conformação com a memória social que relaciona envelhecimento com perda, com decréscimo, com aviltamento e envelhecer se torna um combate, a velhice se constitui em uma ameaça em uma sociedade que pretende exorcizar a morte (TÓTORA, 2016).

Diante disso, sabe-se que não se pode escamotear o percurso da vida humana, mesmo que o processo de acatamento da velhice seja conflituoso. O que define o sentido e o valor da velhice é a interpretação atribuída pelo ser humano à existência (BEAUVOIR, 1970). Proteger a velhice se converge em uma obrigação do Estado. Isso implica que o processo de envelhecimento e, posteriormente, a velhice não são enxergados como um vir a ser, mas previamente estipulado e, por isso, são refutados, desvalorizados e obscurecidos diante dos ditames capitalistas atuais na sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, envelhecer consiste em uma problemática social e econômica para a conservação de uma classe trabalhadora que faz parte de um processo de envelhecimento demográfico que poderá ser um entrave para as relações de produção e reprodução social sob a lógica do capital.

Nesta perspectiva, os artigos 20, 21 e 22 versam sobre a educação e cultura e suas abrangências para oportunizarem as pessoas idosas aos círculos educacionais.

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados

§ 1º Os cursos especiais para pessoas idosas incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para a sua integração à vida moderna.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. (BRASIL, 2018, p. 17).

Com base no artigo 20, os programas voltados para as pessoas idosas que incluem um aprendizado específico e lazer geralmente são realizados pelos grupos de convivência, as universidades e a admissão a esses espaços ainda não são uma realidade comum entre elas. Sabe-se que as redes sociais têm sido um suporte de interação social para as pessoas idosas conectem ao mundo virtual e, de certo modo, é também uma forma de isolamento social, pois não é comum o atendimento ao descrito no artigo 20 como um exercício de direito.

O artigo 21, no parágrafo 1º, aponta para os conteúdos dos currículos de âmbito educacional, sob responsabilidade do Poder Público, no estabelecimento de possibilidades para que as pessoas idosas possam usufruir de uma educação voltada para atendê-los em suas especificidades. Insere-se nesse a prioridade de abordar temas referentes ao funcionamento dos aparatos tecnológicos alusivos à computação e as mídias de comunicação com a finalidade de incorporação das pessoas idosas à vida moderna.

Possuir as informações para o manuseio de equipamentos informacionais na velhice pode ser uma maneira de incentivo à inclusão digital e o domínio básico de suas funções serve para usufruir do mundo digital não apenas como diversão, mas também como forma de comunicação, transações bancárias e uso de demais aplicativos para compra, venda, estreitamento de relações afetivas e interação social. Segundo Pompéo (2016, p. 190)

Independente do gênero ou forma de acesso, o fato é que os idosos têm estreitado laços com a rede encontrando nela algo que lhes falta em outros inúmeros aspectos, como a igualdade e a possibilidade de, acima de tudo, incluir-se enquanto cidadãos.

No mesmo parágrafo, agrega-se a concepção de que aprender a usar os diversos instrumentos tecnológicos e as ferramentas das mídias sociais é uma condição indispensável para inserção às novas práticas e formas de pertencimento ao mundo moderno, o que implicitamente está sendo apresentado é a negação do sujeito idoso como indivíduos integrados à modernidade após os 60 anos idade em que legalmente se torna uma pessoa idosa. Ou seja, há uma necessidade de reinserção do sujeito idoso às transformações tecnológica para que ele esteja conectado à sociedade. Isso indica que para que haja uma incorporação à vida contemporânea é fundamental a experiência com essas tecnologias.

O inciso 1º dispõe acerca da importância de uma educação voltada para o contexto informacional e virtual com um objetivo determinado: o de atualizar a pessoa idosa para que ele esteja pronto a utilizar as ferramentas comunicacionais, recreativas e informacionais. Seria uma maneira de renovação de saberes em contraponto com essa fase etária em que as pessoas idosas são consideradas atrasadas ou mais empobrecidas culturalmente por não conhecerem as novas tecnologias. À vista disso, o dispositivo legal pretende reinserir o sujeito idoso em um “novo” mundo que o acolherá caso não esteja familiarizado com o espaço virtual. Levy (2011, p. 16) alerta que

Contrariamente ao possível, estático e já construído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização.

Nesta perspectiva, a condição de adaptação que passa pelos conhecimentos da informática e do ciberespaço pode provocar a exclusão e discriminação daqueles que não possuem as chances de adquirir as noções básicas avaliadas como essenciais para essa atualização. Seria uma requalificação do sujeito idoso. No entanto, o acesso à computadores, *tablets*, celulares, dentre outros, é reduzido dado que a realidade econômica das pessoas idosas na sociedade brasileira, na sua maioria, depende de salários e aposentadorias precários.

Além do mais, as circunstâncias para o exercício da vida diária requerem diversas atenções quanto à saúde, à alimentação, à moradia e nem sempre é possível investir recursos financeiros na obtenção de aparatos tecnológicos que os façam se sentirem pertencentes ao mundo virtual. Essa demanda pela vida computadorizada exige que cada indivíduo tenha um contato maior e mais noções especializadas para utilizar esses equipamentos e que, por vezes, são inacessíveis para a população idosa, especialmente das camadas populares.

Desse modo, o inciso 1º, do artigo 21, pertencente ao Estatuto da Pessoa Idosa apresenta imposições para acatar a pessoa idosa como concernente ao mundo atual. Essa proposta significa integrar o sujeito idoso às tecnologias de última geração, bem como promover uma alternativa de atualização que não o assemelhe a indivíduos incultos quanto às técnicas informacionais e às mídias de comunicação. Esses saberes devem fazer com que o sujeito idoso não se sinta obsoleto, desatualizado quanto aos conhecimentos gerados na era da informática.

Mais uma vez há um retorno as memórias sociais estabilizadas que caracterizam às pessoas idosas como antiquadas, incompetentes e ultrapassadas. Percebe-se que quando idosos e idosas dominam a linguagem e as maneiras de uso da internet, por exemplo, são vistos como incomum pelas gerações mais jovens. Portanto, o texto legal cria uma associação com as tecnologias da informação como obrigatórias na constituição de uma velhice eficaz e ao mesmo tempo atrela o uso desses aparatos como exigência para a plena participação social.

É uma estratégia jurídica que parece incluir, contudo, essa incorporação que depende tão somente de transformações pertencentes à era digital é superficial, limitante e não fomenta as mudanças indispensáveis de âmbito social. Há uma repetição, ainda que obscurecida, de como a pessoa idosa e a velhice são refutados socialmente, pois são necessárias táticas com a finalidade de **integração à vida moderna**. Essa repetibilidade ampara a regularização dos sentidos que estão em conformidade com os conceitos articulados sobre as pessoas idosas na esfera social.

O artigo 22 contém procedimentos que visam suprimir o preconceito contra a pessoa idosa com base na educação formal incluindo matérias nos currículos escolares que discutam o **processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso**.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. (BRASIL, 2018, p. 17).

Com base no texto legal, a criação de disciplinas que discutam a temática é justificada pela necessidade de conceber uma educação que combata à intolerância a pessoa idosa. Isto posto, observa-se que existe admissão das hostilidades que as pessoas idosas experimentam no seu cotidiano. Na conceituação do artigo, o tema da velhice deve ser discutido dentro das escolas, universidades e centros educativos de ensino formal na tentativa de abolir as práticas

sociais de discriminação que são recorrentes em todas as esferas sociais quanto à velhice. Todavia, essa proposta não é abrangente nem satisfatória, uma vez que a formação das atitudes e crenças de forma geral são produzidas em todas as instâncias sociais, pois avalia-se que as atitudes relacionadas com a velhice são socialmente desenvolvidas e aprendidas ao longo de toda a vida (NERI, 2007a).

As memórias sociais em torno do envelhecimento e da velhice são produzidas nos espaços familiares, religiosos, de trabalho, institucionais, nas esferas de lazer e esportiva, entre outros. Essas memórias vão se solidificando e se reestruturando ininterruptamente. É um processo de constituição da imagem, da linguagem e de aceções sobre a pessoa idosa e sua representação social que envolve a ideologia dominante na constituição dos discursos. Neste contexto, qualquer mudança com relação às visões e *práxis* sociais não acontece de forma imediata, mas é resultado de uma longa jornada de reordenação da significação do sujeito idoso.

Em razão disso, não basta inserir disciplinas nos currículos escolares que abordem o **processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso**, conforme posto no artigo 22, justamente porque não pode ser uma incumbência exclusiva das instituições de ensino, pois essas questões são amplas e requerem estudos aprofundados para a reconstrução das concepções sobre a posição da pessoa idosa na sociedade e/ou sobre os deveres da sociedade para com ela (NERI, 2003).

Para tanto, é primordial abordar como é produzido e conservado o repúdio à velhice para que propostas como a contida no artigo em questão sejam salutares nas ações de combate ao preconceito contra a pessoa idosa. A visão social é desenvolvida no dia a dia e se naturaliza à medida que há conformidade com ela por meios das condutas e dos códigos de comportamentos. Lippmann (2008) diz que as formas estereotipadas emprestadas ao mundo não vêm somente da arte no seu sentido exato, mas são provenientes dos códigos morais, filosofias sociais e das agitações política.

Desse modo, a construção das imagens e concepções em torno da velhice é fabricada em múltiplos âmbitos e cerceada pela ideologia dominante na qual a juventude é valorizada em detrimento do “velho” e, com isso há uma produção de convicções e ideias que causam efeitos duradouros e repetitivos.

Logo, refazer as memórias sociais sobre o envelhecimento e a velhice com a finalidade de que a sociedade desenvolva **o respeito e a valorização da pessoa idosa**, de acordo o preconizado pelo artigo 22, é uma tarefa que engloba além da sala de aula e do papel exercido

por docentes. Afinal, os preconceitos, a intolerância e a aversão a essa etapa etária pertence ao campo da cotidianidade em que tudo que se aprende é rapidamente transmitido e absorvido engendrado pelos condicionantes ideológicos do sistema capitalista de produção.

Nessa trajetória, o processo de reinvenção de valores sociais deve se constituir como ação coletiva, global, de reestruturação de bases sociais, perpassando também os ambientes escolares na compreensão de que a valorização e o respeito ao indivíduo independem de sua idade, de sua condição social e produtiva.

Nesse prosseguimento, os artigos 26, 27 e 28 abordam sobre a profissionalização e o trabalho. Eles estão assim dispostos:

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

III – estímulo às empresas privadas para admissão de pessoas idosas ao trabalho. (BRASIL, 2018, p. 19).

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6(seis) meses a 1(um) ano e multa:

I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;

II - negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho (BRASIL, 2008, p. 46).

O texto jurídico declara os direitos das pessoas idosas relativos à manutenção de atividades profissionais e que para esse exercício é necessário o respeito às condições físicas, intelectuais e psíquicas. Dito isso, sabe-se que o sistema capitalista determina o trabalho sob o prisma da produtividade e competitividade. Dessa forma, o trabalho influencia diretamente a identidade do homem e da mulher que por longos anos constituíram as suas vidas atentando para as suas atividades laborais como pilar para sua subsistência e definição do seu papel social. D'Alencar e Campos (2006, p. 29) salientam que:

A história social do homem tem evidenciado que, sob qualquer modo de produção, o trabalho se traduz na expressão concreta de sua inserção no processo de desenvolvimento da sociedade e, portanto, em um indicador de

sua participação social. O trabalho, portanto, ao longo da história, se constitui na referência de construção da identidade e sociabilidade humanas.

Assim, a identidade da pessoa idosa é formada, maiormente, pelas relações sociais advindas do âmbito do trabalho, da sua funcionalidade que foram geradas no transcurso da sua vida profissional proporcionando identificação e reconhecimento pessoal. Porém, após os 60 anos a ideia que prevalece socialmente é a de que o ser humano se torna lento, desatualizado e não produtor para o trabalho. Mesmo que esse sentido não esteja evidenciado, eles são difundidos nas ações no interior das empresas e instituições e ainda nos recônditos das práticas discursivas (CORACINI, 2011).

Desse modo, há uma estigmatização em função da idade que se contrapõe ao ideal de agilidade, pensamento rápido e eficiência que prefigura no trabalhador jovem. Além de terem poucas possibilidades de pertencimento ao mundo do trabalho formal ficam afastados de uma rede de relações que os facultariam experimentar novas vivências que produzem valorização nessa fase da vida. Orlandi (2015, p. 50-51) salienta que “[...] o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência”.

Outro aspecto relevante é o aprofundamento das relações preconceituosas referentes à produtividade. Isso se associa ao fato de que algumas pessoas idosas estão aposentadas e, em função disso, são vistas como alguém desocupado, inerte e defasado para ser reinserido no mercado de trabalho. Nesse contexto, a identidade das pessoas com 60 anos ou mais e que estão usufruindo do período da aposentadoria estão subordinadas ao não-reconhecimento de sua capacidade produtiva.

Nessa esfera, nas relações de trabalho, admitir uma pessoa mais jovem para um determinado serviço se revela, aparentemente, uma decisão mais apropriada, uma vez que celeridade, vivacidade, eficiência são atributos que referendam os mais moços para o mercado de trabalho e nos mais velhos essas características não são vistas como comuns. Teixeira (2008) atesta que o trabalhador idoso ao perder seu “valor de uso” e sua funcionalidade para a sociedade capitalista, atingem um potencial desumanizante de “supérfluos” para o capital e de peso morto do exército industrial de reserva.

Nesse prosseguimento, no Estatuto da Pessoa Idosa, no artigo 100, nos incisos I e II constam a penalidade para quem agir de forma a perpetrar o etarismo. O termo etarismo foi cunhado por Butler significando “[...] um processo sistemático de estereótipos e

discriminação contra pessoas porque elas são mais velhas” (BUTLER, 1975, p. 12). De acordo com D’Alencar *et al* (2006) quando se relaciona trabalho e idade, geralmente, a afirmação é de que as pessoas idosas representam um fardo para a sociedade e, portanto, são desnecessárias no mercado de trabalho. Essa percepção social aparece no referido artigo de forma obscurecida, pois diz que **é vedada a discriminação** e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir. Nesse sentido, essa orientação explícita aponta as distinções de idade a que o sujeito idoso tem sido submetido nas práticas cotidianas.

Nota-se que o tempo de “utilidade” do trabalhador/trabalhadora está relacionado com as necessidades de reprodução do capital e à medida que se aumentam as exigências para a participação do indivíduo no mercado de trabalho, os critérios de exclusão levam em conta a questão etária e tende a expulsar as pessoas com mais idade das suas funções laborais.

Neste contexto, a maioria dos trabalhadores idosos na sociedade brasileira está fadada à pobreza e à dependência dos recursos da família, dos programas assistencialistas e subordinados à desvalorização social, que reflete o desprestígio da vida humana fora dos circuitos produtivos. Teixeira (2008, p. 137) diz que:

Essa realidade não é condição inexorável do envelhecimento, pelas restrições físicas e orgânicas ou de papéis sociais, mas é peculiar à velhice dos trabalhadores, principalmente os de baixa renda, constituindo um problema em nossa sociedade pela vulnerabilidade social desse segmento quando eles perdem o valor de uso para o capital.

O artigo 27 trata acerca da contratação da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, vedando a discriminação etária. Todavia, situações de diferenciação em função da idade são habituais, por isso é abordado no texto legal uma vez que quando se retrata a predileção por trabalhadores mais jovens, sem ressalvas quanto à natureza do cargo ou função, está inserida a prática do etarismo, que é o preconceito etário, representada por prejudgamentos e atitudes contra as pessoas em decorrência da faixa etária (SOUSA *et al*, 2014). Isso implica a perda do valor econômico da mulher e do homem idosos. Essa conduta afronta diretamente os princípios da igualdade, não discriminação e da dignidade da pessoa humana, indo na contramão dos direitos contidos na Constituição de 1988 (FERREIRA, 2013).

As pessoas idosas têm menor poder de concorrência no mercado laboral, por serem avaliados como desatualizadas profissionalmente. Em razão disso, uma parcela dos

trabalhadores aposentados mantém algum tipo de trabalho na informalidade para minimizar às precárias circunstâncias de sobrevivência que experimentam. Teixeira (2008) alerta para o fato de que existe um grande contingente de trabalhadores idosos em estado de pobreza, dependente dos recursos públicos para seu próprio sustento e de sua família.

Está exposto no artigo 28 que o Poder Público tem a responsabilidade de criar e estimular programas que incentivem empresas privada à contratação de pessoas idosas. A prática do etarismo é recorrente em diversos ambientes de trabalho e as justificativas são variadas, tais como: suposta incompetência ao comparar o trabalhador idoso com um mais jovem, dúvidas sobre a capacidade laboral de uma pessoa idosa, dentre outros aspectos. Algumas empresas dificultam a entrada de profissionais extremamente jovens e, por outro lado, existem os atalhos para facilitar a saída de pessoas com mais idade antes que se tornem “velhos” demais para produzir. Essas são as barreiras invisíveis de seleção e as políticas de aposentadoria compulsória. Para Ferreira (2013), a partir dos 35 anos de idade, o indivíduo encontra dificuldades para se projetar ou se reinserir no mercado de trabalho. Com advento das sociedades industriais e pós-industriais, a mão de obra jovial passou a ser mais valorizada, portanto, há a violação dos direitos de não distinção entre pessoas independentes da faixa de idade.

Essa predileção procede da concepção de que alguns espaços devem ser ocupados por pessoas mais jovens por serem mais flexíveis, adaptáveis às mudanças e engajados em suas funções. Hanashiro e Pereira (2020) apontam alguns estereótipos presentes na literatura quando se refere ao desempenho de trabalhadores mais idosos. Eles remetem a baixa habilidade de aprendizado, resistência às mudanças, menor retorno sobre investimento em treinamentos, uma vez que não ficarão muito tempo no emprego, entre outros. Winandy (2021, p. 84) indica que:

Dentre os estereótipos negativos mais frequentes que alimentam o etarismo nas organizações estão as supostas dificuldades cognitivas, de bloqueio com a tecnologia e a falta de flexibilidade. Quando se relaciona com a capacidade cognitiva, a crença é a de que com a idade, perdemos a habilidade de aprender coisas novas.

Assim, existe um antagonismo entre o trabalhador jovem e o de mais idade. Ou seja, vê-se um conflito entre juventude e velhice. No universo do trabalho criou-se uma disputa cerceada pelas condições ideais de desempenho no qual o período da velhice não se encaixa e, por isso, as pessoas idosas se tornam dispensáveis em função das condições para contratação e

seleção. A sociedade capitalista tornou empobrecida de sentido e de utilidade (DEBRET, 1999).

Neste contexto, quando se refere às trabalhadoras idosas há, por parte delas inclusive, uma preocupação maior com estética corporal e facial somadas aos demais desafios para se manter no mercado de trabalho, uma vez que para o sexo feminino camuflar a velhice pode ser uma estratégia que ajuda a postergar o chamado “declínio da credibilidade” tão comuns nas empresas como uma forma de discriminar as pessoas de mais idade nos ambientes profissionais. Há uma associação, que parece ser intrínseca ao mundo feminino, no entanto é ideologicamente fabricado de que o corpo significa. Nesse jogo de ideias e palavras, as mulheres vinculam celeridade, altivez e beleza como elementos essenciais na construção de suas carreiras profissionais. Assim Orlandi (2017, p. 87) diz que a “[...] forma sujeito histórica tem sua materialidade que o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, traz seu corpo por ela também interpelado”.

O preconceito e a discriminação etária estão presentes mesmo que de forma sutil e, por vezes, quem os sofre, nem sempre compreende que é inadequado ser classificado profissionalmente por meios dos aspectos da estética corporal, e essa prática se tornou corriqueira nas instituições e corporações. Consoante, Hanashiro e Pereira (2020), os estigmas e normas relativas à idade cooperam para que o trabalhador idoso encare uma difícil batalha que é o chamado teto grisalho. Na construção do artigo 26, da referida lei, que menciona a necessidade de vedar “[...] a discriminação e a fixação de limite máximo de idade”, existe uma concordância de que o “[...] preconceito social é vinculado ao envelhecimento e é subjacente à maioria das formas de preconceito” (GOLDANI, 2010, p. 413).

Desse modo, verifica-se que há um retorno aos discursos já-ditos, vigentes e que estereotipam as pessoas que possuem 60 anos ou mais. O Estatuto da Pessoa Idosa é um promotor da produção simbólica no tocante à pessoa idosa, pois ele é um marco histórico na fabricação de políticas públicas para essa categoria social. Nele, a memória discursiva vai se sustentando com base em noções estabelecidas e, ao mesmo tempo esquecidas em que os sentidos vão se constituindo (ORLANDI, 2015).

Assim, o sujeito idoso é subjugado pelas relações capitalistas de produção que a depender da conjuntura histórica encontra mecanismos para a atualização das ideologias postas, afinal tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo (BAKHTIN, 2014). O preconceito etário é evidente nessas conexões em que marginaliza e promove a desestabilização da pessoa idosa ao dificultar sua ativa participação

em variados postos de trabalho. Destarte, esses discursos prevalecem enquanto outros tendem a desaparecer.

Neste contexto, as mutações na manutenção das estratégias capitalistas são constantes e concretas, principalmente a partir dos anos de 1970 com o processo de transformações de ordem econômica propiciando a chamada reestruturação produtiva. Desse modo, entre as várias mudanças ocorridas, as exigências de formação de nível superior para a permanência no mercado de trabalho estão cada vez mais acentuadas. Antes, possuir um diploma do ensino médio era um requisito suficiente para alocar-se em empresas privadas e públicas e até nos altos escalões de empregabilidade. Nos tempos presentes, o nível superior e suas derivações se tornaram obrigatórios para esse ingresso.

Imposições como essas afastam o trabalhador idoso do emprego formal que na juventude não teve oportunidades de vincular-se a uma universidade, cursar e obter uma formação especializada. Logo, o trabalhador (a) idoso (a) sem as qualificações necessárias é desprestigiado nas vagas de emprego e é tido como inapto e se caracteriza como uma mão de obra inútil para os princípios de eficácia e rentabilidade do capital. Eloi *et al.* (2019) argumentam que, desse modo, há a exclusão do trabalhador que não está atualizado às modernidades e tudo o mais que esses novos adventos trazem.

Nesse âmbito, verifica-se que vários artigos que compõem o Estatuto da Pessoa Idosa estão repletos de sentidos e significantes sobre o sujeito idoso e das visões estereotipadas no tocante às pessoas idosas como trabalhadores. Com isso, os estigmas distinguem a diferença entre a pessoa idosa e o jovem e ambos derivam da memória social. Para Goffman (2008), antes que essas diferenças tenham nexos, elas são coletivamente contextualizadas. Dessa forma, a visão de inaproveitável e descartável, pertinente à velhice e à pessoa idosa, se endossa cada vez mais.

Com base nas análises procedidas, constata-se que há uma produção do sujeito idoso com uma identidade criada em função das referências sociais e a ideologia capitalista. Essas são ratificadas no Estatuto mesmo que não estejam nítidas nos artigos avaliados. Consoante Goffman (2008), esse tipo de caracterização e estigmatização de indivíduos ou grupos, de fato, é uma linguagem de relações.

Os entrelaçamentos averiguados no texto legal mostram que a formação ideológica neste caso, de negação da velhice, se insere nas formações discursivas que foram constituídas e que se relacionam com o sujeito idoso decadente, dependente e inapto, camuflado nas páginas da referida Lei e acabam por delimitar o que será dito, o que é obscurecido e o que

deve ser silenciado no Estatuto da Pessoa Idosa. Portanto, Orlandi (2017, p.169) afirma que “[...] a escrita marca uma relação particular do sujeito com a história e é uma forma de inscrever o sujeito na ordem social”. São discursos logicamente estabilizados que são interiorizados face às necessidades dos sujeitos de adequação da vida diária e sua estruturação no mundo e até mesmo da constituição das instituições para conceder respostas aos questionamentos dos sujeitos.

Pêcheux (2015) esclarece que cada um de nós tem uma necessidade de homogeneidade lógica desde as pequenas decisões do cotidiano e até mesmo as questões relacionadas com a afetividade. Portanto, as instituições e o Estado estão colocados para atender aos sujeitos como polos privilegiados de respostas aos questionamentos. À vista disso, o Estatuto da Pessoa Idosa reflete e orienta o pensamento, as estruturas e o contexto social no qual todos estão inseridos, portanto a imagem da velhice construída socialmente foi transportada para o discurso legal, refeita e reabsorvida coletivamente.

Nesse prosseguimento, cabe indicar que o Estatuto da Pessoa Idosa tem 18 anos de implementação. Durante esse período aconteceram mudanças demográficas, econômicas e sociais referentes à temática. Conseqüentemente, algumas indagações são pertinentes: há uma identificação das pessoas idosas no tempo presente com o sujeito idoso exposto nos artigos do Estatuto? Existiu uma visibilidade da velhice no decorrer desse tempo ou ela continua a ser invisível?

Durante esse intervalo de tempo, têm-se múltiplas manifestações e produções de discursos sobre a velhice que ultrapassam os textos jurídicos. Neste ínterim, outras materialidades discursivas abordaram o assunto. Para a Análise do Discurso, o processo de composição dos sentidos pode estar em qualquer materialidade que produza interpretação (FREIRE, 2021).

Destarte, os meios imagéticos como a *Internet* e as mídias sociais apresentam inúmeras imagens sobre a velhice e as pessoas idosas. Por isso, entende-se a importância de averiguar, nesta seção, algumas imagens que possam analisar o funcionamento desses discursos que estão filiados a uma dada formação ideológica relacionada ao tema da pesquisa em questão. São imagens retiradas de capas de revistas que têm grande popularidade, o que indica dizer que são lidas por um enorme número de pessoas a cada tiragem, bem como os perfis do *Instagram*.

Neste contexto, figuras que tratam do envelhecimento da mulher foram selecionadas para prosseguimento das análises. As imagens estão dispostas livremente na *Internet*. Sendo

assim, estão disponíveis para qualquer pessoa que faça uma simples busca em torno do assunto. Por esse motivo, as figuras selecionadas para os diagnósticos foram encontradas e retiradas da *Internet*. São de fácil acesso e não precisa ter uma permissão expressa dos seus enunciadores, pois são públicas e estão acessíveis a qualquer pessoa. Em razão disso, os discursos em atuação contidos nas imagens acabam sendo veiculados com muita agilidade ainda que não sejam plenamente perceptíveis dado que não há neutralidade nem mesmo no uso aparentemente cotidiano dos signos (ORLANDI, 2015).

Diante disso, notou-se a necessidade de examinar também nas redes sociais, em especial, no *Instagram* os perfis que se tratavam da mulher idosa nos tempos atuais. Desse exame, foram encontrados 93 (noventa e três) perfis em que há uma apresentação da visibilidade da mulher idosa, da velhice experienciada em contraponto com os padrões sociais que ainda vigoram e insistem em escamotear a velhice. Nelas, priorizou-se destacar a velhice feminina. Essa escolha foi feita em virtude do *Instagram* ser uma rede de social de maior número de usuários, portanto atinge de forma mais abrangente o público feminino e prolifera os seus discursos.

Outro aspecto que foi considerado para essa leitura se dá em torno da diferenciação entre a velhice masculina e feminina. O envelhecimento é distinto quando se trata do sexo, quando se versa com relação ao corpo, dado que as visões sociais concernentes a ele são desiguais socialmente. Goldenberg (2015) assevera que o corpo se tornou um grande capital e o envelhecimento seria uma situação de perda desse capital.

Nesta confluência, as análises se propõem a captar como os enunciados dos perfis produzem sentido e perscrutar os padrões, as regras, os princípios e as memórias sociais associados à velhice feminina que são apreendidos tanto na esfera de um corpo físico que guarda as marcas do tempo quanto na esfera dos sentidos que a constitui.

5.2.1 “O dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato”: a velhice feminina e os dizeres midiáticos

A presença feminina, mormente, no espaço urbano se converteu em um assunto fervoroso face às alterações demográficas no Brasil. A expectativa de vida das mulheres aumentou enormemente nas últimas décadas. Segundo a agência de notícias do IBGE (2020), a expectativa de vida dos homens passou de 72,8 anos em 2018 para 73,1 anos em 2019 e a das mulheres foi de 79,9 anos para 80,1 anos. Dessa maneira, o envelhecimento feminino é

tema de debates e interesses sociais, políticos, econômicos e se tornou uma questão global e, particularmente, feminina (MOTTA, 1999).

A partir dos anos 2000 com as confirmações das projeções populacionais feitas anteriormente, notou-se uma notoriedade da mulher idosa na sociedade contemporânea. O envelhecimento populacional é nítido na realidade brasileira e a longevidade vem aumentando cada vez mais. Conforme dados do IBGE (2020), a esperança de vida do brasileiro aumentou em 31,1 anos desde 1940. Nas últimas décadas, essas transformações provocaram mutações na compreensão sobre a velhice e promoveram interpretações sobre o que é ser uma pessoa idosa e uma pessoa longeva. Assim, tanto a cultura como a política e os setores da economia se debruçaram sobre esse novo patamar da população brasileira.

O envelhecimento feminino pertence aos domínios de discussões acadêmicas, políticas e econômicas essencialmente. Desse modo, a mídia como um dos pilares de estruturação do comportamento social, como mediadora de modelos e determinantes do modo de vida passa a exhibir o assunto sob os auspícios das variações demográficas e sociais. Durante os 18 anos de efetivação do Estatuto da Pessoa Idosa, a sociedade brasileira experimentou mudanças populacionais e, simultaneamente, a pirâmide etária transmutou. O sujeito idoso expresso nesse Estatuto tem se transfigurado, pois, no campo do poder econômico, sobretudo, instituiu novas identidades que diferem do perfil do sujeito idoso e da velhice produzidas no discurso legal.

No intervalo do tempo da implementação do Estatuto da Pessoa Idosa até os dias atuais, vários elementos políticos, como a criação de políticas públicas para as pessoas idosas, a formalização de expressões como Terceira Idade, Melhor Idade, a permanência da pessoa idosa no mercado de trabalho e a intensificação da força de trabalho feminina na velhice provocaram mudanças nas formas de atendimento a esse público como uma maior especificidade. Tem-se ainda, as motivações econômicas que redundaram em formas de consumo específicas que se desenvolveram em torno dessa faixa etária

Para tanto, com as mudanças históricas experimentadas nesse período, a velhice e a imagem da pessoa idosa passaram a pertencer às esferas midiáticas com ênfase e, paulatinamente, começaram a surgir a produção de novos sujeitos idosos com a inclusão desses em um mundo no qual a juventude ainda continua a se configurar como um bem simbólico. Fischer (2002) afirma que não é possível ignorar e negar que os espaços da mídia são lugares de formação. Assim, a mídia é uma mediadora na produção de sentidos e de sujeitos e, singularmente, na produção da mulher idosa.

Os meios de comunicação são forças potenciais que no cotidiano são profundas e avassaladoras na propagação de ideias, costumes e arquétipos. Os dispositivos midiáticos com suas diversas estratégias de comunicação não meramente informam, mas educam e, nesse compasso, implementam opiniões e desenvolvem um papel expressivo na sociedade. Nesta lógica, Mendonça (2020) informa que a mídia manipula desejos e delimita espaços e ao fazê-los atinge os indivíduos em áreas de sua vida que são vitais, tais como beleza, a idade e a vaidade.

Nesse contexto, a imagem da mulher é retratada com os mesmos aspectos, crenças e atitudes quando se refere à idosa. Ou seja, subjetiva-se o sexo feminino aos ditames da beleza edificados por meio dos estigmas e estereótipos que, formulados coletivamente, definiram o que a mulher deve ser, qual o corpo que ela precisa ter e qual o comportamento “adequado” para ela. Saffioti (2013) diz que em qualquer tipo de estrutura social seus participantes são submetidos aos processos de socialização a fim de que os padrões culturais correntes sejam fortemente adotados e possam desempenhar de uma forma aceitável os papéis que outrora lhes foram designados.

Com relação a vida em sociedade, existem referências que as submetem às regras de condicionamento social e de caracterização do que seja um perfil feminino. Desde a mais tenra idade até a velhice vários elementos sociais configuram os “modelos” ideais de mulher e, quase todos, perpassam pelas noções da formosura, de aparência ideal pertencente a um mundo de fantasia tendo como parâmetro os contos de fadas em que não consentem o corpo gordo, a pele negra, os cabelos desalinhados e o comportamento indócil. São estereótipos formulados para perpetuar códigos de conduta e a estabilidade da “ordem do mundo”. Lippmann (2008, p. 94) comenta que esses “[...] são as fortalezas de nossa tradição” e conclui afirmando que “[...] um estereótipo pode ser transmitido de forma tão consciente e peremptoriamente em cada geração de pai a filho que parece ser um fato quase biológico”.

Dessa maneira, a conduta feminina é fundamentada em padrões dominantes em que elas precisam se submeter para que sejam “bem-vistas” socialmente. Assim, o casamento, a criação de filhos e a manutenção da família passam a ser elementos de idealização femininos. Com isso, as mulheres estão sujeitas a deliberadas normas para que se consolide sua posição social ou estabilidade financeira (SAFFIOTI, 2013).

A condição feminina é prescrita em todas as fases etárias. Da menina à mulher idosa existem condutas e modelos definidos, em especial, quando se reportam à aparência e ao corpo. Mesmo com o passar do tempo e com as diversas conquistas sociais que permitiram

transformações no estilo de vida feminino, nas atitudes e em muitos avanços que libertaram as mulheres de arquétipos que deveriam ser reproduzidos indefinidamente, ainda existem vários entraves para o exercício de ser mulher. No corpo feminino há indícios de uma prisão refém da beleza, da feminilidade e da representação máxima da juventude sempiterna. Del Priore (2013, p. 53) relata que

No decorrer do século XX, a mulher se despiu. O nu, na mídia, na televisão, em revistas e praias, incentivou o corpo a se desvelar em público, banalizando-se sexualmente. A solução foi cobri-lo de cremes, vitaminas, silicones e colágenos. A pele tonificada, alisada e limpa apresenta-se idealmente como nova forma de vestimenta, que não enruga nem “amassa” jamais.

Souza (2016) acrescenta que enquanto houver uma mídia controladora que trata a mulher como a mercadoria principal em diversos tipos de campanhas propagandistas e se utilize do corpo feminino como estereótipo de beleza e preconceitos não haverá mudanças sociais significativas. Para Goldenberg (2015), o que tem sido evidenciado é o corpo feminino que, muitas vezes, é mais importante do que a vestimenta. Ele precisa ser exibido, talhado, produzido porque quem entra e sai da moda é o corpo, a roupa seria um mero acessório de valorização. E de qual corpo se fala? Daquele que se subjeta aos princípios estéticos revelados por cada contexto sociocultural. Consoante a autora, os corpos que dominam a cultura brasileira, na época presente, se associam cada vez mais à magreza e à jovialidade.

Neste ínterim, há um aprisionamento do corpo feminino que deve ser reproduzido e sua imagem absorvida como elementos orientadores da forma de proceder feminino a fim de que as mulheres construam seu ideal de beleza dentro de normas pré-estabelecidos e sejam definidas como perfeitas e desejáveis. Para que esses adjetivos sejam constitutivos da formosura feminina, as mulheres se veem cada vez mais confinadas aos olhares dos outros e tendem a fugir dos corpos reais em busca do corpo ideal como uma luta incessante. Essa veneração pelos atributos da beleza maculam a imagem autêntica e destroem as forças materiais e psicológica das mulheres. Na velhice, o corpo e a aparência são ainda também cobrados e pretensamente sugerem que sejam mais escondidos e camuflados de seu autêntico estado. A tirania da perfeição física empurrou a mulher não para a busca de uma identidade, mas de uma identificação (DEL PRIORE, 2013).

À vista disso, cabe ressaltar que a velhice feminina difere da masculina uma vez que aos homens é permitida a liberdade para envelhecer, posto que as regras sociais que lhes

cabem sempre foram mais afrouxadas simplesmente por serem homens. Os estigmas, os preconceitos e os estereótipos que colocados sobre a velhice não os afetam da mesma maneira que às mulheres. É habitual encontrar alusão ao cabelo branco nas mulheres como desleixo ou desmazelo, porém para a identidade masculina, assumir os cabelos embranquecidos é reputado como grisalho charmoso, como virilidade.

Para exemplo, o locutor do Jornal Nacional, da Rede Globo, William Bonner, recentemente, apresentou o jornal com um visual em que apresentava uma barba grisalha. Imediatamente, as imagens se popularizam nas redes sociais, sua aparência foi aprovada e os comentários elogiosos tratavam os pelos brancos como a “barba prateada”. Isso indica um efeito metafórico, que para Orlandi (2017) promove um deslize para outro lugar de sentido. Os pelos grisalhos da barba deixam de significar a velhice para produzir uma nova interpretação que pode ser a do charme, da masculinidade e da aceitação da idade pelo homem.

Disso, pode-se refletir no que Bourdieu (2012) esclarece sobre os princípios antagônicos da identidade masculina e da identidade feminina que se inserem sob forma constantes de se servir do corpo como a naturalização de uma ética. Assim sendo, as estruturas sociais fixadas dão aos homens uma condição de supremacia em relação às mulheres em todos os sentidos da vida diária. Esses suportes doam a eles uma posição de poder em que o envelhecimento não se torna, necessariamente, um fardo ou uma batalha árdua a ser vencida. À vista disso, Beauvoir (1949) comunica que nas passagens de um estágio da vida feminina para um outro são de uma perigosa brutalidade e esses se evidenciam por meio de crises mais decisivas do que nos homens.

As trajetórias de vida são elaborações diferenciadas entre homens e mulheres e sempre produzidas sob a égide da hierarquia. Perrot (2007, p. 17) diz que “[...] até mesmo o corpo das mulheres amedronta. E preferível que esteja coberto de véus”. Às mulheres, reservou-se o ambiente doméstico e uma maior repressão social e sexual. Quanto aos homens, tem-se a afirmação da masculinidade. A dominação no mercado de trabalho e no ambiente familiar proporciona a eles serem reputados como o chefe do lar, afinal os homens são considerados os indivíduos que têm sobrenomes que serão transmitidos e isso lhes fornecem poder social.

Del Priore (2013) adverte que as distinções entre papéis femininos e masculinos sempre existiram e continuam bem visíveis. É comum perceber que o trabalho da mulher foi cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do dono da casa. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas, enquanto procurava restringir a

sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional. Beauvoir (1949) lembra que as mulheres nunca constituíram uma camada em igualdade com os homens, por conseguinte, socialmente, eles são autônomos e completos e isso se “justifica” pelo trabalho que fornece à coletividade. Desse modo, as relações sociais contraditórias predominam e interferem diretamente na percepção de si mesmas.

Santos (1996) diz que o mundo no qual vivemos está inundado por signos e por informações apregoadas pelas mídias que produzem os desdobramentos e a redundância da realidade que são produzidas mais pelo enigmático do que pelo transparente. Como resultado disso, existem ditames que se sobrepõem sobre o corpo e a beleza feminina. Elas carregam sobre si as expectativas e as frustrações criadas e regulamentadas no âmbito social a respeito de sua constituição física, sua aparência e sua submissão a esses elementos de dominação. A mulher tem medo de envelhecer (BEAUVIOR, 1949). Esse temor é consequência das obrigações sociais que conformam o corpo feminino a um emaranhado de normas, orientações, prescrições e diretrizes pelos quais a feminilidade está sujeita.

Sibilia (2011, p. 84) resume que “[...] não é fácil ser velho no mundo contemporâneo - ser velha, então, pior ainda” porque as concepções, os princípios e preceitos sobre a mulher são habituais e não tendem a se modificar. A idade e o envelhecimento apresentam conotações diferentes para as mulheres, de acordo com o tempo e a sociedade em que vivem (WINANDY, 2021). Na velhice, há uma intensificação de todos os constituintes que geraram os estereótipos corporais e que, de certa forma, são “válidos” para a sociedade. Existe um peso estético sobre o envelhecimento e o corpo feminino, precipuamente, e essa opressão se expressa livremente nas redes sociais, na publicidade, nas redes de TV, nas novelas, nos anúncios dos produtos de beleza, nos centros de saúde, nas revistas femininas e no imaginário coletivo.

Segundo Whitaker (2007), os arquétipos de encobrimento dos processos naturais que atingem mais as mulheres, mesmo que de formas diferentes, estão presente e são rapidamente transmitidos, no dia a dia, por meio de filmes, séries de TV, por intermédio das notícias de pessoas famosas em todas as mídias e, dessa forma, viabiliza a comparação pessoal. Esses mecanismos provocam o despertar de sentimentos de inferioridade e feiura diante das representações da beleza e da formosura que, supostamente, é acessível a todos.

Para as mulheres os desafios são complexos, dado que manter a juventude mediante o processo de envelhecimento é uma imposição. É como um código moral que se deve seguir, pois ao comportar-se segundo os preceitos ali retidos é servir a todo e qualquer propósito que

o código persegue (LIPPMANN, 2008). Além disso, deve-se conquistar a suposta sabedoria dos mais velhos e, simultaneamente, escamotear a idade com abundantes intervenções estéticas, com o uso de cosméticos “milagrosos”. Ainda é necessário possuir um corpo que esconda as imperfeições naturais e inerentes ao envelhecimento, bem como usar de todas as estratégias de camuflagem na cor dos cabelos, no desaparecimento das rugas e linhas de expressão para que se apresentem um rosto sempre rejuvenescido.

Segundo Tótorá (2008a), o que singulariza o momento atual é a articulação de uma cultura de desmerecimento da velhice a tecnologias de poder de intervenção e controle sobre o corpo dos velhos. A associação entre juventude, beleza e saúde, protótipo nas sociedades ocidentais, aliada às práticas de aperfeiçoamento do corpo, intensificou-se brutalmente, consolidando um mercado florescente que comporta indústrias, linhas de produtos, jogadas de marketing e espaços nas mídias (DEL PRIORE, 2013).

Neste contexto, observa-se que os discursos dispostos no entrelaçamento dos textos, silêncios e imagens falam com intensidade da rejeição à velhice em contraponto com a exaltação da juventude. Freire (2021, p. 26) considera que “[...] na análise do discurso, o texto é qualquer objeto simbólico que produza sentido”. As imagens são operadoras da memória social e a “[...] imagem representa a realidade, mas ela pode conservar as forças das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador)” (ACHARD; DAVALLON *et al.*, 2015, p. 25).

As mensagens e as memórias acerca do envelhecimento feminino são cada vez mais exploradas para que se tornem comuns. Para isso, as redes de comunicação digitais potencializam e proporcionam a velocidade desse tipo de informação por meio das imagens, das fotografias e dos vídeos que transcendem barreiras territoriais, culturais e alcançam espaços inimagináveis. Afinal, em distintos momentos históricos há rupturas que reordenam o trabalho intelectual, as relações entre os indivíduos, seus modos de vida e as práticas sociais (ORLANDI, 2017). Diante disso, todas as estruturas sociais são capturadas, de uma forma ou de outra, pelo ciberespaço. A economia, a política, a religião, a moda, a educação, a memória, os comportamentos, os padrões sociais entre outros são atingidos pelas redes sociais.

Nessa ótica, o mundo se torna “pequeno” ao eliminar os obstáculos que advêm da comunicação em séculos anteriores em que as informações e mensagens demoravam algum tempo para que pudesse alcançar seus destinatários mais distantes. Hodiernamente, os empecilhos são facilmente contornáveis com a profusão da comunicação digital e das redes sociais que são um recurso potencial nessa exorbitância de possibilidades comunicacionais.

Ampliam-se por meio de imagens, do não-verbal, as oportunidades de leituras do mundo, do acionamento de concepções, preconceções que estão em todos e, sincronicamente, ao nosso redor, pois produzidas coletivamente. A esse respeito, Lippmann (2008, p. 93) assevera que

As fotografias têm o tipo de autoridade sobre a imaginação hoje, da mesma forma que a palavra impressa tinha ontem, e a palavra falada tinha antes ainda. Elas parecem completamente reais. Nós acreditamos que elas vieram diretamente a nós sem a intervenção humana, e elas são o alimento imaginável da mente que menos esforço demanda. Qualquer descrição em palavras, ou mesmo em imagem inerte, requer um esforço de memória antes que a imagem possa existir na mente.

A interpretação de cada imagem, a leitura acurada de cada discurso que as compõem estão repletas de memórias antecedentes, de representações históricas e sociais a respeito do homem e da mulher idosos e das perspectivas sobre a velhice que prefiguram o imaginário coletivo. Os textos, as imagens e as fotografias que expressam os sentidos dos mais variados temas são veiculadas diariamente atingindo diversos públicos em função da velocidade com que as trocas de mensagens acontecem e se expandem no ciberespaço.

Para Achard e Davallon *et al.* (2015), a publicidade utiliza a imagem a fim de complementar o enunciado para tornar presente as características de um produto, porém serve, sobretudo, para fazer o leitor se posicionar e se representar nesse lugar. Neste cenário, Agamben (2009) informa que as redes sociais como dispositivos possibilita uma proliferação dos processos de subjetivação dos sujeitos e que no desenvolvimento capitalista os dispositivos hodiernos modelam constantemente a vida dos indivíduos.

Haddad (2016) pontua que a ideologia da velhice é um item essencial à reprodução das relações capitalistas. Nela, estão reveladas as características de assimilação do sujeito idoso pela sociedade. Essa categoria social tem se subordinado às conceituações, os pareceres e julgamentos sociais de sua identidade, suas condutas e isso afeta diretamente sua idiosincrasia. Ou seja, é imposto a eles que estejam inclusos em paradigmas sociais pré-determinados. Caso contrário, têm sua visibilidade enfraquecida e são considerados desqualificado para conviverem em coletividade e suas capacidades críticas e de discernimento são censuradas.

Diante disso, ainda nesta seção, analisaram-se imagens que foram colhidas em sites da internet e redes sociais e foram reproduzidas para as devidas investigações. Para essas verificações foram escolhidas capas de revistas com datas distintas e dentro da perspectiva da

variação demográfica prevista. Ou seja, a partir década de 2000. Esse momento foi marcante para a sociedade brasileira, uma vez que as projeções populacionais realizadas anteriormente acerca do envelhecimento demográfico e a feminização da velhice foram se confirmando.

Neste contexto, a velhice feminina foi capturada nas capas de revistas que continham rostos femininos e apresentavam uma discussão em torno do envelhecimento da mulher. Essa escolha ocorreu em função do que foi discorrido previamente a respeito da velhice feminina, suas adversidades e as outras alternativas apresentadas no universo virtual da comunicação que é uma visibilidade da velhice feminina.

Nesta escolha, não houve um direcionamento relativa às imagens veiculadas se essas pertenciam a revistas de relevância, pois o que, de fato, interessa aqui é investigar os discursos que se movimentam e trazem à tona sentidos que estão em execução e em circulação por meio da exibição midiática, isto segundo Freire (2021) é chamado de interdiscurso ou memória discursiva que coletivamente são chamados de antemão a significar o que está contido nelas.

Nesta conjuntura, os discursos acerca do envelhecimento, igualmente, foram examinados nas capas de revistas que exploraram o tema. Todas elas foram captadas das capas de revistas que são veiculadas na internet. Porém, antes de iniciar as análises das figuras que tratam do retardamento da velhice para as mulheres, é preciso esclarecer que para essa seleção houve, similarmente, uma busca de capas de revistas que se referisse à velhice masculina a fim de proceder comparações pontuais. No entanto, há uma escassez de ilustrações que exibem a face ou o corpo masculino tanto nas revistas como nas redes sociais.

As poucas imagens encontradas continham fotografias de homens idosos sem qualquer preparação de maquiagem ou algum comparativo com um rosto masculino mais jovem. Isto posto, entende-se que as construções sociais a respeito do envelhecimento possuem pesos desiguais, pois a velhice masculina não está, obrigatoriamente, associada a aparência física enquanto a fisionomia da velhice feminina é comumente desnudada. Souza (2019, p. 236) afirma que “[..] as revistas são um marco significativo da história contemporânea, que documenta tanto a evolução da imprensa na modernidade, quanto a história social das pessoas, principalmente das mulheres”.

Neste percurso, duas capas de revistas que apresentaram homens idosos foram encontradas, a primeira capa é da Revista ISTO É, que data de 15 de maio de 2014, a segunda é da Revista L’UOMO VOGUE, de 07 de maio de 2021, e elas compunham-se de fotografias e dizeres que se relacionavam mais com a personalidade dos homens na velhice do que com

relação ao rosto ou a aparência do corpo. Nessas, não aparecem alusões às rugas, olheiras, cabelos brancos ou indicação de outros elementos que orientassem ou insinuassem a atenção do leitor para a velhice masculina nem mesmo se reportando aos produtos de beleza, às intervenções cirúrgicas ou comentários sobre rejuvenescimento.

Os dizeres apontavam para os aspectos positivos do envelhecimento, pois esses correlacionavam o idoso às alternativas de liberdade, confiança, independência e sapiência para experimentar essa fase da vida com segurança financeira, produtividade no trabalho e qualidade de vida. Em uma das fotos apresenta um homem idoso com 73 anos, sentado em uma motocicleta, vestido com calça jeans e óculos escuros. A chamada de capa é a seguinte: “Envelhecer bem: os segredos de quem tem qualidade de vida na terceira idade e o que fazer para chegar lá de forma produtiva e feliz. Saiba quais são as oportunidades de trabalho, lazer e bem-estar para as pessoas idosas no Brasil”. Especificamente, verifica-se os pontos de deriva que são passíveis oferecendo outros lugares de interpretação, transferência de sentidos, constantemente, atribuídos à velhice.

A fotografia da segunda capa de revista revela a imagem de um homem idoso famoso no cinema mundial, o ator Anthony Hopkins, com 83 anos. A fotografia não contém edição na imagem do rosto do ator. Há apenas uma frase que se referindo a ele diz: “A busca pela excelência” que atribuí ao último filme protagonizado pelo ator que se intitula *Meu Pai*. Nitidamente, há uma percepção diferenciada da velhice entre os sexos. Nessa enunciação, há uma provocação, implícita, no leitor para a não identificação do homem idoso por meio da aparência retratado na capa da revista, porém é dada uma atenção maior ao significado de quem é o ator pelo seu trabalho, pela sua atuação no filme citado.

Isto posto, Bourdieu (2012) comunica que essas questões perpassam pela divisão entre os sexos e está na “ordem das coisas”. Portanto, é comum considerar esse tipo de separação entre modos de vida feminino e masculino como naturais e aceitáveis e esses atributos são incorporados com facilidade no cotidiano e se constituem como um sistema de pensamentos e ações. Portanto, nas capas, que demonstraram a velhice masculina, não houve uma associação direta entre beleza, aparência e jovialidade.

É possível perceber o deslocamento de sentido a respeito da velhice quando se reporta aos homens. Não existe uma ligação imediata com o perfil do sujeito idoso apresentado no Estatuto da Pessoa Idosa, por exemplo. Isto posto, Bourdieu (2012) afirma que homens e mulheres incorporam representações e constroem suas práticas dentro de uma lógica social. Dessa forma, numa sociedade rural patriarcal, as referidas práticas determinam atitudes de

dominação/submissão, donde é possível afirmar que, tanto homens quanto mulheres, nas sociedades marcadas por fortes componentes patriarcais, colocam sua posição social masculina ou feminina sob a pressão originada pela divisão do trabalho na unidade produtiva familiar, bem como pelas relações de poder.

Pode-se afirmar que existe uma representação da velhice dos homens, todavia nas capas de revistas visitadas, há um desvio que possibilita a produção de sentidos divergentes dos constituídos quanto ao tema. É um retorno constante e, simultaneamente, uma variação. A ideologia está presente e consubstanciada na língua. Consoante Orlandi (2015), entre o já-dito e o a se dizer há uma movimentação entre sujeito e sentido. Por mais que se tenha, nos dias de hoje, apelos midiáticos para que os homens busquem um ideal de beleza, que não se submetam à calvície, que tenham um abdômen definido, que façam depilação ou cuidem da estética facial, ainda não se tornou uma obrigação internalizada pelo sexo masculino da mesma maneira como o é para as mulheres na sociedade brasileira.

Neste prosseguimento, tecer-se-á as devidas averiguações das imagens colhidas quanto às mulheres e à velhice feminina nas capas de revistas. As imagens que se seguirão, ao exibirem rostos femininos imediatamente se reportam ao combate à velhice e, ao mesmo tempo, difundem estratégias e métodos de escamoteamento dessa realidade. Afinal, a velhice é um direito rejeitado ou que deve permanecer encoberto e não deve ser permitida a sua visibilidade (SIBILIA, 2011).

FIGURA 01. Capa da Revista ISTO É, nº 2192. Vitória da Conquista/BA, 2022.



Fonte: <http://knfranca.blogspot.com/2011/11/pautas-pouco-interessantes-nas-capas.htm>
Revista ISTO É, 16 de novembro de 2011.

Assim, a figura 1 foi veiculada na Revista ISTOÉ, de 16 de novembro de 2011, ano 35, número 2192. Ela é uma revista semanal de notícias brasileira, criada em 1976. Uma revista informativa acerca de múltiplos assuntos. É publicada aos sábados pela Editora Três e considerada como uma das três revistas de informação geral do país, ao lado de Veja e Época.

Nessa mesma figura, observa-se uma ênfase nas cores do enunciado em amarelo para que fique em destaque a expressão “eternamente jovem”. Essa sentença alude a formação discursiva da velhice com a finitude com base na materialidade textual do discurso em que se constata as conexões entre ideologia e a concepção dos significados. Em seguida, nota-se que o tamanho da fonte é bem maior quanto se fala a respeito da juventude e diminuída quando se menciona o envelhecimento. É interessante notar que a chamada para a reportagem de capa induz o leitor à confiabilidade do conhecimento sobre o tema, uma vez que se aborda “as novas e fascinantes descobertas da ciência para prolongar a vida”.

Aqui as pesquisas científicas validam a importância do tema. Tem-se uma frase de efeito, visto que preveem o interesse de todos em encontrar caminhos e fórmulas para prolongar a vida, desde que sejam jovens *ad eternum*. A fotografia central utilizada é de um rosto feminino. Isso indica que a reportagem tem um público que se pretende atingir, nesse caso, as mulheres. Todas elas sabem que podem envelhecer, porém, segundo a capa da

revista, tornar-se cada vez mais jovem deve ser o desejo a ser realizado. Tótora (2008a) afirma que para a sociedade atual saúde a qualquer custo significa eliminar os riscos de envelhecer como se o processo de aniquilamento da velhice fosse um encadeamento natural.

Os enunciados que complementam a capa dizem sobre “os tratamentos que combatem as toxinas prejudiciais ao envelhecimento saudável”. Essa frase comunica que existe um envelhecimento saudável em detrimento das concepções que depreciam o envelhecimento. Com isso, nota-se um deslizamento de sentido, uma vez que o envelhecimento sempre esteve associado à enfermidade, à morbidez, à debilidade e à insalubridade. Neste ínterim, segue-se a apresentação de itens, que são os recursos terapêuticos, para que se possa alcançar o objetivo de envelhecer bem e, concomitantemente, não se despedir da juventude. Vê-se uma relação de forças entre o processo iminente a qualquer ser humano e a sua recusa, uma vez que continuar sendo jovem é uma meta continuamente renovada face às conquistas da ciência e seus procedimentos. Para Tótora (2008b, p. 26)

O envelhecimento como algo a ser paralisado resulta em uma proliferação de receitas de modos de vida em um mercado altamente lucrativo de consumo de medicamentos, cosméticos, alimentos, além de uma variedade de tipos de serviços prestados por profissionais especializados em aumentar o desempenho físico.

Outro aspecto a ser notado é que a data de publicação da edição, 16 de novembro de 2011. Isso indica que em função das mudanças demográficas no Brasil a partir de 2000, houve a necessidade de reconfiguração da imagem da pessoa idosa, especificamente, da mulher idosa, dado que as especulações populacionais indicavam um número cada vez mais acentuado delas vivendo nas áreas urbanas e os diversos setores da economia tiveram que absorver esse acontecimento.

Neste contexto, o consumo voltado para essa categoria deveria produzir um perfil, criando um novo sujeito que diferia da imagem da pessoa idosa até então divulgada. Orlandi (2015, p. 31) afirma que “[..] todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (reformulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”. Conseqüentemente, a face da mulher estampada na capa do periódico reforça como a feminilidade está atada aos pressupostos da fabricação de uma aparência feminina que seja efeito das manobras da ciência e da estética. E, por essa razão, esse “mal”, que é a velhice, pode ser extinto por meio de procedimentos aprimorados cientificamente com

fórmulas acondicionados em cápsulas, cremes, máscaras que disfarcem as imperfeições e “impurezas” típicas de um corpo envelhecido.

Em seguida, tem-se a figura 2 que consta na capa da Revista Galileu de agosto de 2019, edição 337. Ela é uma revista de publicação mensal da Editora Globo desde 1991. Criada com o nome de Globo Ciência. Na contemporaneidade, a revista Galileu é uma publicação que aborda assuntos ligados à ciência, história, tecnologia, religião e saúde, entre outros.

FIGURA 2. Capa da Revista Galileu. Vitória da Conquista/BA, 2022.



Fonte: <https://www.facebook.com/revistagalileu/photos/podemos-tratar-o-envelhecimento-como-uma-doen%C3%A7a-unindo-tecnologia-e-medicina-pes/10157396123351649/>
Revista Galileu, agosto de 2019.

A matéria de cunho principal traz um questionamento estampado na capa, “O envelhecimento é uma doença? Tem cura?” A resposta é prontamente colocada abaixo das perguntas que são detalhadas da seguinte maneira: “os pesquisadores do Vale do Silício apostam que sim. Agora, tentam unir medicina e tecnologia para encontrar uma maneira de nos fazer viver mais, melhor e mais jovens”. A fotografia evidencia um rosto feminino e jovem refletido em um espelho que é segurado por uma mão envelhecida, caracterizada pela pele enrugada, com manchas e rugas tipificadas como sendo de uma mulher com idade mais avançada do que a imagem manifestada no espelho.

Com isso, contradições são observadas e, nessas, há um rosto sem rugas, sem marcas de expressão, com a ausência de flacidez nas pálpebras que não condizem com a mão representativa da velhice. As marcas da velhice estão na fotografia, porém não devem ser destacadas em função dos enunciados que estão proeminentes e, essas marcas são contrárias a mensagem de rejuvenescimento. Tótorá (2016, p. 1) diz que “[...] o incômodo da velhice parece não ser apanágio dos velhos, mas sim um fantasma que acompanha todas as idades”. A fotografia evidencia a imagem da juventude. Cabe então perscrutar: por que um espelho? Porque nele se vê com nitidez e, por isso, revela. João Guimarães Rosa (2006, p. 76), no texto **O espelho** afirma:

O espelho, são muitos, captando-lhe as feições; todos refletem-lhe o rosto, e o senhor crê-se com aspecto próprio e praticamente imudado, do qual lhe dão imagem fiel. Mas — que espelho? Há-os «bons» e «maus», os que favorecem e os que detraem; e os que são apenas honestos, pois não. E onde situar o nível e ponto dessa honestidade ou fidedignidade? Como é que o senhor, eu, os restantes próximos, somos, no visível?

Diante disso, é possível distinguir a importância da uma face feminina que reflita, não necessariamente a imagem real, porém um ideal de perfeição, de plenitude da beleza e que dissimule os aspectos concernentes ao processo de envelhecimento pelo qual o corpo da mulher está suscetível sendo essa a revelação do espelho “bom”. O rosto necessita ter uma pele minuciosamente lisa e sem falhas, sem incorreções, com tônus muscular, ausente de linhas de expressão e sulcos e com um brilho intenso e rejuvenescido, visto que ele é o denunciador da idade que se possui, caso contrário ter-se-á a manifestação do espelho “mau”. Mucida (2019) mostra que embora essas mudanças na aparência não indiquem doenças, elas poder ser interpretadas como tais numa tentativa de denegação do real da imagem.

Nesta análise, atrelado às informações da capa da figura 2, encontram-se as promessas de “viver mais, melhor e mais jovens” contrariando o ciclo existencial, pois à medida em que se vive mais, se envelhece a cada dia. Todas essas propostas são ratificações dos mecanismos de repulsa de si mesmo para expor uma imagem perfeita e, ao mesmo tempo, contrária às mudanças corporais que são ocorrências naturais na velhice. Consoante Lippmann (2008, p. 96).

[...] há uma imagem do mundo mais ou menos ordenada e consciente, a qual nossos hábitos, nossos gostos, nossas capacidades, nossos confortos e nossas esperanças se ajustaram. Elas podem não ser uma imagem completa do mundo, mas são uma imagem de um mundo possível ao qual nós nos adaptamos.

Os discursos contidos nessa capa indicam que as figuras da velhice feminina que devem ser exibidas confrontam com as imagens reais que afetam o corpo e a aparência de uma mulher idosa. Logo, exibir os traços do envelhecimento feminino são condenáveis e são sinais de derrota em um mundo absorvido pela cultura do corpo escultural. Há uma interpelação dos indivíduos pelos discursos midiáticos e pelas imagens que ensinam quais são as feições e os “corpos perfeitos” (SIBILIA, 2011).

Ademais, as afirmações, na capa da revista, quanto ao envelhecimento ser julgado como uma doença e que tem cura, são salientadas pela sapiência dos pesquisadores do Vale do Silício, posto que essa região é destacada por ser tida como uma área que é polo de tecnologia de ponta americana. Com isso, todas as pesquisas e inovações científicas que surgem desse espaço servem de referência para conferir legitimidade aos recursos criados com a finalidade de conter o processo de envelhecimento, uma vez que estudos realizados na região destacada remetem à tecnologia e poder. Identifica-se uma articulação do enunciado que questiona uma cura para o envelhecimento com as descobertas científicas validando a ideia de tratamentos que podem promover a erradicação da velhice. Tótora (2016) afirma que tanto na formalização jurídica de direitos quanto nas reações à discriminação, o envelhecimento é tratado como um problema que carece de solução.

Entretanto, é fundamental levar em conta que o sujeito idoso evidenciado no Estatuto da Pessoa Idosa difere desse “novo” sujeito que está sendo produzido em função do contexto histórico, social e econômico das últimas décadas. Para a manutenção desses discursos, descartam-se outros e isso representa uma luta que não cessa e que se manifesta nas práticas sociais (FREIRE, 2021). Igualmente, enquanto o discurso de negação da velhice se estabiliza, outros se ressignificam e se movem com base na interpretação da historicidade e com propósitos definidos dentro do sistema capitalista de produção, afinal todo discurso é um lugar de memória (CRUZ, 2018).

Diante disso, verificou-se que há subterfúgios para anular o processo de envelhecimentos no que diz respeito aos aspectos da velhice feminina nas figuras 1 e 2. Nelas, encontram-se discursos arraigados e reforçados por entre o texto verbal e não verbal.

Neste contexto, a figura 3 foi veiculada pela Revista VOGUE em 08 de julho de 2021. Ela é uma revista americana de moda e estilo com tiragem mensal e que expõe outros tópicos, incluindo moda, beleza, cultura, estilo de vida. Com sede na cidade de Nova York, começou como um jornal semanal em 1892, antes de se tornar uma revista mensal, anos depois. Em

tempos presentes, existem vinte e duas edições da revista em todo o mundo, inclusive, no Brasil pela editora Globo.

A fotografia, exposta na figura 3 faz parte de uma matéria intitulada “Cabelo grisalho é tendência no Festival de Cannes 2021: a onda de orgulho prateado está mais forte a cada dia. Ainda bem”. A foto pode ser avaliada como um texto não verbal, todavia revelador e chocante por ser incompatível com o modelo de velhice construído pela sociedade brasileira, mormente, para as mulheres. Essa foto revela um tempo determinado, a intitulada sociedade contemporânea. Ela foi registrada no Festival de Cannes, em 2021. Nela são mostradas três atrizes famosas que deixaram as marcas de seus envelhecimentos aparentes. São elas, à esquerda, Andie MacDowell, à direita, Jodie Foster, norte-americanas e na parte central, Helen Mirren, de origem britânica.

FIGURA 3: Foto publicada na matéria: “Cabelo grisalho é tendência no Festival de Cannes 2021”, da Revista VOGUE. Vitória da Conquista/BA, 2022.



Fonte: <https://vogue.globo.com/sua-idade/noticia/2021/07/mulheres-poderosas-assumem-os-fios-brancos-no-festival-de-cannes.html>
Revista VOGUE, 08 de julho de 2021.

Nesta imagem, sem um texto explicativo, existem discursos que se movem, pois são simbólicos e produzem sentidos. Para Orlandi (2007) quando discorre sobre o silêncio, percebe-se que o nosso imaginário social destinou o silêncio a um lugar subalterno. Nos tempos presentes, há uma aniquilação do silêncio por considerar que apenas nas palavras há comunicação. Não obstante, no mutismo pode haver muita ebulição que causa alvoroço em

uma sociedade que prefere a multidão de linguagens. Isso implica em compreender que é preciso o trabalho de interpretação da imagem a fim de elucidar como ela se constitui como discurso e, simultaneamente, como a referida imagem pode ser integrante de discursos verbais sobre a mulher idosa.

Freire (2021) diz que o não verbal mobiliza sentido que sempre estiveram em funcionamento. A memória discursiva remete a eles. Os significados da velhice e todos os elementos que nas práticas sociais foram idealizados e sedimentados são solicitados, até mesmo inconscientemente, para gerarem outras interpretações e acepções que são afetadas pela cultura, pela religião e pelas estruturas sociais.

Orlandi (2015, p. 48) assevera que “[...] a forma sujeito-histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso”. Nessa ambiguidade, os cabelos brancos que estão, sobremodo, realçados, na figura 3, são capazes de gerar perturbação, indignação, constrangimento, discussões a respeito do belo e do feio, tal como pode provocar um alívio significativo para o sexo feminino que se encontra aprisionado pelos “mandamentos” e estigmas relacionados ao corpo, à aparência e à velhice, dado que o corpo e seu semblante se tornam mecanismos de visualização da sua historicidade e das circunstâncias que o produzem (LEANDRO- FERREIRA, 2013).

Desse modo, essa imagem desvela mais sobre os estigmas fabricados e conservados socialmente do que sobre a concepção de velhice de cada uma das atrizes, uma vez que não pintar os cabelos brancos expressa, enfaticamente, que se está velho, mesmo que não se tenha chegado aos 60 anos e, juridicamente, seja declarada uma mulher idosa, no caso brasileiro. Há uma regularização e um reconhecimento na retomada dos discursos pré-existentes e solidificados, bem como um deslocamento dos sentidos outorgados à mulher idosa quando se observam os símbolos representativos da velhice. Essas são práticas discursivas da mídia brasileira que fazem deslizar sentidos tradicionalmente assentados (GREGOLIN, 2007).

Na figura 3, nota-se que a velhice representada pode ser vista como resistência, estranhamento, aversão, transgressão, visibilidade, mudança, desconstrução e/ou reconstrução. Como diriam Achard e Davallon (2015) é preciso notar como uma certa imagem concreta é uma produção cultural e isso nos leva a sua eficácia simbólica. A tendência é desenvolver uma atividade de produção de significação que nem sempre está visível.

Não assumir os cabelos brancos é quase uma regra para as mulheres, ainda que algumas delas os tenham precocemente. A prática de pintar os cabelos é um uso recorrente

entre o sexo feminino. Usar os cabelos brancos é assumir o processo de envelhecimento e/ou a velhice. Segundo Neves (2016), a forma como se trata esse tema leva-se a crer que o cabelo branco é uma espécie de estigma em que o indivíduo pode ser avaliado como não desejável ou um ser enfraquecido. O uso dos cabelos em seu tom natural remete à imagem da velhice que, além de não ser valorizada culturalmente, não traz perspectivas de novas aquisições e, contrariamente, apresentam-se apenas perdas (MUCIDA, 2019).

Nos dias presentes, usar os cabelos sem camuflar sua cor natural está cada vez mais perceptível, do grisalho ao branco total, repara-se que há indícios de uma maior aceitação por parte das mulheres. Talvez por permitir um ato de insubordinação aos desmandos dos sistemas de aprisionamento do corpo feminino que estão desnudados na moda, nos costumes e nas mídias e permitir uma “transgressão” da domesticação do corpo e da aparência das mulheres.

Neste alvoroço, é inegável que ainda existe um estranhamento aos novos padrões, especialmente, quando se trata de permitir que os cabelos fiquem de forma “natural” sem qualquer subterfúgio. O cabelo branco não é associado à beleza e à juventude, mas um desvio de um parâmetro da formosura quase exclusivo para as mulheres. Não pintar os cabelos pode estar concatenado com a desistência da busca pela perfeição e dos simulacros fornecidos pelos recursos estéticos. Em suma, porque possuir formosura e ser jovem se converteu em obrigação social (MENDONÇA, 2020).

Entretanto, no contexto da imagem, as atrizes apresentaram uma forma de contravenção ao deixarem seus cabelos grisalhos e brancos e assumi-los publicamente em um evento de importância internacional, que é o Festival de Cannes. A figura 3 não caracteriza os atributos destinados às pessoas idosas pela sociedade brasileira. Porém, nota-se um processo de remodelação ao verificar que as mulheres podem se sentir representadas quando se deparam com uma imagem como essa ou mesmo quando decidem assumir seus cabelos brancos como uma forma de resgate de sua identidade e individualidade. Elas podem se identificar com essa formação discursiva ou rejeitá-la e, até mesmo, criar uma espécie de negociação com os discursos representados pela imagem. Por isso, Cruz (2018), p. 11) informa que “[...] os sujeitos assumem posicionamentos discursivos distintos; logo, é por intermédio das formações discursivas que a ideologia se faz presente nas materialidades visuais e linguísticas”.

Conforme Neves (2016, p. 52), “[...]envelhecer pode tornar-se mais assustador do que a morte, pois pode significar tornar-se outra pessoa”. Os cabelos brancos podem indicar o

refazimento de uma singularidade própria que até o momento não foi exequível frente às limitações, imposições e preceitos a que as mulheres são influenciadas a serem em cada etapa de suas vidas. Há uma massificação social daquilo que é permitido/proibido para apresentar-se feminina e exercer sua feminilidade. Na imagem, os cabelos brancos e grisalhos são aparentes, tal qual a beleza, a sofisticação de quem os carrega. Neste caso, não existe a associação entre velhice e desleixo na imagem. Pelo contrário, vê-se um extremo bom gosto nas vestimentas e cores usadas por elas. Por isso, sujeitos e sentidos estão em efusão, uma vez que não estão completos definitivamente (ORLANDI, 2015).

Torna-se imprescindível apontar que as mulheres experimentam velhices singulares. Todo o contexto social e histórico é somado para uma análise acurada quanto à adesão aos novos modelos de comportamento feminino na velhice conforme propagandeado pelo uso dos cabelos brancos. Essa forma de expressão tem representado um rompimento com as tradições, os hábitos, com os sistemas de normas e os limites impostos à mulher como controladores de sua imagem e suas condutas.

No entanto, sabe-se que as condições econômicas são limitadoras para o acesso aos novos modelos de desvios dos padrões associados à feminilidade porque para essa adesão é necessária a utilização de outros produtos que permitam que os cabelos tenham uma aparência de cuidado e uma sofisticação conforme mostrado na figura 3. Aqui, nota-se que os discursos que estão em funcionamento remontam aos arquétipos da formosura, dos cabelos impecáveis na cor, no brilho e sedosidade como reflexos das regras rígidas das normas de exposição do corpo feminino. Nesse encadeamento, Orlandi (2017) diz que o indivíduo, interpelado pela ideologia, traz seu corpo por ela também interpelado. Na perspectiva discursiva, a ideologia é uma prática e essa envolve, afeta e faz parte do processo de significação do corpo do sujeito.

Portanto, usar os cabelos brancos não é simplesmente uma decisão mediada pelo gosto pessoal ou para assumir uma tendência contemporânea. O corpo humano é afetado pela religião, pela profissão, pelo grupo familiar, pelas classes sociais e pela cultura em que as mulheres vivenciam (NEVES, 2016). Esses componentes intervêm na percepção de si e na sua apreciação social. À vista disso, o sistema capitalista produz mecanismos de manipulação para interferir em escolhas como essa e utiliza-se de diversos meios para conduzir os novos padrões criados e estipulados para o público feminino.

Essa movimentação é visível aos olhos do mercado do consumo que tem captado essas nuances e criado tendências de moda, como os cortes de cabelos mais apropriados, exclusivamente, para mulheres mais velhas e tem desenvolvido cremes, *shampoos*,

condicionadores e outros artifícios que colaboram para manter o branco mais “saudável”, mais brilhoso e natural. Com isso, é perceptível que existe uma lógica de mercado que insere todas as mudanças necessárias à manutenção da égide do capital.

A figura 3 promove um discurso que contém um efeito libertador e significativo caracterizando um tipo de envelhecimento feminino que se mostra revestido do poder de mudanças. Por um outro lado, retrata uma ampliação das diferenças sociais, econômicas e culturais, posto que delimita quais mulheres poderão se aproximar desse novo modelo de envelhecer sem esconder seus cabelos brancos por meio de tinturas ou maquiagem para os cabelos.

Nem todas as mulheres conseguem atender às regras destinadas ao corpo e a aparência como símbolos femininos, pois são limitadas pela condição financeira, pelos estigmas relacionados à classe social e pela sociedade que difere a “velha feia e a velha bonita”. Para Sibilia (2011), os fatores socioculturais, econômicos e políticos tendem a exercer uma forte ingerência sobre os sujeitos nos mais diferentes tempos e espaços estimulando a conformação de determinadas formas de ser e, ao mesmo tempo, inibindo outras modalidades.

A maioria das idosas que pertencem às camadas populares utilizam os cabelos brancos por não terem condições financeiras para sequer usar qualquer tipo de tintura porque isso fragmentaria a renda que é gerada exclusivamente para saciar a fome e atender minimamente às necessidades básicas de cada uma dessas mulheres e de suas famílias. Dessa forma, elas estão completamente afastadas de qualquer padrão de beleza, de autocuidado anunciado pelas redes sociais e pelos meios de comunicação e, portanto, são invisíveis para o mercado de consumo. Assim, o sistema capitalista promove as desigualdades entre as formas de viver a velhices e aprofunda ainda mais discrepâncias entre o mundo feminino, as mulheres e a velhice.

À luz dessas observações, sabe-se que nenhuma construção e/ou reconstrução social está à parte dos processos históricos, culturais e econômicos na sociedade capitalista. Ainda que os sujeitos, nesse caso, as mulheres traduzidas como aquelas que se desidentificam com o modelo feminino socialmente estabelecido, representadas na figura 3, não quer dizer que elas não sejam mais interpeladas pela ideologia. Quanto a isso, Freire (2021, p. 16) assevera que “[...] a língua é uma prática social de sujeitos ideológicos que querem que seus sentidos sejam os sentidos prevaletentes. A realização da ideologia na língua, sua luta por poder e para estabelecer o seu sentido é o discurso”. Portanto, não há como desprender os sujeitos da

ideologia mesmo que haja uma tentativa confecção de novos discursos, nesse caso a respeito da aparência feminina na assunção da velhice.

Em contraposição aos dizeres que camuflam o envelhecimento feminino, têm-se os discursos de nitidez da aparência da velhice feminina na mídia, especialmente nas redes sociais, em destaque, o *Instagram*. Após exames de perfis no *Instagram* sobre o tema da velhice feminina apresentar-se-ão os discursos que remetem à não negação da velhice da mulher por meio do uso dos cabelos embranquecidos ou grisalhos.

Os discursos que tratam da visibilidade da velhice feminina têm sido expostos no ciberespaço e provocado a adesão à prática do não escurecimentos dos fios brancos por milhares de mulheres que são incentivadas a isso nos perfis. Desse modo, esses discursos tendem a se tornar um elemento propiciador de transfiguração da velhice feminina.

5.3 Os cabelos brancos: símbolo de apropriação da velhice feminina no *Instagram*

Para cada fase etária da vida humana existe pelo menos um signo ou vários deles como marcadores da idade de cada indivíduo, sejam esses considerados naturais ou criados pela sociedade. Os símbolos estéticos sempre foram abalizadores na vida da mulher e a depender de cada momento histórico, os padrões de constituição do corpo e da aparência feminina estão constantemente em evidência independentemente da idade. Bakhtin (2014, p. 33) atesta que “[...] cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”. Diante disso, vê-se que esses signos são incorporados ao cotidiano e ideologicamente naturalizados provocando o consumo de produtos, serviços e demais formas de apropriação de sua representatividade. A ação de se amoldar aos signos produzidos exprime a necessidade humana de acomodação na esfera social.

Neste contexto, as imagens das capas das revistas averiguadas anteriormente, notadamente as figuras 1 e 2, apresentam a mulher idosa como sendo necessária à sua subserviência aos princípios e ao mercado da beleza para a confecção de uma juventude infinita integralmente ligadas à formação ideológica de rejeição à velhice. Na figura 3, detecta-se o início de uma ebulição pela visibilidade dos processos de envelhecimentos, frente às novas dinâmicas do corpo e da beleza da mulher idosa, que começam a surgir.

Nessas circunstâncias, as redes sociais estão inteiramente ligadas à sociedade e ao seu cotidiano. Elas afetam o pensamento social que é datado, histórico em seus procedimentos e

modos de ação. Essas redes são como dispositivos que segundo Agamben (2009) possuem a capacidade de orientar, determinar e controlar as ações, os gestos, as opiniões e os discursos.

Diante disso, para o entendimento dos novos panoramas em que a velhice tem sido exposta na mídia e nas redes sociais, usou-se, além das imagens das revistas, a rede social Instagram na busca de perfis que tratassem do tema e, ao mesmo tempo, serviu para observar como a velhice tem sido apresentada no ciberespaço, definido por Lévy (1999) como sendo o universo das redes digitais, o que proporciona uma gama de informações veiculadas em um tempo mínimo.

Dessa maneira, é notório que a internet gerou uma revolução nos meios de comunicação dada à facilidade de propagar uma ideia, um conceito, uma mensagem velozmente oferecida pela interconexão mundial dos computadores. A comunicação virtual oportuniza o acesso a diversas formas de interpretação seja por intermédio de um texto, uma fotografia ou por meio de vídeo e, desse modo, dão acessos a outras maneiras de leitura e compreensão (LÉVY, 2011).

Assim, no ciberespaço, em que as redes sociais se alojam, múltiplas mensagens acerca do envelhecimento da mulher são publicadas diariamente. No âmbito virtual, apresenta-se o *Instagram* que é uma rede social *on-line* em que é permitido o compartilhamento de fotos e vídeos entre os seus usuários e os materiais divulgados podem ser alocados em outras plataformas digitais e, com isso, as informações veiculadas são amplamente difundidas. Nesse ambiente, tem-se a possibilidade de cada usuário criar um ou mais perfis sobre determinado teor e solicitar que outras pessoas se tornem seguidores da página e tenham acesso aos assuntos tratados. À vista disso, houve uma extensa pesquisa quanto aos perfis que discutem a respeito da velhice feminina. Segundo Lévy (1999), o ciberespaço se tornará o principal meio de comunicação e suporte de memória para a humanidade desde o século XX.

Destarte, são abundantes os perfis no *Instagram* que favorecem à nitidez da velhice, sobretudo, a feminina. São abordados vários temas que se associam com o processo de envelhecimento conhecidos por diversos seguidores que acompanham as discussões do tema. Os seguidores têm acesso as imagens, fotografias e vídeo dispostos diariamente pelos proprietários dos perfis dessa rede social. Nesses, há uma disseminação de discursos que giram em torno da perspectiva de uma desconstrução dos estigmas e estereótipos sobre a velhice baseando-se no incentivo ao uso dos cabelos embranquecidos e, em função disso, expandem uma nova leitura da mulher no processo de envelhecimento. Com isso, há uma produção de sentidos e signos possibilitando que os seus seguidores promovam suas próprias

significações. Quanto a isso, Orlandi (2017, p. 134) afirma que “[...] não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentido. E o faz, não como algo que se dá abstratamente, mas em condições determinadas, cuja especificidade está em serem sócio-históricas”.

Nos perfis avaliados encontrou-se um distanciamento das regras, dos arquétipos e dos modelos que foram produzidos no passado como discursos prevalecentes, fabricados em outros momentos históricos e que não desaparecem porque não são unicamente mensagens a serem decifradas (ORLANDI, 2015), mas estão imersos nas redes de memórias que rivalizam com as conceituações e normas que se relacionam com a velhice na contemporaneidade. Nos perfis avaliados estão incorporados novos olhares, debates que, na atualidade, suscitam maiores polêmicas e inquietações, uma vez que se trata de mover discursos que antes estavam solidificados. Com relação a produção dos discursos, Pêcheux (2015, p. 56) argumenta que:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais eles irrompem, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas rede e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação.

Os perfis criados no *Instagram* se tornaram espaços de debates, insatisfação, discordância, aceitação, identificação, pois são como movimentos que estão insurgindo de forma tênue e colocam em evidências questões, silenciamentos, tensões acerca da velhice feminina que no contexto social estavam adormecidos, estabilizados e sutilmente começam a despertar a atenção, principalmente, de mulheres com mais de 50 anos que estão passando pelo processo de envelhecimento de forma mais latente.

Desse modo, apresentar-se-ão os perfis que foram selecionados e nos quais serão observados os discursos imersos e como esses se apresentam e se deslocam rapidamente no ciberespaço. A pesquisa se deu no *Instagram* tendo por base a temática do envelhecimento da mulher. Nessa rede social, a confecção dos perfis é feita individualmente ou com a participação de duas ou mais pessoas e de instituições que trabalham com o tema. Nessa pesquisa, não estão incluídos perfis de clínicas de saúde ou que se relacione diretamente com essa área. Com isso, no quadro 2 abaixo, será mostrado os nomes dos 93(noventa e três) perfis visitados e verificados com as suas principais descrições.

QUADRO 2. Perfis do Instagram que tem como tema principal a exibição da beleza feminina por meio da manutenção dos cabelos grisalhos e/ou, completamente, brancos. Vitória da Conquista/BA, 2021.

Perfil	Descrição
1. @viva a coroa	Coroa, signo de poder, mulher de 50+ que não é, nem quer ser uma menininha.
2. @emvelhasendo	Conversas sobre Envelhecimento Positivo
3. @avósdarazao	Avós da razão. Falando de tudo um pouco
4. @velhicesminhas_	Compartilho sobre o envelhecer de forma humana, crítica e reflexiva
5. @_inconformidades	Somos um time de colunistas 45+ dividindo nossas experiências sobre sexualidade, vaidade, saúde, atualidades e principalmente: MATURIDADE .
6. @eucrisguerra	Nadando contra a corrente desde 1970. @vidasimples @radiobandnewbh #50Crises #ageless #agefull
7. @portaldoenvelhecimento	O maior e melhor conteúdo sobre a longevidade no país ~ 18 anos de história.
8. @bem.envelhecer	Ressignificando o Envelhe(Ser)
9. @envelhecendo_bem	Muitas dicas de saúde com os melhores profissionais de todas as áreas. Para nós que estamos envelhecendo, mas queremos continuar lindas e saudáveis.
10. @idosa_sim_veia_não	Engenheira aposentada, radiestesiasta, Reikiana, etc. “Mãe vó” coruja, fazendo projetos para hoje e planos para amanhã, assim terei sempre um ideal.
11. @vidasidosasimportam.br	Somos um movimento nacional e atuamos para assegurar a valorização da Pessoa Idosa em toda sua diversidade. Nossa alegria é a dedicação do ATIVISMO .
12. @idosasim_velhajamais	Amo a Deus. Esposa, mãe e vovó. Professora aposentada, 63 anos. Vaidosa, Canceriana. De BH. Tenho tempo de sobra, então vou me divertir por aqui.
13. @claumelobeauty	Expert em auto maquiagem e beleza da mulher madura real, sem falsas promessas.
14. @velhaevovozinha	50+influencer, sênior model. Inspirando mulheres maduras pq a idade é só um número.
15. @velhaeu	Desmistificando tabus do envelhecimento. Trocas reais e pessoais sobre o envelhecimento feminino. <u>60+</u>
16. @velhas.bonitonas	Artista Motivacional. Inspiro mulheres a aceitarem o seu envelhecimento através do projeto Velhas Bonitonas.
17. @vovostitokers(oficial)	Vovós tiktokers
18. @cool50s	Por aqui falamos sobre o poder dos 50 anos
19. @mulheresempoderadasageless	Para quem sabe que o passar dos anos é inevitável, mas também sabe que envelhecer é opcional!
20. @silviarui_ageless	Vida saudável e beleza para mulheres 45+ 50 são os novos 50.
21. @driferreira	Intersectional Journalist / Feminist / Anti-racist
22. @grisalhaju	Grisalha apoiando e motivando mulheres no processo. Vamos juntas, vai valer a pena.

23. @helenaschergel	Sou uma menina de 8.1 que encoraja mulheres a saírem da invisibilidade
24. @escritora_no_diva	Mãe e filha reinventando a velhice. Consultoria, produção de conteúdo, palestras e a curadoria para marcas.
25. @mulher negra60	Cuidados melhor idade / Dicas de alimentação/ Saúde, reflexão.
26. @40.ou.mais	Práticas, leves, paradoxais: mulheres de 40+, 50+,... 90+ em desconstrução.
27. @60mais_oficial	60+ Queremos influenciar os maduros a buscarem uma longevidade positiva e feliz, explorando novas experiências e conexões e promovendo saúde física e mental.
28. @rosa.saito	Modelo de 70 anos / Aquariana / Vida saudável / responsável e de bem com a vida.
29. @fran_winandy	Diversidade etária, transição de carreira, consultoria 50+, Moda. Ativista contra #etarismo.
30. @melhoraos50	Nossa vida contada em melhores momentos! Porque somos melhores juntas! Lifestyle Melhor aos 50. Diversão com conteúdo
31. @thebodyoptimist	Le Féminin inclusif 100% em ligne / Mon corps, pas, ton problème.
32. @normasrangel	Ativista da longevidade. Idealizadora do NOVO D+ PARA SER VELHO MAORADIA&LONGEVIDADE. Conectando pessoas Alinhando ações.
33. @miriangoldenberg	MILITANTE DA BELA VELHICE. Antropóloga.
34. @bloom.ages	Curta todas as idades . Comunidade pró-idade desde 2014 . Acompanhamos a sua jornada pela longevidade . Respostas para viver mais e melhor.
35. @silverdisobedience	Daily Inspirations for living Agelessly
36. @mireiabrg	Moda, beleza e saúde. Comunicadora digital. Universo 60+.
37. @wis.ageleestyle	Ajudando a criar um mundo onde beleza e estilo não têm idade. Moda, estilo de vida, maturidade, autocuidado, inspirações e muito mais.
38. @iris.apfel	More is more & less is a bore
39. @ageingrace	60+. Vivendo e escrevendo. Envelhecendo plena e saudável e com bom humor.
40. @thesilverlining_1970	Life your life and forget your age Back to modelling at 50+ Well loved & new fashion Naturally silver
41. @sessentissima	Para as e os 40, 50, e 60+: dicas, trocas de experiência, style, coisas boas, divertidas e legais.
42. @nataliadornellas	Militante da Bela Velhice
43. @it_avo	Influenciadora 60+, eterna aprendiz e ativa nos movimentos de longevidade. Busco inspirar e conectar gerações.
44. @adriespiritolivre	Sou uma mulher de 60+ e quero ajudar você a enxergar o mundo com mais humor e leveza.

45. @vidaalemdos60	Busco mostrar ao idoso como ser ativo. Incentivo mulheres a manterem saúde mental, física após os 60, visando longevidade saudável.
46. @vivacidade1	Portal criado para conexão de pessoas que buscam qualidade de vida na maturidade.
47. @colleen_heidemann	Word to live by: "If not now... When?"
48. @orgulho60mais	A geração que mudou o mundo na juventude, agora revoluciona o envelhecer. Somos 60+ com muito orgulho!
49. @donadirceferreira	Digital idosa / vovó dos seguintes / 74 anos
50. @mariacandidatv	Apresentadora da TV Globo/ Influencer madura e loba Ageless/ Geração Agelles, 50 anos/ Quebrando estereótipos de idade.
51. @grisalhos_beauty	Estilo irmãs de Prata. Apoie, inspire outras mulheres. Todas temos uma história para contar.
52. @grisalhando	Resistindo ao preconceito de ser grisalha!
53. @grisalhasbrasileiras	Perfil dedicado as grisalhas brasileiras
54. @grisalhas_online	Idade não define maturidade, aparência não define caráter.
55. @grisalhasnordestinas	Trazendo mais leveza para a sua transição.
56. @cachosgrisalhando	Apenas decidi me permitir tentar, observar, refletir, sentir e compartilhar essa jornada.
57. @clubedasgrisalhas	Em transição ou não, aqui é o seu lugar.
58. @assumimeugrisalho	Inspirando mulheres a assumir o cabelo grisalho.
59. @grisalhasassumidas	Grupo de grisalhas. Todas temos uma história para contar.
60. @grisalhas_rosangela	Inspirando mulheres a assumir naturalmente os cabelos grisalhos.
61. @lindasgris	Incentivo mulheres a se libertarem da escravidão das tintas e assumirem quem elas realmente são: lindas grisalhas!
62. @einasatosc	Inspirando mulheres a revelarem a beleza dos fios brancos.
63. @deixandomegrisallhar	Te ajudo a ser livre da tinta, aceitar e amar o seu grisalho.
64. @grisalheiagora	Grisalhei e quarentei e nada mudou 4.4.
65. @grisalha_assumida	Mudança capilar, amor próprio, aceitação e autoestima.
66. @regrisalha	Grisalha com orgulho. Ajudo mulheres a se manterem firmes no propósito de grisalhar.
67. @lu.alexandre.oficial	Criadora do Clube das Meninas Grisalhas. Inspirando mulheres a assumirem os seus grisalhos.
68. @eu_grisalha	Inspirando mulheres #grisalhas
69. @grisalha.online	Esse perfil é para incentivar todas as mulheres que querem deixar de ser escrava da tinta.
70. @plena_mente.idosa	#plena_mente.idosa tem por objetivo conscientizar uma mente plena de saberes, através da cultura, e dos diversos meios de informações.
71. @diangriesel	Creative aka @silverdisobediencia. Definir vidas e cenas. Autora. Analista de Percepção.
72. @roxmod	Representado por @iconicfocus. Uma modelo da Vogue dedicada a ajudar todas as mulheres a

	envelhecerem graciosamente.
73. @lisagoessilver	Três anos com cabelo prateado. Não me arrependo de ter desistido da tinta permanente para o cabelo #rockngmysilverhair.
74. @aging.with.ellen	Venha participar da minha jornada de envelhecimento. Seguindo forte aos 67 anos.
75. @laura_from_nb	Me divertindo, me encontrando e arrasando na meia-idade. Cabelos brancos não me importam. Encontrando alegria
76. @silver.age.happysoul	Idade e sabedoria são amigos. A vida é um privilégio. Toma conta de ti. Desafie os limites! Seja linda dentro e fora. Viva assumidamente.
77. @_silver_journey	Avó tingida pela última vez: 2019. Sempre menti sobre a minha idade. Quando vi o meu primeiro cinza, eu colori. Meu objetivo agora é ficar totalmente cinzenta.
78. @annie_and_molly_m	Celebrando o cabelo prateado e envelhecimento. Sem desaparecer no fundo e ficar invisível aqui. #silverssisters
79. @grisalhasassumidas	Grupo de grisalhas. Todas temos uma história para contar. Eu gostaria de saber a sua história. Não é permitido homens.
80. @paulinaporizkov	Ex-supermodelo acidental, atriz ocasional, escritora atual.
81. @kikagamalobo	Carioquíssima. Curso Kikando na maturidade. Mercado 50+ Criadora ATITUDE50. Colunista CLAUDIA e INCONFORMIDADES.
82. @crismorais2	40 anos em experiência profissional em comunicação, moda, estilo de vida saudável. Pesquiso o envelhecer feliz, sou modelo, palestrante. Campinas, SP.
83. @velhicenãodoenca22	Campanha que combate a inclusão da velhice como enfermidade dentro da Classificação Internacional de doenças- C, prevista em jan/22 pelo OMS.
84. @amymalott	Begin to dream again. Encouraging women to keep dreaming. Silver hair confidente.
85. @ferna.canas	Venezolana com cans. Inspiración al cabelo canoso. Mi camino a lo natural #silversistersvenezuela. Embaixadora @canas_latinas. Último tinte 2018.
86. @romi_transicion_girls	Documentando esse processo assombroso. Um gran desafio. Liberandome de prejuicios y ponderando la paciência. Umtimo tinte 13/10/2018. Vamos al Gris!!
87. @seizethegrey	Ontário. A community for those who seize the grey., those who aspire to seize the grey, ou throse just simply admire.
88. @cowachas	Buenos Aires. No es “el método”, SOMOS NOSOTRAS
89. @catherinegrowssilver	This page is a supportive, positive place to visit, say hello & safely share our silver growth journeys. I am 44 & had my first grey age 14.
90. @clubedasgrisalhas	GRISALHAS / CABELOS BRANCOS. Ressaltando a beleza do cabelo prateado. Inspirações diárias para você se fortalecer.

91. @paatipontalti	45+/-moda/autoestima/feminices/um toque de transgressão no longo caminho da maturidade.
92. @bernadetenommenmacher	Te ajudo a renascer no climatério e na menopausa. Medite comigo!
93. @voetita	As irmãs mais fofinhas do Instagram e do “tiptop”.

Fonte: Instagram, 2021.

Ao contemplar todos os perfis acima no aplicativo do *Instagram*, nota-se que eles possuem um número expressivo de seguidores e tem postagens recentes. Assim sendo, detecta-se uma movimentação bastante ampla. A quantidade de seguidores é variável e pode ser de mil até mais de 3,5 milhões seguidores. Nos perfis elencados, evidenciar a velhice é o tema dominante nas postagens e, em sua maioria, faz menção ao público feminino.

As mensagens predominantes se referem a aceitação do corpo, dos cabelos brancos, da beleza a partir dos 50 anos de idade e resgate da autoestima. Existe um incentivo à liberdade de expor-se, de negar-se a usar subterfúgios que encubram a idade e, dessa forma, uma estimulação para se esquivar dos estereótipos e estigmas tão comuns no processo do envelhecimento feminino.

Os temas são discutidos por meios das *lives* – que são conversas de até 01(uma) hora e com possibilidade de interação por meio dos seguidores. Existe um fluxo de informações abundantes dado a velocidade com que mensagens, fotografias e vídeos são acessados atingindo um público heterogêneo demonstrando que os indivíduos não pensam sozinhos, mas são influenciados pelas instituições, os sistemas de signos e as técnicas de comunicação (LÉVY, 1999).

Há várias publicações sobre o assunto da velhice, bem como fotografias de pessoas que usam os cabelos grisalhos, fotos dos rostos de mulheres sem a obrigatoriedade de maquiagem ou do excesso dela para esconder as marcas do envelhecimento. O cabelo pode simbolizar componentes de uma cultura e se estabelecer como indicador símbolo da idade, do gênero, dentre outros (NEVES, 2016).

Nesses perfis, encontra-se propagandas que se conecta com o tema em questão, mensagens de encorajamento para que se possa vivenciar a velhice e informações sobre a autoestima da mulher idosa. Nas postagens, o corpo tem um significado expressivo, posto que por ele o processo de envelhecimento é apontado pelo outro. Desse modo, a aparência física e o seu acatamento são assuntos contumazes. Os significados corporais na velhice são postos em ebulição na contramão dos padrões vigentes. Souza (2019, p. 240) acrescenta que “[...] os

discursos sobre e para o corpo interpelam-no como um espaço de inscrição da memória discursiva, espaço de contradição e (des)construção de identidades”.

As memórias sociais acerca da aparência corporal são retomadas, uma vez que nas postagens e nos textos existe uma necessidade de acolhimento do próprio corpo. Ou seja, há um retorno ao discurso de rejeição – ainda que de forma sutil - ao que a velhice produz corporalmente para que se reconduza a uma aceitação da forma física adquirida com o passar dos tempos. Aprovar o corpo na velhice é um assunto que gera reflexão no *Instagram*, pois para Orlandi (2017, p. 83) “[...] o corpo significa. Em outras palavras, a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito e vice-versa, ou seja, não podemos pensar a materialidade do sujeito sem pensar sua relação com o corpo”.

A velhice, no ambiente virtual, se torna visível e passa a ser um tema que cresce e se fortalece mediante o quadro de mudança demográfica do país. A imagem da mulher idosa e do processo de envelhecimento são tópicos que fazem parte da vida diária e, ao mesmo tempo, são produzidos face ao período histórico, social e político. No *Instagram* tem sido revelada as contradições inerentes no processo de envelhecimento, posto que discute a liberdade de aceitar a aparência pessoal e não àquela uniformizada pelos padrões existentes.

À vista disso, o tema da velhice feminina no ciberespaço tem causado inquietação, por isso possui uma quantidade considerável de seguidores que “curtem” as falas chamativas em cada perfil pertinente à assunção da aparência corporal, do rosto com rugas e marcas de expressão, dos cabelos grisalhos, das dificuldades inerente a mulher idosa. Curtir uma postagem significa, para essa rede social, um sinal de aprovação. De fato, existe a efusão de mensagens que são contrárias as memórias sociais sedimentadas no que diz respeito à velhice da mulher e que se associa, sobretudo, com as perdas. Contudo, não se pode negar que as formas de rejeição à velhice, principalmente a feminina, aparecem de maneiras tênues nos enunciados dos perfis pesquisados. Constata-se neles a multiplicidade de discursos que retomam dizeres que anteriormente foram confeccionados e, de certo modo, “naturalizados” no que tange ao perfil da mulher idosa e contraditoriamente são usados a fim de se contraporem aos discursos estabilizados.

Cabe lembrar que nesse movimento aparente de uma desidentificação com o perfil de mulher idosa, logo haverá uma identificação com uma outra formação discursiva, pois não há um desligamento total com as ideologias que nos cercam. Grigoletto (2003, p. 2) diz que

[...] o sujeito não se torna livre, mesmo nesse processo de desidentificação. O que ocorre é o deslocamento de uma forma-sujeito para outra, isto é, ele se desidentifica com determinados saberes, mas imediatamente identifica-se com outros, inscrevendo-se numa nova forma-sujeito e, conseqüentemente, numa nova FD, o que não supõe o "apagamento" total dos saberes com os quais ele está se desidentificando.

Pêcheux (2014) avalia que a interpelação ideológica continua a funcionar de forma contrária sobre si mesma, dando sustentação a uma prática nova e tende a surgir outra produção e transformação dos sujeitos. Nesta circunstância, é essencial ponderar que, ainda que surjam novos reconhecimentos de si mesmos não se pode falar sobre um autocontrole dos sujeitos na sua formação identitária, pois o contexto social e histórico é latente na formação de qualquer indivíduo.

Com relação aos perfis existe uma identificação com o novo modelo de mulher que tem surgido nas redes sociais e essa constatação pode ser verificada mediante o número de usuários do *Instagram* que visitam esses perfis. Esse indicativo se intensifica à medida que novos *posts* são dispostos e aumenta a quantidade de curtidas e de comentários que aprovam os argumentos manifestados. É grande a visualização dos vídeos armazenados nos perfis que de uma forma ou de outra atingem seus objetivos, pois são vistos e comentados. Para servir de exemplo, são vários os perfis que tratam a respeito dos cabelos grisalhos. Nesses, as mulheres são chamadas a assumir os fios brancos com discursos enfáticos, com frases motivadoras da mudança de padrão quanto à cor dos cabelos.

Na exposição de alguns perfis, mencionados no quadro 1, existem frases que retomam às imagens negativas da velhice quando analisadas mais detidamente, a exemplo de: “Para quem sabe que o passar dos anos é inevitável, mas também sabe que envelhecer é opcional!” Essa proposição possui um discurso de recusa à velhice porque o envelhecimento é uma consequência natural de todo ser vivo. No entanto, ao considerá-lo como facultativo retorna-se à ideia de que envelhecer é um abeiramento com a morte e pode ser evitado. Outra frase como: “Grisalha com orgulho. Ajudo mulheres a se manterem firmes no propósito de grisalhar”, contém uma referência à busca de orgulhar-se de ser uma mulher idosa, justamente porque não é essa a visão social e, em decorrência, assumir os cabelos brancos tem sido ultrajante para a sociedade brasileira. Em razão disso, o enunciado diz que é preciso firmeza no desejo de manter os cabelos brancos/grisalhos.

“Idade e sabedoria são amigos. A vida é um privilégio. Toma conta de ti. Desafie os limites!” Seja linda dentro e fora. Viva assumidamente”. Nesta frase, a expressão “idade e

sabedoria são amigos”, vê-se que é trazido o sentido de que “apesar” da idade a sabedoria é um aspecto exaltado na velhice pela sociedade. Sendo sábia não haverá conflitos com a idade. “Seja linda dentro e fora”. No imaginário social a formosura corporal não pertence a uma mulher idosa, portanto a experiência, a sapiência que “advêm” com a idade e que não é perceptível fisicamente deve ser evidenciada pela mulher idosa. Nesse enunciado, percebe-se que a avaliação dos aspectos gerados pelo envelhecimento é sempre negativa quando se correlaciona com os atributos da juventude.

“Celebrando o cabelo prateado e envelhecimento. Sem desaparecer no fundo e ficar invisível aqui”. Nessa mensagem, há uma referência a um discurso estabilizado sobre a velhice que é a sua invisibilidade, por isso usa-se o termo cabelo prateado que possui luminosidade e não ficará despercebido, uma vez que cabelo branco e velhice são sinônimos de, supostamente, ocultação do fascínio feminino. O cabelo prateado é uma expressão romantizada para se referir ao cabelo branco devido as memórias recorrentes que o associa com a velhice e, por isso Whitaker (2007) adverte quanto a necessidade social de ocultação da velhice que tudo ao nosso olhar no espelho, deve ser fatalmente consertado, corrigido ou reformado pela medicina para manutenção da estética corporal recomendada.

Verificam-se outras sentenças de efeitos, tais como, “Ajudando a criar um mundo onde beleza e estilo não têm idade”. Nessa assertiva, as memórias sociais ressurgem ao retomar a ideia de que beleza e estilo estão ligados com a idade, dado que envelhecer não se correlaciona com o belo nem tão pouco ao jovial, mas é visto como um desvio das normas corporais estéticas. Infere-se que para se ter estilo depende da idade que se possui. Em suma, nesta frase, a beleza está associada com a velhice para conferir-lhe atributos “honráveis”. De acordo com Mendonça (2020, p. 58), “[...] determinados significados foram cristalizados no imaginário coletivo e, ideologicamente, passam a operar de modo a se tornarem aspectos integrantes da realidade vivida”.

Outros perfis expõem os seguintes enunciados: “Inspirando mulheres a revelarem a beleza dos fios brancos”. “Resistindo ao preconceito de ser grisalha!” Compartilho sobre o envelhecer de forma humana, crítica e reflexiva”. “Para nós que estamos envelhecendo, mas queremos continuar lindas e saudáveis”. “Inspiro mulheres a aceitarem o seu envelhecimento através do projeto Velhas Bonitonas”. “Sou uma menina de 8.1 que encoraja mulheres a saírem da invisibilidade”. As palavras de ordens que são usadas para atraírem o público feminino idoso à aderirem a prática de uso dos cabelos brancos estão sempre retornando às características que marcam a feminilidade e à representação da mulher definidos e

sedimentados socialmente, quais sejam: formosura, jovialidade, meninice, corpos perfeitos e cabelos escuros para o escamoteamento da idade. São dizeres e imagens estrategicamente confeccionadas para surtir o efeito proposto pelo perfil.

O uso da expressão “menina de 8.1” demonstra um desvio de sentido dos símbolos que marcam as formas e feições da menina e da mulher idosa. Orlandi (2012) considera que o discurso é uma dispersão de texto e o texto é também uma dispersão do sujeito e, portanto, todo texto contém diversas posições do sujeito.

Diante disso, nos perfis examinados, observam-se as tentativas de reconstrução de concepções que foram socialmente delimitados e fortalecidos como memórias sociais prevaletentes. Na contemporaneidade e, por meio do *Instagram*, são avaliados os padrões que precisam ser remodelados para concatenarem à velhice feminina à visibilidade social porque continuamente esteve relegada à opacidade. Portanto, o que realmente funciona na esfera da linguagem são os efeitos imaginários que ela produz (ORLANDI, 2012).

As representações do envelhecimento da mulher são questionadas nessa rede social e, sincronicamente, averigua-se uma reocupação à alguns discursos que estão assentados na construção social da velhice e na produção do corpo e da aparência das mulheres, tais como: a indispensabilidade de ser bonita, ter boa forma física e um rosto imaculado como elementos que continuam a ser indispensáveis na composição feminina e, desse modo, escapa-se a suposta feiura da velhice que é apontada nos manuais de beleza. Whitaker (2007) afirma que está se formando uma ideologia de que a velhice é inexistente, ou, se existe, é possível escapar dela ao usar as tecnologias miraculosas postas pela indústria. À vista disso, parece adverso ser velha, ser graciosa e saudável.

Neste sentido, a estigmatização da velhice é um discurso atuante nas redes sociais ainda que os propósitos, nos perfis avaliados, sejam de exaltação da velhice e um convite à sua apropriação. Enfim, constam nesses perfis um fervoroso combate ao etarismo. Nesse entendimento, “[...] toda prática discursiva está, sobretudo, inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014, p. 197). Essa observação reitera a ideia de que a forma-sujeito é determinada social, histórica e ideologicamente. Com bem destaca Freire (2021, p. 15) “[...] os discursos nos habitam e falamos sempre atualizando seus sentidos já postos”.

Nesta conjuntura, é notória a manutenção da beleza como um discurso imprescindível e que deve ser buscada por quem se propõe a assumir suas rugas, suas marcas de expressão e um corpo menos delineado pelos músculos. Sibilia (2011) afirma que “[...] as sinergias

históricas que vigoram em determinada época incitam certos desenvolvimentos corporais e subjetivos, ao mesmo tempo em que bloqueiam o surgimento de formas alternativas”. A beleza continua a ser um marcador que define a mulher a todo o tempo e em meio as discussões acerca do acolhimento do envelhecimento. Os padrões de ocultamento da beleza natural devem ser seguidos como regras rígidas, precipuamente pelas mulheres. Afinal, Lippmann (2008, p. 85), reitera que “[...] pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura”.

Nessa leitura, o contexto histórico e a ideologia estão presentes e subjuga os sujeitos a ela de forma até mesmo inconsciente, visto que os ideais de beleza continuam prevalecendo, em especial, no universo feminino como uma maneira de significação de si mesma. Apesar disso, os sentidos que se movem nas descrições das páginas do *Instagram* expressam uma identificação de ruptura com os padrões de beleza que se estejam ligados com o escurecimento dos fios brancos na busca pelo rejuvenescimento.

A linguagem revelada nas descrições dos perfis ora se associa com a preservação da juventude, ora se desvincula dos aspectos que submete a mulher idosa à caracterização habitual de decréscimo, invalidez e dependência. A ideia central é a criação de conteúdos que estejam vinculados com a criação de atitudes que tornem a velhice visível. Tem-se, dessa forma, um conflito entre os discursos que foram construídos socialmente e àqueles que são propostos nos perfis do *Instagram*. Portanto, os sentidos produzidos pela ideologia, simultaneamente, se organizam em discursos para a produção de novas orientações que acabam por determinar as expressões, as palavras de ordem, as argumentações que serão usadas nessa rede social. Os discursos não se resumem apenas a um conjunto de textos, mas à sua regularidade e por isso seus processos de constituição devem ser analisados (ORLANDI, 2012).

Algumas expressões e jogos de palavras dos perfis resgatam os significados vilipendiosos concedidos à velhice, porém são expressões de uso popular e, talvez, por isso, os sentidos reais não sejam tão visíveis porque os conteúdos apresentados rejeitam a ideia de qualquer forma de aceitação de pessoas por meio da idade ou pelo uso dos cabelos brancos ou por não escamotear as marcas físicas recorrentes no corpo da pessoa idosa. Os enunciados dos perfis também simbolizam a luta feminina numa tentativa de desamarrar-se dos estereótipos, das normas imutáveis, das descrições pejorativas concedidas ao público feminino e idoso. Servem para interpelar e refutar os sentidos assentados e repetidos ilimitadamente. Quanto a isso, Orlandi (2017, p. 133) argumenta

E se, de um lado, a mulher vive historicamente uma situação tensa, repleta de conflitos, cheia de duplicidades, por outro lado, ninguém mais do que ela aprendeu historicamente a caminhar no interior das ambiguidades, a trilhar as contradições, a exercer sua resistência num jogo em que na maior parte das vezes, não foi ela quem deu as cartas.

Contudo, a proposta principal apresentada nos enunciados dos perfis do *Instagram* é de um convite às mulheres para saírem da invisibilidade considerando que para essa tomada de atitude é preciso encorajamento, posto que é uma maneira de se portar contrariamente as memórias sociais perpetuadas.

Nesse movimento, as frases de efeitos parecem denunciar os estigmas e os estereótipos acerca da velhice. O *Instagram* como um dispositivo comunicacional tende a publicizar ideias e, nessa confluência, a velhice vem sendo descortinada frente ao seu silenciamento pela sociedade. Freire (2021) afirma que por ser a língua uma prática social, os seus sujeitos que são ideológicos querem a prevalência dos seus sentidos por meio dos seus discursos. Essas novas imbricações discursivas, existentes nesses perfis, propõem uma aclamação da liberdade do direito ao envelhecimento na contramão do ocultamento e do silêncio que prevalece em torno das questões relativas à velhice e que são comuns nos dispositivos jurídicos, nas capas e nas matérias de revistas anteriormente mencionadas.

Nos perfis analisados, esse processo de aceitação da velhice feminina tem se movido pelas quebras de regras e convenções que subordinam a mulher idosa aos modelos produzidos coletivamente e que são difíceis de serem reinventados porque seus sentidos são reafirmados diariamente. Os perfis avaliados podem ser as derivas que possibilitarão aos sujeitos o rompimento com os discursos saturados e estabilizados. Dessa maneira, Freire (2021) comenta que essa possibilidade de derivar oportuniza o deslocamento, o refazimento e até o desaparecimento de discursos outrora enraizados.

Para tanto, com base nas análises, vê-se que há um longo caminho no desfazimento, na remodelação de constituintes sociais que são fortificados por meio das memórias sociais sobre a velhice feminina e que insistem em permanecer. Não se pode esquecer de que a conjuntura histórica é parte constituinte nas relações de continuidade e descontinuidade dos discursos. Os sujeitos são interpelados pela ideologia.

Todavia, os dispositivos avaliados, por intermédio das redes sociais à semelhança dos perfis evidenciados, podem servir na tentativa de recriação de reordenamentos, de novas

abordagens que ainda não foram compostas e escritas e, mediante a resistência pela *práxis* como também pela inquietação das mulheres na sociedade contemporânea e por intermédio dos seus papéis sociais assumidos, tem-se uma expectativa de reflexão acerca da velhice e de sua reconstrução social.

6 AS PROFESSORAS APOSENTADAS E A RECRIAÇÃO DA VELHICE

Paremos de trapacear: o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera. Não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconhecemo-nos neles.

Isso é necessário, se quisermos assumir em sua totalidade nossa condição humana.

Para começar, não aceitaremos mais com indiferença a infelicidade da idade avançada, mas sentiremos que é algo que nos diz respeito.

Somos nós os interessados.

(Simone de Beauvoir)

Diante de todas as análises de construção social da velhice e do sujeito idoso amparada nos dispositivos midiáticos e nas leis relacionadas ao tema, vê-se que a velhice feminina que tem sido constantemente “ajustada” pelos preceitos sociais que subjuga a mulher a determinados padrões estéticos e de condutas. Assim, cabe avaliar como as professoras aposentadas, participantes deste estudo, estão vivenciando suas velhices perante uma sociedade que determina regras e fortalece as memórias sociais que negam e ocultam o envelhecimento e a velhice.

As mulheres inseridas no contexto da feminização da velhice exercem funções sociais que são de relevância para a sociedade porque trazem à tona discussões, reflexões e práticas sociais que apontam, questionam problemas sociais e, na ação cotidiana promovem mudanças que colaboram para minimizar as adversidades provocadas pelas desigualdades sociais e econômicas.

Nessa sessão, houve o desvendamento das linguagens, dos silêncios, dos desafios de viver a velhice, bem como a compreensão de como estas professoras demarcam suas vidas no exercício de papéis sociais específicos fundamentados na identidade profissional e no trabalho docente que conferem singularidades no envelhecimento.

Diante disso, sabe-se que o Estatuto da Pessoa Idosa e as redes sociais tendem a classificar as pessoas idosas dentro de normas sociais e os condicionam a parâmetros que delineiam a velhice com base em preconceitos e estereótipos. Não diferente disso se insere a velhice feminina que é uma produção social baseada em diversos pilares que tem se reajustado ao longo do tempo, pois é resultado dos contextos históricos, sociais, políticos e econômicos que ultrapassam as gerações. Esse período da existência da mulher ainda está

recoberto de diretrizes e parâmetros que são manipulados pelos meios de comunicação para que os signos, símbolos e códigos, sobretudo comportamentais, sejam conhecidos, interpretados e aceitos pelas mulheres, impreterivelmente como elementos de constituição de si mesmas e conformação social. Portanto, a formação do mundo feminino na velhice é multifatorial.

Múltiplos componentes contribuem para a criação dos princípios do envelhecimento feminino resultando em distintas maneiras de entender seu cotidiano, seu papel social. Diante disso, as profundas e transformadoras experiências de vida possibilitam traçar metas e objetivos para o futuro em uma sociedade que recusa o envelhecimento e enobrece os esforços para a perenização da juventude.

Nessa seção, as entrevistas realizadas com as professoras aposentadas foram transcritas e analisadas com a finalidade de encontrar respostas e problematizar questões, tal como ratificar concepções, formular ideias, decifrar os mutismos e as rupturas para apreender as possíveis reinvenções da vida na velhice. Essas mulheres e suas declarações foram fundamentais para a compreensão de como o envelhecimento e a aposentadoria alteraram e reorganizaram suas vidas e, ao mesmo tempo, estão produzindo novos caminhos, novas visões e reestruturando seus modos de vida.

Nesse prosseguimento, vê-se que a velhice é resultado de todas as construções e as desconstruções que marcaram suas existências, sua profissão, seus lares e enraizaram memórias. Logo, essas memórias e as experiências adquiridas se tornaram condutoras da edificação de pilares que as definiram e equilibram suas vidas na contemporaneidade.

Foram 25 (vinte e cinco) docentes aposentadas que participaram da pesquisa. A escolha por entrevistar professoras aposentadas se baseia em que todas possuíram a mesma profissão e a exerceram entre alunos, livros, lutas docentes, currículo dentre outros aspectos. Essas características colaboraram na produção de suas identidades e, por intermédio da atividade docente permitiu elucidar como a dimensão profissional estipulou a maneira e os caminhos do envelhecimento de cada uma (STANO, 2001).

As entrevistas aconteceram no ano de 2021 e 2022. Em função da pandemia, quase todas as entrevistas foram feitas por meio do aplicativo *Google meet*. Apenas duas foram realizadas pessoalmente. A idade varia entre 60 a 80 anos. Todas estão aposentadas e seus vínculos de trabalho foram estabelecidos entre as três esferas Municipal, Estadual e Federal. Portanto, têm-se docentes que atuaram no ensino fundamental, médio e superior. As

componentes da pesquisa residem em vários estados brasileiros. À vista disso, o quadro 03 se refere ao perfil das participantes.

QUADRO 03. Perfil das Professoras Aposentadas. Vitória da Conquista/BA, 2022.

Estado Civil	Possuem filhos	São avós	Residem com quem
Casadas 16	16	15	Com seus esposos
Viúvas 02	02	01	Moram só
Divorciadas 06	05	05	Moram só
Solteiras 01	-	-	Moram com a mãe

Fonte: Base de dados da Pesquisadora.

Inicialmente houve a abordagem de questões referentes à condução do lar. Nesse contexto, quando foram arguidas acerca da chefia do lar, elas relataram que se sentem chefes de famílias. As 06 (seis) professoras divorciadas e as 02 (duas) viúvas afirmaram que são chefes do lar. Das 16 (dezesesseis) professoras casadas, 09 (nove) disseram que compartilham essa tarefa com o esposo e, por causa disso, se veem como chefes de famílias, pois colaboram financeiramente para a manutenção da casa e, dessa forma, dividem a liderança da família com seus esposos.

Entre elas, 01(uma) afirma que é chefe de família não porque divide as despesas e responsabilidades familiares, mas em razão de suas atitudes no dia a dia na gerência do lar. “Sim, me considero chefe de família mesmo sem uma participação mais efetiva financeiramente, mas por causa das minhas atitudes na resolução das demandas do cotidiano” (Rebeca, 72 anos)

Neste cenário, 06 (seis) professoras casadas não se enxergam no papel de liderança e relatam que mesmo compartilhando as tarefas e obrigações financeiras do lar com seus maridos não se sentem como líderes em seus lares e não há registro de nenhum incômodo quanto a isso. Para elas, o fato de cooperarem financeiramente com a manutenção da casa não as tornam chefes de família, uma vez que compreendem que essa atribuição não se define apenas por causa de manterem a casa por meio do salário, porém existem outras incumbências que determinam o comando do esposo no lar. A professora solteira informa que não é chefe de família.

Nota-se que o modelo de família patriarcal ainda resiste ao tempo e as mudanças sociais ocorridas. Mesmo que a emancipação feminina seja uma realidade latente na sociedade moderna, alguns aspectos dessas mutações são de difícil absorção haja vista o peso das memórias sociais que determinam o modo de vida das mulheres e das famílias. A atuação

feminina no casamento foi avaliada como sendo a de uma cooperadora no exercício do comando doméstico.

Desse modo, avalia-se que a liderança masculina continua a orientar a condução familiar nos tempos presentes. Neste sentido, o modelo patriarcal de família produz as conformações sociais que são reafirmadas, consolidadas e estabilizadas por meio das memórias sociais, pois elas são rememoradas e determinam as posições sociais entre os sexos e as mantêm por muito tempo.

Os perfis das integrantes citados foram resultados das interpretações advindas das perguntas objetivas que fizeram parte do primeiro segmento das entrevistas semiestruturadas. Nessas, havia questões que tinham a finalidade de organizar uma descrição de cada professora partícipe. Nesta continuidade, as indagações foram formuladas em torno do modo de vida, das expectativas quanto ao devir, acerca das concepções quanto à velhice e sobre os papéis sociais exercidos na atualidade, bem como das atribuições que são desempenhadas nas rotinas diárias, tratou-se acerca dos preconceitos e constrangimentos que possam ter sofrido por serem mulheres idosas e pelo fato de estarem aposentadas. Nesse contexto, o trabalho docente teve destaque nas narrativas, uma vez que suas atividades na contemporaneidade estão ligadas diretamente com as maneiras de desenvolvimento efetivadas quando ainda estavam trabalhando como professoras.

Desse modo, para que se pudesse observar com maior exatidão as falas das entrevistadas com base no método de Análise de Conteúdo foi proposto a construção de eixos temáticos, categorias, subcategorias e decodificação conforme expostos no quadro 04. Neste exame, foram verificadas as tramas do dizer que são representativos da vida diária, das representações, símbolos da velhice e a aceitação de si mesmas como mulheres idosas, dado que o ancoramento das memórias quanto à atividade docente promove sustentação ao seu papel social e suas ligações com o contemporâneo para a possível ressignificação da velhice.

Para tanto, foi produzido o quadro 4 que contém as respectivas informações relacionadas à distribuição dos eixos temáticos, categorias e subcategorias a serem discutidas nessa seção.

QUADRO 4. Eixos temáticos, categorias e subcategorias para interpretação das entrevistas semiestruturadas. Vitória da Conquista/BA, 2022.

Eixos temáticos	Categorias	Subcategorias
Eixo 1. A visão da velhice feminina	Categoria 1. Os símbolos da velhice	Perfil de pessoa idosa frágil e dependente. Perfil de pessoa idosa que busca a perenização da juventude.
	Categoria 2. Reconhecimento da velhice e aceitação de si mesmas.	Identificação das limitações relacionadas à idade. Reorganização de atividades conforme as restrições impostas pela passagem dos anos.
Eixo 2. Reinvenção de suas vidas na velhice por meio do seu papel social	Categoria 1. Quadro de referências da memória: as memórias ancoradas na religiosidade e na família	Memórias que dão sustentação ao desenvolvimento de valores e princípios que ordenam suas vidas.
	Categoria 2. O trabalho docente como instrumento de construção do seu papel social desenvolvido na velhice	Experiências da docência que produzem identificação e valorização profissional. Reprodução das vivências profissionais fora do âmbito escolar na efetivação do seu papel social após a aposentadoria.

6.1 Eixo temático 1. A visão da velhice feminina

Neste eixo temático tem-se o desvendamento de diversos aspectos que recobrem os parâmetros da velhice feminina. Desse modo, destacam-se as categorias 1 e 2 que se referem, respectivamente, aos símbolos da velhice e o reconhecimento da velhice e a aceitação de si mesmas pelas professoras aposentadas que foram participantes da pesquisa.

Para uma compreensão mais apurada das categorias foram estipuladas subcategorias com base nos resultados das entrevistas compartilhadas produzindo uma leitura das memórias sociais que atravessam o tempo, produzem identificação e tendem a interferir nas diversas formas de enxergar a si mesmas e as variadas formas de vivenciar as velhices que ainda estão carregadas de cobranças sociais.

6.1.1 Os símbolos da velhice

As professoras aposentadas apontam suas concepções acerca da velhice e essas concepções estão envoltas das percepções relacionadas à idade, às mudanças corporais, cognitivas e ao afastamento do trabalho. Elas consideram a velhice como um processo natural e dinâmico da vida humana. Mediante os dizeres, vê-se que não há um abrandamento das dificuldades relacionadas ao processo de envelhecimento, porém o percebem de forma realista. Em razão disso, pontuam as adversidades orgânicas e sociais desse período da vida. Desse modo, indicam que é uma etapa da vida em que surgem contratempos tanto físicas como emocionais.

De acordo com os diálogos, nota-se que existem vários símbolos atribuídos a esse período da existência. Elas classificam diversos elementos que constituem a velhice, sejam esses corporais quanto mentais, a exemplo de: doenças, limitações e maior imobilidade física. Quanto aos aspectos mentais associam-se a sabedoria, a experiência e a liberdade. Nesta confluência, há um retorno às construções sociais solidificadas dos significados e signos que recobrem a velhice. Todavia, elas verificam que ser uma mulher idosa não é necessariamente um fardo como tem sido alardeado nos meios de comunicação de uma forma geral.

A velhice é uma fase da vida em que temos mais experiência e que podemos usufruir de algumas benesses, embora contando, muitas vezes com as limitações impostas pela saúde (Vitória, 74 anos).

Hoje tenho mais consciência da vida, mais preocupação com a saúde (Ana, 70 anos).

Vejo os aspectos negativos como os movimentos mais lentos, algumas dores pelos problemas de saúde adquiridos no exercício da profissão. Aspectos positivos: o amor da família, carinho do neto e o privilégio de servir a todos (Nilde, 65 anos).

A velhice contém vários aspectos, que é o aspecto biológico, aspecto físico, aspecto comportamental. Nosso organismo passa por mudança quer queira ou não. É uma dorzinha aqui, uma lá, mas sei que cada um vai ter seus cuidados médicos, seus cuidados também dentro da atividade física para diminuir os problemas, mas eu acredito que a velhice sendo com amor e carinho, chega melhor com a ajuda de Deus (Verônica, 65 anos).

Então, depois de um certo período a gente é classificado assim mesmo. No entanto, para mim é como tem a idade do bebê, infantil, jovem, adulto tem a idade da velhice e é considerado a terceira idade, a melhor idade (Senize, 66 anos).

Velhice pra mim é ter o privilégio de desfrutar e aproveitar de tudo que um dia você sonhou, buscou, programou e planejou com saúde, cuidados e qualidade de vida ao lado de quem você ama, embora eu sei que com a maioria das mulheres idosas isso não acontece (Gilneide, 69 anos).

Eu vejo a velhice como mais uma fase da vida. Ela é um pouco mais complicada em função de apresentar maiores limitações físicas. No entanto, eu tenho acompanhado meu ritmo de vida e não fico a reclamar da minha condição. Assumo a idade e vou em frente (Geísa, 78 anos).

A velhice é uma etapa da vida inevitável, mas recheada de muitos significados, experiências, vivências, medos, projetos e expectativas. Para muitos uma etapa triste pois se aproxima da morte e para outros uma etapa nobre de lembrar os momentos vividos e curtir cada novo com intensidade (Meirilane, 60 anos).

Para mim, a velhice é uma etapa normal da vida, com mais experiência e aprendizado que embasam o momento presente (Marisa, 79 anos).

Elas verificam que existem as limitações provocadas pela idade em virtude das doenças, do afastamento do convívio social e familiar decorrido da pandemia da COVID-19 e, nesse período houve o distanciamento das atividades físicas, esportivas que afetou o desempenho corporal. Apontam o enfraquecimento dos músculos e a deficiência hormonal como problemas que dificultam a realização de algumas tarefas no dia a dia. Indicam que no processo de envelhecimento houve mudanças físicas com relação a mobilidade e a agilidade em tarefas que antes eram concluídas com maior presteza. Na maior parte das vezes, foi citado que a mente possui menos restrição que o corpo.

Nesse ensejo, averigua-se que o corpo possui significação, afinal ele é o objeto que é reparado pelo outro e nele se expõe a aparência da idade e, conseqüentemente, revela-se a juventude ou a velhice. No corpo as professoras se evidenciam, ele é datado. Para Orlandi (2017), a significação do corpo não pode ser pensada sem a materialidade do sujeito, não há como pensar a materialidade do sujeito sem levar em conta a sua relação com o corpo.

Elas declaram que essas delimitações têm sido encaradas como parte do envelhecimento, que não se identificam exclusivamente por esses entraves e que as ressalvas físicas não as impedem de cultivar uma vida próspera. Geralmente, costumam substituir afazeres por outros tipos quando alguns começam a ficar mais difíceis de serem executados. À exemplo disso, têm-se as atividades esportivas que foram sendo trocadas ou diminuíram a intensidade quando não conseguem efetuar da mesma forma quando algumas restrições não eram tão sentidas.

A adequação para a continuação de afazeres é uma prática comum entre as professoras. São modos de conformação necessários à acomodação dos tempos demarcados pelo passar dos anos e das mudanças corporais e de saúde. Diante disso, tem-se a manutenção de hábitos reordenando-os dentro das condições orgânicas que elas estão vivenciando. Portanto, envelhecer também consiste em enfrentar as agruras pertinentes à essa época da vida considerando que não existem maneiras únicas de encará-las, e, com isso os obstáculos vão sendo vencidos e/ ou internalizados de acordo com o desenvolvimento existencial de cada uma.

À vista disso, as docentes aposentadas apresentam suas interpretações acerca da definição da velhice com base em suas experiências e, nesse entendimento, reavaliam suas perspectivas outrora desenvolvidas sobre o envelhecimento como tentativas de refazimento das opiniões, das crenças e dos pareceres que aprenderam e que julgavam como adequadas quando jovens. Elas atestam que a experimentação da velhice produz sensações bastante diferentes das normas e rótulos que foram anteriormente retidas. Avaliam que as crenças em torno da velhice não são exatas e concordam que existem possibilidades de enxergar a velhice de maneiras distintas e atestam que ser feliz na velhice nem sempre não está atrelada a regras delimitadas previamente.

Nesse entendimento, revelam que o conceito de pessoa idosa atual difere dos tempos de outrora em que as mulheres com 40 a 50 anos eram avaliadas como velhas e tinham uma vida atravessada por limites sociais e falta de oportunidades para estudar, para exercerem uma profissão e eram unicamente pertencentes às esferas do lar com uma imensa sobrecarga de serviços dedicados à família. Veem que essa realidade tende a se modificar perante as chances em que a mulher pôde aumentar seus níveis de escolaridade, de pertencer ao mercado de trabalho e crescer profissionalmente. Para as participantes da pesquisa, esses fatores propendem a colaborar para experienciar a velhice de uma maneira mais prazerosa e profícua, embora sofram com os aborrecimentos causados por doenças e limitações comuns nessa etapa da vida.

Eu hoje faço uma reflexão sobre a velhice e me lembro de que anos atrás a gente via a velhice de mulheres que tinham 40 e 50 anos e nós as considerávamos velhas. Eu me lembro da minha avó, das minhas avós, me lembro das minhas vizinhas [...] me lembro de ver minha avó que morreu aos 66 anos e era uma pessoa idosa, muito idosa, muito velha a gente a considerava velha. Hoje eu estou com 65 anos, sou idosa, mas não me

considero uma pessoa idosa como as pessoas com as quais convivi (Graça, 65 anos).

Aqui no Brasil, nós achamos que uma mulher idosa com 80 anos não tem mais condições de aprender porque é burra ou é velha. Mas nós podemos aprender em qualquer idade (Senize, 66 anos).

Eu vejo, por exemplo, minha mãe com 83 anos ela é ativa, participa de grupos e ajuda pessoas, não é mais aquele idoso que fica lá no canto porque tem que ficar lá triste e acabrunhado, reservado e não pode mais sair. Não, agora é o contrário. Eu falo para minha mãe: vamos ali viajar três dias até o destino final e ela topa na hora (Nereida, 61 anos).

Algumas das entrevistadas ressaltam que advindas de suas vivências na velhice várias concepções transmutaram e, especialmente quanto às imagens que sempre cultivaram a respeito do processo de envelhecimento. Em virtude disso, inferem que o distanciamento social para com as pessoas idosas, ou seja, a ausência de convivência dos mais jovens para com os velhos e velhas reforça os estereótipos, os estigmas e pré-julgamentos acerca do potencial dessa categoria.

As memórias sociais que rotulam a produtividade por faixa etária, estipulam periodizações destinadas às pessoas idosas como as características de inoperante e indolente e, com isso geram imagens maléficas que acentuadamente invisibiliza e nega a velhice. Dessa forma, entende-se que a velhice conforme Tótorá (2016) não é uma essência substantiva desvinculada de sua construção histórica e cultural.

6.1.2 Reconhecimento da velhice e a aceitação de si mesmas

Durante a efetivação das interlocuções não houve nenhuma menção de caracterizá-las como mulheres idosas por parte da entrevistadora. Em nenhum momento as expressões “mulher idosa” ou “professora idosa” foram aplicadas. Esse cuidado foi empregado para não influenciar a forma como elas poderiam se identificar dado que para a sociedade contemporânea, nomear um indivíduo como sendo uma pessoa idosa tornou-se constrangedor em virtude dos atributos preconceituosos atribuídas a mulher e ao homem idoso. No entanto, no desenrolar dos questionamentos, algumas participantes não mostravam nenhum constrangimento em se reconhecerem como mulheres idosas.

Eu sou uma mulher idosa e a velhice para mim é uma forma de agradecimento a Deus por uma vida inteira que já foi percorrida até então e que nesse momento chega ao auge. A gente brinca aqui em casa e diz assim: “a gente tá descendo a ladeira agora”, mas dizemos isso com humor. Me vejo com mais poder. Eu brinco que agora eu posso tudo, ninguém me impede de nada (Ione, 67 anos).

Eu me percebo como uma idosa em plenitude, realizada onde não sinto minha idade cronológica compatível com minha idade mental já que vivo em constante atividade e tenho muita energia. Interajo e participo de muitas atividades com os meus netos e sempre procuro me inteirar do que está acontecendo no mundo atual (Gilneide, 69 anos).

Eu me vejo como uma mulher idosa passando pelo processo natural da vida. Para mim, é um tempo de aplicar tudo aquilo, colocar em prática tudo o que você conseguiu de aprendizado durante a vida. As coisas negativas que aparecem eu busco administrar numa boa, pensando que faz parte daquele processo, então eu cuido da saúde, nunca estou sedentária e nem parada, e para mim é natural ser assim (Rebeca, 72 anos).

Notadamente, elas se referem a um desconforto que se relaciona com as características doadas pela sociedade ao lugar destinado às pessoas idosas, posto que estão revestidas de rejeição quanto aos aspectos físicos e a competência profissional por terem 60 anos de idade. Para elas, o embaraçoso não é possuir 60 anos e legalmente serem intituladas como uma mulher idosa, mas terem que se defrontar com as interpretações de repulsa geradas ao revelar a idade, afinal “[...] a mídia fortalece a invisibilidade da mulher idosa aposentada. Ela é apresentada como dependente de seus filhos e torna-se a vovó querida ou não tão querida assim. Este é o seu único papel social. Assim perde-se o poder de decisão. Na maioria das vezes trata a idosa infantilizando-a” (Lizana, 69 anos).

À vista disso, muitas entrevistadas discorrem a respeito das experiências negativas e positivas do envelhecimento, falam da maturidade obtida, das conquistas e das satisfações que adquiriram ao longo da vida considerando-as como benéficas para entenderem e aceitarem a velhice como um processo natural na vida do ser humano.

Falar de velhice para mim é um processo natural. Não tenho o hábito de colocar para cima uma certa idade ou colocar para baixo. Então, para mim é muito natural. Eu tenho um corpo que envelhece, eu não sou outra coisa, então o corpo vai envelhecer e eu sempre vi isso da maneira natural e cada ano que passa eu vejo mais naturalmente, para mim é um processo natural, é uma fase da vida como qualquer outra. Cada uma tem suas limitações, tem suas restrições e suas vantagens, então a minha visão da velhice é essa: é um processo natural (Iara, 67 anos).

Os dias e os anos passam e nós passamos com eles. O tempo e nós. Então, a velhice é um processo natural do corpo da mente e da alma, dependendo do nosso olhar sobre a vida e sobre nós mesmos (Cleide, 77 anos).

A velhice para mim a princípio, tem um caráter cronológico, uma idade avançada de um período que adquirimos enfermidades crônicas, de certos afastamentos de grupos sociais que a gente já frequentou, mas tem outros sentidos também para a minha vida. Costumo dizer que no dia quem não tiver mais o desejo de aprender mais nada, nesse dia vamos estar velhos, perto de morrer. Gosto de estar sempre aprendendo alguma coisa, estar sempre mexendo com coisas novas, sou muito curiosa para isso (Sônia, 70 anos).

Com a velhice, meu ritmo de trabalho diminuiu, a saúde ficou mais frágil. A agilidade do meu corpo já não é mais a mesma (Leila, 74 anos).

Mediante os depoimentos, nota-se que esse estágio da vida possibilita aproveitar as prerrogativas assimiladas em função das experiências vividas e em razão disso podem usufruir da vida com mais intensidade e, ao mesmo tempo, mais serenidade e sem pressa. O tempo para desfrutar com maior calma e sem a disciplina dos horários foi apontado como uma liberdade proveniente da aposentadoria e da maturidade concedida pelos anos passados.

Com a velhice e aposentadoria eu pude me dedicar mais a minha saúde, não tinha tempo de ir ao médico, tempo de me dedicar mais aos meus filhos, dedicar aos netos, aos filhos que moram longe (Sebastiana, 70 anos).

Mantenho as atividades em menor número e intensidade. Mudei a postura com relação a tolerância e, nesse sentido, venho cada vez mais expressando minha intenções e posições com maior clareza (Ana, 70 anos).

Vejo a vida, o caminho e o caminhante de forma mais leve, com mais respeito (Cleide, 77 anos).

Hoje em dia eu posso ser essa pessoa livre de uma maneira mais total [...] o que eu acho muito positivo é essa liberdade que agora eu tenho de usar o meu tempo e os meus recursos, de fazer o que eu gosto (Rebeca, 67 anos).

Indicam que foram planejando as maneiras de passar pelas fases etárias ao perceberem que a velhice estava cada vez mais próxima. Referem-se ao ato do planejamento como tendo sido uma tentativa de atender às perspectivas geradas anteriormente e que agora vão reorganizando as estratégias de efetivação dos novos planos para atender as metas traçadas e as não alcançadas.

Ao fazerem referências acerca dos marcos regulatórios do envelhecimento, tem-se que o olhar sobre a aposentadoria colaborou para a assimilação da velhice. O afastamento das

atividades laborais e as rotinas costumeiras das escolas e das universidades se tornaram elementos importantes na delimitação da velhice. Existem nas falas uma identificação da aposentadoria com essa fase por não mais atuarem no magistério e serem consideradas legalmente como inativas, afinal suas vidas se organizaram com base nesse vínculo de trabalho. Stano (2001) indica que há um estranhamento do indivíduo ao se perceber marginal de um determinado espaço profissional e de uma identidade relevante porque exercida no *locus* do trabalho.

Sempre fui muito dinâmica e não aceitei o papel de mulher aposentada e idosa que fica em casa vendo televisão. Em função da pandemia, tive que sair da academia, parar de ir ao teatro, à Concha Acústica assistir shows, ir para a praia, etc. Então, comecei a cuidar de plantas, ouvir música em casa, participar de *lives*. Comprei uma máquina e aprendi a costurar por meio de vídeos (Lizana, 65 anos).

Nos seus dizeres, as professoras mencionam as visões sociais que orbitam ao redor da velhice e as perspectivas negativas relativa às pessoas que se aposentam. Constatam que para a sociedade uma professora aposentada é vista como uma mulher excluída do mercado de trabalho e, portanto, qualificada como desnecessária para o trabalho laboral. Ou seja, significa não ser produtiva, hábil e substancial para os círculos econômicos e, em consequência disso, é invisibilizada por estar aposentada e ser idosa. Nesta confluência, os aspectos julgados como desfavoráveis pertinentes à velhice sobrepujam toda a história pessoal alicerçada por meio do trabalho docente. A velhice é vista de maneira negativa no Brasil, sendo que, o processo de envelhecimento vem crescendo de maneira acelerada, entretanto, o idoso não é tratado como prioridade em nosso país. A partir da exclusão do mercado de trabalho, seu poder de compra vai se reduzindo e assim, torna-se um sujeito descartável para o mercado ativo, portanto, ao ser excluído, torna-se invisível para a sociedade. Além de que, muitos idosos precisam do amparo dos filhos ou de outros familiares e com essa dependência perde sua autonomia (Sônia, 70 anos).

A nossa cultura não valoriza o profissional quando se aposenta. A sua experiência profissional não é valorizada, bem assim a sua contribuição à sociedade (Cleide, 77 anos).

Estar aposentada pode significar mudanças importantes que obrigam o redimensionamento de ocupação de espaços que outrora eram públicos e, nessa conjuntura passam a permanecer mais tempo no espaço privado, no espaço do lar. Com isso, produz-se uma relocação de significados que associados aos estigmas e aos estereótipos designados, sobremodo à mulher idosa causam uma ruptura entre ser produtivo e não mais pertencer ao mundo do trabalho, da atividade laboral. Para Stano (2001), essa dificuldade se apresenta ao constituir o trabalho uma atividade com um fim em si mesma. Desse modo, ao se aposentar a

partir dos 60 anos associa-se mais a entrada na velhice do que as determinações legais de ser uma pessoa idosa.

Uma das coisas que mais me perturba hoje é que depois de aposentada porque eu só comecei a pensar na velhice não quando eu fiz 60 anos, mas depois que eu me aposentei, aí vem a questão de estar velha (Cristiane, 64 anos).

A única coisa que me fez sentir “negativa” foi a minha aposentadoria, a ausência da escola, os contatos com os colegas, com os alunos e não a minha idade (Sebastiana, 70 anos).

O primeiro tratamento que me colocou como idosa foi na universidade quando eu me aposentei, logo um mês depois que eu me aposentei, eu fui procurar o meu contracheque e já não estava mais no mesmo lugar, no mesmo site que era normalmente. Eu fui procurar e uma prima me avisou: “agora você não é mais da ativa, você agora é inativo”. Nossa, eu tomei um susto (Graça, 65 anos).

De acordo com as entrevistadas, a idade cronológica não é o marco essencial para se declararem como sendo uma pessoa idosa. Nessas respostas, vê-se que há um retorno às construções sociais da velhice que doam às pessoas idosas o aspecto de inábil, dependentes e pouco funcionais por haver uma relação entre idade e velhice. No entanto, para elas essas memórias sociais constituídas não as representam, posto de que essas características não as simbolizam e nem retratam seus cotidianos, uma vez que suas atitudes são completamente díspares do imaginário social. Elas se identificam como mulheres idosas que estão plenamente atuantes e capazes de reordenarem seus modos de vida visando a execução de vários objetivos propostos. Reconhecem na velhice um tempo de ser e de construir novos espaços de existência (STANO, 2001).

Raramente me refiro a mim mesmo como uma pessoa velha. Eu olho para mim e olho para o pessoal e eu estou me achando ótima de corpo de cabeça, acho que ainda tenho uma boa produção intelectual, acho que ainda consigo orientar (alunos), fazer atividades de campo na universidade (Ana, 70 anos).

Eu noto que há uma vergonha em ficar velho e é um contrassenso. Por que eu teria vergonha de ficar velha? Não tenho. Então, o bom é ficar velha. Eu noto que há um preconceito com a pessoa velha, principalmente a mulher velha, mas se eu for me incomodar com esse preconceito eu já teria morrido (Luciana, 70 anos).

Sinto-me bem, gozo de boa saúde, entendo e respeito as limitações impostas pela idade. Sinto-me mais experiente do que velha. Tenho consciência da minha condição de idosa (Vitória, 74 anos).

Então, o que vejo agora com mais intensidade é a questão do condicionamento físico por conta do sedentarismo e das dores de coluna. Mas é só isso, pois vejo que hoje tenho uma vida mais tranquila. Mais dedicada à minha família e mais estabilidade na vida (Nereida, 61 anos).

Diante desses apontamentos, houve um questionamento específico quanto a terem sido constrangidas de alguma forma ou em algum momento por ser aposentada e ter 60 anos ou mais. Das 25 (vinte e cinco) professoras aposentadas que foram entrevistadas, 04 (quatro) relataram sentir-se constrangidas em situações distintas. Essas ocorrências são relativas ao tratamento recebido por um atendente ou quando questionadas a respeito de assuntos pelos quais não conhecia. Uma delas se sente envergonhada com o descaso governamental quanto à renda ínfima mensal advinda da aposentadoria.

Às vezes, percebo um olhar preconceituoso de alguns vendedores de lojas de shopping quando digo que sou aposentada, mas tiro de letra quando coloco minhas decisões e me afirmo como independente e autônoma para as minhas escolhas (Lizana, 65 anos).

Essa coisa de achar que a gente está sem memória. Eu fui comprar outro celular e aí o rapaz que me vendeu falou assim: “a senhora saberia qual o número do telefone e o seu CPF? Aí, eu dei um risinho e falava CPF tanto, identidade tanto, telefone tanto, CEP tanto e eu estava rindo, eu falava meio sarcástica, ele foi ficando sem graça, ele foi quem ficou constrangido e disse: “nossa, mas a senhora sabe mesmo. Eu acho que nem sei mais qual é o meu telefone se perguntasse” (Rebeca, 67 anos).

Passei por um momento constrangedor quando me perguntaram se eu tinha MEI para prestar um serviço e eu nem sabia do que se tratava. Outro exemplo foi com os meus pares na universidade porque quem é aposentado é parcialmente reconhecido. Eu dou aulas, tenho grupo de pesquisa, público livro, mas como aposentada eu não tenho como entrar com projeto de pesquisa institucional e os meus pares não me chamam (Ana, 70 anos)

A única coisa que me constrange é a questão do salário porque eu me aposentei em 2012 e a situação econômica avança só que o salário continua congelado e nós sabemos que tudo aumentou. Eu acho isso um desrespeito às pessoas aposentadas. Eu acho um constrangimento essa falta de apoio. O salário não anda de acordo com a situação econômica, então isso é um constrangimento (Verônica, 65 anos).

No desenrolar das entrevistas, observou-se que os discursos atuantes acerca da velhice causam incômodo e um descontentamento ao compreender como essa fase etária é repudiada socialmente. Os sentidos outorgados à pessoa idosa na sociedade brasileira e, principalmente à mulher idosa provocam estranhamento e aversão.

Eu não me vejo de fralda geriátrica, eu não me vejo com aqueles telefones com os números desse tamanho[...] também já ouvi sobre o estigma da juventude, não aceitar as rugas, não aceitar sua condição física que não é mais a mesma de 40 anos atrás. Ou seja, uma não aceitação de sua condição etária (Cristiane, 64 anos).

Me sinto legal. Procuo manter minha independência. Tem um evento de cultura, tem um show, eu vou. Eu cheguei em um tempo em que eu posso pagar um show em valor maior. Se não tiver alguém da família que possa ir comigo, eu vou só. Eu não tenho problema de estar só, de me assumir como mulher, de estar à frente de alguns, que às vezes as pessoas acham que só os homens desabrocham (Senize, 66 anos).

Essa imagem, esse lugar que colocam a mulher, o que é cobrado da mulher, essa pressão por beleza, pelo corpo esbelto, pela magreza, para você ser bonita, é uma cobrança muito grande. Quando se cobra isso da mulher mais jovem estão jogando as mulheres mais velhas em uma situação onde são totalmente excluídas desse universo porque o universo produtivo, o universo bonito, o universo bem-sucedido é aquela imagem perfeita de beleza como se as pessoas que perderam esse vício da beleza, elas deixassem de ser elas mesmas ou deixassem de ser importantes ou elas perdessem seu espaço dentro da sociedade. Eu acho que infelizmente é uma sociedade ainda que a gente vê bem machista, de cobranças de um comportamento de uma mulher saudável, feliz, bonita, jovem. Entre tantos preconceitos com relação a mulher, em outros aspectos você vai ver também com relação às mulheres idosas (Graça, 65 anos).

Verifica-se que para a maioria das participantes existe uma desidentificação com os modelos pré-fixados e reforçados nas memórias sociais de conformação com uma pessoa idosa que não coaduna com às imagens reveladas de si mesmo, especialmente quando se depara com as referências de mulher idosa decadente ou que se assemelha, nos aspectos estéticos, como sendo motivadas a prolongar a juventude com a finalidade de evitar e rejeitar a velhice. Gomes (2006) informa que se a palavra idosa não é suficiente para reter o referente, não encontra adesão no plano individual e, assim, há uma ausência de identificação. Não há uma rejeição de suas velhices ainda que apontem às singularidades desse momento da vida. Nesse caso, há o reconhecimento de que são idosas, contudo existe há um afastamento do padrão social destinado às pessoas idosas.

[...] eu sou uma idosa assumida, eu me assumo como idosa há muito tempo em tudo, em meu modo de se vestir, de se comportar porque fica feio não se assumir (Rose, 79 anos)

Me sinto muito bem. Às vezes esqueço que tenho mais de 60 anos (risos). Corro, brinco e me sinto até mais feliz e realizada (Nilde, 65 anos).

Eu vejo velhice com muita naturalidade, eu me percebo dentro dessa faixa de naturalidade. Não blasfemo por questões que não possa fazer, aceito meus limites, mas são limites que não me afetam em nada. Não afeta minha cabeça, não afeta a minha parte física porque graças a Deus eu tenho saúde. As limitações são próprias da idade e a gente tem que aceitar isso. Eu me aceito assim. Não me excludo de nada. Trabalhei até aos 77 anos e atuava na escola como as professoras de 18 anos. Procuro me inserir o mais possível naquilo que é positivo e o que é negativo eu deixo para trás (Andrescksa, 80 anos).

Constata-se que, mediante os diálogos efetivados, nenhuma delas se percebem no modelo de pessoa idosa retratado no Estatuto da Pessoa Idosa. O mesmo perfil que é refletido nos contos infantis, nos consultórios médicos, nos bancos, hospitais e em diversos âmbitos em que a pessoa idosa é estereotipada. As professoras se diferem dessa referência posto que não têm dependência familiar e institucional. Elas estão aptas a desenvolverem múltiplas tarefas dentro e fora dos seus lares, possuem autonomia e conseguem se deslocar sem auxílio de outras pessoas ou equipamentos designados para tal uso.

Além do mais, tomam conta de suas finanças, são provedoras, participam de diversos grupos sociais, enfim são líderes de seus destinos ainda que haja uma variação etária entre as entrevistadas bastante considerável e não fogem à realidade quando retratam as adversidades do envelhecimento. Essa ausência de reconhecimento acontece porque os perfis perpetuados pelas memórias sociais e pela Lei aludida não refletem suas formas de vivenciar o cotidiano.

Quanto às imagens veiculadas pelas mídias que se referem às mulheres idosas e como essas representações as atingem, elas observam que esses dispositivos e suas idealizações da velhice são orientadores das percepções sociais que geram uma carga social para as mulheres de maneira geral. Assinalam que os dispositivos midiáticos tendem a sugerir padrões que em algum momento influenciam suas opiniões, suas linguagens, seus discursos e afetam suas práticas sociais. Admitem que as influências são constantes, pois fazem parte das memórias sociais consolidadas e admitidas. Apesar disso, alertam que se esforçam para não se tornarem subserviente aos modelos pré-determinados pelos aparatos midiáticos.

Neste sentido, elas mencionam que as imagens depreciativas geram conceitos e padrões estipulados pelas mídias, pelo poder econômico e pela indústria da beleza de forma geral. Essas figurações aludem tanto à pessoa idosa como sendo débil, sem autonomia e carente de amparo como os arquétipos de velhice que estejam pautados na busca pela eternização da juventude. Como consequência do modelo de perenização da juventude

atrelam-se todos os estímulos midiáticos para criarem estratégias de camuflagem da face, dos cabelos e dos aspectos estéticos que possam ser reveladores da idade, demarcadores da entrada oficial para velhice, os 60 anos, e torna a jovialidade oposição à velhice estipulando um padrão de vida que deve ser buscado por todas as faixas etárias (BARROS, 2011).

Infelizmente, o espaço do idoso na sociedade brasileira é muito restrito. A mídia estigmatiza o idoso de forma geral como um ser incapaz, inútil e sem condições de produção e desconhece sua bagagem, sua experiência e cultura e que ainda pode contribuir com a sociedade. Nota-se que a mulher idosa ainda é mais discriminada (Gilneide, 69 anos).

Desse modo, elas se sentem afastadas dos dois perfis de velhice que comumente são mostrados na TV, nas revistas de beleza feminina, nas páginas das histórias infantis, nas redes sociais e no imaginário coletivo. Zuben (2001) considera que há um paradoxo que gera desejos antagônicos em luta: uma apologia ao corpo jovem, belo, forte e saudável e, simultaneamente a velhice que se tornou objeto de repúdio.

Nessa fragmentação das imagens da velhice, elas não se encaixam apropriadamente e, por isso, esses símbolos tendem a ser perturbadores haja vista que não traduzem a mulher idosa que elas são. Não há um reconhecimento mediante os perfis apresentados. Não consideram que sentir-se jovem seja um fator preponderante para uma velhice próspera. Ponderam que é preciso manter a mente em constante aprendizado tal qual exercitar o corpo para que a mobilidade física seja eficaz e não se torne um impedimento para a permanência da autonomia, da liberdade de ir e vir a fim que possam continuar a ser mulheres independentes e sem o auxílio de outros indivíduos precocemente.

Os elementos de constituição de tais imagens podem inquietar suas percepções, porém, de acordo com os diálogos, constata-se que há um combate ainda que inconsciente para que essas referências não determinem seus comportamentos, suas visões de si mesmas e seus modos de agir nesse período da vida.

De certa forma, esses padrões da mídia reforçam nosso olhar, outros não. Criam um padrão que dizem que todas precisam seguir, senão está fora do que elegeram como normais (Cleide, 77 anos).

Não afeta a minha concepção de velhice, pois a associação que faço da mulher e a mídia se relaciona muito com medicamentos quando é uma propaganda de uma farmácia, de um medicamento novo essa associação é imediata [...] uma outra forma é que a mídia quando fala dos velhos é geralmente associado ao abandono, idosos que não trabalham. Mas, por

outro lado também vejo muitos idosos que ainda se dedicam ao trabalho e que por isso são considerados ativos. São senhores, gerentes e donos de empresas ocupando cargos de liderança. Então, eu vejo que a mídia também tem mudado pouco a pouco (Joseane, 72 anos).

Eu acredito que a sociedade está encarando a velhice de forma diferenciada, tendo em vista as novas condições de envelhecimento resultante dos tratamentos e das possibilidades das pessoas. O Brasil vive uma fase de transição demográfica, com redução da mortalidade e o envelhecimento da população. Hoje a gente tem um novo idoso [...] hoje a pessoa envelhece com 70, 80 anos e com uma nova disposição e com novas possibilidades de viver (Vitória, 74 anos).

A imagem que é veiculada pela mídia acerca da pessoa idosa não me afeta. Desse modo, a velhice que eu tenho com 61 anos é de curtir, estar ativa, estar participando de tudo, viajando e vivendo a vida (Nereida, 61 anos).

Que saber? Eu nem presto a atenção. Para mim, ela (a mídia) é omissa. Não me afeta em absolutamente nada (Andrecksá, 80 anos).

De acordo com os relatos apresentados, verifica-se que as memórias sociais sedimentadas como o passar dos anos, tal qual as recomposições que se efetivam constantemente acerca do perfil da pessoa idosa são conhecidos e são criticados por elas. Nesse prosseguimento, elas são conhecedoras das mudanças a respeito da visão do envelhecimento feminino, são testemunhas dos diversos parâmetros de formulação desses conceitos e, em função disso, indicam como desnecessário o enaltecimento de uma velhice “jovem” para passar pelo processo de envelhecimento de forma eficaz.

Elas não avaliam a adoção das práticas de rejuvenescimento, a apologia ao corpo perfeito ou a recusa do envelhecimento como sendo imprescindíveis ou cruciais na admissão da velhice. Seria como uma aderência ao tempo e suas transformações, sem uma submissão inerte aos modelos impostos por múltiplos dispositivos. Estariam mais próximas do que Agambem (2009, p.59) afirma “uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias”.

Durante as entrevistas, observou-se que parte das professoras participantes usavam cabelos brancos. Não houve um questionamento específico quanto a isso, posto que essa característica não era um dado fundamental para o entendimento da velhice dessas mulheres. No entanto, duas entrevistadas se manifestaram sobre o uso do cabelo sem nenhum tipo de tintura. As falas comunicavam que a transição dos cabelos pintados para o uso dos cabelos brancos foi uma escolha particular e não devido à moda, tendência ou porque era uma maneira de empoderamento feminino. Essa escolha corresponde mais pela praticidade e pela

falta de paciência em ter que recorrer aos salões de beleza. Dizem não se importar com o fato de que possam parecer mais velhas.

As mechas brancas do meu cabelo já existiam desde os cinquenta e pouco anos de idade, depois dos 60 anos apareceu mais ainda. Não me incomoda (Sônia, 70 anos).

Eu resolvi deixar de pintar o cabelo quando completei 70 anos, eu disse que não iria mais pintar o cabelo, e deixei de pintar. Várias pessoas me encontraram e falaram: “Mulher o que é isso? Que coisa feia, o que aconteceu? Eu disse: não foi nada, só não vou pintar mais. Quando você deixa de pintar, um tempo vai ser sacrificado, vai ficar feio, vai descolorir, vai ter 2, 3 cores, mas eu segurei. Resolvi não pintar e pronto, pois acho que a gente tem que ter essa independência, liberdade de fazer ou não fazer. Eu entendo que somos donas do nosso corpo, do nosso ser, então vai ver ser do que jeito que eu quiser (Vitória, 74 anos).

Neste contexto, é importante considerar que as professoras não estão imunes aos padrões de beleza criados para as mulheres na velhice, assim como outros elementos de demarcação de invisibilidade da velhice ou de sua negação. Há registros de cuidados sobre o corpo e os cabelos que são percebidos tanto na fala quanto na aparência em que elas apresentam. O cuidado com aparência é visível entre todas as entrevistadas.

É notório que o embelezamento se tornou habitual no universo feminino independentemente da idade e essa condição não é diferente para as professoras. Elas evidenciam uma preocupação com os cuidados de si nesta fase da existência. Estão alertas quanto a preservação da beleza e a manutenção de um bom estado corporal e mental. Elas estão em busca de informações para preservação de suas atividades físicas, espirituais e culturais. Diante disso, é preciso observar como as memórias sociais, mediadas pelos dispositivos midiáticos afetam as práticas diárias sem que haja uma nítida percepção, pois, os apelos da mídia têm desenvolvido um papel determinante com os seus discursos legitimadores na orientação das condutas individuais e coletivas (SANTOS, 1996).

Essas atenções foram destacadas como construtoras da autoestima, da sensação de eficácia, de independência, bem-estar e novos aprendizados e, não são exclusivamente para criar disfarces de suas condições físicas e emocionais na velhice. Elas inferem que ser bela não se restringe apenas a cor dos cabelos, ao uso de maquiagem e/ou a utilização de procedimento cirúrgicos e estéticos. As professoras aposentadas tendem a significar a beleza de forma mais subjetiva e menos tangível. Ela está correlacionada ao amadurecimento, a

independência e a sabedoria na condução frente aos problemas que a vida apresenta e menos ligada às formas físicas e à estética.

Eu acho uma tolice fazer uma cirurgia para o rosto ficar liso, pois a marca da vida está ali, não vai sair. Então, eu não vou a favor de fazer essas coisas. Botox? Para a cara ficar inchada. Não quero. Deixa as marcas da vida aí porque faz parte. Eu não entro nessa onda do mercado que nos diz que você tem que usar os cremes mais caros e ir para os médicos dermatologistas que são especializados em pele madura, eu acho desnecessário. A pele é madura por consequência do tempo e vamos deixar as marcas da vida aparecerem (Vitória, 74 anos).

A gente viveu muito tempo com o mito da beleza, a mídia colocou a vida inteira que a mulher tinha que ser magra, tinha que ter bunda, tinha que ter corpo bonito e eu não estou falando somente da mulher idosa [...] não tenho nenhum problema com as minhas rugas do pescoço (Cristiane, 64 anos).

Não dou a mínima para essas coisas de cabelo porque têm as pressões. “Seu cabelo não está pintado?” Não. Eu pinto se eu quiser, eu não vou ser escrava. Isso é tolice. Então que seja uma opção, sua vontade (Rebeca, 67 anos).

Eu não dependo dessa ideia de beleza que está estampada no rosto. Eu vejo por um outro ponto de vista que é justamente a gente estar contribuindo para com aqueles que estão chegando, com experiências que a gente tem, somando com o novo, adaptando e somando com essas experiências (Valéria, 68 anos).

Nesse contexto, elas estão em busca de autenticidade, de desapego às concepções quanto à velhice que elas nutriam e apreenderam. Os sentimentos descritos por elas e que simbolizam suas vidas na velhice se baseiam no acúmulo das experiências, no bom estado da saúde, de uma boa qualidade de vida e a autonomia conquistada e mantida até o momento. O que fica evidenciado é que esses componentes são como marcadores de si mesmas. Nesse ínterim, nota-se uma aceitação do próprio corpo e de suas restrições físicas que não as impedem de consentir o processo de envelhecimento pelo qual estão experimentando.

6.2 Eixo temático 2. Reinvenção de suas vidas na velhice por meio do seu papel social

No desenvolvimento desta seção, apresenta-se o eixo temático 2 que trata das formas de experimentação da velhice pelas professoras aposentadas tendo como arcabouço fundamental as memórias ligadas à religiosidade e à família formando os sustentáculos de suas vidas na contemporaneidade.

Esse eixo está dividido por categorias e subcategorias que destringem as memórias que promovem validação aos valores e princípios promotores de ordenação à vida das participantes da pesquisa, bem como o desvendamento da identidade profissional advinda da docência que capacita a efetivação dos diversos papéis sociais exercidos por cada entrevistada.

6.2.1 Quadro de referências da memória: as memórias ancoradas na religiosidade e na família

Na velhice das professoras, as memórias atadas à religiosidade e à família são como apoios que as sustentam e imprimem relações profundas entre um Ser sagrado, suas crenças, suas convicções e práticas. Assim, influi-se que envelhecer é um processo relacional que acontece em épocas díspares, ou seja, por entre memórias e projetos produzidos nos tempos presentes (BARROS, 2011).

Um aspecto bastante comentado pela maioria das participantes da pesquisa foi a presença da religiosidade desenvolvida durante todas as fases etárias de suas vidas. Por meio de dizeres específicos, a religiosidade foi indicada como um elemento fundamental para a agregação de valores, princípios e assimilação de seu papel e responsabilidade para consigo e com o outro, mormente na velhice. Elas julgam que as memórias produzidas acerca do tempo de dedicação a uma religião, a uma fé, sendo filiadas ou não a uma igreja serviram para a edificação do caráter, do comportamento, das condutas e de propósitos que estão sendo realizados após a aposentadoria.

Das 25 (vinte e cinco) professoras que participaram deste estudo, apenas uma delas não aponta os elementos da religiosidade como relevantes para a constituição de si mesma. Informa que era ligada à uma religião, mas não foi devota de nenhuma divindade ou membro de igreja.

Não sou uma pessoa de frequentar a igreja, de orar. Até me incomoda em alguns grupos que eu participo no WhatsApp, a quantidade de santinhos e orações. Hoje mesmo já recebi oração da sexta-feira, não vejo nada de diferente da quinta, da quarta, da segunda, mas está escrito que é a oração da sexta-feira, imagem de Nossa Senhora, imagem de tudo. Vou dizer que tenho a minha religião, eu valorizo o lado espiritual, mas dizer que eu tenho uma fé religiosa, não. Eu valorizo aqueles que procuram crescer na parte espiritual, eu não acho que precisa ter fé, a não ser que queira dizer que a fé

é pensamento positivo. Eu tenho pensamento positivo, mas fé em Deus, fé em Nossa Senhora, essas coisas não (Joseane, 72 anos).

A maioria das participantes entende que ao desenvolver uma religiosidade, ao pertencer a um grupo religioso ou professar uma fé exprime uma imersão em forças espirituais que possibilitam a agregação de conhecimento espiritual, emocional, de princípios e esses servem para a assimilação de suas limitações e potencialidades. Entendem que existe uma necessidade de auxílio espiritual com a finalidade de aceitação das agruras da vida e compreendem que a preservação dos vínculos espirituais, seja na igreja e/ou em grupos religiosos, as fortaleceram e as tornaram agradecidas pela vida, pela comunhão com outras pessoas e oportunizaram a execução de serviços sociais e a solidificação de laços de amizade e de fé.

Algumas participantes falaram a respeito da indispensabilidade de aprimorar a crença em Deus, em uma entidade religiosa uma vez que consideram esse exercício uma prática basilar em todas as fases da vida e que serve como pilar de sustentação com o passar dos anos.

Eu defino o papel da religiosidade como uma coisa muito positiva na vida do ser humano. Toda pessoa precisa ter a sua religiosidade, independente da espiritualidade que são coisas diferentes. A espiritualidade, todos nós temos. Cada um tem a sua, mas temos que escolher um caminho religioso, seja qual for o caminho religioso que você escolher, mas na sua escolha tem que se dedicar e fazer o que você optou a fazer. Então, eu vejo o caminho da religiosidade uma coisa importantíssima. (Andrecksa, 80 anos).

A religiosidade no sentido da religião é irrelevante. No sentido espiritual é fundamental. É irrelevante a religião para mim porque a minha fé está fundamentada na pessoa de Cristo e não na religião. (Nilde, 65 anos).

A religiosidade é importante porque no mundo que nós estamos hoje com a pandemia, o medo de uma doença desconhecida e o que temos que fazer é entregar nas mãos de Deus porque a gente não veio a este mundo sem Deus, Deus em primeiro lugar, a gente tendo fé em Deus seremos mais fortes. (Sebastiana, 70 anos).

Não podemos ser religiosos sem ter religiosidade. Só que eu acho que a religiosidade em excesso em determinadas coisas bobas é desnecessária, é prejudicial [...] eu me dedico a ler minha Bíblia todo dia naquele horário, pode parecer religiosidade, mas é necessário. Eu acho importante a religiosidade na minha idade também. (Rose, 79 anos).

Eu sou muito espiritual. Eu leio o espiritismo, eu leio a Bíblia católica. Eu leio tentando entender as divindades de matriz africana. Não consigo entender muito bem o Alcorão. A religiosidade é muito presente, o sentido da vida não pode ser único, embora eu reze um terço do catolicismo toda

sexta-feira, a gente reza um terço. É uma coisa de grupo, de encontro. Uma energia que um grupo está lançando para alguma coisa. O importante é a intenção do espírito. Essa é uma busca com muitos encontros. Uma vida de encontros. (Ana, 70 anos).

Eu vejo a religiosidade e a religião ou a espiritualidade como algo que é necessário para a gente. Eu não acredito em nada que seja obrigatório, radical, extremo e imposto. Eu acredito que é algo que você sente, que você precisa, que você se apega. É mais uma forma de você de lhe ajudar na vida, nas tentativas de compreender o mundo, o porquê está aqui, o que a gente é. Eu acho que é uma forma da gente estar sempre buscando o equilíbrio. (Graça, 65 anos).

A religiosidade na minha vida sempre foi muito importante, sem carolice, que eu não suporto carolice, nem de católico, nem de protestante, nem de candomblé. Então, eu sou católica sem fanatismo [...] a minha religiosidade tem sempre aproximação com um trabalho social, mas um trabalho social que não é de caridade assistencialista não, é de qualidade política, é uma coisa importante em minha vida. (Luciana, 70 anos).

A minha avó teve uma influência muito grande na minha vida e tem um fato interessante. Ela me ensinou a ser devota de São Benedito e Nossa Senhora, ela era devota de Nossa Senhora Aparecida e São Judas Tadeu. Mas ela me fez ser devota de São Benedito e Nossa Senhora porque meu pai que era europeu, meu pai era italiano. Então, ela tinha o maior medo que eu me tornasse racista. Aí, me fez ser devota de dois santos negros. Muito tempo depois, ela me disse o porquê que não me fez ser devota de São Judas Tadeu e sim de São Benedito: “eu tinha muito medo de seu pai, porque era de lado estrangeiro e não gostava de preto e embutir isso na sua cabeça e eu não ia admitir net aminha ter nenhum tipo de preconceito, nem com pobre, nem com rico. Por isso, eu disse que sou muito influenciada pela religiosidade desde que eu era pequena. (Cristiane, 64 anos).

Faço as minhas escolhas após analisar ontem, hoje e espero pelo amanhã. Busco a sabedoria. Nem sempre acerto. Vou tropeçando e ajustando o passo. Então, procuro aprender sempre. A vida é uma escola. Aprendemos uns com os outros e principalmente procuro desenvolver o meu lado espiritual, a minha fé em Deus. (Cleide, 77 anos).

É perceptível o valor doado às práticas espirituais, os rituais e a busca pelo sagrado sem, no entanto, tornar-se uma experiência forçada, superficial ou sem sentido. Com o auxílio da religião foi possível o aprendizado de valores que se desdobrou em práticas diárias de convivência e aceitação do outro. Os ensinamentos religiosos puderam servir de instrumentos de questionamento das estruturas sociais prevalecentes. Dessa maneira, elas apontam as diversas perspectivas ao serem adeptas de uma religião: encontro com várias pessoas, a busca de estabilidade espiritual, o fornecimento de assistência a outras pessoas por meio da ação

social e da fé, dentre outros. Conclui-se que elas apreendem a religiosidade como um conceito multidimensional que é alicerçado em crenças e ações.

A minha espiritualidade tem um papel preponderante na minha vida. Cada dia eu tento me esforçar para ter tempo para me dedicar ao meu Deus e também ao meu próximo. Eu aprendi a me esforçar para viver em paz com Deus e com meu próximo. Gosto de me deitar no travesseiro e ter paz. Não ter nada ali que venha atrapalhar essa minha intimidade, esse relacionamento. Então, eu procuro viver em paz com Deus e com meu próximo (Valéria, 68 anos).

Para algumas professoras aposentadas, a religião exerce um papel mais intenso e suas crenças são reforçadas nas ações de amparo para pessoas necessitadas de auxílio material e/ou afetivo. Para outras, há uma maior flexibilidade em exercitar sua espiritualidade e, em função disso, um compromisso mais superficial com os princípios religiosos. De forma geral, há uma conservação do que foi aprendido ainda na infância e sob a orientação dos pais e familiares. Para Halbwachs (2004) as tradições religiosas não consistem apenas em uma série de imagem individuais do passado, mas são ao mesmo tempo modelos, exemplos e ensino.

Desse modo, as memórias estão fundamentadas em aprendizados espirituais de outrora dentro dos lares, com seus pais, parentes e foram se expandindo ao longo de suas vivências, dos sofrimentos, das dificuldades e, nesse ensejo, surgiu a procura pela apreensão dos sentidos e significados da existência humana. A religiosidade faz parte da produção de si e preservação das noções a respeito do mundo místico.

Neste cenário, as recordações familiares pertinentes, sobretudo da família mostram como essas memórias foram atuantes na formação de suas personalidades, seus conceitos e noções sobre a vida e o trabalho. As professoras afirmam que as memórias produzidas em família serviram de referências para a vida que edificaram. Algumas participantes contaram suas histórias familiares e como essas conduziram seu modo de pensar, de agir e refletem na condução de seus lares no tempo presente. Nesse ensejo, as diferentes formas de organização familiar tendem a adquirir e transmitir nos membros os mais variados sentimentos dos mais simples aos mais universais (HALBWACHS, 2004).

Hoje eu vivo uma vida muito tranquila e eu atribuo isso ao meu pai que foi uma pessoa maravilhosa. Ele dizia o seguinte: as filhas dele iriam ser independentes e não iam depender de homem algum. Eu iria fazer 7 anos quando minha irmã mais velha foi fazer o secundário na época no Colégio público Ginásial. Ele se mudou com toda a família para que ela pudesse

estudar. Quando minhas irmãs terminaram o segundo grau e iam fazer vestibular ele pagou pensão para elas e quando a terceira irmão passou no vestibular também. Ele disse: “eu não posso pagar pensão para três filhas”. O que ele fez? Se mudou para Salvador para que todas pudessem estudar[...] essa minha posição de professora aposentada com curso superior, funcionária pública foi devido a isso. Deus deu a graça e ele aproveitou e fez tudo que ele podia. Aí, eu e minhas irmãs soubemos aproveitar o máximo. Entra meus pais com a criação porque nos deram valores muito fortes. Eu sei que os valores que me passaram não são negociáveis, não são relativos, eu sou muito firme nisso, não posso relativizar. (Iara, 67 anos).

Eu tive uma infância e uma adolescência maravilhosa. Quando tive que sair do ninho (casa dos pais), eu tive problemas, mas o grande aprendizado que tive deles fez com que eu encontrasse meu centro e o meu eixo na vida. (Rebeca, 72 anos).

Eu fui educada para ser uma pessoa livre. Meus pais em educaram para isso. Para eu ser livre. Então, eles falavam: “eu não estou educando você para ser mãe, nem para ser professora. Apenas para ser livre e fazer o que você quiser”. Então, eu acho que isso foi o fator que mais contribuiu para eu ser uma pessoa independente. Foi esse o ensinamento que eu recebi de meus pais. Elas falavam: “exerça a sua liberdade sabendo que a sua liberdade vai até onde começa a do outro”. Esse era o lema que o meu pai me dizia: “quando começa a liberdade do outro, aí terminou a sua, então você não invade a liberdade do outro”. (Andreckska, 80 anos).

Meu pai comprou uma cartilha quando eu ainda era bem pequena, me entregou e me disse assim: “isso é para que a minha filha se torne uma grande professora”. Mesmo sem ter um curso finalizado, ele admirava os professores e sonhava em ver uma filha ensinando. Eu guardei aquilo comigo e pensava: vou ser uma professora. Muitos anos se passaram e eu me tornei uma professora e sempre amei minha profissão. Meu pai me ensinou o valor de ser alguém que pudesse ajudar outras pessoas a aprender sobre várias coisas. (Geísa, 79 anos).

Eu tive uma família em que sempre tive apoio para tudo. Me ajudou muito na construção da minha família inclusive. Venho de uma família bem estruturada, de uma religiosidade de ajuda a gente a caminhar nos trilhos [...] procurei dar a minha família esses exemplos de perseverança, de lutar, de sonhar e nunca deixar de sonhar e lutar pelo que se sonha. (Valéria, 68 anos).

Conforme Candau (2018, p.141) “[...] está em jogo a reapropriação do passado familiar à qual cada indivíduo se lança ao mobilizar as funções de revivescência e reflexividade”. As memórias foram relatadas conjuntamente dentro dos diálogos e de forma livre sem, necessariamente, haver um questionamento direcionado quanto às suas famílias. Assim, parte das professoras destacaram os laços familiares, as heranças imateriais que podem ser recordadas e reconstruídas como sustentáculo de suas identidades.

Desse modo, as memórias familiares são como esteios que precederam a formação moral e seus parâmetros de conduta. Halbwachs (2004) destaca que no âmbito da família, são os rostos e fatos que se instalam como pontos de referência. Portanto, as memórias evocadas pelas professoras alusivas à religiosidade e à família são para elas a consciência de uma ligação, de solidariedade dos laços familiares e aprendizagem da alteridade. De forma geral, as professoras afirmaram que a família é um pilar imprescindível para a orientação pessoal. Elas atribuem à religiosidade e à família uma vinculação às suas crenças e convicções que guiaram seus pensamentos e orientam seus procedimentos e ações. Assim, a espiritualidade e a instrução familiar são princípios organizadores formulados por seus antecedentes que devem ser consolidados, reaprendidos e ensinados para seus descendentes e pessoas com as quais convivem.

6.2.2 O trabalho docente como instrumento de construção do seu papel social desenvolvido na velhice

A profissão de professor é simbolizada por um papel específico que se associa com liderança, domínio de um saber representativo de uma formação, com o desenvolvimento de relações pessoais com grupos de alunos, diretores e chefias imediatas no cotidiano docente. Ou seja, a atividade docente é um constituinte que integra a denominada “trajetória de vida” (STANO, 2001).

Neste prosseguimento, a docência é um fator preponderante para o entendimento do papel social exercido pelas professoras aposentadas na contemporaneidade. No exercício da profissão docente, abarcam-se os espaços de decisão, de comando, de regência e o estreitamento de laços, especialmente e diretamente com os discentes que estiveram sob suas supervisões traçando suas carreiras profissionais.

Pode-se referir a profissão de professor como sendo um itinerário que perpassa por distintos momentos de formação profissional dos alunos, apesar de nem sempre ter um reconhecimento social e um retorno financeiro devidos. Consoante Brito, Prado e Nunes (2017), no Brasil, a remuneração de professores e professoras é tipificada como um processo em que prevalecem a precarização e o desprestígio da atividade docente. À vista disso, não há uma linearidade na carreira docente, dado que surgem diversos enfrentamentos e dificuldades pertinentes a escassez de capital econômico, a precarização do trabalho do professor, a prevalência da ausência de aparatos tecnológicos nos ambientes escolares e as múltiplas

adversidades para alcançar os planos de carreira, em especial no que se refere à esfera pública de ensino, espaço em que todas as docentes participantes dessa pesquisa foram servidoras.

Nesse contexto, tem-se ainda as lutas sindicais e as confrontações concernentes aos conflitos pela manutenção e preservação de direitos frente ao Governo Estadual e Federal. Conforme afirmam Nunes e Oliveira (2017, p.70) a “[...] vontade política e consensos encontram dificuldades no sentido de definir o lugar das políticas para o desenvolvimento profissional docente na agenda administrativa dos governos”. Desse modo, compreende-se que a docência, no Brasil, não é uma profissão altamente valorizada e ainda é carente de várias transformações de cunho econômico, na conservação de direitos adquiridos e na elaboração de novas perspectivas nas dimensões políticas e sociais que são segmentos edificadores do ambiente escolar.

Não obstante, o trabalho do professor/professora se constitui um pilar fundamental para a estruturação da sociedade. Os docentes conferem significados, simbologias e atuam de forma peremptória para a promoção da cultura, do processo de ensino- aprendizagem e a formação social e educacional de um povo. A sua atuação é fundamental para a estruturação social.

As docentes entrevistadas conceberam a si mesmas, suas histórias, suas práticas profissionais e suas formas de vivência tendo como sustentáculos os espaços e tempo da atividade docente dentro das salas de aulas. Por isso, o ambiente escolar é um espaço para a construção da subjetivação de mulheres e homens que articulam modos de ser (STANO, 2001). Nesse processo, encontram-se as professoras aposentadas integrantes deste estudo.

As formas de enxergar os outros, de conduzir situações e o exercício da alteridade têm como fundamento as práticas ligadas às formas de desenvolvimento da sua “professoralidade”. Entendem que apesar da pouca valorização docente no país existe uma validação desse exercício profissional que advêm dos alunos e ex-alunos.

A profissão docente atribui um valor imensurável na composição da subjetividade das entrevistadas. Ainda que o espaço escolar não seja o único local de singularização, ele é marcante na trajetória de vidas das participantes. Stano (2001) afirma que marcas que foram deixadas nos corpos e nas memórias de docentes não podem ser desprezadas quando se trata de entender um modo de ser e de subjetivar o mundo. Elas se enxergam pelo viés da profissão como sendo um forjador de suas personalidades em um misto de paixão, lutas, enfrentamento, amizades, discórdias, amor e realização.

A minha profissão contribuiu muito para a forma como exerci minha vida. Isso é um diferencial em mim. (Luciana, 70 anos).

Eu acho que sou extremamente privilegiada porque a vida inteira trabalhei naquilo que eu gostava. (Cristiane, 64 anos).

Sou feliz por ter sido professora, por ter tido a oportunidade de ensinar a tanta gente. Nem tudo foi fácil, às vezes muito difícil, mas a sensação de poder colaborar na formação de alguém me faz me sentir em paz, feliz e agradecida pela oportunidade. O respeito e o carinho que recebo dos meus ex-alunos é formidável. (Geísa, 79 anos).

A universidade sempre foi esse lugar bom, saudável, rico de experiências, de muitos embates políticos, de crescimento, de amadurecimento. Era muito rico, a gente convivia muito, a gente saía, tinha amizade. Então, eu acho que a universidade foi muito importante para a minha vida. Tenho muito agradecimento, muita gratidão por tudo que eu vivi ali, por tudo mesmo. Sempre tive boas relações com os meus alunos. (Graça, 65 anos).

Eu me sinto realizada como professora. Na educação eu me dediquei muito, não é para me gabar (risos) porque eu fiz um excelente trabalho. Tudo em sua época, eu fiz um bom trabalho. Como dizem: fechei com chave de ouro. Sinto falta, porém estou satisfeita. (Sebastiana, 70 anos).

Até hoje sou muito respeitada como professora. Quando me aposentei estava com 77 anos e eu tinha alunos de 11 e 12 anos. E sempre foi o maior respeito que eles tinham por mim. Quem respeita recebe respeito. Na minha profissão sempre me senti útil e isso sempre me ajudou até o final. (Andreksa, 80 anos).

Tive uma carreira profissional bem-sucedida. Ajudei na formação de muitas pessoas e dos meus próprios filhos. Até hoje sou reconhecida pelo trabalho que realizei como professora, como educadora (Leila, 71 anos). Exerci a minha profissão com amor. Não deixei nenhuma obra inacabada ao ponto de me arrependar. Saí ciente do dever cumprido [...] fiz excelentes amizades em meu ambiente de trabalho, as quais faço questão de conservá-las até hoje. (Gilneide, 70 anos).

Como eu sinto meus professores em mim. Eles foram usados para me abençoar, para a formação do meu caráter, de minha personalidade, para o meu jeito de ser, para que eu pudesse fazer as minhas opções pessoais. Eu digo isso porque quando eu fiquei os meus últimos 14 anos como gestora de uma escola, eu me via fazendo com os meus alunos tudo aquilo de bom que aprendi com os meus professores. Por isso, sou grata pelo que aprendi e pelo que fiz como professora (Valéria, 68 anos).

A docência é evidenciada na identidade das mulheres entrevistadas. Vários aspectos são apontados como fundamentais nesse reconhecimento. Ser professora oportunizou a sua inserção no mercado de trabalho, ampliou a convivência com outros indivíduos, tanto colegas de profissão quanto alunos. Relatam que pertencer a uma instituição de ensino pública

possibilitou a ascensão profissional por intermédio dos títulos advindos das pós-graduações, bem como puderam atuar em cargos de direção, de coordenação dentro do ambiente escolar. Neste contexto, algumas das entrevistadas evidenciaram a renda profissional como uma oportunidade de estabilidade financeira, dado necessário para a manutenção de si e de suas famílias.

[...] A questão financeira (advinda da aposentadoria docente) é um fator muito positivo para que eu possa viver essa fase da vida agora. (Geísa, 79 anos).

Eu me considero uma pessoa privilegiada pela minha condição. Eu tenho um salário que eu posso me sustentar, eu não preciso de minhas filhas e elas não precisam de mim financeiramente. Eu acho que é uma situação privilegiada que eu tenho e nem todas as mulheres têm essa situação. (Vitória, 74 anos).

No meu trabalho, eu tive uma iniciação na atividade docente de forma maravilhosa. Primeiro alfabetizando crianças, depois alfabetizando adultos. Encontrei ao longo desse tempo colegas espetaculares, ambientes de trabalho muito bons, com suas problemáticas naturais e rotineiras, mas com boas pessoas. Tive também diretores e diretoras muito boas que me ajudaram bastante e formaram minha concepção de educação. (Rebeca, 72 anos).

As minhas conquistas devem ser atreladas ao fato de eu ser professora [...] ser docente para mim foi um divisor de águas mesmo. (Ione, 67 anos).

Desde cedo aprendi a ser independente (tanto decisões pessoais como financeiramente), fui aprendendo a ser independente porque eu era uma pessoa que tinha muita confiança dos adultos. Eles me davam tarefas e atribuíam responsabilidades. Isso facilitou para que eu me descolasse da minha cidade e tentasse concurso na universidade e de uma para as demais universidades. Então, vejo a parte financeira com a independência pessoal como um somatório para a minha experiência de vida. Hoje colabo financeiramente com a formação de vários sobrinhos e primos. A minha casa sempre esteve à disposição de quem quisesse estudar e também ajudei na formação pagando universidades particulares ou não. Mesmo os que não moram comigo mensalmente estou contribuindo. (Joseane, 72 anos).

Quando eu comecei a trabalhar no estado foi o marco inicial de uma nova vida para mim na questão profissional com a estabilidade, com o emprego eu já comecei a ter uma condição melhor de salário [...] foi o marco divisor de uma melhor qualidade de vida e o plano de saúde também que é um benefício excelente na minha vida. (Sônia, 70 anos).

E através desse trabalho, dos estudos, eu tenho o sustento para essa vida digna, pé no chão sem extravagâncias, com todos os cuidados. Eu olho para trás e eu agradeço a Deus por tanto amor, pela forma tão perfeita como ele conduziu os passos desde a minha infância, adolescência, como me abençoou em cada desafio, em cada sonho, cada decisão e quanto mais que

tudo isso ajudou para que eu tivesse essa parte tranquila como funcionária pública. (Valéria, 68 anos).

Ter estabilidade no emprego em razão serem servidoras públicas no cargo de docente colaborou para que as professoras pudessem estabelecer metas e planos no decurso de suas vidas. Por meio de seus rendimentos, elas cooperaram na constituição familiar e de outros parentes. Se sentiram como provedoras em situações emergenciais. Avaliam que a emancipação financeira proporcionou realizar sonhos e estipular estratégias de crescimento profissional por meio da realização de cursos de pós-graduação como: especializações, mestrado e doutorado concedendo-lhes maior capacitação e aumento salarial.

O trabalho e a identidade profissional são reconhecidos como condições essenciais nesse momento da vida. Elas indicam que possuem uma aposentadoria com uma renda maior é um elemento importante para viverem a velhice de uma maneira menos atribulada e reconhecem que estão em uma situação bem diferente da maioria das mulheres aposentadas no Brasil que sobrevivem com uma aposentadoria mínima.

Assim, com base na experiência profissional e nos recursos financeiros que advêm da carreira profissional, das experiências e memórias construídas e reconstruídas, do sentimento do dever cumprido, do reconhecimento, do respeito e dignidade atribuídos à docência por parte dos colegas e dos ex-alunos, as professoras estão exercendo seu papel social.

Esse exercício tem sido realizado diante um contexto de envelhecimento populacional, feminização da velhice, processo de subjetivação ditado pelos dispositivos midiáticos como apontados anteriormente e, paradoxalmente, rejeição social da velhice e pouca visibilidade da mulher idosa. Como bem afirma Agamben (2009) para ser contemporâneo do seu tempo é, antes de tudo, uma questão de coragem.

Os sentidos do ser professora são mantidos para além do exercício profissional após a aposentadoria. A maior parte delas está ausente das salas de aula, algumas ainda estão ligadas ao ensino na Pós-Graduação, nas Universidades de forma voluntária e sem recebimento de nenhum valor adicional ao salário. No entanto, as ações diárias se fazem com base no vivido, no que foi experienciado dentro dos espaços escolares no ensino fundamental, médio ou superior. Acerca disso, Stano (2001) ressalta que os sentidos de uma trajetória de vida não se fragmentam, mas estão em evidência dado um conjunto de significados que reorientam suas perspectivas no envelhecimento.

Diante disso, as professoras dão relevância aos seus papéis sociais na velhice. O tempo da docência tece os caminhos que as conduzem no cotidiano distantes das instituições de ensino e, para algumas de forma paralela à sua atuação nos cursos mencionados. A definição das incumbências assumidas perpassa pelo conhecimento adquirido, pela sua formação e pelas condutas realizadas quando ainda pertenciam às salas de aulas.

À vista disso, após a aposentadoria elas refizeram seus planejamentos, suas rotinas e começaram uma readaptação fora do espaço escolar. Reconduziram suas atividades para locais diferentes e desenvolvem tarefas que se associam com a docência talvez como uma maneira de manter o que outrora fora vivido por tantos anos na área de educação. Seria esse o momento de reconstrução por meio das memórias, do refazimento de experiências profissionais em espaços distintos. Algumas professoras relataram seus afazeres e suas novas escolhas nesse novo tempo.

Eu hoje sou bem dinâmica porque faço parte da Academia Conquistense de Letras, público livro, estou sempre em reuniões, agora mesmo na pandemia são os saraus [...] eu criei uma assessoria de pedagógica para hoje contribuir com aqueles que estão chegando e em função da assessoria pedagógica até as minhas atividades aumentaram. Eu faço parte de um grupo religioso, temos encontros sociais e diversas outras tarefas que tenho agora, minha vida é super dinâmica em relação ao social. (Senize, 66 anos).

Hoje eu faço muito mais, muito melhor porque tenho tempo e é um propósito que eu tinha que quando tivesse tempo, eu ia me dedicar às pessoas. É um prazer que eu tenho muito grade é em ajudar e ser útil às pessoas[...] hoje participo de uma atividade em que ensino trabalhos manuais e artísticos para um grupo de mulheres. Nós nos ajudamos e o grupo só tem crescido. (Rose, 79 anos).

Estou distante do chamado trabalho produtivo, mas muito perto das pessoas. Desenvolvo o meu papel social na igreja com trabalhos em grupos. Sou solicitada para falar em outras igrejas. Então, onde estou preparo aulas, palestras e é uma coisa muito prazerosa para mim estar perto de outras pessoas e estou sempre pronta para ajudar esses grupos em suas necessidades. No luto, nas separações, nas dores, nas perdas eu estou presente para oferecer auxílio e um socorro imediato. Assistio muitas famílias em caso de desemprego, subemprego, crises familiares. Agora, por exemplo na pandemia, assistimos (eu e a minha igreja) todas as pessoas que nos procuraram solicitando alguma ajuda e assistência. (Valéria, 68 anos).

Eu posso ser ainda mais ativa do que sou. No entanto, sou voluntária em uma ONG para animais abandonados e auxílio na confecção de enxoval para bebês de mães carentes da igreja católica e, agora, na pandemia prestei auxílio para as pessoas idosas do meu prédio. (Meirilane, 60 anos).

A aposentadoria não me impediu de ser ativa na sociedade. Além da igreja, tenho investido em trabalhos de artesanato. Resgatei uma arte francesa chamada “Frivolité”. Preparei uma equipe de artesãos que hoje são microempresárias do “Friboart” e tem uma sede. São alguns dos exemplos de onde atuo. (Marisa, 74 anos).

Eu continuo pensando e atuando em duas coisas muito importantes na minha vida: educação e cultura. Estou próxima dos projetos da universidade em que atuo e estou criando uma casa da Cultura Viva. É uma casa que está sendo criada no município no qual minha família sempre morou. O que eu consegui de dinheiro de poupança, eu prefiro deixar construindo essa casa da cultura Viva que seria um museu para o cultivo das tradições, resgatar patrimônio e fazer, por meio disso, com que as futuras gerações também deem importância e valor a isso. Nós (a família) estamos trabalhando ativamente nisso. Meus primos e eu estamos registrando os documentos em cartório. Eu tenho um lote de 300m² lá. É nesse lote que vamos fazer a casa e estamos movimentando a população para construir um museu da história do lugar, um museu das famílias que moram lá. Eu trabalhando para reconstruir uma biblioteca comunitária no Ceará. Além disso, estou produzindo um livro juntamente com outra professora. (Joseane, 72 anos).

Antigamente, as pessoas aposentavam e ficavam em casa. Então, era aquela história da cadeira de balanço. No princípio ouvindo rádio, mais recentemente sentado em frente da televisão, hoje não. Sou aposentada e tenho atividades praticamente todo dia. Me dedico aos projetos sociais. Participo de um projeto social numa igreja trabalhando em enxovais para gestantes carentes [...] uma vez por mês participo de um grupo em que fui fundadora com 50 mulheres. Organizamos palestras, festas, jogos um grupo para diversão[...]temos outro grupo em que a gente discute questões filosóficas e emocionais. (Vitória, 74 anos).

Coordenei em um projeto bem amplo de assistência à criança carente. É um grupo bem grande, pois prestamos vários tipos de ajuda com outros profissionais envolvidos para cooperar e tentar minimizar os efeitos danosos da má distribuição de renda. Meu tempo é todo envolvido nesse trabalho. Há várias oficinas, coral, geração de emprego e renda por meio de atividades como costura, artesanato, agricultura. Existem médicos, cabeleireiros, psicóloga, pastores, professores dentre outros. Ou seja, o projeto é bem abrangente e recompensador ver tantas pessoas com suas vidas transformadas. Temos excelentes exemplos de mudança de vida, de situação desfavorável para uma outra qualidade de vida. (Geísa, 79 anos).

Continuo sendo líder comunitária da igreja. Deu uma parada em função da pandemia. Trabalho com mulheres, com apostolado. Colaboro nos presídios com a catequese [...]A gente faz reuniões com as mães, conversa com os jovens e em função de terem lares despreparados, a gente também conversa com as crianças. (Sebastiana, 70 anos).

Após a aposentadoria eu me engajei em grupos que têm como objetivos a integração e socialização de indivíduos vulneráveis socialmente. (Gilneide, 69 anos).

Eu hoje tenho mais disponibilidade de trabalhar pelo bem comum por meio da ação social. Então, me vejo com maior tempo para trabalhar pelo reino de Deus. É assim que exerço meu papel social após a aposentadoria. (Verônica, 65 anos).

Esses depoimentos revelam que as práticas efetivadas após a aposentadoria estão desconectadas com os aspectos de uma mulher idosa excluída dos afazeres sociais e de ensino. Em razão disso, elas se nomeiam como mulheres hábeis, eficientes e prestigiadas pelo trabalho desenvolvido na aposentadoria. Para elas, as suas inserções em projetos e grupos sociais concedem a manutenção de suas identidades ligadas ao exercício da docência que forjou seu modo de vida. As memórias preservadas reelaboram uma velhice promissora sem que haja, necessariamente, um sentido e uma subserviência aos padrões pré-estabelecidos que correlacionam planejar o futuro e exercer novas atividades diárias unicamente com a jovialidade, destreza e produtividade.

Verifica-se que as participantes engajadas em trabalhos sociais quase sempre estão na liderança, na atribuição de coordenação, direção, gestão, ensino, podendo assim criar proposições, delegar funções, dar atenção, ouvir e acolher indivíduos em situações de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo participarem das conquistas e se sentirem regozijadas com a conclusão de projetos nos quais promovem mudanças valorosas e duradoras para as pessoas integrantes desses grupos. A incorporação e manutenção de elementos da prática profissional conferem ao docente que se aposentou manter-se na sua profissão atuando em outro espaço de permanência (STANO, 2001).

Para as docentes que ministram aulas nos cursos de Pós-Graduação dentro das universidades, é uma maneira de continuar a colaborar com o ensino e a pesquisa, pois são pertencentes aos cursos de mestrado e doutorado. Dessa forma, permanecem ensinando e promovendo a expansão dos seus conhecimentos para uma gama de alunos. Nesse caso, vê-se que há no envelhecer das professoras entrevistadas o sentido de pertencimento na esfera educacional, uma vez que exercem suas funções ainda que de forma facultativa por não ter mais os vínculos trabalhistas com a instituição de ensino. São outras probabilidades de fortalecimento de suas identidades revisitadas no envelhecimento e que não coadunam com perfis de pessoa idosa anteriormente mencionados que tem sido destinado à mulher idosa na sociedade brasileira.

Eu fico pensando: “eu não estou fazendo nada”. Mas como não estou fazendo nada? Eu já aposentei e ainda estou orientando pesquisa. De qualquer forma eu estou sim fazendo alguma coisa, mas eu fico me

cobrando, achando que isso é pouco. A gente aprende a ser assim, essa coisa de cobrança, de produção. (Graça, 65 anos).

Continuo lecionado no curso de Pós-Graduação, presto serviços de consultoria para órgãos públicos e empresas na área de planejamento urbano e regional. (Vitória, 74 anos).

Eu me aposentei sem diminuir atividades e envolvimento no ensino, orientação, grupo de estudo, publicação, coordenação/organização de eventos e extensão. (Ana, 70 anos).

Faço parte do Fórum de defesa do Patrimônio Cultural de Goiás que é um Fórum que agrega instituições e represento a Associação da Pós-graduação em Geografia. Mesmo aposentada, eu mantenho essa importância da cultura e do ensino. (Joseane, 72 anos).

Sou professora voluntária do quadro de professores da Universidade na Pós-Graduação em Enfermagem. (Ione, 67 anos).

Mesmo aposentada fiquei dando aulas em um Programa da Universidade e foi uma experiência maravilhosa. Ensinar no curso de Pedagogia foi uma forma de discutir e mostrar os caminhos da educação. (Cristiane, 64 anos).

Eu com 79 anos me sinto uma senhora idosa, eterna professora porque em quase todas as minhas ações nos grupos em que coordeno envolve o meu conhecimento técnico, minha forma de agir como professora nos ambientes e situações em que colaboro e nos quais eu sou convocada à falar e agir. (Geísa, 79 anos).

Continuo cumprindo os papéis sociais como sempre fiz, sem muita pressa porque o passo diminui. Após a aposentadoria, continuo com o olhar observador e analítico do que acontece com a sociedade, no país e no mundo. Apesar de não estar em sala de aulas, às vezes me sinto professora e dou boas risadas. (Cleide, 77 anos).

O engajamento em obras sociais de assistência física, de saúde, emocional e religiosa e a preservação das atividades de ensino permitem que elas estejam constantemente e, de maneira até mesmo inconsciente concedendo ao Ser professora a capacidade de envelhecer sem estar incondicionalmente submetidas às memórias sociais de recusa da velhice e/ou de sua invisibilidade. O exercício das diversas atividades em locais distintos possibilita um não estranhamento ao mundo da aposentadoria como se fosse o tempo da pausa interminável ou de um momento em que se é totalmente inoperante. Conforme Stano (2001), seria esse um envelhecer mais rico e produtivo porque passível de transformação do tempo e do espaço, pois se alimenta do que fora vivido e se tornado relevante.

Para tanto, infere-se que a profissão docente proporciona as marcas e significações que oportuniza às professoras deste estudo um estender-se da “professoralidade” que está imbuída

nas suas identidades em espaços e tempos específicos. Essa extensão é notada nas múltiplas formas de execução dos seus papéis na sociedade contemporânea. Este devir na aposentadoria está embebido das referências pessoais, familiares e, precipuamente, da sua experiência profissional efetivada por longos anos.

No reconhecimento dos seus papéis sociais, as professoras aposentadas estão mergulhadas nas possibilidades de inserção e contribuição social entre as significações, as simbologias de ser uma mulher idosa que ainda se move por entre discursos, estigmas e estereótipos que definem e generalizam o público feminino.

Diante desse contexto, o papel social desempenhado pelas professoras aposentadas integrantes desta pesquisa, mesmo que sem uma determinada intenção, promove novos contornos às memórias reconstruídas, o refazimento de suas atuações diárias que impede a paralisação de suas subjetividades forjadas no labor da atividade docente em meio a experimentação da velhice, seus dissabores e suas potencialidades e possibilidades.

7 CONCLUSÃO

[...]o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda a luz, dirige-se diretamente e singularmente a ele. Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho das trevas que provém do seu tempo.

(Giorgio Agamben, 2009).

Ao tratar do tema da velhice de mulheres na sociedade brasileira diversos componentes são colocados a postos a fim de que possam ser revistos, enumerados, classificados, reconstruídos numa tentativa recorrente de encontrar respostas, alternativas e promover reelaborações quanto ao tema discutido.

Nesta pesquisa, entende-se que envelhecer está além do tempo cronológico, dos documentos de identificação, da Lei n. 10.741 – O Estatuto da Pessoa Idosa, das mídias e dos processos de subjetivação da pessoa idosa aos perfis pré-estabelecidos e julgados como orientadores para uma velhice próspera e salutar. Assim, para esse entendimento, os métodos da Análise do Discurso de linha francesa e da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin foram instrumentos que puderam esquadriar os caminhos de invisibilidade e negação da velhice e situá-la socialmente por meio das docentes aposentadas.

Neste percurso, verifica-se que as memórias sociais por possuírem raízes profundas são delimitadoras dos pensamentos que cotidianamente se fortalecem e robustecem face a conceituação do envelhecimento e, em decorrência disso, promovem o ocultamento da velhice e das pessoas idosas. Na contemporaneidade, envelhecer é complexo e árduo.

Nesta pesquisa averiguou-se que no Estatuto da Pessoa Idosa a pessoa idosa, sujeito de direitos apresenta-se como indivíduos frágeis e completamente dependentes da família e do Estado de forma geral. Com o auxílio do método de Análise do Discurso, atestou-se que os discursos compostos na lei se referem às memórias sociais que aprofundam a associação da velhice com a obsolescência e a desconexão com o mundo moderno e, em consequência disso o sujeito idoso necessita de adequação, de reconexão social e tecnológica para se tornar visível socialmente.

Nos dispositivos midiáticos, os discursos referentes à mulher idosa e à velhice estão conectados com as ideias de escamoteamento do processo de envelhecimento, apologia às práticas de rejuvenescimento por meio de múltiplos elementos que encobrem a idade, as

marcas faciais e as vulnerabilidades de um corpo que envelhece e, em virtude disso, nota-se uma rejeição ao envelhecimento feminino.

Nos perfis do *Instagram* existe uma conclamação para que o público feminino use os cabelos brancos com o intuito de declinar das subserviências que socialmente foram produzidas com a finalidade de estipular padrões e normas, especialmente para as mulheres idosas. O uso dos cabelos brancos aparece como uma forma de resistência às representações que são veiculadas e aceitas pela sociedade brasileira como paradigmas na velhice feminina. Contudo, na estruturação dos enunciados de alguns dos perfis existe discursos e sentidos pré-construídos que remetem às memórias sociais que veiculam uma objeção a velhice feminina.

Diante disso, observou-se que os sentidos e símbolos dessa fase da existência penetram a linguagem, as expressões, os comportamentos que no dia a dia são promotores dos estigmas e os estereótipos em profusão. As mídias colaboram acentuadamente para multiplicação de olhares acerca do tema e promovem a produção e desconstrução de visões que orbitam em torno da velhice de acordo com as necessidades, sobremodo dos poderes políticos e econômicos que consubstanciam os seus interesses a depender do momento histórico a qual constroem e se inserem.

Neste percurso, a avaliação dos dizeres das professoras aposentadas, mulheres que participaram da pesquisa, foi feita empregando o método de Análise de Conteúdo. Assim, para tecer essa nova fase da existência, as professoras se fundamentam nos quadros sociais que as possibilitaram conceber a si mesmas por intermédio da família, religiosidade e da docência.

Nessa amálgama, as mulheres integrantes da pesquisa se reorganizam, ressignificam suas vidas atentando para seu reconhecimento e valoração perante os reveses do dever, da assunção de si mesmas que as permitem exercer a sua “professoralidade” na elaboração de novas participações em mundo complexo e provocador. A ideia prevalecente que advém dos diálogos concedidos demarca uma aderência ao mundo percebido, sentido, porém um distanciamento e uma não adesão irrestrita aos discursos, às regras e aos arquétipos destinados a pessoa idosa.

Elas indicam que no processo de envelhecimento múltiplos fatores precisam ser considerados, dado que o envelhecer está recoberto de aspectos que são essenciais para a sua apreensão e esses perpassam pelas memórias sociais, pelo vir a ser, pelo trabalho e pela identidade profissional. Elas apontam que vivenciar a velhice é um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que se deseja experimentar novos rearranjos e conquistas, o corpo não é mais tão

habilidoso quanto outrora, a aceitação dos outros se torna um desafio e as hostilidades estão continuamente presentes nesse trajeto.

As docentes percebem as adversidades de pertencerem à uma sociedade insalubre que concomitantemente promove releituras sobre a velhice e indica que as pessoas idosas devem se submeter aos novos parâmetros de idealização de um corpo performático, talhado pelas intervenções cirúrgicas, com rostos que camuflem a idade e as marcas existenciais próprias de quem envelhece. Ou seja, as mulheres são subjugadas a serem conformadoras das exigências capitalistas de transmutação de si mesmas e se tornarem em um receptáculo da beleza, da juventude e perfeição corporal com a finalidade de sentirem-se pertencentes à contemporaneidade.

Neste emaranhado processo de subjetivação, as professoras desse estudo se encontram dentro do processo típico de envelhecimento reconhecendo as limitações do organismo, as dificuldades quanto ao enfrentamento da aposentadoria que socialmente é simbolizada de variadas formas e o desafio de se (re)inserir-se em espaços de criação, de trabalho mediante as memórias que são reconstruídas diante de um novo fazer, de outras formas de planejar e executar atividades que proporcionam a manutenção de suas identidades forjadas no exercício docente.

A atividade docente credencia o envelhecimento das professoras e oportuniza uma efetivação dos planejamentos traçados para viver a velhice continuando a prestar serviços, a orientar pessoas, a manterem as relações afetivas nos grupos que participam, a serem fontes de conhecimentos nos bancos escolares e fora deles. Elas viabilizam a significação do Ser professora enquanto estão participando de ações significativas em espaços de ensino, de comunicação, de práticas que lhes são comuns. Dessa forma, as professoras reconhecem o seu papel social na contemporaneidade e sabem que ele é forjado na identidade profissional que proporciona uma realização expressiva alicerçado nas memórias e modo de ser construídos no labor da docência.

Enfim, as professoras integrantes desta pesquisa são contemporâneas do seu tempo quando enxergam a sociedade e o mundo em que vivem de forma patente, sem recorrer a disfarces ou sombreamento. Admitem a inclemência dos tempos, reconhecem suas insuficiências, suas fraquezas, suas humanidades e conhecem as durezas de viver sem contemplação, mas de atos. Para tanto, não se rendem a incomplexidade de uma vida infrutífera em razão de que no labor profissional, na docência, nas salas de aulas, no convívio entre colegas, amigos, alunos, funcionários, currículos e livros aprenderam e apreenderam que

para vivenciar uma vida singular é necessário questionar acerca do próprio tempo, o seu fazer, bem como interpelar as instituições, as crenças e as memórias que orientam a condição feminina e a mulher idosa a se tornarem unicamente reflexos dos condicionantes sociais.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre; DAVALLON; Jean *et al.* . **O papel da memória**. 4. ed. Trad. e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. O Ministério Público na defesa dos direitos da pessoa idosa: 10 anos de Estatuto do Idoso. *In:* D'Alencar, Silva Raimunda; POMPEO, Wagner A. H. **A cidadania na perspectiva da velhice: desafios cotidianos para viver com dignidade**. Ilhéus, Ba: Editus, 2016.
- ALVES, Andréa Moraes. Os idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares. *In:* NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, SESC, SP, 2007.
- ARAÚJO, Cíntia Kroth; CARDOSO; Cláudia Maria Corrêa *et al.* . Vínculos familiares e sociais nas relações dos idosos. **Revista Jovens Pesquisadores**. Santa Cruz do Sul, n. 1, p. 97-107, 2012.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 16. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2016.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. A velhice na pesquisa socioantropológica brasileira. *In:* GOLDENDERG, Mirian (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Apresentação. *In:* BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.) **Velhice ou Terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 3. ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2003.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. 2 ed. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice: a realidade incômoda**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1949.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7. Ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Helena H. Magamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. rev. Campinas, SP: EdUnicamp, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08 jul. 2021.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL, IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2019: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/ibge-esperanca-de-vida-do-brasileiro-aumentou-311-anos-desde-1940>. Acesso em 03 ago. 2021.

BRASIL. **IBGE**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>, 2018. Acesso em 02 ago 2021.

BRASIL, IBGE. **Projeções populacionais 2010-2050**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

BRASIL, IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62715.pdf>. Acesso em 03 mar. 2021.

BRASIL, **IBGE**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em 16 jun. 2021.

BRASIL, IBGE. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2010. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em 12 jul. 2022.

BRITO, Regivane dos Santos; PRADO, Jany Rodrigues; NUNES, Cláudio Pinto. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 165-174, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v10i23.6676>. Acesso: 12 jul. 2022.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação. *In: Anais... XXI International Congress, Latin American Studies Association*. Chicago. 1998.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nas primeiras décadas dos anos 90. *In: Anais... X Encontro Nacional de Estudos populacionais*. Rio de Janeiro, 1996.

BUTLER, R. N. **Age-ism**: Another Form of Bigotry. *The Gerontologist*, v. 9, n. 4, p. 243-246, Dec. 1969. Disponível em: https://doi.org/10.1093/geront/9.4_Part_1.243. Acesso: 12 jul. 2022.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não escrita. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO; Janaína (Orgs.). Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia. Introdução. *In: ALCANTÁRA, Alexandre de Oliveira; GIACOMIN, Karla Cristina (orgs.). Política Nacional do Idoso: novas e velhas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CAMARANO, Amélia Ana. Estatuto do Idoso: avanços com contradições. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: agente familiar ou suporte de mudanças? **Estudos Avançados**. São Paulo, v.17, n. 47, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia e PASINATO, Maria Tereza. “Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária: como ficam as mulheres?” **Texto para Discussão** nº 883. Rio de Janeiro, Ipea, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

CARVALHO, Luiza M. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n 1, 1998.

CERQUEIRA, Monique Borba; RIBEIRO, Aline Ângela Victoria. Semânticas do envelhecimento- modos de envelhecer nos anos 70. *In: D’ALENCAR, Raimunda Silva (org.). A representação social na construção da velhice*. Ilhéus, Ba: Editus, 2017.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos).

CORACINI, Maria José. Silêncio, interdito, real do discurso: a questão do estranhamento em migrantes de São Paulo. *In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria*

Cristina Leandro (org). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2009.

CRUZ, Adriano Charles Silva. **Mídia e discurso**: a construção de sentidos (livro eletrônico). Marília: Poiesis Editora, 2018.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: EdUESB, 2007.

D'ALENCAR, Raimunda Silva *et al* . Ancoragem das representações sociais: o lugar do velho na percepção de estudantes de enfermagem. *In*: D'ALENCAR, Raimunda Silva. **A representação social na construção da velhice (org.)** Ilhéus, BA: Editus, 2017.

D'ALENCAR, Raimunda; CAMPOS, Juliana Britto. Velhice e trabalho: a informalidade como (re) aproveitamento do descartado. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 10, p. 29-43, 2006.

DEBRET, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2004.

DEBRET, Guita Grin. A antropologia e o estudos dos grupos e das categorias de idade. *In*: BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Velhice ou terceira idade?** 3 ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2003.

DEBRET, Guita Grin. O significado da velhice na sociedade brasileira. **Acta Paulista de Enfermagem**. V. 13, Número especial. Parte I, 2000.

DEBRET, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**. São Paulo, n. 42, p. 70-83, junho/agosto 1999.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. *In*: DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e a velhice - Textos Didáticos**, 2. ed., 1 (13), Campinas, IFCH/Unicamp, p.07-28, 1998.

DEBERT, Guita Grin. A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 12, no 34, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de, envelhecer e morrer**. Trad. Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michel Schröter. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELOI, Juliana Fernandes; LIMA, Maria Eliara Gomes; SILVA, Angélica Maria de Sousa. Reinserção das pessoas idosas no mercado de trabalho: uma etnografia de tela do filme sr. Estagiário. **Pensando Famílias**, 23(1), p.199-212, jul. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. Envelhecimento no Brasil no século XXI: transições e desafios. **Argumentum**. Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 6-21, jan/jun, 2014.

FÉLIX, Jorge. Economia da Longevidade: um caminho para o desenvolvimento. **Mais 60. Estudos sobre Envelhecimento**. Volume 29, Número 73, abril de 2019.

FÉLIX, Jorge. “Economia do Care” e “Economia da Longevidade”: o envelhecimento populacional a partir de novos conceitos. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 44-63, jan./jun. 2014.

FÉLIX, Jorgemar Soares. **Economia da Longevidade: o envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas para os idosos**. Orientador: Rosa Maria Marques. 2009. 93f. Dissertação (Mestrado em Economia Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009).

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Tradução de Telma Costa. Editora Teorema. Lisboa, 1992.

FERREIRA, Lúcia Maria Alves. Discurso, imagem e redes de sentido: quando o acontecimento jornalístico escreve a história do presente. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

FERREIRA, Cristiana Sanchez Gomes. O ageísmo e o trabalhador empregado. **Ano 2**. nº 6, 4811-484, 2013. Disponível em: <http://www.idb-fdul.com/> ISSN: 2182-7567. Acesso em 26 jul. 2021.

FERRIGNO, José Carlos. A identidade do jovem e identidade do velho: questões contemporâneas. *In*: MIRANDA, Danilo Santos de; VERAS, Maura Pardini Bicudo; FERRIGNO, José Carlos *et al.* **Velhices: reflexões contemporâneas**. São Paulo: SESC: PUC, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modo de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan/jun. 2002.

FREIRE, Sérgio. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do “preconceito etário” no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr.-jun. 2010.

GOLDENBERG, Mirian (org.). **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Estação das Letras e Cores, 2015.

GOLDSTEIN, Lucila Lucchino; NERI, Anita Liberalesso. Tudo bem, graças a Deus. Religiosidade e satisfação na maturidade e na velhice. *In*: NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida e idade madura**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. (Coleção Vivacidade).

GOLDSTEIN, Lucila L; SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. Heterogeneidade e diversidade nas experiências da velhice. *In*: NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida (orgs). **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GOMES, Mayra Rodrigues. O Estatuto do Idoso e as identificações. *In*: CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta (orgs). **Envelhecimento e velhice: um guia para a vida**. São Paulo: Vetor, 2006. (Coleção Gerontologia; v.2).

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. *In*: DOBBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô (Org). Por que memória social? **Revista Morpheus**. 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida. ISSN 1676-2924, v. 9, n. 15, 2016. (Edição especial)

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos, SP: Pedro & João, 2007.

GRIOLETTI, Evandra. O movimento de desidentificação do sujeito: uma reflexão a partir de "semântica e discurso". *In*: **Anais...** Seminário de Estudos de Análise do Discurso. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>. Acesso: 12 jul. 2022.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Postfacio de Gerárd Namer. Traducción de Manuel Antonio Baeza y Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthrophos Editorial: Concepción: Universidad de La Concepción: Carazas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; PEREIRA; Marie Françoise Winandy Martins. O etarismo no local de trabalho: evidências de práticas de “saneamento” de trabalhadores mais velhos. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 13, n. 2, p. 188-206, maio/ago. 2020.

INDURSKY, Freda; A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas**. Número 53. Nota de conjuntura 25. 4º Trimestre de 2021.

JUSTO, José Sterza; ROZENDO, Adriano da Silva. A velhice no Estatuto do Idosos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ, RJ, Ano10, nº2, p. 471-487, 2º quadrimestre de 2010.

KANSO, Solange. **Causas de morte evitáveis para a população idosa**. Orientador: Iúri da Costa Leite. 2011. 125f. Tese (Doutorado em Ciências na Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, ENSP. Rio de Janeiro, 2011).

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 27, nº 1, janeiro /abril 2012.

LANGDON, Esther Jean Matteson; HECK, Rita Maria. Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos Everaldo Alvares (org). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: EdFIOCRUZ, 2002.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. **Revista Redisco**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.

LEITE, Marinês Tambara; FLORES, Júlia Sperotto; HILDEBRANT, Leila Mariza *et al.* . Idosos mais velhos no domicílio: a família como unidade de cuidado. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**. Vol. 4, núm. 4, pp. 2816-2831 outubro-diciembre, 2012.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. Tradução de Pedro Neves. São Paulo: 34, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.

LIMA, Lara Carvalho Vilela de; BUENO, Cléria Maria Lobo Bittar. Envelhecimento e gênero: a vulnerabilidade de idosas no Brasil. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, p. 273-280, mai./ago. 2009.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção Clássicos da Comunicação Social).

LOPES, Andréa. Dependência, contrato social e qualidade de vida na velhice. *In*: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2003. (Coleção Velhice e Sociedade).

LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. Imagem e autoimagem: da homogeneidade da velhice para a heterogeneidade das vivências. *In*: **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC, SP, 2007.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1969.

MAGALHÃES, Direceu Nogueira. **Invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1.ed. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MEIHY; José Carlos Sebe B; RIBEIRO; Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidade, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDONÇA; Felipe Viero Kolinski Machado. **Seja jovem: sentidos sobre a velhice em cinquenta anos de Veja (1968-217)**. Ouro Preto: EdUFOP, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(4):1103-12, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Visão antropológica do envelhecimento humano. *In*: MIRANDA, Danilo Santos de; VERAS, Maura Pardini Bicudo; FERRIGNO, José Carlos *et al.* **Velhices: reflexões contemporâneas**. São Paulo: SESC: PUC, 2006.

MONTEIRO, Pedro Paulo. Somos velhos porque o tempo não para. *In* CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE Elizabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta (org). **Velhice envelhecimento complex(idade)**. São Paulo: Vetor, 2005

MOTTA, Alda Brito da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Caderno Pagu** (13), p 191-221, 1999.

MUCIDA, Ângela. **O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice**. 2. ed. rev. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NERI, Anita Liberalesso (org). Atitudes e preconceitos em relação à velhice. *In*: NERI, Anita Liberalesso (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC, SP, 2007a.

NERI, Anita Liberalesso (org). Feminização da velhice. *In*: NERI, Anita Liberalesso (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC, SP, 2007b.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e crenças sobre a velhice: análise de conteúdo de texto do jornal *O Estado de São Paulo* publicados entre 1995 e 2002. *In*: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (org). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2003. (Coleção velhice e sociedade).

NEVES, Denise Felgueiras das. Mulheres de cabelos brancos: reflexões sobre desvio e padrões de feminilidade. *In*: GOLDENBERG, Mirian (org.) **Velho é lindo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NIQUETTI, Ricardo. Deleuze e os devires minoritários da velhice. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v. 9, n. 27, p. 114-36, outubro 2016 – janeiro 2017.

NUNES, Cláudio Pinto; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n.1, p. 65-80, jan./mar. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2007.

ONU. **Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento**. Tradução de Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em 09 de julho de 2021.

OLIVEIRA, Anderson Silva. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. **Hygeia- Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. 15 (31): 69-79, Junho, 2019.

PACHECO, Jaime Lisandro. As Universidade Abertas à Terceira Idade como Espaço de Convivência entre gerações. *In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso. As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2003. (Coleção velhice e sociedade).

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7. Ed. Trad. Eni. P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: EdUnicamp, 2014.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade ... *in: BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade?*. 3. ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES, Eulina Patrícia Oliveira Ramos; SILVA, Luzia Viana Wilma Santana da. Envelhecimento e gênero: uma reflexão sobre a feminização da velhice. *In: Anais... XVII Semana de Educação da pertença Afro-brasileira*. Vitória da Conquista- BA, 2021.

POMPÉO, Wagner Augusto Hundertmarck. Internet e Terceira Idade: uma combinação que deu certo. *In*: D'Alencar, Silva Raimunda; POMPÉO, Wagner Augusto Hundertmarck. **A cidadania na perspectiva da velhice: desafios cotidianos para viver com dignidade**. Ilhéus, Ba: Editus, 2016.

RADDE, A. O negócio do corpo no discurso da prostituição masculina. *In*: FERREIRA, M.C.L. (org.). **Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento**. Campinas, SP: Pontes, p.125- 41, 2015.

REIS, Leonardo Borges. Mídia brasileira: engajamento psíquico e dominação estrutural. *In*: GOBBO, Bianchi Agostini; FILHO, José Eduardo Pimentel; GONÇALVES, Max Alexandre de Paula (org.). **O poder da mídia no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

REIS, Luciana Araújo dos; TORRES, Gilson de Vasconcelos; Thaiza Teixeira. Percepção do suporte familiar em idosos de baixa renda e fatores associados. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, 20 (Esp): 52-8, 2011.

RIBEIRO, Adriana Miranda; GARCIA, Ricardo Alexandrino; FARIA, Tereza Cristina de Azevedo Bernardes. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.36,1-18, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. 50. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Bongiovani. **Gênero, patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Bongiovani. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. *In*: KUPSTAS, Márcia (org.) **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher Idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.

SAMPAIO, Talita Santos Oliveira; SAMPAIO, Lucas Silveira *et al.* . Relações estabelecidas entre idosos e familiares em estado de coresidência. *In*: D'ALCENCAR, Raimunda Silva (org.). **A representação social na construção da velhice**. Ilhéus, Ba: Editus, 2017.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Entre o corpo e os incorporais. *In*: MIRANDA, Danilo Santos; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Velhice: reflexões contemporâneas**. São Paulo: SESC: PUC, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Janete Silva dos. Atendimento preferencial no Estatuto e na voz do idoso: uma análise discursiva. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC. v.13, n2, p. 243-271, mai/ago 2013.

SANTOS, Francisco Coelho dos. Meios de comunicação social/Meios de complexificação social. *In*: NETO, Antônio Fauto; PINTO, Milton José (org). **O indivíduo e as mídias**. Copacabana – RJ: Diadorim Editora LTDA, 1996.

SCHIRRMACHER, Frank. **A revolução dos idosos**: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha. Tradução Maria do Carmo Ventura Wollny. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SIBILIA, Paula. A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas. *In*: GOLDENBERG, Mirian (org). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicações técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. ISSN 1647 4280. Vol. 17. Nº 1, 2015.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Imagens e não-imagens da velhice na imprensa: formulações que encarnam o discurso, efetivam sentidos e delimitam sujeitos. *In*: BERNARDO-SANTOS, Wilton & TFOUNI, Fábio (Org.). *In*: **Discurso, Mídia e Ensino: entrecruzamentos de abordagens**. 2. ed. São Cristóvão-SE: EdUFS, v. 1, p. 179-200, 2016.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. **Discursos, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió, Al: EDUFAL, 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução: Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SOMMERHALDER, Cíara; NOGUEIRA, Eliete Jussara. As relações entre gerações. *In*: NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, Sueli Aparecida (orgs). **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SOUSA, Ana Carla Santos Nogueira de; LODOVICI, Flaminia Manzano Moreira; SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz; ARANTES, Regina Pillar Galhego. Alguns apontamentos sobre o idadismo: a posição de pessoas idosas desse agravo à sua subjetividade. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 853-77, 2014.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. O silêncio existe para poder (não) dizer. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Estudos discursivos à brasileira: uma introdução**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

SOUSA, Natália Carolina de *et al*. Aumento nas reclamações de idosos sobre a saúde suplementar no Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, 2019. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/aumento-nas-reclamacoes-de-idosos-sobre-a-saude-suplementar-no-brasil/17479?id=17479>. Acesso em 16 jun. 2021.

SOUZA, Bárbara Pavei. O que é um corpo capa de revista? Uma breve análise discursiva. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy *et al*. **Discurso, cultura e mídia**: pesquisa em rede. Santiago: Oliveira Books, 2019.

SOUZA, Carina Merheb de Azevedo. A exposição da mulher na mídia e a construção do gênero dentro das escolas. *In:* GOBBO, Bianchi Agostini; FILHO, José Eduardo Pimentel; GONÇALVES, Max Alexandre de Paula (org). **O poder da mídia no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

SOUZA, Tânia de. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não-verbal. *In:* **Ciberlegenda**. Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói-RJ, UFF, n.p. 1998.

STANO, Rita de Cássia M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v.8).

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TÓTORA, Silvana. **Velhice uma estética da existência**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2016.

TÓTORA, Silvana. Apontamentos para uma ética do envelhecimento. **Revista Kairós**. São Paulo, 11 (1), p. 21-38, jun. 2008a.

TÓTORA, Silvana. A vida nas dobras... as dobras da velhice. **A terceira idade**. São Paulo, v.19, n° 43, p 27-38, Out.2008b.

TOUTIER- BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2006.

TRINDADE, Patrícia Luiza Gonçalves. GRANTHAM, Marilei Resmini. Tipo uma menina: estereótipo e formas de subjetivação. **Entrepalavra**. Fortaleza, v.6, n. 2, p. 252-273, jul./dez, 2016.

UNFPA. **Fecundidade e dinâmica da população brasileira**. Brasília: UNFPA, 2018
Disponível https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/sumario_executivo_br_1.pdf.
2018 Acesso em 14 set. 2020.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Mirante Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 21 (4):539-48, 2012.

VERAS, Renato; CALDAS, Célia Pereira. **UnATI-UERJ – 10 anos um modelo de cuidado integral para a população que envelhece**. Rio de Janeiro: UERJ/ UNATI, 2004.

WICHMANN, Francisca Maria Assmann; COUTO, Analie Nunes; COUTINHO, Silvia Virgínia at. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, 16(4):821-32, 2013.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta. **Envelhecimento e poder**: a posição do idoso na contemporaneidade. Campinas, SP: Alínea, 2007.

WINANDY, Fran. **Etarismo**: um novo nome para um velho preconceito. 1. ed. Divinópolis, MG: Adelante, 2021.

ZANDWAIS, Ana. A forma sujeita do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca saber. São Carlos: Claraluz, 2005.

ZUBEN, Newton Aquiles Von. Envelhecimento: metamorfose de sentido sob o signo da finitude. *In*: NERI, Anita Liberalesso (org). **Maturidade e velhice**: trajetórias individuais e socioculturais. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção Vivacidade).

APÊNDICE A – Roteiro para a entrevista

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Tem filhos (as): Quantos: Neto (os):

Mora sozinha: () Não. Com quem? () Sim

Quando você começou a trabalhar? E em quem função?

Com quantos anos se aposentou?

Você é chefe de família?

1. Qual a sua concepção de velhice?
2. Você acha que a imagem da mulher idosa, veiculada pela mídia, afeta essa concepção?
3. Como você se percebe atualmente? Quais aspectos são considerados positivos e negativos?
4. Qual sua rotina após a aposentadoria?
5. Como define o papel da religiosidade em sua vida?
6. Após 60 anos o que mudou em sua vida?
7. Como você define o seu papel social após aposentadoria?
8. Já passou por alguma situação constrangedora pelo fato de não estar no mercado de trabalho ativamente? Se sim, gostaria de relatar?
9. Divide seu tempo cuidando de netos, filhos ou outros familiares?
10. Existem fatores que colaboram para experimentar essa fase da vida com maior tranquilidade?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



FACULDADE INDEPENDENTE
DO NORDESTE- FAINOR



Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa Discursos e Memórias do sujeito idoso: dizeres jurídicos e de mulheres, desenvolvida por pesquisadoras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e da Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR, vinculados ao **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre o Envelhecimento Humano**.

Caso concorde em participar, você deverá responder a algumas perguntas que serão feitas pela Internet. Para fazer isso, você vai precisar de aproximadamente 60 minutos. É muito importante que responda tudo, até o final, e de modo sincero. Não existem respostas certas ou erradas. Caso você concorde, iremos marcar um encontro pela plataforma do Google Meet para fazer as perguntas na forma de entrevista gravada.

QUAL O OBJETIVO GERAL DESTA ESTUDO?

Analisar como se apresenta a velhice nos discursos naturalizados nas narrativas da legislação brasileira bem como nos dizeres de Professoras aposentadas e com 60 anos ou mais.

EXISTEM RISCOS EM PARTICIPAR?

Para participar da pesquisa não há qualquer tipo de despesa pessoal ou exploração financeira do participante. Podem ocorrer situações de desconforto ou constrangimento ao responder alguma pergunta, porém é garantido o direito de desistir da participação ao fechar a janela na internet e a retirada do consentimento a qualquer momento.

QUAIS SÃO OS MEUS DIREITOS AO PARTICIPAR?

A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e sigilosa. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Você pode solicitar mais informações e uma cópia do TCLE a qualquer momento ao entrar em contato com a pesquisadoras responsáveis que são: a Profa Me. Nádia Cristina Sampaio e a Profa. Dra. Luciana Araújo dos Reis, por meio dos e-mails: ndiasampaio@yahoo.com.br; e lucianauesb@yahoo.com.br ou pelo telefone (77) 98859-0528.

O QUE DEVO RESPONDER?

Por ser um instrumento de coleta de informações para estudo científico, solicitamos que as respostas fornecidas sejam atualizadas e verdadeiras para contribuir com a construção de conhecimento legítimo.

A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade a você. Ninguém ficará sabendo que você não participou.

RECOMENDAMOS QUE VOCÊ IMPRIMA OU SALVE UMA CÓPIA DESTA DOCUMENTO E DEIXE GUARDADA COM VOCÊ.

Se tiver alguma dúvida, entre em contato com as pesquisadoras responsáveis:

Profa. Me. Nádia Sampaio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Estrada Bem Querer Km-04 3293, 3391 Campus de, Candeias - BA, 45083-900.
Fone (77) 98859-0528; e-mail: ndiasampaio@yahoo.com.br

Prof. Dra Luciana Araújo dos Reis
Faculdade Independente do Nordeste/FAINOR
AV. São Luiz, 31-Núcleo de pós-graduação, Pesquisa e Extensão 2º Andar.
Vitória da Conquista – Bahia
Cep:45055-080 Telefone .
Fone: (77) 3161-1003 E-mail: lucianauesb@yahoo.com.br.

Esta pesquisa passou por avaliação de um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e foi aprovada (número da aprovação: 3.566.580; CAAE 20065219.0.0000.5578). Os comitês de ética e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) são órgãos responsáveis por avaliar projetos de pesquisa que envolvem a participação de seres humanos, visando garantir que os interesses dos participantes das pesquisas sejam respeitados. Caso você tenha qualquer dúvida sobre os aspectos éticos deste estudo, você pode entrar em contato com o CEP-FAINOR, cujo endereço e forma de contato está descrito abaixo:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - FAINOR
AV. São Luiz, 31-Núcleo de pós-graduação, Pesquisa Extensão 2º Andar.
Vitória da Conquista – Bahia Cep:45055-080
Fone: (077) 3161-1071
E-mail: cep@fainor.com.br
Horário de Funcionamento: Segunda a sexta, em horário comercial

Assim, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado de forma clara e livre de qualquer coerção, dos objetivos, da justificativa, dos riscos e benefícios de minha participação, estando todos acima listados.

Eu declaro livre e esclarecidamente que:

- Tenho 60 anos ou mais, com autonomia para responder às perguntas e irei participar da pesquisa.
 Não aceito participar da pesquisa.

Assinatura do Participante

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira- Pesquisador

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES IDOSAS QUE FAZEM PARTE DE GRUPOS DE CONVIVÊNCIA SOBRE O SEU PAPEL SOCIAL

Pesquisador: LUCIANA ARAUJO DOS REIS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20065219.0.0000.5578

Instituição Proponente: FAINOR - FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE LTDA.

Patrocinador Principal: FAINOR - FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE LTDA.

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.566.580

Apresentação do Projeto:

Esse projeto de pesquisa versa sobre as representações sociais de mulheres idosas constituintes dos grupos de convivência. Dessa maneira, busca compreender como produção de conhecimentos distintos constitui e reforça a identidade delas intervindo em suas práticas diárias no espaço urbano. Tem por objetivo geral analisar a memória e apreender as representações sociais de mulheres idosas que fazem parte de grupos de convivência sobre o seu papel social. Para tanto, o caminho metodológico a ser percorrido se insere no campo da pesquisa qualitativa, de natureza exploratória analítica, tendo como aporte – teórico metodológico a memória coletiva e a Teoria das representações sociais e tem como proposta teórico metodológica a análise do discurso. As idosas que farão parte da pesquisa são membros do grupo de convivência Vivendo a Terceira Idade desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Os instrumentos metodológicos que serão utilizados são os questionários e as entrevistas semiestruturadas para que se possa conhecer os elementos que permitirão construir um perfil sócio demográfico delas. Verifica-se ainda como instrumento metodológico, o estudo de imagens para um maior entendimento das memórias em torno das transformações urbanas. Essas serão analisadas e interpretadas Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, que adotou uma abordagem qualitativa e teve como proposta teórico- metodológica a análise do discurso por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC. Almeja-se ainda perceber o desenrolar do transcurso de construção e reconstrução da memória social delas e como colaboram para a reinvenção da velhice resultando em um protagonismo das mulheres idosas na contemporaneidade.

Objetivo da Pesquisa:

- Analisar a memória e apreender as representações sociais de mulheres idosas que fazem parte de grupos de convivência sobre o seu papel social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Todos os riscos e benefícios foram apresentados corretamente e seguem a legislação vigente

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de importância social e científica

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados corretamente

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1420480.pdf	02/09/2019 17:24:40		Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	02/09/2019 17:24:01	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
Outros	Carta.pdf	28/08/2019 16:03:32	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	28/08/2019 16:02:39	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao.pdf	28/08/2019 16:01:51	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/08/2019 16:00:37	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	28/08/2019 15:57:04	LUCIANA ARAUJO DOS REIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA DA CONQUISTA, 10 de setembro de 2019

Assinado por:

Gefer Thiago Barbosa Corrêa (Coordenador)